



# RELATÓRIO ANUAL EXERCÍCIO DE 2018



# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>14</b>				
<b>MENSAGEM AOS PARTICIPANTES</b>	<b>16</b>				
<b>1 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS EMPREGADOS ATENDIDOS E NÃO-ATENDIDOS</b>	<b>18</b>				
<b>2 COMPORTAMENTO ECONÔMICO E VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS</b>	<b>22</b>				
2.1 ASPECTOS GERAIS DE MERCADO:	22				
2.1.1 CENÁRIO ECONÔMICO	22				
2.1.2 PERSPECTIVAS PARA 2019:	27				
2.1.3 VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS INTERNAS	28				
2.1.3.1 TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA – SELIC	29				
2.1.3.2 TAXAS DE INFLAÇÃO	30				
2.1.3.3 TAXA REAL DE JUROS – 2018	31				
2.1.3.4 TAXA DE CÂMBIO	32				
2.1.3.5 INDICADORES FINANCEIROS – 2018	34				
2.2 MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS:	35				
2.2.1 RENDA FIXA	35				
2.2.2 RENDA VARIÁVEL	36				
2.2.2.1 ANÁLISE DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES – FIA'S – ALOCADOS	38				
2.2.3 SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	45				
2.2.3.1 ENERGIA PCH - FIP / PROJETO JURUENA	45				
2.2.3.1.1 FATO RELEVANTE	49				
2.2.3.2 GERAÇÃO DE ENERGIA FIP MULTISTRATÉGIA	49				
2.2.3.3 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO - SAGA SNAKE	50				
2.2.4 SEGMENTO IMOBILIÁRIO	50				
2.2.4.1 EMPREENDIMENTO FERNANDEZ PLAZA - SALVADOR - BA	50				
2.2.4.2 CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SÃO CRISTÓVÃO – RJ	50				
2.2.5 ATIVO TOTAL SOB GESTÃO DA SÃO FRANCISCO	51				
<b>3 DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA</b>	<b>52</b>				
<b>4 PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD</b>	<b>58</b>				
4.1 PREVIDENCIAL	58				
4.1.1 POPULAÇÃO ASSISTIDA	58				
4.1.2 RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	60				
4.2 INVESTIMENTO	64				
4.2.1 PERFORMANCE DO PLANO I – BD – DESCONTADA DA META ATUARIAL	64				
4.2.2 ENQUADRAMENTO – POLÍTICA DE INVESTIMENTO	66				
4.2.3 RENTABILIDADE	68				
4.2.3.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA	70				
4.2.3.2 SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	70				
4.2.3.3 SEGMENTO DE ESTRUTURADO	70				
4.2.3.4 SEGMENTO IMOBILIÁRIO	70				
4.2.3.5 SEGMENTO DE OPERAÇÕES C/PARTICIPANTES – EMPRÉSTIMOS	70				
4.2.4 DETALHAMENTO POR SEGMENTO	72				
4.2.4.1 RENDA FIXA	72				
4.2.4.2 RENDA VARIÁVEL	73				
4.2.4.3 ESTRUTURADO	74				
4.2.4.4 IMOBILIÁRIO	77				
4.2.4.5 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES – EMPRÉSTIMOS	78				
4.2.5 CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS	82				
4.2.5.1 AVALIAÇÃO DE RISCO - DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	83				
4.2.6 OPERAÇÕES CURSADAS NO EXERCÍCIO DE 2018:	84				
4.2.7 DURATION DO PLANO	85				
4.2.8 ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO:	86				
4.2.9 RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA DO PLANO	89				
4.3 CONTÁBIL	90				
4.3.1 NOTAS EXPLICATIVAS	94				
4.3.1.1 COMPOSIÇÃO DO ATIVO	94				
4.3.1.1.1 GESTÃO PREVIDENCIAL	94				
4.3.1.1.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA	94				
4.3.1.1.3 GESTÃO DE INVESTIMENTOS	94				
4.3.1.2 COMPOSIÇÃO DO PASSIVO	95				
4.3.1.2.1 GESTÃO PREVIDENCIAL	96				
4.3.1.2.2 GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	96				
4.3.1.2.3 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	96				
4.3.1.2.4 PATRIMÔNIO SOCIAL	96				
4.3.1.2.5 FUNDOS	98				
4.3.1.2.6 FATO RELEVANTE	100				
<b>5 PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV</b>	<b>103</b>				
5.1 PREVIDENCIAL	103				
5.1.1 RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	104				

5.1.2	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	104	6.3.4.2	RENDA VARIÁVEL	130
5.2	INVESTIMENTO	105	6.3.4.3	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	132
5.2.1	PERFORMANCE DO CODEPREV - DESCONTADA DA TAXA INDICATIVA	105	6.3.4.4	IMOBILIÁRIO	133
5.2.2	ENQUADRAMENTO – POLÍTICA DE INVESTIMENTO	107	6.3.4.5	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES – EMPRÉSTIMOS	134
5.2.3	DETALHAMENTO POR SEGMENTO	109	6.3.5	CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS	135
5.2.3.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA	110	6.3.5.1	AVALIAÇÃO DE RISCO - DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	135
5.2.3.2	SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	110	6.3.6	DURATION DO PLANO	137
5.2.3.3	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	110	6.3.7	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	138
5.2.4	CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS	110	6.3.8	RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA DO PLANO	140
5.2.4.1	AVALIAÇÃO DE RISCO – DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	110	6.4	CONTÁBIL	141
5.2.5	OPERAÇÕES CURSADAS	111	6.4.1	NOTAS EXPLICATIVAS	143
5.2.6	DURATION	113	6.4.1.1	COMPOSIÇÃO DO ATIVO	143
5.2.7	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	113	6.4.1.1.1	GESTÃO PREVIDENCIAL	143
5.2.8	RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA DO PLANO	115	6.4.1.1.2	GESTÃO ADMINISTRATIVA	143
5.3	CONTÁBIL	116	6.4.1.1.3	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	143
5.3.1	NOTAS EXPLICATIVAS	118	6.4.1.2	COMPOSIÇÃO DO PASSIVO	144
5.3.1.1	COMPOSIÇÃO DO ATIVO	118	6.4.1.2.1	GESTÃO PREVIDENCIAL	144
5.3.1.1.1	GESTÃO PREVIDENCIAL	118	6.4.1.2.2	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	144
5.3.1.1.2	GESTÃO ADMINISTRATIVA	118	6.4.1.2.3	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	144
5.3.1.1.3	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	118	6.4.1.2.4	PATRIMÔNIO SOCIAL	144
5.3.1.2	COMPOSIÇÃO DO PASSIVO	120	6.4.1.2.5	FUNDOS	145
5.3.1.2.1	GESTÃO PREVIDENCIAL	120	6.4.2	FATO RELEVANTE:	147
5.3.1.2.2	GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	120	<b>7</b>	<b>PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA</b>	<b>150</b>
5.3.1.2.3	PATRIMÔNIO SOCIAL	120	7.1	ADMINISTRAÇÃO	150
5.3.1.2.4	FUNDOS	121	7.1.1	ASPECTOS GERAIS DA GESTÃO	150
<b>6</b>	<b>PLANO DE BENEFÍCIOS III – SALDADO</b>	<b>124</b>	7.1.1.1	RECEITAS	150
6.1	RECEITAS	124	7.1.1.2	DESPESAS	151
6.1.1	DÍVIDA CODEVASF	124	7.1.1.3	CUSTEIO	153
6.1.2	DÍVIDA FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO	125	7.1.1.4	FUNDO ADMINISTRATIVO	153
6.2	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	125	7.1.1.5	LIMITES DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO E INDICADORES DE GESTÃO	154
6.3	INVESTIMENTO	126	7.1.1.6	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	155
6.3.1	PERFORMANCE DO PLANO III/BSALDADO – DESCONTADA DA META ATUARIAL	126	7.2	INVESTIMENTO	157
6.3.2	ENQUADRAMENTO	127	7.2.1	ENQUADRAMENTO	160
6.3.2.1	POLÍTICA DE INVESTIMENTO	127	7.2.2	RENTABILIDADE	160
6.3.3	RENTABILIDADE	129	7.2.2.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA	160
6.3.4	DETALHAMENTO POR SEGMENTO	130	7.2.2.2	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	161
6.3.4.1	RENDA FIXA	130	7.2.3	CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS	162



7.2.3.1 AVALIAÇÃO DE RISCO - DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	162
7.2.4 OPERAÇÕES CURSADAS	163
7.2.5 DURATION	163
7.2.6 ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	164
7.3 CONTÁBIL	164
7.3.1 ENQUADRAMENTO	164
7.3.2 NOTAS EXPLICATIVAS	169
7.3.2.1 ATIVO REALIZÁVEL	169
7.3.2.1.1 GESTÃO ADMINISTRATIVA	169
7.3.2.1.2 GESTÃO DE INVESTIMENTOS	169
7.3.2.2 EXIGÍVEL OPERACIONAL	170
7.3.2.2.1 GESTÃO ADMINISTRATIVA:	170
7.3.2.3 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	170
7.3.2.3.1 GESTÃO ADMINISTRATIVA	170
7.3.1.1.1 FATO RELEVANTE	172
<b>8 PARECERES ATUARIAIS</b>	<b>174</b>
<b>9 RELATÓRIOS AUDITORES INDEPENDENTES</b>	<b>222</b>
<b>10 PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>	<b>230</b>
<b>11 APROVAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO</b>	<b>232</b>

## GRÁFICOS

GRÁFICO 1. EMPREGADOS X PARTICIPANTES	18
GRÁFICO 2. PARTICIPANTES POR LOCALIDADE	19
GRÁFICO 3. ASSISTIDOS POR LOCALIDADE	20
GRÁFICO 4. EMPREGADOS SEM PLANOS DE BENEFÍCIOS POR ESTADO	21
GRÁFICO 5. COMPORTAMENTO DO PIB DA CHINA - % - 2000 / 2018	24
GRÁFICO 6. TAXA DE DESEMPREGO X QUANTIDADE DE DESEMPREGADOS	25
GRÁFICO 7. COMPORTAMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB - % - 2012 / 2020	26
GRÁFICO 8. TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA – SELIC - PERÍODO 2017 X 2018	30
GRÁFICO 9. ÍNDICES DE PREÇOS ACUMULADOS	31
GRÁFICO 10. TAXA REAL DE JUROS - 2018	32
GRÁFICO 11. COMPORTAMENTO DO DÓLAR - PERÍODO: 2017 X 2018	33
GRÁFICO 12. RENTABILIDADE DOS TÍTULOS PÚBLICOS - 2018	36
GRÁFICO 13. COMPORTAMENTO DA BOLSA DE VALORES NO PERÍODO DE 2008 A 2018	37

GRÁFICO 14. DISPERSÃO RISCO X RETORNO MAIO 2014 A DEZEMBRO 2018	38
GRÁFICO 15. DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DE FUNDOS SEGUNDO AS RENTABILIDADES	39
GRÁFICO 16. DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS MAIORES E MENORES QUE O REFERENCIAL	39
GRÁFICO 17. TRACKING ERROR X RETORNO - MAIO/2014 A DEZEMBRO/2018	40
GRÁFICO 18. DESEMPENHO DOS FIA'S - SAGA E MAPFRE SF	45
GRÁFICO 19. PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO - PCH / FIP	48
GRÁFICO 20. EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL	51
GRÁFICO 22. APOSENTADOS X PENSIONISTAS	58
GRÁFICO 22. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS – FAIXA ETÁRIA	58
GRÁFICO 23. PATRONAL X ASSISTIDOS	60
GRÁFICO 24. PATRONAL X ASSISTIDOS	61
GRÁFICO 25. PATRONAL X PARTICIPANTES	61
GRÁFICO 26. TOTAL DE RECEITAS ATIVOS X PATRONAL	62
GRÁFICO 27. TOTAL DAS DESPESAS POR TRIMESTRE	62
GRÁFICO 28. TOTAL DAS DESPESAS POR TRIMESTRE	64
GRÁFICO 29. DESEMPENHO ACUMULADO	65
GRÁFICO 30. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO	67
GRÁFICO 31. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO	68
GRÁFICO 32. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – SEGMENTO DE RENDA FIXA	71
GRÁFICO 33. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	74
GRÁFICO 34. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO ESTRUTURADO	76
GRÁFICO 35. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO IMOBILIÁRIO	78
GRÁFICO 36. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS ACUMULADA POR ANO	80
GRÁFICO 37. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS NO TRIMESTRE	81
GRÁFICO 38. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – EMPRÉSTIMOS	82
GRÁFICO 39. EVOLUÇÃO DA DURATION	86
GRÁFICO 40. PATRONAL X PARTICIPANTE	103
GRÁFICO 41. TOTAL DA RECEITA POR TRIMESTRE – PATRONAL X PARTICIPANTE	104
GRÁFICO 42. RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADO ACIMA DA TAXA INDICATIVA	104
GRÁFICO 43. RENTABILIDADE LÍQUIDA ACUMULADO ACIMA DA TAXA INDICATIVA	105
GRÁFICO 44. RENTABILIDADE DOS FUNDOS DE PREVIDÊNCIA BALANCEADOS X CODEPREV	107
GRÁFICO 45. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO	108
GRÁFICO 46. EVOLUÇÃO DA DURATION	113
GRÁFICO 47. DESEMPENHO ACUMULADO DA COTA	123
GRÁFICO 48. DESEMPENHO ACUMULADO	126
GRÁFICO 49. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO	128



# QUADROS

GRÁFICO 50. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO	129	QUADRO 1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	53
GRÁFICO 51. EVOLUÇÃO DO DURATION	137	QUADRO 2. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – SETEMBRO/2018	54
GRÁFICO 52. RECURSOS RECEBIDOS	150	QUADRO 3. CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS	55
GRÁFICO 53. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DAS RECEITAS	151	QUADRO 4. BALANÇO PATRIMONIAL	90
GRÁFICO 54. DESPESAS REALIZADAS	152	QUADRO 5. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	91
GRÁFICO 55. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DA DESPESA	153	QUADRO 6. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	92
GRÁFICO 56. PARTICIPAÇÃO DO RENDIMENTO DOS INVESTIMENTOS	154	QUADRO 7. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	93
GRÁFICO 57. ENQUADRAMENTO LEGAL	158	QUADRO 8. POSIÇÃO DA CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS	94
GRÁFICO 58. RENTABILIDADE POR SEGMENTO	161	QUADRO 9. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	99
GRÁFICO 59. EVOLUÇÃO DA DURATION	163	QUADRO 10. BALANÇO PATRIMONIAL	116
		QUADRO 11. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	117
		QUADRO 12. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	117
		QUADRO 13. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	118
		QUADRO 14. CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS	119
		QUADRO 15. EVOLUÇÃO DA COTA	122
		QUADRO 16. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	123
		QUADRO 17. BALANÇO PATRIMONIAL	141
		QUADRO 18. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	141
		QUADRO 19. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	142
		QUADRO 20. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	142
		QUADRO 21. POSIÇÃO DA CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS	143
		QUADRO 22. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	146
		QUADRO 23. ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO	153
		QUADRO 24. CUSTEIO – BASE DE CÁLCULO E LIMITES LEGAIS	155
		QUADRO 25. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	156
		QUADRO 26. BALANÇO PATRIMONIAL	165
		QUADRO 27. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	165

QUADRO 28.	CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PB I – BD (FECHADO)	166
QUADRO 29.	CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PB II – CODEPREV	167
QUADRO 30.	CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PB III – SALDADO	168
QUADRO 31.	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	169
QUADRO 32.	RECEITAS X DESPESAS ADMINISTRATIVAS	171

## TABELAS

TABELA 1.	INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - 2018	34
TABELA 2.	FIA'S DA AMOSTRA SELECIONADA	41
TABELA 3.	CLASSIFICAÇÃO POR VOLATILIDADE	43
TABELA 4.	CLASSIFICAÇÃO POR TRACKING ERROR	44
TABELA 5.	INÍCIO DA OPERAÇÃO COMERCIAL DAS PCH'S / FIP	46
TABELA 6.	PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO - PCH'S / FIP	46
TABELA 7.	EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE - ACUMULADA	66
TABELA 8.	ENQUADRAMENTO LEGAL	67
TABELA 9.	RENTABILIDADE	68
TABELA 10.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA FIXA	72
TABELA 11.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA VARIÁVEL	73
TABELA 12.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – ESTRUTURADO	75
TABELA 13.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – IMOBILIÁRIO	77
TABELA 14.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS	79
TABELA 15.	CONCESSÕES	80
TABELA 16.	DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS – ACUMULADA NO ANO	81
TABELA 17.	DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	83
TABELA 18.	OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS	84
TABELA 19.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	88
TABELA 20.	RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA - I/BD - ACUMULADA 2018	89
TABELA 21.	EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE BRUTA – ACUMULADA	106
TABELA 22.	ENQUADRAMENTO LEGAL	108
TABELA 23.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS	109
TABELA 24.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO	110
TABELA 25.	DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	111
TABELA 26.	OPERAÇÕES CURSADAS EM 2018	112
TABELA 27.	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	114

TABELA 28.	RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA - I/BD - ACUMULADA 2018	116
TABELA 29.	DESEMPENHO ACUMULADO	127
TABELA 30.	ENQUADRAMENTO LEGAL	128
TABELA 31.	RENTABILIDADE	129
TABELA 32.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA FIXA	130
TABELA 33.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA VARIÁVEL	131
TABELA 34.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	132
TABELA 35.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – IMOBILIÁRIO	133
TABELA 36.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	134
TABELA 37.	DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	135
TABELA 38.	OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS	136
TABELA 39.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	139
TABELA 40.	RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA - III/BS - ACUMULADA 2018	140
TABELA 41.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS	157
TABELA 42.	ENQUADRAMENTO LEGAL	160
TABELA 43.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO	161
TABELA 44.	DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	162
TABELA 45.	OPERAÇÕES CURSADAS EM 2018	163
TABELA 46.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	164







# APRESENTAÇÃO

Os dados apresentados estão acumulados até o 4º Trimestre de 2018. Elaborado por determinação da Diretoria Executiva foi produzido pelas áreas administrativas gerenciais da Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO, subordinadas diretamente a cada Diretoria. Objetiva dar conhecimento aos Conselhos Deliberativo e Fiscal sobre as atividades desenvolvidas, e ainda, permitir comparar os resultados com outros de exercícios anteriores, relativamente ao mesmo período de tempos. Há também a análise e apresentação dos indicadores projetados linearmente, na tentativa de antever desvios a tempo de, em sendo necessário, proceder a ajustes necessários, que cotejados com as expectativas levantadas nas peças orçamentárias servem de balizadores aos gestores da entidade.

Os relatórios gerenciais trimestrais são os veículos destinados a atender os determinantes da Resolução CGPC Nº 13, de 01/10/04, em especial os seguintes:

Art. 7º: A estrutura organizacional deve permitir o fluxo das informações entre os vários níveis de gestão e adequado nível de supervisão.

Parágrafo único. A EFPC deve manter estrutura suficiente para administrar seus planos de benefícios, evitando desperdícios de qualquer natureza ou a prática de custos incompatíveis.

Art. 16. Observado o disposto em normas específicas, as políticas de investimento, as premissas e hipóteses atuariais estabelecidas para períodos de tempo determinados devem ser divulgadas aos patrocinadores, instituidores e empregados da EFPC e aos participantes e assistidos dos planos de benefícios, de modo a propiciar o empenho de todos para a realização dos objetivos estabelecidos.

§ 1º O orçamento da EFPC, segregado por plano de benefícios, deve ser elaborado considerando as especificidades de cada plano.

Art. 17. Sem prejuízo do disposto em normas específicas, a comunicação com os participantes e assistidos deve ser em linguagem clara e acessível, utilizando-se de meios apropriados, com informações circunstanciadas sobre a saúde financeira e atuarial do plano, os custos incorridos e os objetivos traçados, bem como, sempre que

solicitado pelos interessados, sobre a situação individual perante o plano de benefícios de que participam.

Parágrafo único. A divulgação dos custos a que se refere o caput deve abranger os gastos referentes à gestão de carteiras, custódia, corretagens pagas, acompanhamento da política de investimentos, consultorias, honorários advocatícios, auditorias, avaliações atuariais e outras despesas relevantes.

O material dele constante permite aos Conselhos o acompanhamento periódico das atividades e resultados produzidos pela gestão da entidade e dos Planos de Benefícios, sob a gestão da Fundação. Foca também o confronto das realizações com as projeções orçamentárias. Assim procedendo fornece subsídios para conhecimento e avaliação dos riscos assumidos, dos resultados alcançados vis-à-vis o que foi planejado, e também, demonstra o comportamento atual comparativamente aos trimestres de iguais períodos dos exercícios anteriores.

A estrutura deste relatório contempla a cisão do Plano BD, proveniente do Saldamento, o que representa um novo plano sob a gestão da São Francisco. Dessa forma a sua estrutura segue a seguinte ordem: (i) Apresentação; (ii) Aspectos gerais; (iii) Os Planos de Benefícios: I/BD; Plano II/CD-Codeprev e Plano III - BSaldado; e, (iv) Plano de Gestão Administrativa-PGA.



# MENSAGEM AOS PARTICIPANTES

Nossa responsabilidade é grande! Encerramos o exercício de 2018 com um patrimônio total de R\$ 838,9 milhões! Ao todo, já são mais de 850 famílias recebendo benefícios oriundos dos planos de previdência administrados pela Fundação São Francisco.

Os resultados dos nossos planos em 2018 demonstram a seriedade de nossa gestão, que trabalha para garantir bons retornos financeiros aos nossos participantes, proporcionando segurança e tranquilidade ao futuro de todos.

Após o exitoso processo de saldamento dos Benefícios do Plano I, encerrado em 30 de novembro de 2017, iniciamos 2018, ano de eleições presidenciais, com uma missão a cumprir: vencer a incerteza e a volatilidade que acompanham o processo eleitoral para os cargos majoritários. Como vocês poderão observar ao longo deste Relatório, obtivemos bons retornos diante desse cenário econômico e político.

O Plano I fechou o ano de 2018 com 585 aposentados e 260 pensionistas. No ano, a rentabilidade obtida foi de 12,73% a.a., superando a meta atuarial que era de 8,63%

a.a.. O bom desempenho dos investimentos ficou acima do mínimo atuarial em 4,10 pontos-base.

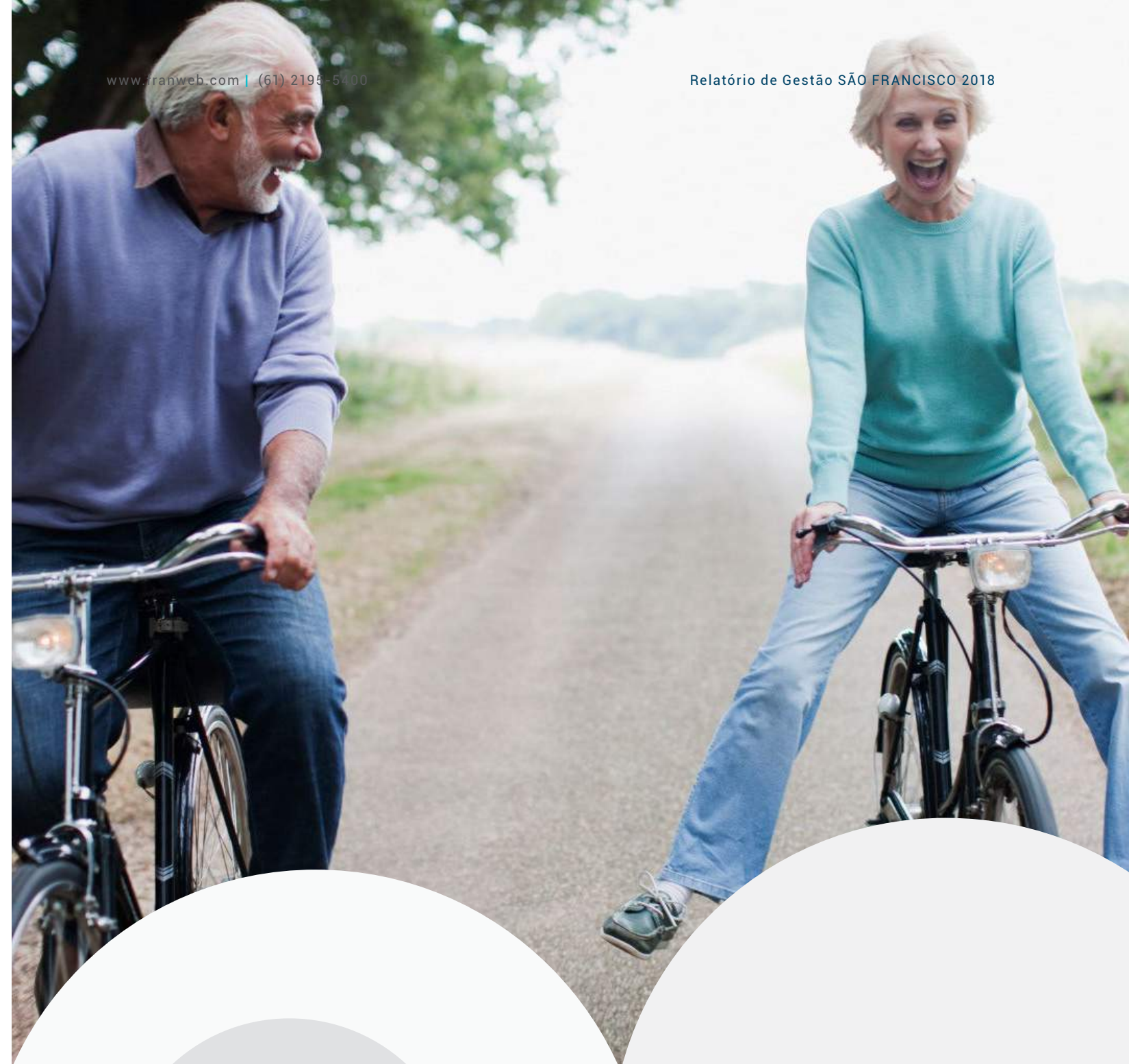
O PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV, plano de contribuição definida, aberto a novas adesões, encerrou 2018 com 1015 participantes ativos e 2 assistidos.

A rentabilidade do CODEPREV em 2018 foi de 11,66%, superando a Taxa Indicativa registrada no decorrer do ano que foi de 7,05%. O desempenho dos investimentos ficou acima da Taxa Indicativa em 4,31.

O terceiro plano que está sob a gestão da Fundação São Francisco é o Plano de Benefício III ou Saldado. Este plano se originou da cisão do Plano I no processo de Saldamento, encerrando o ano de 2018 com 338 participantes ativos e 3 pensionistas e rentabilidade de 11,06%.

Neste Relatório Anual você poderá acompanhar todos os resultados referentes ao exercício 2018 e as informações sobre o seu plano de benefícios. A Diretoria Executiva da Fundação São Francisco, empenhada em garantir um futuro tranquilo que mantenha o padrão de vida de todos os beneficiários, deseja a todos uma ótima leitura!

*Diretoria Executiva*



# 1. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS EMPREGADOS ATENDIDOS E NÃO-ATENDIDOS

GRÁFICO 1. EMPREGADOS X PARTICIPANTES

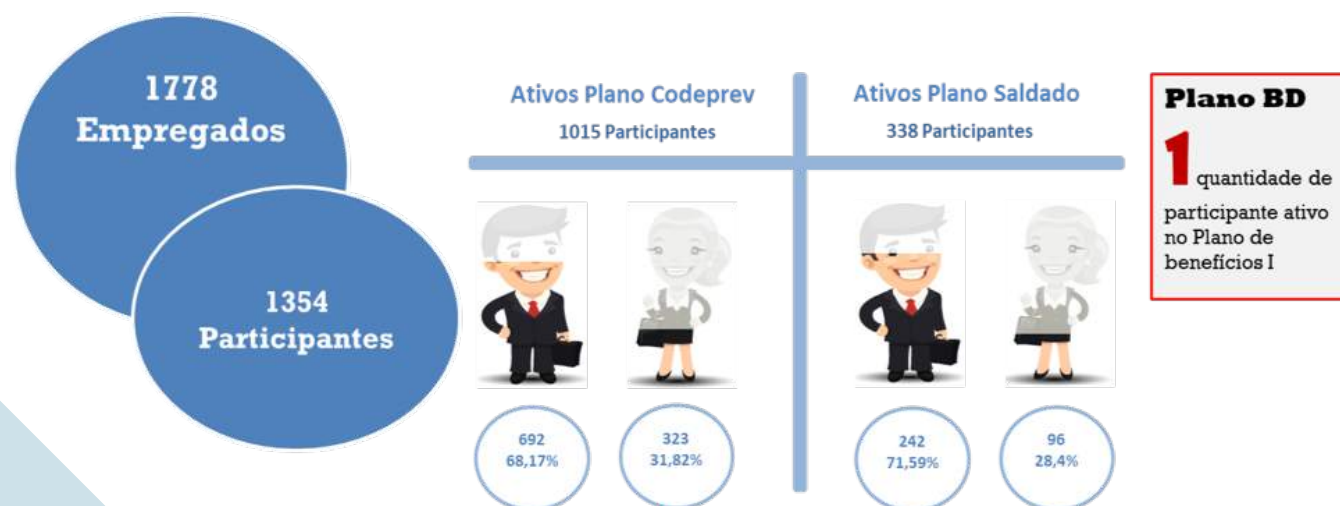


GRÁFICO 2. PARTICIPANTES POR LOCALIDADE

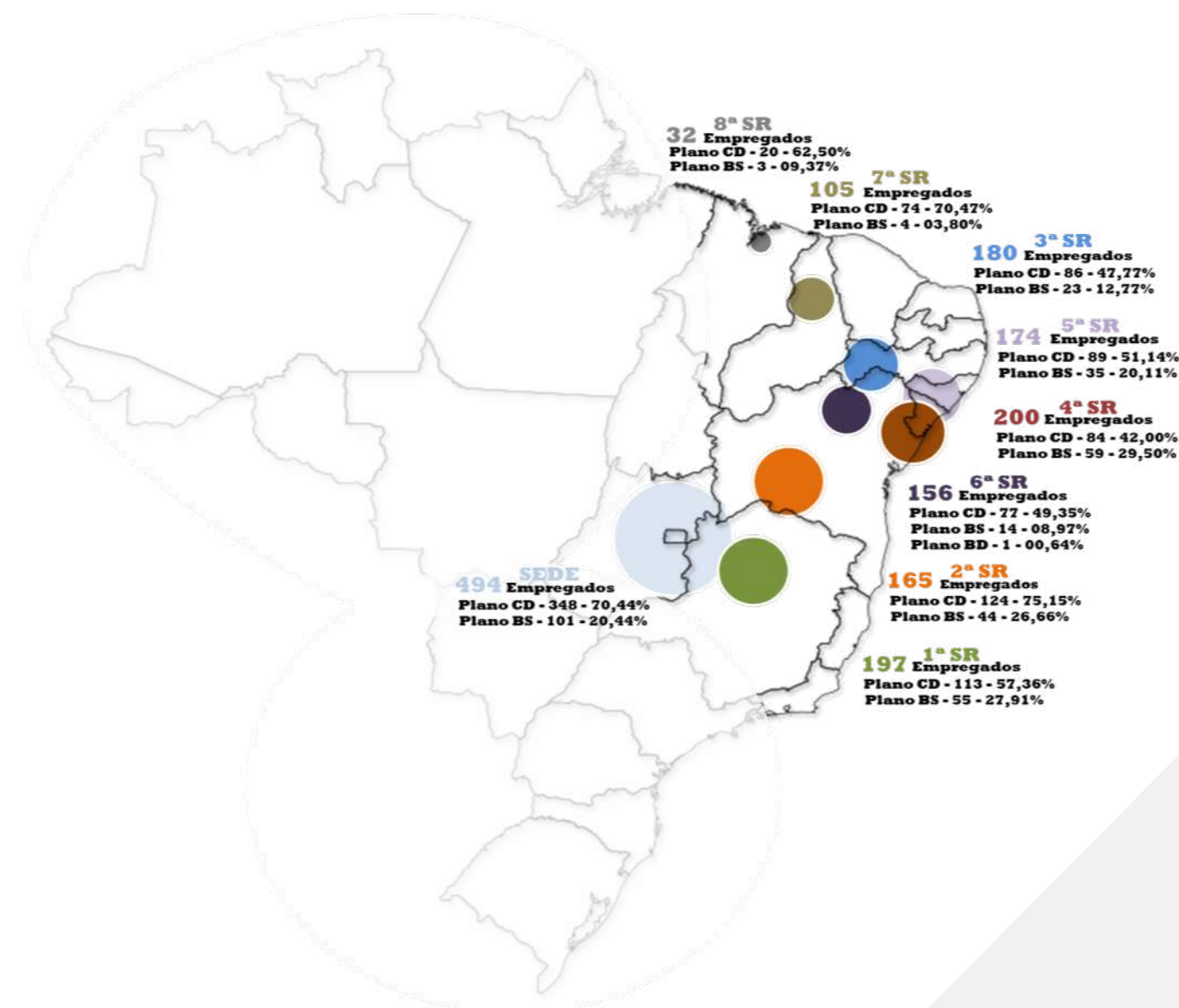




GRÁFICO 3. ASSISTIDOS POR LOCALIDADE

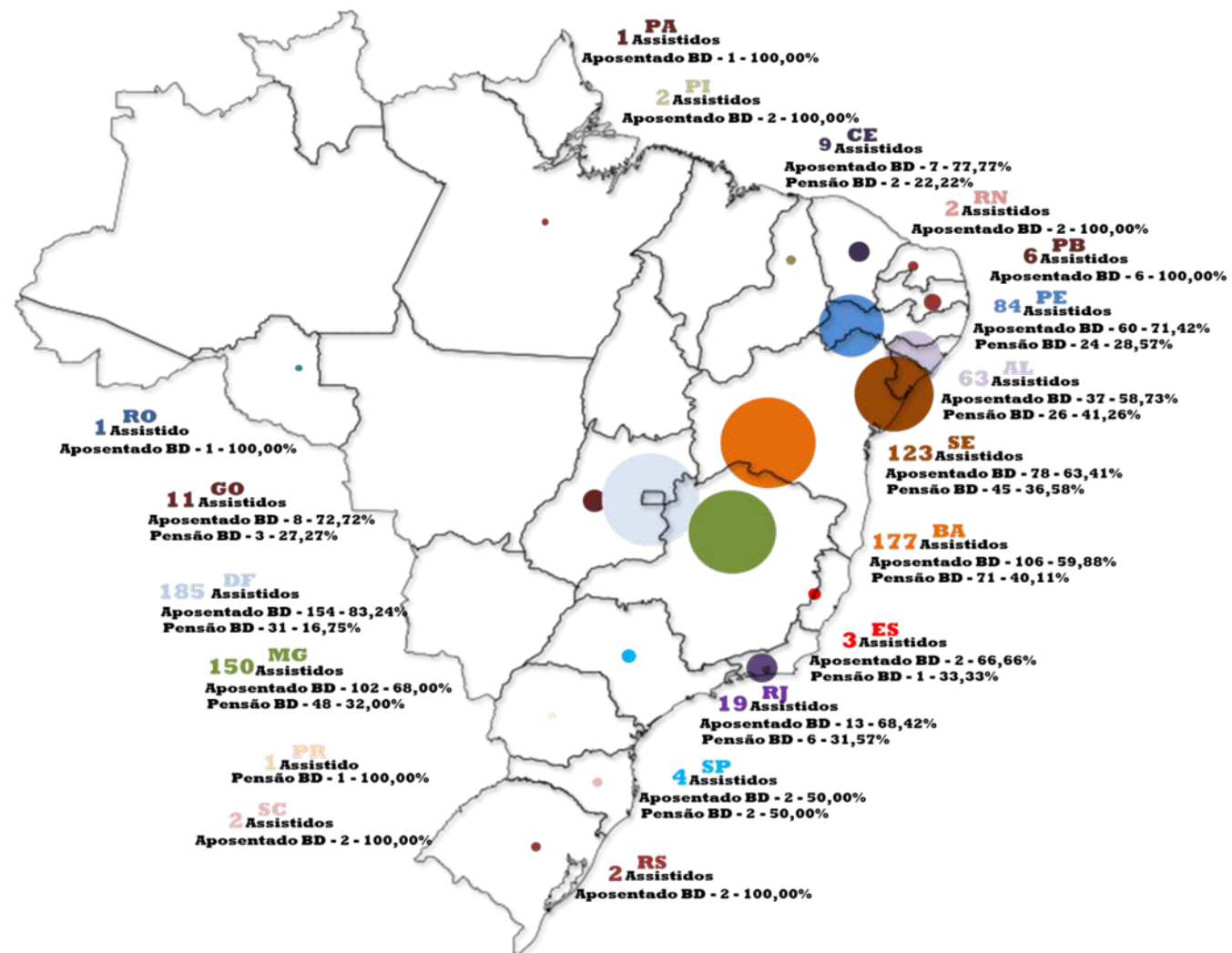
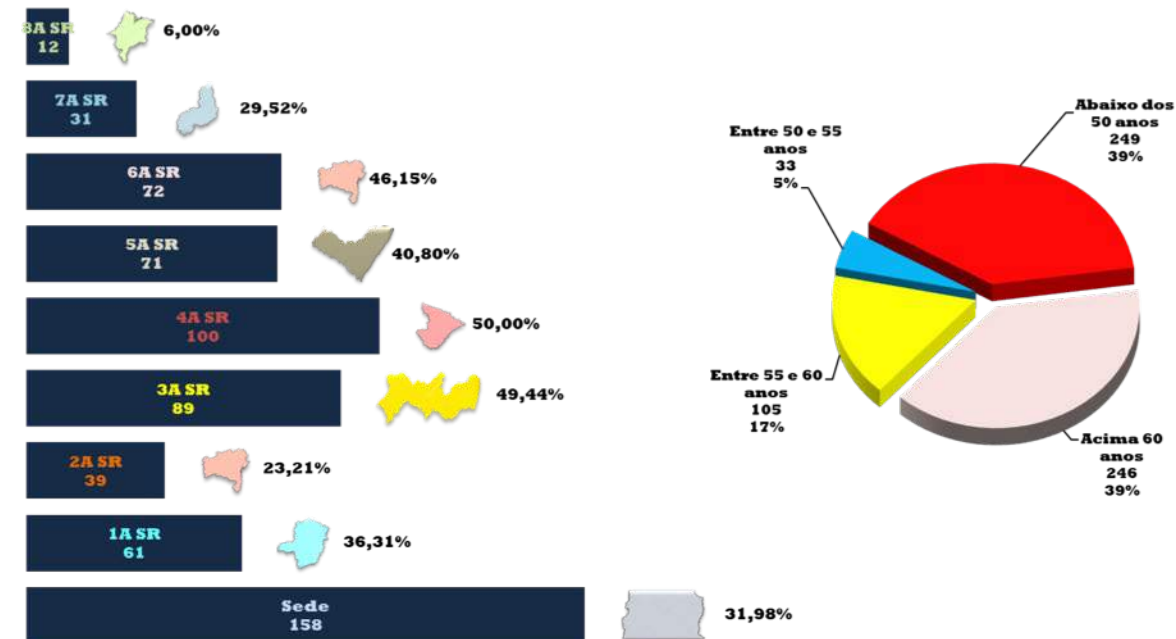


GRÁFICO 4. EMPREGADOS SEM PLANOS DE BENEFÍCIOS POR ESTADO

**Empregados sem planos de benefícios por estado**



## 2 COMPORTAMENTO ECONÔMICO E VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

### 2.1 ASPECTOS GERAIS DE MERCADO:

#### 2.1.1 Cenário Econômico

Encerrado o 4º trimestre de 2018, encerra-se também o processo eleitoral brasileiro, com a vitória de Jair Messias Bolsonaro (PSL) para Presidente da República - período 2019/2022, finalizando um longo período de incertezas eleitorais, imputando ao mercado financeiro e de capitais fortes mudanças de humor do setor empresarial e dos investidores internos e externos. No entanto, todo o processo de otimismo registrado pós-eleição, veio acompanhado de um alerta: é condição "Sine qua non" avançar com as reformas estruturais (Previdência e Tributária), buscando a retomada do crescimento econômico, com foco na geração de empregos. Foi sem dúvidas, um ano extremamente desafiador, sem abandonar o processo dinâmico observado em várias áreas, com destaque para a política interna; o econômico e as turbulências externas:

- Política Interna: Em 2018 o Brasil foi marcado pelo processo eleitoral nos dois Poderes - Executivo (Presidente e Governos Estaduais) e Legislativo (Câmara e Senado Federal) - para o período 2019/2022. No Legislativo, foi registrado a maior taxa de renovação das últimas décadas. No Senado, apenas 8 das 54 vagas em disputa foram ocupadas por candidatos que disputaram reeleição na votação, isto é, 85% de renovação. Na Câmara, a taxa de renovação ficou em 47% das cadeiras. A última vez em que a Câmara teve uma renovação tão grande foi em 1994, quando 54,2% dos deputados eleitos eram novos - Fonte: Câmara dos Deputados;

- O econômico: os agentes dos setores produtivos e de serviços se destacaram em busca da recuperação gradual da economia, envolvendo uma agenda positiva do Governo Federal aliada aos investidores privados, focado na geração de empregos e investimentos diretos na economia, buscando de forma sistemática a reversão do pífio crescimento do PIB de 1,00% registrado em 2017 e o desempenho negativo de 3,80% e 3,60% em 2015 e 2016, respectivamente, porém, bastante engessada pelos eventos alheios à vontade do governo, que tornou-se refém do Poder Legislativo (Câmara e Senado Federal), deixando em segundo plano os projetos no âmbito das reformas estruturais, necessários para a retomada dos investimentos federais e privados, prejudicando de forma perversa o processo de crescimento do país. Ao mesmo tempo, ocorria em paralelo a continuação das investigações de corrupção (Operação Lava Jato), que a cada descoberta de desvios de recursos, abalava a confiança dos empresários do setor produtivo em possíveis decisões do governo federal, gerando elevado processo de indecisão dos investidores internos e externos e, por último,

- As turbulências na economia mundial: "No mercado internacional, o ano começou com projeções bastante otimista para a economia dos países do eixo EUA, Europa e Ásia. O crescimento projetado para o PIB global pelo FMI, OCDE alimentavam esta expectativa. No entanto, com o decorrer do ano a situação foi mudando radicalmente e não faltaram eventos importantes para reverter este otimismo" - Fonte: Mirae Asset-Wealth Management - CCTVM. A economia americana continua demonstrando

resultados positivos e consistentes com perspectiva de um PIB de 3,10% para 2018 e 2,5% para 2019. No entanto, a China e a Zona do Euro, demonstram números abaixo das perspectivas iniciais.

#### a) Fatos relevantes em 2018:

Economia Americana: (i) Crescimento robusto da economia, com PIB anualizado para 2018 em 3,10%; (ii) Elevada geração de emprego, colocando a região em condição de pleno emprego; (iii) A Inflação se manteve comportada e abriu espaço para o Banco Central Americano (FED) acelerar a normalização de taxa de juros, realizando quatro aumentos de taxa no ano; (iv) O Presidente Donald Trump, após êxito em seu programa de redução de impostos, partiu para novos temas polêmicos como a guerra comercial contra outros países, mas com foco principal na China; (v) A preocupante ralação entre Coreia do Norte e EUA terminou com uma proposta de retirada de armas nucleares daquele país e (vi) No final de dezembro, sem entendimento político, o teto da dívida dos EUA não foi ajustado economia ficou paralisada até o início de 2019 - Fonte: Mirae Asset-Wealth Management - CCTVM.

Zona do Euro: "Encerrado o exercício de 2018, a Zona do Euro continua com elevada dificuldade para acelerar seu crescimento econômico. Ciente desse fato, o Banco Central Europeu tem mantida sua política monetária acomodatória e assim deve continuar ao longo de 2019. O mercado também ficará atento ao processo de saída do Reino Unido, o chamado "Brexit". Espera-se que as duas partes cheguem a um acordo para que o evento não produza sequelas

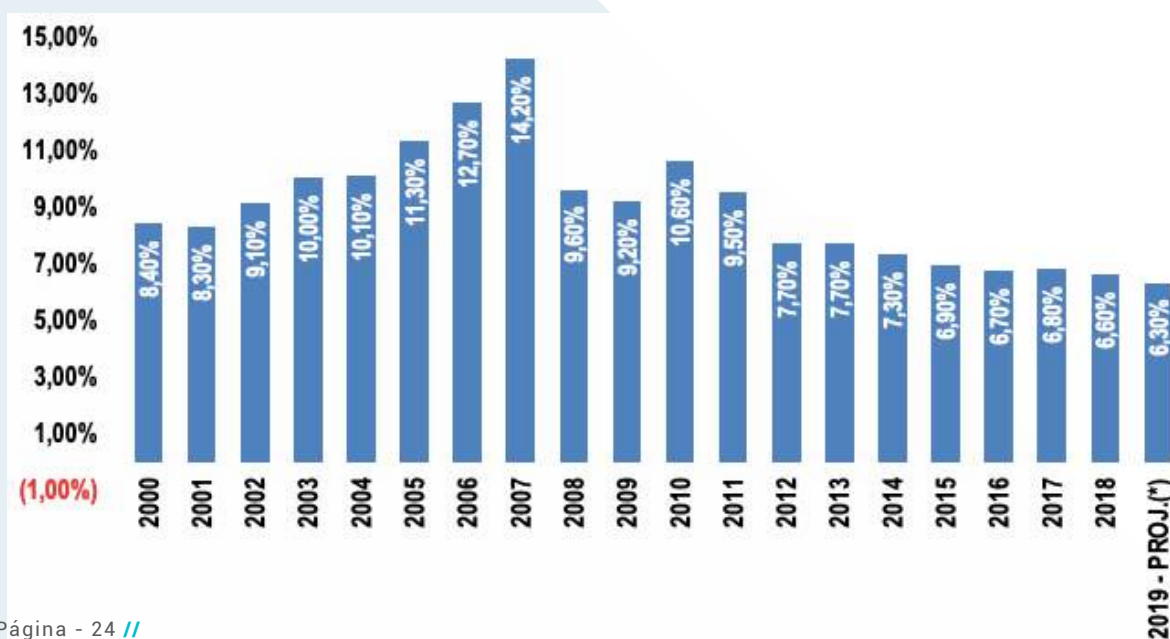




que reverberem ao longo prazo". Destaca-se ainda como fatos relevantes: (i) Apreensão com a Itália, com o Governo anunciando um déficit fiscal acima do esperado pelo Banco Central Europeu e (ii) O Presidente do Banco Central Europeu (BCE) anunciou o fim dos programas de estímulo e prepara aumento de juros para 2019, mas ainda ameaçado pela fraqueza da recuperação da economia local. A inflação desacelerou em dezembro e atingiu o menor nível desde abril. A inflação ao consumidor (CPI) subiu 1,6% em termos anuais, menor variação desde abril (1,3%). Na margem, o CPI da região se manteve estável após contração de 0,2% em novembro. Em sua composição, o item de energia desacelerou de 9,1% em novembro para 5,4% em dezembro, enquanto a inflação de bens manteve elevação de 0,4% pelo terceiro mês consecutivo. O núcleo da inflação, que exclui os preços de energia e de alimentos, avançou 0,5% na margem e teve crescimento de 1,0% na comparação anual, mesmo resultado registrado no mês anterior" - Fontes: Kondor - Invest / Carta do Gestor/dezembro de 2018; Mirae Asset-Wealth Management - CCTVM e Informe Econômico - BRAM - Asset Management - 18.01.2019.

China: Encerrado o quarto trimestre de 2018, confirma-se também as previsões menos otimista de crescimento da China, isto é, um ritmo mais lento e fraco para a segunda maior economia mundial. Apesar do crescimento acima da média global, o resultado confirmou o processo de desaceleração observado ao longo do ano. Em 2018, o PIB da China registrou crescimento de 6,60%, o menor valor em 28 anos, contra 6,80% em 2017 - redução de 0,20 pontos percentuais, dando sinais de enfraquecimento e aumentando de forma elevada as preocupações sobre o risco à economia global. A queda observada acontece sob o peso do enfraquecimento da demanda doméstica e das tarifas dos Estados Unidos, pressionando Pequim a adotar mais medidas de estímulo para evitar uma desaceleração mais acentuada. Com o resultado final de 2018 e as recentes restrições geradas a partir da guerra comercial criada pelo Governo americano para os produtos chineses, ainda sem solução no curto prazo, o mercado projeta o crescimento do PIB da China para 2019 em 6,30% - Fonte: Escritório Nacional de Estatísticas - ONE- Site G1. Abaixo gráfico com o comportamento do PIB Chinês no período de 2000 a 2018, seguida da projeção para 2019:

**GRÁFICO 5. COMPORTAMENTO DO PIB DA CHINA - % - 2000 / 2018**



**b) Economia Brasileira:**

No Brasil o ano de 2018 ficou marcado pelo processo político, conforme já comentado, aliada às eleições Presidencial; Governos Estaduais e o Congresso Nacional (Deputados e Senadores) para o período 2019/2022. Neste interim, a economia seguiu engessada, com ocorrência de eventos como: A Greve dos Caminhoneiros; Copa do Mundo; Prisões de Políticos (Destaque para o ex-presidente Lula); o elevado número de desempregados e ao seu final o processo eleitoral que levou o candidato de direita Jair Bolsonaro a ganhar o espaço, antes pertencente à esquerda (PT).

Destaca-se ainda, a fraqueza do governo Temer, que após o escândalo do evento JBS ocorrido em 2017 não conseguiu dar andamento a etapas importantes, como a Reforma da Previdência. Ademais, a atividade econômica ficou aquém do que o mercado esperava. Como aspecto positivo o mercado comemorou os níveis comportados de inflação, o que levou o Banco Central a manter a Taxa Básica de Juros da Economia - Selic em 6,50% ao ano.

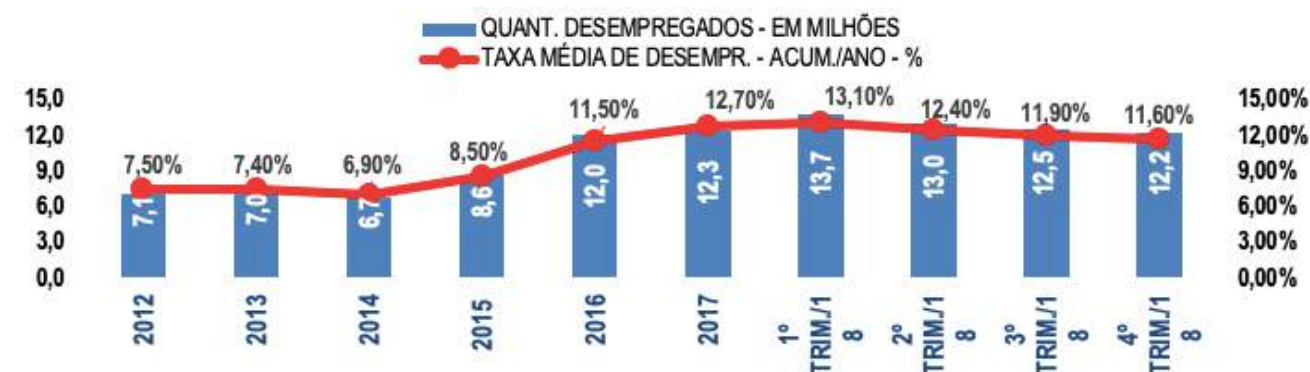
Mais uma vez, as Contas Públicas Consolidadas do país – Caixa do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) encerrou o exercício de 2018 com Déficit primário de R\$ 120,3 bilhões, equivalentes a 1,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Em termos reais,

o resultado do ano é 3,2% menor que o valor registrado em 2017, quando o déficit foi de R\$ 124,4 bilhões em valores nominais, ou seja, sem atualização pela inflação. A dívida líquida do setor público (balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais) chegou a R\$ 3,695 trilhões em dezembro de 2018,

o que correspondeu a 53,8% do PIB, expansão de 0,4 ponto percentual em relação a novembro. Em dezembro, a dívida bruta - que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R\$ 5,272 trilhões ou 76,7% do PIB, com redução de 0,6 ponto percentual na comparação com novembro – Fonte: Agência Brasil - EBC - 29.01.2019.

A Taxa de Desemprego no Brasil no encerramento de 2018 atingiu 11,60% no trimestre móvel encerrado em dezembro, contra 11,90% alcançada no trimestre julho a setembro de 2018, registrando uma queda de 0,3 ponto percentual. Segundo o IBGE, o número de desempregados foi de 12,2 milhões de pessoas, contra 12,5 milhões registrados no 3º trimestre de 2018, queda de 2,4%, isto é, menos 297 mil pessoas. Em relação ao mesmo trimestre de 2017 (12,3 milhões), o indicador demonstra que houve estabilidade. Entre 2012 e 2018, o contingente passou de 7,1 para 12,2 milhões de pessoas (5,1 milhões de pessoas na busca de empregos), ou seja, alta de 71,83% - Fonte: IBGE.

**GRÁFICO 6. TAXA DE DESEMPREGO X QUANTIDADE DE DESEMPREGADOS**





A Indústria Brasileira: A produção Industrial brasileira registrou alta de 0,2% em dezembro, na comparação com novembro. Com isso, a indústria brasileira acumulou no ano crescimento de 1,1%, o que representa uma desaceleração significativa frente a 2017 (2,5%), quando interrompeu três anos consecutivos de taxas negativas. Foi o pior resultado para o mês de dezembro desde 2015 (-1,9%), na comparação com o mês imediatamente anterior, segundo a série histórica da pesquisa. Na comparação com dezembro de 2017, o Setor Industrial registrou queda de 3,6%, também o pior resultado interanual para o mês desde 2015 (-12%), o que reforça a leitura de que a recuperação do setor segue frágil e em ritmo lento - Fonte: IBGE - 01.02.2019.

Os dados divulgados pelo Banco Central – FOCUS – Relatório de Mercado (15.02.2019), a mediana do mercado para o crescimento da economia brasileira caiu às projeções para 2018. A expansão de 1,34% inicialmente prevista no decorrer do 3º trimestre, espera agora avanço de 1,30% no Produto Interno Bruto (PIB). Para o exercício de 2019 e 2020, a expectativa reduziu de 3,00% para 2,38% e 2,58%, respectivamente.

**GRÁFICO 7. COMPORTAMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB - % - 2012 / 2020**



### 2.1.2 Perspectivas para 2019:

Para o exercício de 2019, o cenário inicia-se influenciado diretamente pelas incertezas que rondaram e abalaram o humor dos agentes do mercado financeiro e de capitais ao longo de 2018.

- **EUA:** A administração do Presidente Donald Trump continuará de forma contundente no radar dos agentes econômicos, com destaque para: (i) O Muro na Fronteira do México: As discussões e a geração de conflitos entre o Governo e os deputados de oposição acerca da verba para construção do muro na fronteira com o México que acabaram por levar o Presidente da maior economia do mundo a não assinar o orçamento aprovado pelo Congresso, gerando o mais longo "Shutdown" de sua história (paralisação do governo e isso ocorre porque o orçamento do atual ano fiscal não foi aprovado), gerando um imbróglio político, sem solução no curto prazo, podendo afetar o desempenho econômico de 2019 naquele país e (ii) A Guerra Comercial entre EUA e a China: outro foco de atenção para 2019 continua sendo o desempenho da economia chinesa, a segunda maior do mundo. O país já

vinha apresentando redução no seu ritmo de crescimento quando o governo norte-americano desencadeou a chamada "Guerra Comercial", elevando acentuadamente as tarifas sobre a maior parte das exportações da China para o mercado dos Estados Unidos. Em meados de março o tema voltará a ser discutido pelas duas potências mundiais, caso não tenha sido encontrado um acordo amigável. A redução do crescimento da China poderá afetar os preços das matérias primas, impactando boa parte das economias emergentes que dependem de suas exportações. Além disso, significará menor crescimento global. Todos esses itens acima descritos, prendem-se à preocupação com o processo de uma possível recessão americana, dado que em 2020, as decisões de afrouxamento fiscal implementado pelo Presidente Donald Trump serão finalizadas.

- **Zona do Euro:** As perspectivas para a Zona do Euro em 2019, não se vislumbra nada de diferente no decorrer dos primeiros meses do ano, dado que a região continuará em dificuldades para acelerar o seu crescimento econômico. O mercado continua com os olhos no cenário macro da região, haja vista as decisões



nada fácil em relação a saída do Reino Unido, o chamado "Brexit", com destaque para as difíceis decisões em relação a fronteira entre as duas Irlandas: A Irlanda do Norte constitui parte do reino Unido, enquanto a Irlanda, nação independente e membro da União Europeia. Por outro lado, os países da região apresentam elevado grau de endividamento, como no caso da Itália. Diante desses fatos, o Banco Central Europeu (BCE) tem mantida sua política monetária de acomodação e assim deve continuar ao longo de 2019.

- China: "Para o exercício de 2019, a China deve se preparar para enfrentar dificuldades econômicas, segundo informações do premiê daquele país (primeiro-ministro Li Keqiang, noticiado na Rádio Estatal), uma vez que a economia vem sofrendo cada vez mais pressão. Neste processo, o país busca manter o crescimento econômico dentro de um intervalo razoável em 2019, acrescentando que o governo vai aumentar os investimentos em serviços e infraestrutura e expandir o consumo" - Fonte: Site - Terra- Economia - 16.01.2019. As expectativas iniciais da China indicam uma queda na economia, com projeções do PIB para 2019 apontando um patamar abaixo de 6,50% registrado em 2018 e devendo aos desdobramentos da guerra comercial com os EUA.

#### Cenário Brasileiro:

- Política: As perspectivas para 2019 do mercado, de olhos nos principais formadores de opinião, se voltam para o processo de renovação das casas legislativas brasileira - Senado e Câmara Federal: de cada quatro senadores que tentaram a reeleição em 2018, três não conseguiram. Essa estatística marca a eleição surpreendente da história recente do Senado Federal. No total de 54 vagas em disputa, 46 serão ocupadas a partir de 01.02.2019 por novos nomes, isto é, uma renovação de 85%. Na Câmara dos Deputados, a

renovação ficou em 47%. A última vez em que a Câmara teve uma renovação tão alta foi em 1994, quando 54,2% dos Deputados eleitos eram novos. O mercado não espera um céu de brigadeiros no decorrer de 2019 para o Executivo, quando o mesmo deverá compor a sua base política para aprovação das reformas, tendo como carro chefe as Reformas Previdenciária e Tributária.

- Mercado Financeiro e de Capitais: Na economia doméstica, os próximos 100 (cem) primeiros dias do Governo Jair Bolsonaro e sua equipe econômica serão fundamentais para o Mercado Financeiro e de Capitais, focado na agenda positiva nas reformas da Previdência e Tributária. Inicialmente a expectativa do mercado é que o Banco Central diante do quadro de recuperação gradativa da economia, projeta-se que a inflação medida pelo IPCA encerre o ano de 2019 com variação de 4,01%, portanto, baixo do centro da meta (4,50%) mantendo a taxa de juros estável em 6,50% a.a. podendo alçar 7,00% a.a. - Fonte: FOCUS – Relatório de Mercado 18.01.2019. O Ministro da Economia, Paulo Guedes, encontra-se bastante otimista e transmite aos investidores internos e externo a intenção de reduzir a carga tributária para as empresas de 34% para 15%. Para isso, fará possíveis compensações com outras taxas, como juros sobre capital próprio e dividendos, visando o mercado interno e os investidores externos, com menos impostos, segurança jurídica e geração de empregos. Nesse período, devemos observar elevada volatilidade no mercado financeiro e de capitais, com olhos nas próximas reuniões do COPOM ancoradas nas expectativas inflacionárias e as incertezas da economia global.

Por outro lado, enquanto o mercado internacional ameaça desaceleração nas suas atividades, a visão do Brasil é de que a nossa economia vai crescer com o novo governo. Mas, fica claro e

evidenciado que não ficaremos imunes à uma contaminação em caso de se confirmar uma piora do quadro econômico mundial. Apesar do alívio produzido pela vitória do candidato mais afinado com as necessidades de reformas do país, os agentes econômicos permanecem apreensivos com a formação do novo governo. Temos ainda vários fatores negativos que giram contra o processo de crescimento: (i) Elevado nível de desemprego - 11,60% em 2018, com uma massa de 12,2 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho; (ii) Elevada capacidade ociosa das empresas; (iii) elevada dívida interna e (iv) Elevada Inadimplência. Para 2019, com a definição da eleição presidencial e o novo elenco político que irá atuar nas bancadas do Congresso Nacional (Câmara e Senado Federal), as expectativas estão melhorando, o que pode ser observado nos indicadores de confiança do empresário e dos consumidores. Por outro lado, é condição indiscutível os desafios para o Governo Federal já no primeiro semestre de 2019, para que a economia inicie verdadeiro processo de recuperação: (a) Aprovação da Reforma da Previdência, com objetivo de iniciar o saneamento do rombo nas "Contas Públicas; (b) atrair novos investidores internos e externos e (c) tentar diminuir o impacto de uma possível crise externa na

economia brasileira - Fontes de Pesquisa: BACEN; IBGE; Mirae Asset - CCTVM e Kondor - Carta do Gestor/ Dezembro de 2018.

#### 2.1.3 Variáveis Macroeconômicas Internas

##### 2.1.3.1 Taxa Básica de Juros da Economia – SELIC

O Comitê de Política Monetária - COPOM, em sua última reunião realizada no 4º Trimestre de 2018, nos dias 11 e 12 de dezembro, decidiu pela sexta vez manter a Taxa Básica de Juros da Economia - SELIC em 6,50% a.a. A decisão já era esperada pelo mercado financeiro, sem viés.

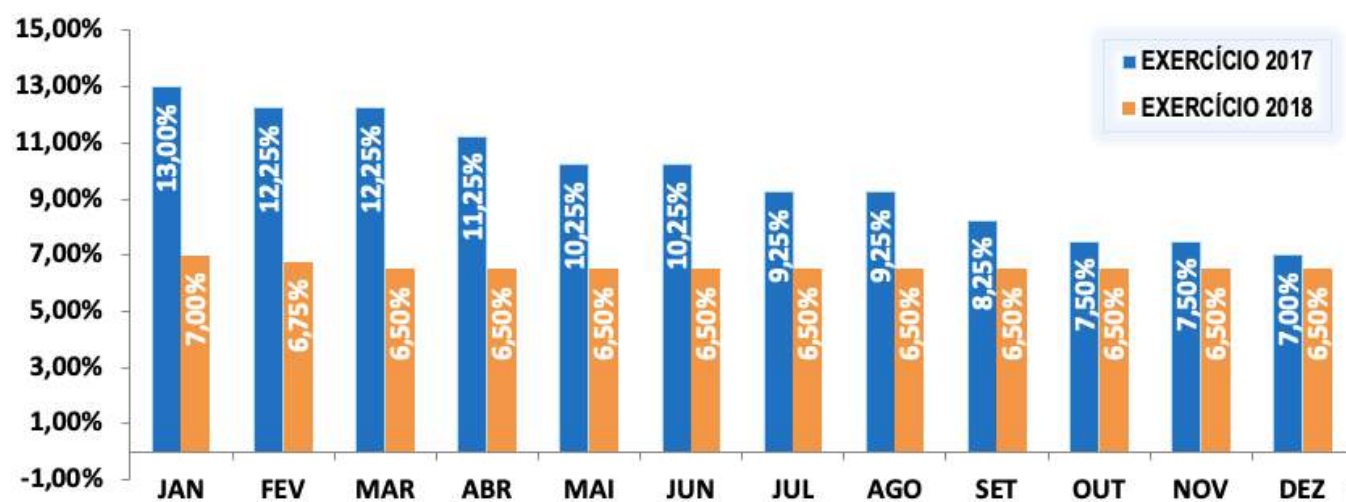
"Os indicadores recentes da atividade econômica continuam evidenciando recuperação gradual da economia brasileira. O cenário externo permanece desafiador para as economias emergentes. Os principais riscos estão associados ao aumento da aversão ao risco nos mercados internacionais, à normalização das taxas de juros em algumas economias avançadas e as incertezas referentes ao comércio global. O COPOM avalia que diversas medidas de inflação subjacente se encontram em níveis apropriados ou





confortáveis, inclusive os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária. As expectativas de inflação para 2018, 2019 e 2020 apuradas pela pesquisa FOCUS encontram-se em torno de 3,70%; 4,10% e 3,00%, respectivamente. As expectativas para 2021 encontram-se em torno de 3,75% e o cenário com trajetórias para as taxas de juros e câmbio extraídas pela pesquisa FOCUS, as projeções do COPOM situam-se em torno de 3,70% para 2018; 3,90% para 2019 e 3,60% para 2020. Esse cenário supõe trajetória de juros que encerra 2018 em 6,50% a.a., se eleva a 7,50% a.a. em 2019 e atinge 8,00% a.a. em 2020. Também supõe trajetória para a taxa de câmbio que termina 2018 em R\$/US\$ 3,78 e tanto para 2019 quanto 2020 em R\$/US\$ 3,80. No cenário com juros constantes a 6,50% a.a. e a taxa de câmbio constante a R\$/US\$ 3,85". - Fonte: Corretora Concórdia - 1.12.2018.

**GRÁFICO 8. TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA – SELIC - PERÍODO 2017 X 2018**



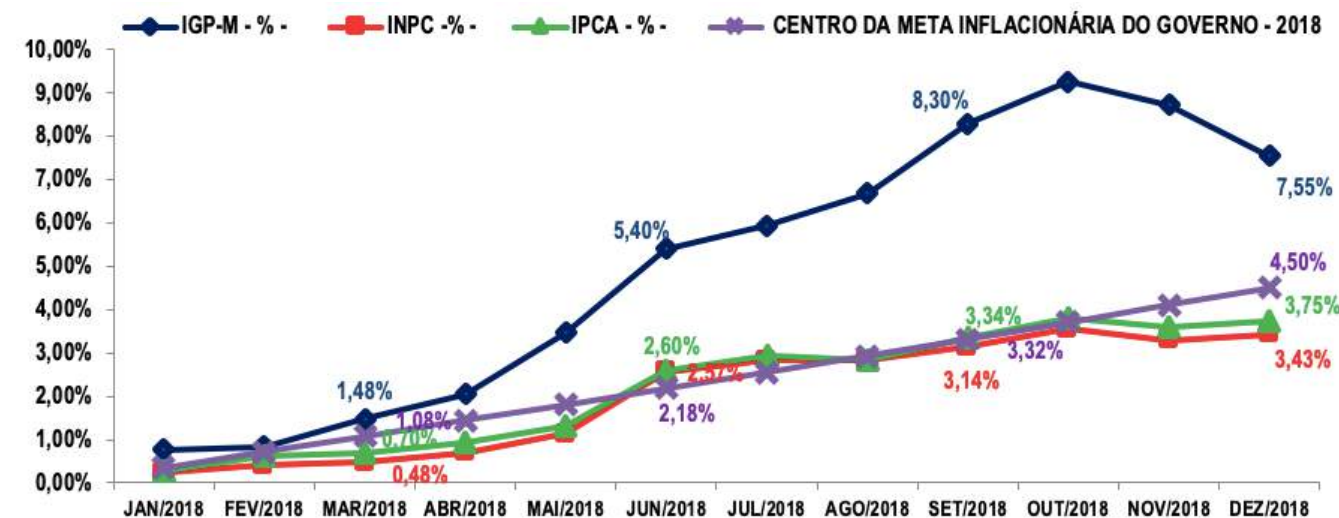
### 2.1.3.2 Taxas de Inflação

Segundo publicação do IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (índice oficial de inflação do Governo Federal) foi positivo em 0,15% em dezembro de 2018, contra uma taxa positiva de 0,44% registrada em dezembro de 2017. Com este resultado, a inflação oficial acumulada no ano de 2018 foi de 3,75% - contra 2,95% registrados em 2017. O resultado encontra-se dentro do limite da meta do Governo Federal, de manter a Inflação em 4,50% a.a., com uma tolerância de 1,50 ponto para cima ou para baixo, ou seja, pode variar

entre 3% e 6%. A principal influência sobre a inflação de dezembro foram os alimentos e bebidas (0,44%), responsáveis por quase ¾ do índice do mês. Segundo o Instituto houve queda nos preços de transportes (-0,54) e habitação (-0,15%) - Fonte IBGE.

De acordo com as previsões do BACEN (Focus - Relatório de Mercado - 28.12.2018), a inflação para 2018 projetava 3,69%, abaixo, portanto, do centro da meta (4,50%) e do teto da meta (6,00%), porém, acima do piso de 3,00% estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

**GRÁFICO 9. ÍNDICES DE PREÇOS ACUMULADOS**



Observa-se que encerrado o 4º trimestre 2018, as variações dos índices, INPC (utilizado para ajustar os valores das aposentadorias) e IPCA (utilizado na apuração dos valores das NTN-B), praticamente inexistem. Como se observa no gráfico, as curvas deixam visível seus comportamentos, o IPCA acumulou alta de 3,75%, onde se encontram atrelados os Títulos Públicos, contra o INPC que atingiu 3,43%, no caso, uma diferença a favor do IPCA em 0,32 pontos percentuais acima da variação do INPC.

### 2.1.3.3 Taxa Real de Juros – 2018

Com a decisão do Comitê de Política Monetária - COPOM em sua última reunião realizada no 4º Trimestre de 2018, nos dias 11 e 12 de dezembro de 2018, a Autoridade Monetária (BACEN) decidiu por unanimidade manter a Taxa Básica de Juros da Economia-Selic em 6,50% a.a. pela sexta vez no ano. Para o COPOM os indicadores recentes da atividade econômica continuam evidenciando recuperação gradual da economia brasileira.

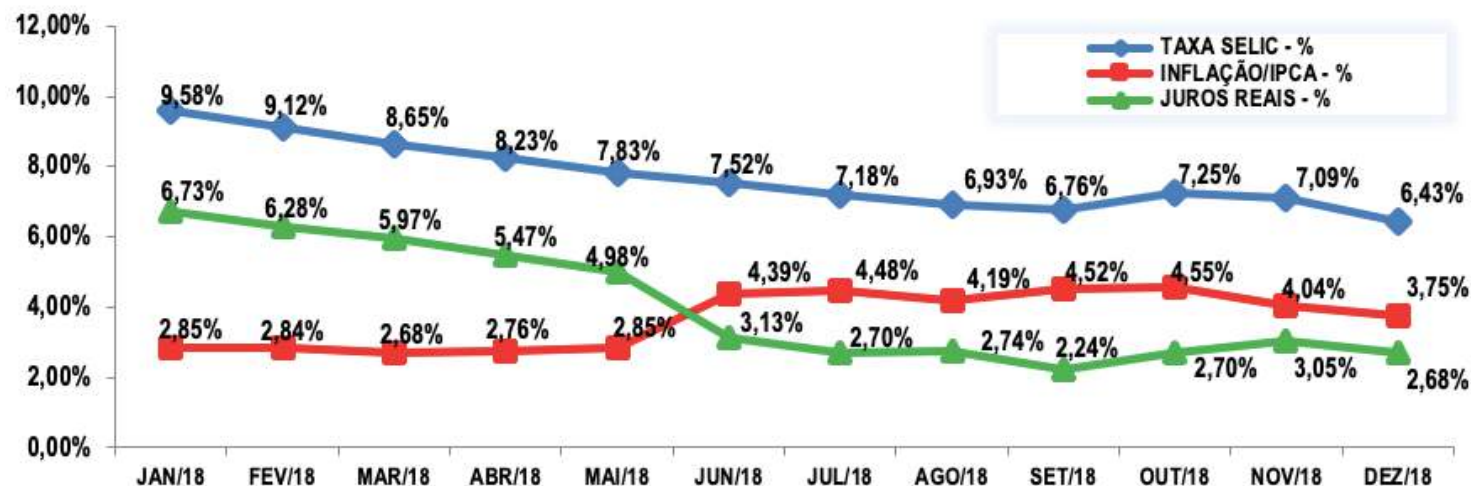
O cenário externo continua desafiador para as economias emergentes. Os principais riscos estão associados ao aumento da aversão ao risco nos mercados internacionais, à normalização das taxas de juros em algumas economias avançadas e as incertezas referentes ao comércio global.

As expectativas de inflação para 2019 e 2020 apuradas pela pesquisa FOCUS (04.01.2019) encontram-se em torno de 4,01% e 4,00%, respectivamente. Quanto ao cenário com a trajetória de juros extraídas da pesquisa FOCUS, as projeções do situam-se em 2019 em torno de 7,00% a.a. e 2020 em torno 8,00% a.a. e a taxa de câmbio (R\$/US\$) para 2019 quanto 2020 em 3,80.

Descontando a Taxa de Juros (Selic) dos últimos 12 meses média móvel (6,43%) da Inflação de 12 meses (3,75%), os juros reais no Brasil se situaram no encerramento de 2018 em 2,68%, conforme demonstrado no Gráfico a seguir:



GRÁFICO 10. TAXA REAL DE JUROS - 2018



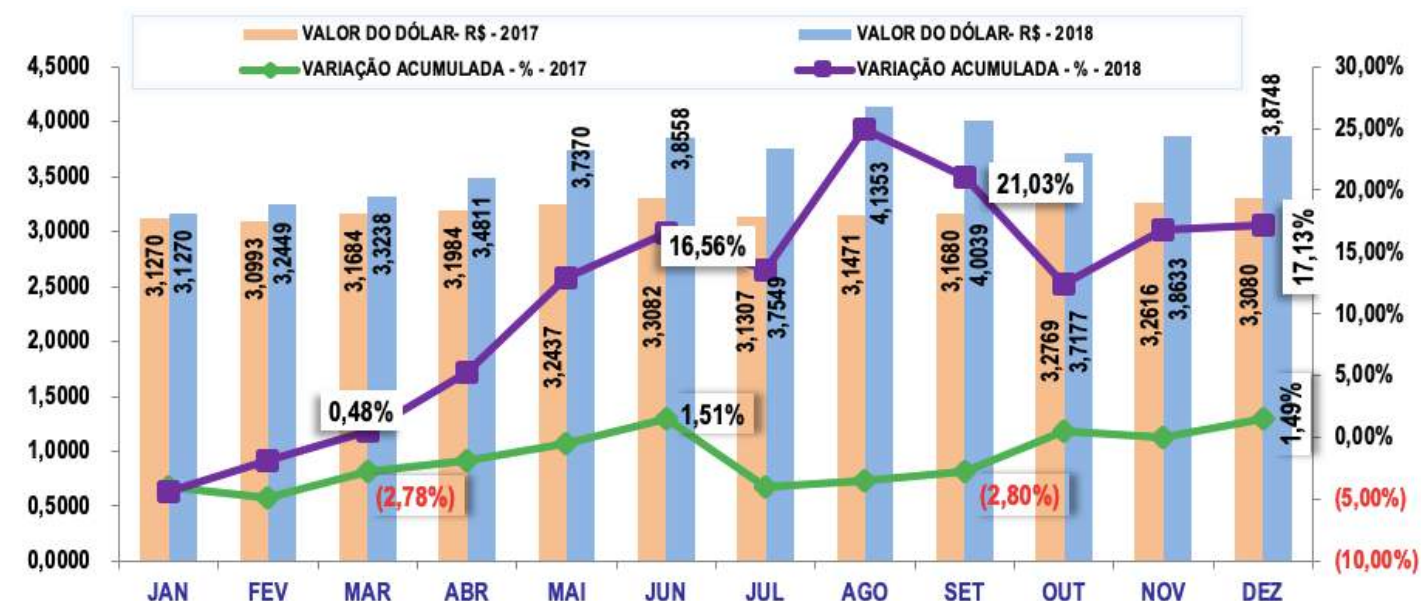
2.1.3.4 Taxa de Câmbio

O preço do dólar (ptax) no mercado brasileiro fechou o 4º trimestre de 2018 valendo R\$ 3,8748 contra R\$ 4,0039 no 3º trimestre 2018, registrando queda 3,22% no trimestre. Com este resultado, a moeda americana registrou alta acumulada no ano de 17,13%, ante valorização de 1,49% no mesmo período de 2017.

Em 2018 vários fatores influenciaram a alta do dólar, com destaque para - (i) O processo indicativo do FED (Banco Central Americano) sobre o rumo dos juros praticados nos Estados Unidos: O ano foi marcado por expectativas dos investidores quanto a trajetória dos juros na maior economia do mundo. Todo o processo se acentuou após o FED indicar duas altas previstas para o ano de 2019 e não três como o mercado vinha sinalizando. Todo o processo de estresse presenciado no decorrer de 2018, foi motivado pelas expectativas no processo de alta dos juros no mercado americano, tornando aquele país mais atraente para os potenciais investidores que alocam seus recursos em outros mercados,

como o Brasil, causando, assim, a tendência de alta do dólar em relação ao real. Em dezembro, o FED confirmou as expectativas do mercado e aumentou os juros pela quarta vez no ano e a nona desde que iniciou o atual aperto monetário em dezembro de 2015 em 0,25 ponto percentual, com taxa-alvo entre 2,25% e 2,50%, visando retirar os estímulos implementados para a economia reagir aos desdobramentos da crise financeira de 2008; (ii) A Guerra Comercial entre Estados Unidos e China: Outro fator extremamente importante e estressante para o mercado, foram as preocupações dos potenciais investidores sobre a economia global, especialmente em relação aos Estados Unidos e sua disputa comercial com a China, gerando incertezas sobre os impactos que causariam a economia global, influenciando de forma direta os negócios no mundo, incluindo-se aí a Bolsa de Valores brasileira e (iii) Troca de Governo no Brasil: Internamente a volatilidade do câmbio recaiu diretamente sobre as expectativas do novo governo, possibilitando a aprovação das reformas econômicas, com objetivo de viabilizar o crescimento do país e retomada da geração de emprego.

GRÁFICO 11. COMPORTAMENTO DO DÓLAR - PERÍODO: 2017 X 2018





**TABELA 1. INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - 2018**

FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL														
DIRETORIA DE FINANÇAS														
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - 2018														
ATIVOS DE MERCADO	ACUMULADO 2017	VARIações NOMINAIS - 2018												NOMINAL NO ANO
		jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	
IBOVESPA	26,84%	11,14%	0,52%	0,01%	0,88%	(10,87%)	(5,20%)	8,88%	(3,21%)	3,48%	10,19%	2,38%	(1,81%)	15,04%
IBrX-50	26,83%	11,71%	0,43%	0,06%	0,63%	(10,88%)	(5,30%)	8,91%	(3,08%)	3,73%	9,71%	2,15%	(2,11%)	14,52%
IBrX-50 ACUMULADO	26,83%	11,71%	12,19%	12,26%	12,96%	0,67%	(4,66%)	3,83%	0,64%	4,39%	14,53%	16,99%	14,52%	14,52%
US\$ (PTAX) %	1,49%	(4,40%)	2,61%	2,43%	4,73%	7,35%	3,18%	(2,62%)	10,13%	(3,18%)	(7,15%)	3,92%	0,30%	17,13%
CDI	9,93%	0,58%	0,46%	0,53%	0,52%	0,52%	0,52%	0,54%	0,57%	0,47%	0,54%	0,49%	0,49%	6,41%
CDI ACUMULADO	9,93%	0,58%	1,04%	1,58%	2,11%	2,64%	3,17%	3,73%	4,32%	4,81%	5,37%	5,89%	6,41%	6,41%
TAXA SELIC	9,95%	0,58%	0,47%	0,53%	0,52%	0,52%	0,52%	0,54%	0,57%	0,47%	0,54%	0,49%	0,49%	6,42%
POUPANÇA	6,61%	0,40%	0,40%	0,39%	0,37%	0,37%	0,37%	0,37%	0,37%	0,37%	0,37%	0,37%	0,37%	4,62%
ÍNDICES DE INFLAÇÃO														
VARIações NOMINAIS - 2018														
IGP-M (FGV)	(0,53%)	0,76%	0,07%	0,64%	0,57%	1,38%	1,87%	0,51%	0,70%	1,52%	0,89%	(0,49%)	(1,08%)	7,55%
IGP-DI (FGV)	(0,43%)	0,58%	0,15%	0,56%	0,93%	1,64%	1,48%	0,44%	0,68%	1,79%	0,26%	(1,14%)	(0,45%)	7,10%
INPC (IBGE)	2,07%	0,23%	0,18%	0,07%	0,21%	0,43%	1,43%	0,25%	0,00%	0,30%	0,40%	(0,25%)	0,14%	3,43%
IPC-SP (FIPE)	2,28%	0,46%	(0,42%)	0,00%	(0,03%)	0,19%	1,01%	0,23%	0,41%	0,39%	0,48%	0,15%	0,09%	2,99%
IPCA (IBGE)	2,90%	0,29%	0,32%	0,09%	0,22%	0,40%	1,26%	0,33%	(0,09%)	0,48%	0,45%	(0,21%)	0,15%	3,75%
META ATUARIAL (*)	7,31%	0,66%	0,63%	0,58%	0,47%	0,61%	0,83%	1,84%	0,65%	0,40%	0,70%	0,80%	0,15%	8,63%
TAXA INDICATIVA (**)	5,64%	0,52%	0,47%	0,36%	0,50%	0,72%	1,72%	0,54%	0,29%	0,59%	0,69%	0,04%	0,43%	7,05%
REFERÊNCIA (***)	7,44%	0,63%	0,58%	0,47%	0,61%	0,83%	1,84%	0,65%	0,40%	0,70%	0,80%	0,15%	0,54%	8,50%
META ACUMULADA	-	0,66%	1,30%	1,88%	2,36%	2,99%	3,84%	5,75%	6,44%	6,86%	7,61%	8,47%	8,63%	-
TAXA INDICATIVA ACUMULADA	-	0,52%	0,99%	1,35%	1,85%	2,58%	4,35%	4,91%	5,21%	5,83%	6,56%	6,60%	7,05%	-
REFERÊNCIA ACUMULADA	-	0,63%	1,21%	1,69%	2,31%	3,16%	5,05%	5,74%	6,16%	6,90%	7,76%	7,92%	8,50%	-
DOLAR PTAX (VENDA) US\$	3,3080	3,1624	3,2449	3,3238	3,4811	3,7370	3,8558	3,7549	4,1353	4,0039	3,7177	3,8633	3,8748	-

(\*) INPC (com defasagem) + 4,90% a.a.  
 (\*\*) INPC+3,5% a.a.  
 (\*\*\*) INPC (sem defasagem) +4,90% a.a.

Encerrado o 4º trimestre, na tabela acima - Indicadores Econômico-Financeiros - chama-se a atenção a alta de 9,70% do mercado acionário no período, medida pelo IBrX-50, revertendo o desempenho negativo de 15,07% registrada no 2º trimestre, bem como a volatilidade registrada no período eleitoral. Com este resultado, o mercado acionário acumulou no ano alta de 14,52%, contra alta de 26,83% registrada no mesmo período de 2017. Apesar de positivo, o mercado experimentou no decorrer dos últimos doze meses elevada volatilidade, motivada diretamente pelo desmonte do crescimento projetado para a economia brasileira, aliada aos fatores externos, com destaque para as barreiras comerciais adotadas pelo Governo Donald Trump, em relação a diversas economias, mas, fundamentalmente, em relação à economia da China, essa guerra comercial colheu com elevada força os países emergentes. Em outra vertente viu-se o real ser desvalorizado, tendo a cotação do dólar apresentado variação positiva acumulada no ano de 17,13%, contra uma alta de 1,49% no mesmo período de 2017, com a moeda americana valendo R\$/US\$ 3,8748.

## 2.2 MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS:

Este tópico visa apresentar o comportamento dos Segmentos nos quais mais de um plano investe no mesmo veículo.

A avaliação da performance do ativo (veículo), independente da data de aplicação, se torna vital, pois, há divergência de rentabilidade entre a performance do veículo e da aplicação. Isso ocorre devido ao momento do investimento, ou seja, se um Plano aporta recursos depois de um processo de alta, sua rentabilidade será superior à do outro Plano que aportou recursos no momento da alta. Assim, neste capítulo, onde se apontam os aspectos gerais, identifica-se a performance do veículo, enquanto em cada Plano se avaliará a performance da aplicação. Se não houver aplicação e ou resgate no intervalo de tempo selecionado, somente nesse caso, a rentabilidade do veículo e da aplicação nos planos será a mesma.

Importante salientar ainda que o desmembramento por segmento é uma forma mais didática, além de preservar a coerência com a apresentação dos tópicos nos planos, portanto, a apresentação na forma aqui declinada não se reveste de abordagem obrigatória.

### 2.2.1 Renda Fixa

Encerrado o 4º trimestre, o mercado de Renda Fixa deparou sistematicamente com a esperada volatilidade no comportamento das taxas de juros, motivada pelas incertezas geradas pelo segundo turno da eleição Presidencial, culminando com a vitória do candidato da direita (PSL), Jair Messias Bolsonaro.

A expectativa do mercado tornou-se cada dia mais sensível às incertezas políticas, na

medida em que se desenrolavam os primeiros movimentos após a vitória da direita (PSL), gerando grandes expectativas, motivada pelo processo de formação da equipe econômica, na qual, o Presidente vitorioso afastava todo o processo político na formação do seu ministério, optando estritamente pela condição técnica dos futuros comandantes das pastas.

A Taxa Básica de Juros da Economia - Selic, balizadora da taxa de captação dos bancos e responsável direta pela remuneração dos Investidores, encerrou o quarto trimestre estável, fechando em 6,50% a.a. o menor patamar da história - contra 7,00% a.a. registrada em dezembro de 2017, sendo mantida pelo COPOM na última reunião do ano, que ocorreu nos dias 11e 12 de dezembro. Assim, os Títulos Públicos (Risco Soberano), acredita-se, não proporcionarão doravante conforto aos Gestores, e imputarão às carteiras elevada volatilidade.

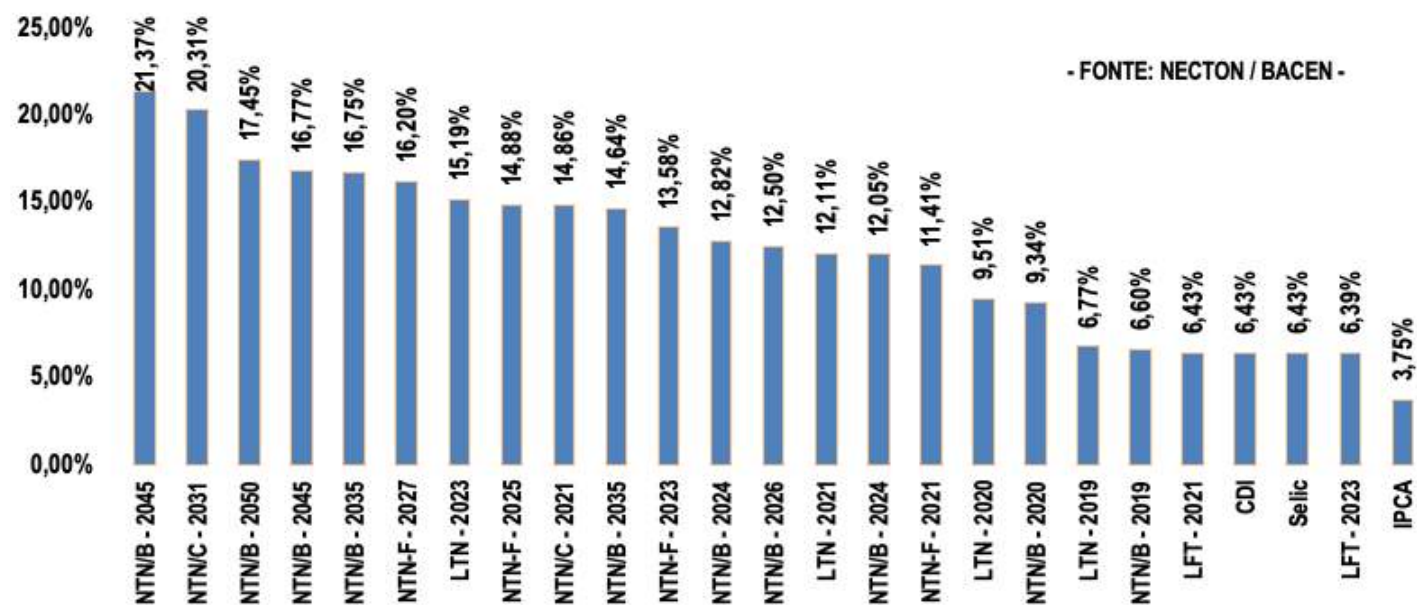
Os índices de inflação medidos pelo INPC e IPCA continuaram em 2018 a registrar elevada ruptura, demonstrando que a queda vertiginosa da inflação observada em 2017, continuou num canal de baixa até março de 2018, contribuindo diretamente para a queda nominal da Selic, revertendo todo o processo a partir de abril, direcionando no encerramento do 4º trimestre para um canal de alta bastante definida, encerrando a inflação oficial anual (IPCA) em 3,75% contra 2,95% registrados em 2017, isto é, uma alta de 0,80 pontos-base. Neste contexto, as taxas de juros da Carteira de NTN's dos Planos administrados pela Fundação não serão consumidas por descasamento considerável dos índices, ao menos é o que a estatística demonstra.

Em estudos apresentados pela NECTON, entenderam que - "apesar de a SELIC ter passado 2018 nos seus menores patamares históricos, até que o ano de 2018 não foi ruim para a renda fixa.



Ao menos não de um ponto de vista menos conservador. Ainda que já tenha sido melhor em outros tempos, a rentabilidade dos Títulos Públicos foi formidável, especialmente se considerarmos os altos e os baixos do ano. O investimento mais rentável de 2018 foi justamente um título público, se levarmos em conta apenas ativos isolados e os índices que servem de referência para o investidor - isto é, desconsiderando fundos de investimentos e títulos de Renda Fixa privada específicos”.

**GRÁFICO 12. RENTABILIDADE DOS TÍTULOS PÚBLICOS - 2018**

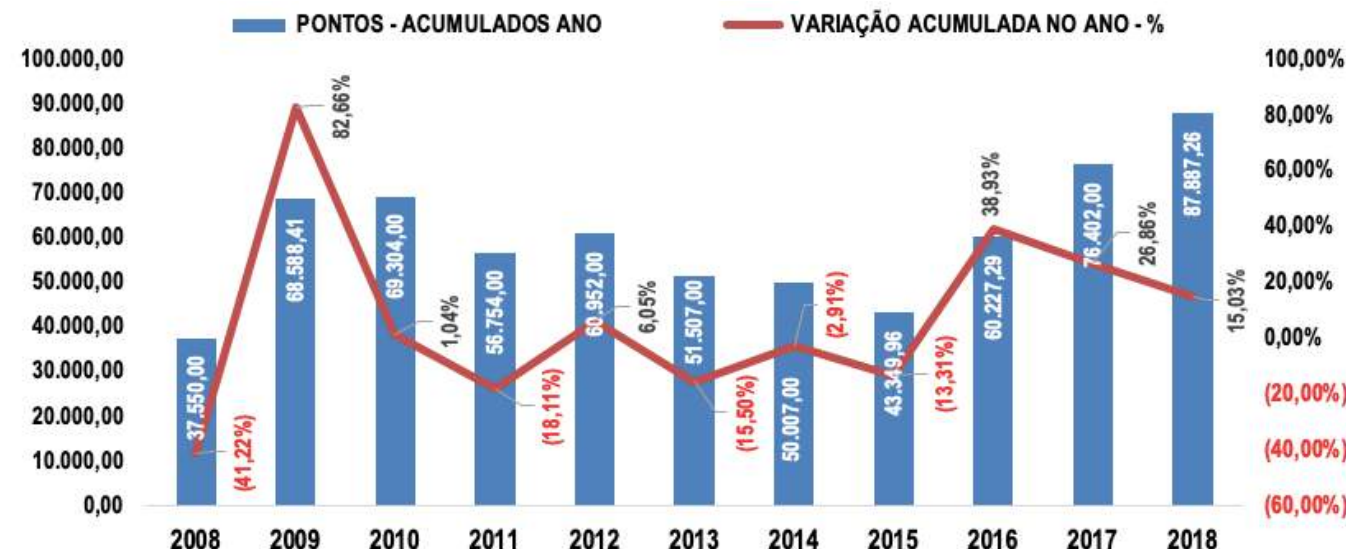


### 2.2.2 Renda Variável

Em que pese o fraco desempenho da Bolsa de Valores no decorrer do mês de dezembro, com queda de 2,11% e 1,81%, medida pelo IBrX-50 e Ibovespa, respectivamente, o mercado acionário encerrou o 4º trimestre marcado, mais uma vez, por intensas oscilações, afetado, igualmente, pelos motivos já declinados, na abordagem ao segmento de Renda Fixa. Com este resultado o mercado acionário encerrou o ano acumulando alta de 14,53% e 15,03%, medido pelos Índices IBrX-50 e Ibovespa, respectivamente, com destaque para os meses de janeiro, julho e outubro, com alta acentuada registrada nos principais papéis que compõem os índices de referência, bem como a queda da inflação, redução da Selic e as boas perspectivas com o novo governo no que tange às reformas estruturais (Previdência e Tributária).

Nesse contexto, apresentamos a seguir, o Gráfico com o comportamento do mercado acionário no decorrer dos últimos 10 (dez) anos, medido pelo Índice da Bolsa de Valores de São Paulo IBOVESPA, com alta acumulada no período e 134%, contra um CDI de 196,54% no mesmo período:

**GRÁFICO 13. COMPORAMENTO DA BOLSA DE VALORES NO PERÍODO DE 2008 A 2018**



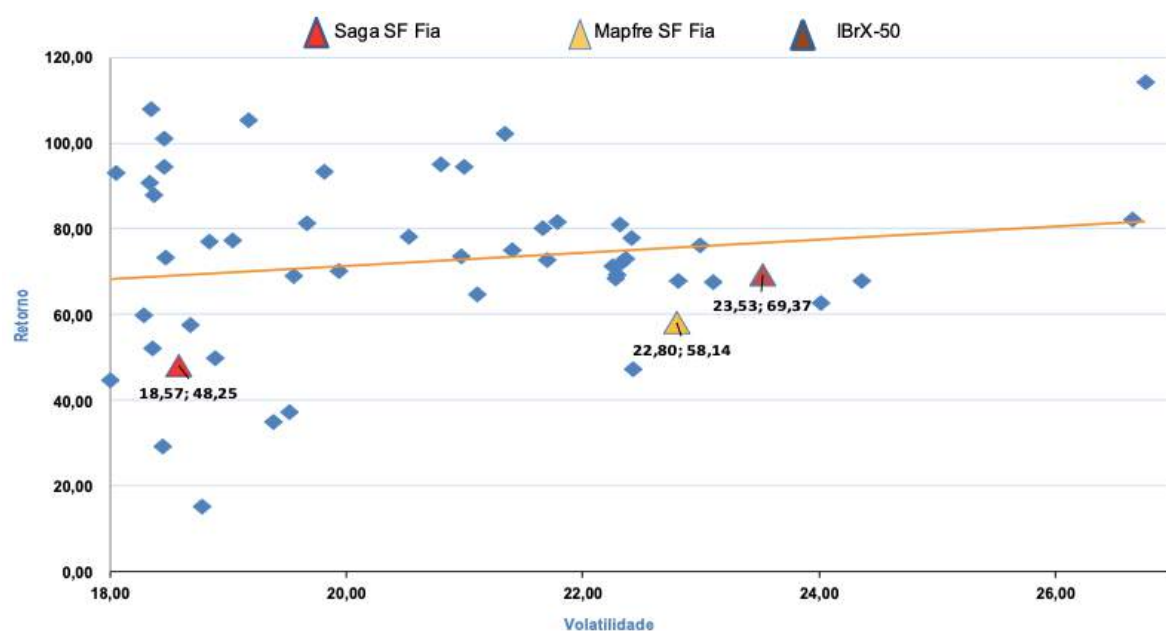
### 2.2.2.1 Análise dos Fundos de Investimentos em Ações – FIA's – Alocados

Estão alocados nesses fundos recursos dos Planos I/BD; Codeprev e III/BSaldado. Para se proceder a avaliação mais acurada dos resultados produzidas pelas gestões dos fundos, foram utilizadas as rentabilidades coletadas de 30 de maio de 2014 à 31 de dezembro de 2018, depois, foram aplicados os seguintes filtros: (i) o valor de patrimônio entre R\$ 25,0 e R\$ 95,0 milhões; (ii) constar do regulamento atendimento à Resolução N° 4.661; (iii) volatilidade superior a 18%; (iv) classificação ANBIMA como FIA's e (v) Correlação de no mínimo 80% com o IBrX-50, principal benchmark dos Fundos Exclusivos da Fundação.

Utilizando a base de dados disponibilizados pela Economática, com os citados filtros, foi possível selecionar 50 (cinquenta) Fundos, contidos ao mesmo tempo, com as características definidas pelos filtros. Depois, sobre a base, foram apurados os indicadores de desempenho mais empregados no mercado, resultando numa amostra classificada.

Importante manter-se em mente que na amostra não há a observação de que os Gestores, Administradores e Custodiante estejam fora do mesmo grupo econômico, como determinou a PREVIC em fiscalização realizada na Fundação. Parte considerável do desempenho dos fundos investidos é consumido pelo custo mais elevado imposta pela segregação das citadas entidades, aliás, informação essa já dada ao citado órgão. O custo maior implica necessariamente numa redução dos retornos, portanto, é normal que os fundos investidos apresentem retornos inferiores ao benchmark, tendo em vista que o referencial não possui qualquer custo envolvido.

GRÁFICO 14. DISPERSÃO RISCO X RETORNO MAIO 2014 A DEZEMBRO 2018

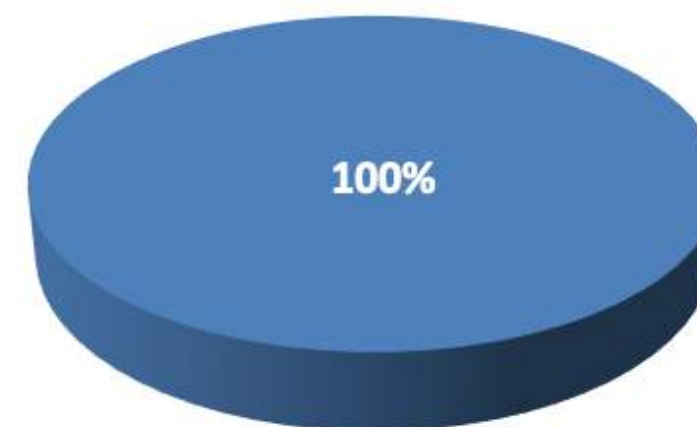


Nesse indicador a importância relativa à volatilidade é identificar os maiores riscos frente às melhores performances, assim, como conceito natural, os ativos de maiores riscos devem possuir maiores retornos, e em caso contrário, há deficiência na captura de oportunidades apresentadas pelo mercado, ou ainda, custos do instrumento que interferem significativamente nas performances. Nitidamente o Saga SF FIA apresenta risco menor do que o referencial, ainda que o retorno tenha ficado aquém. Os resultados do Saga SF são 18,57% de retorno e volatilidade de 48,25%; o Mapfre SF com rentabilidade de 22,80% e volatilidade de 58,11% e o IBrx-50 desempenho de 23,53% e volatilidade de 69,37%.

Nenhum dos Fundos da amostra apresentaram desempenho negativo como pode ser observado no gráfico a seguir:

GRÁFICO 15. DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DE FUNDOS SEGUNDO AS RENTABILIDADES

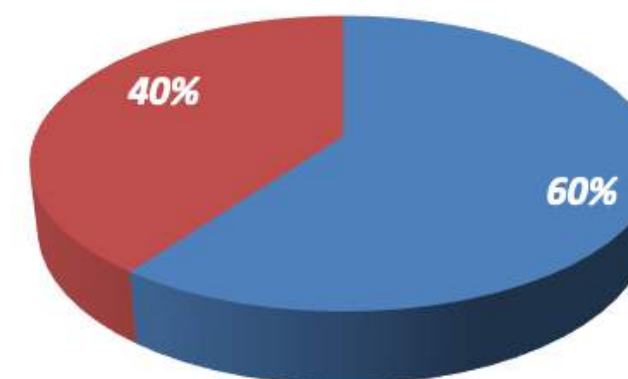
■ Fundos com retornos maior do que ZERO ■ Fundos com retornos menor do que ZERO



A proporção de Fundos acima e abaixo da performance do Benchmark é a constante do gráfico a seguir:

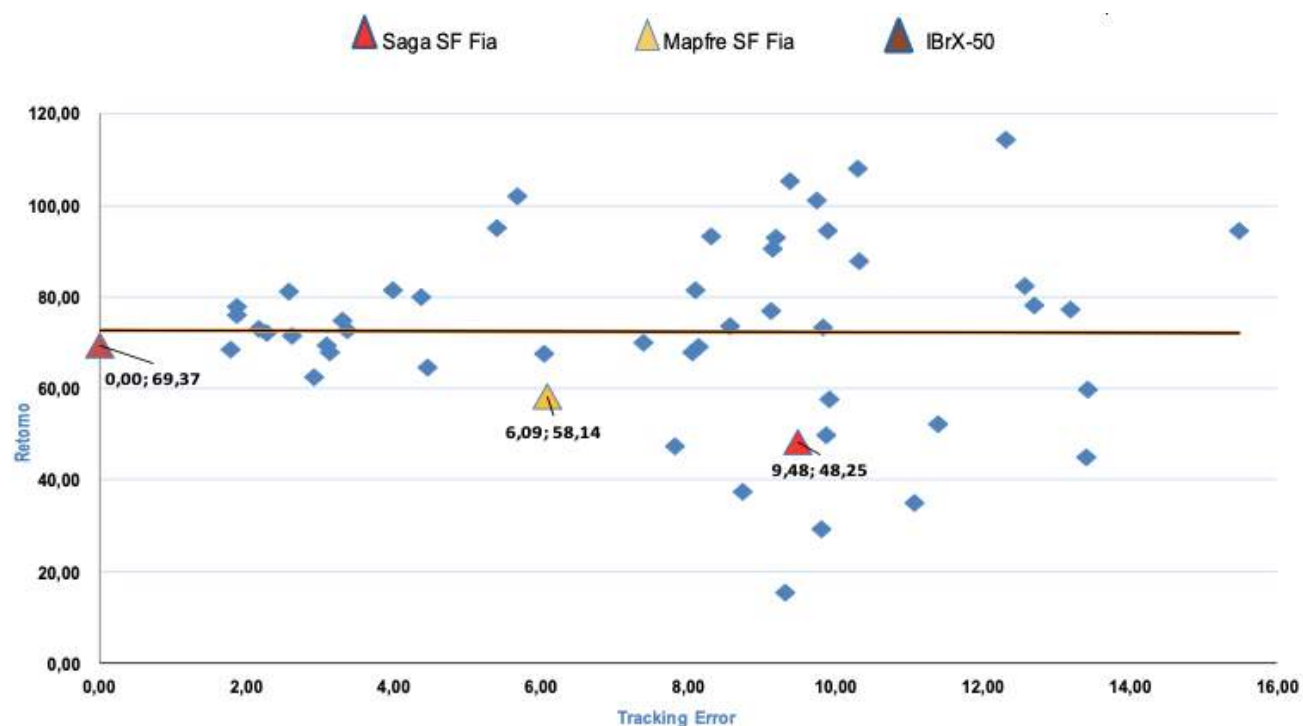
GRÁFICO 16. DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS MAIORES E MENORES QUE O REFERENCIAL

■ Fundos com retornos > Bench ■ Fundos com retornos < Bench





**GRÁFICO 17. TRACKING ERROR X RETORNO - MAIO/2014 A DEZEMBRO/2018**



O Tracking Error é a medida dos desvios dos retornos dos Fundos em função dos retornos da referência. Dito isso se pode afirmar que um fundo que se destine a replicar o desempenho de determinado índice teria erro de rastreamento perto de zero, enquanto a carteira gerida ativamente, objetivando superar o retorno do índice de referência, normalmente apresentaria erro mais elevado.

Após os esclarecimentos acima se observa que os Fundos, Saga SF e Mapfre SF, apresentaram Tracking Error bastante distintos. O Mapfre SF localizado em um quadrante onde os resultados dos indicadores são os menores, porém sua rentabilidade se aproxima ao referencial, e o Fundo Saga SF possui rentabilidade abaixo do que poderia significar o padrão. Na região aonde se insere o Saga SF o que se observa é uma grande multiplicidade de retornos, ou seja, não há a formação de padrão, há alta dispersão.

Sinteticamente, o gestor Saga SF tem confirmada a estratégia de adoção de postura mais defensiva frente a um cenário volátil e incerto. O gestor Mapfre SF, ao contrário, vem adotando uma estratégia de apostas de gestão mais agressiva frente ao índice.

**TABELA 2. FIA'S DA AMOSTRA SELECIONADA**

Classificação por Desempenho					
Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Dez/18	Volatilidade Anual Mai/14 a Dez/18 - Anual	Tracking Error/base anual Mai/14 a Dez/18	Patrimônio Dez/18
1	Finacap Mauritsstad FIA	114,21	26,77	12,32	25.161
2	Celos Claritas Valor FIA	107,87	18,34	10,31	90.912
3	Pacifico Rv Master FIA	105,40	19,16	9,39	73.618
4	FIA Sabesprev Bahia Valuation	102,05	21,34	5,68	61.383
5	Grou Valor Master FIA	100,93	18,46	9,74	30.061
6	FIA Gap Valor Pernambuco	94,99	20,80	5,40	59.627
7	BB Acoes Energia FI	94,57	21,00	15,48	90.594
8	Barra FIA	94,35	18,46	9,91	70.275
9	Previcat FIA	93,36	19,81	8,31	59.684
10	FIA Franklin Templeton Valor Bahia	92,96	18,05	9,19	58.668
11	Tucano FIA Prev	90,61	18,33	9,15	62.714
12	Fator Master FIA	87,87	18,37	10,32	70.484
13	Fachesf Dividendos FIA	82,23	26,65	12,57	42.135
14	FIA Meaibe Ibx Ativo	81,43	21,78	3,99	33.874
15	Western Asset Institutional 50 Acoes FIA	81,35	19,66	8,09	58.092
16	Itau Previdencia Ibrx FIA	81,07	22,31	2,57	33.983
17	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	80,05	21,66	4,37	60.318
18	Fachesf Sao Francisco Hte FIA	78,23	20,53	12,72	53.928
19	Citiprevi Inst FIA	77,99	22,41	1,86	38.211
20	Proprio Capital FIA	77,37	19,04	13,20	43.654
21	Bozano Fundamental FIA	77,04	18,84	9,13	66.870
22	Texas FIA	76,15	23,00	1,86	39.649
23	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	74,90	21,40	3,30	73.473
24	Fprv ARX Melro FIA Prev	73,48	20,97	8,56	89.791
25	Estrategia Genial Master FIA	73,20	18,46	9,84	42.749
26	Malibu FIA	73,09	22,36	2,16	52.567



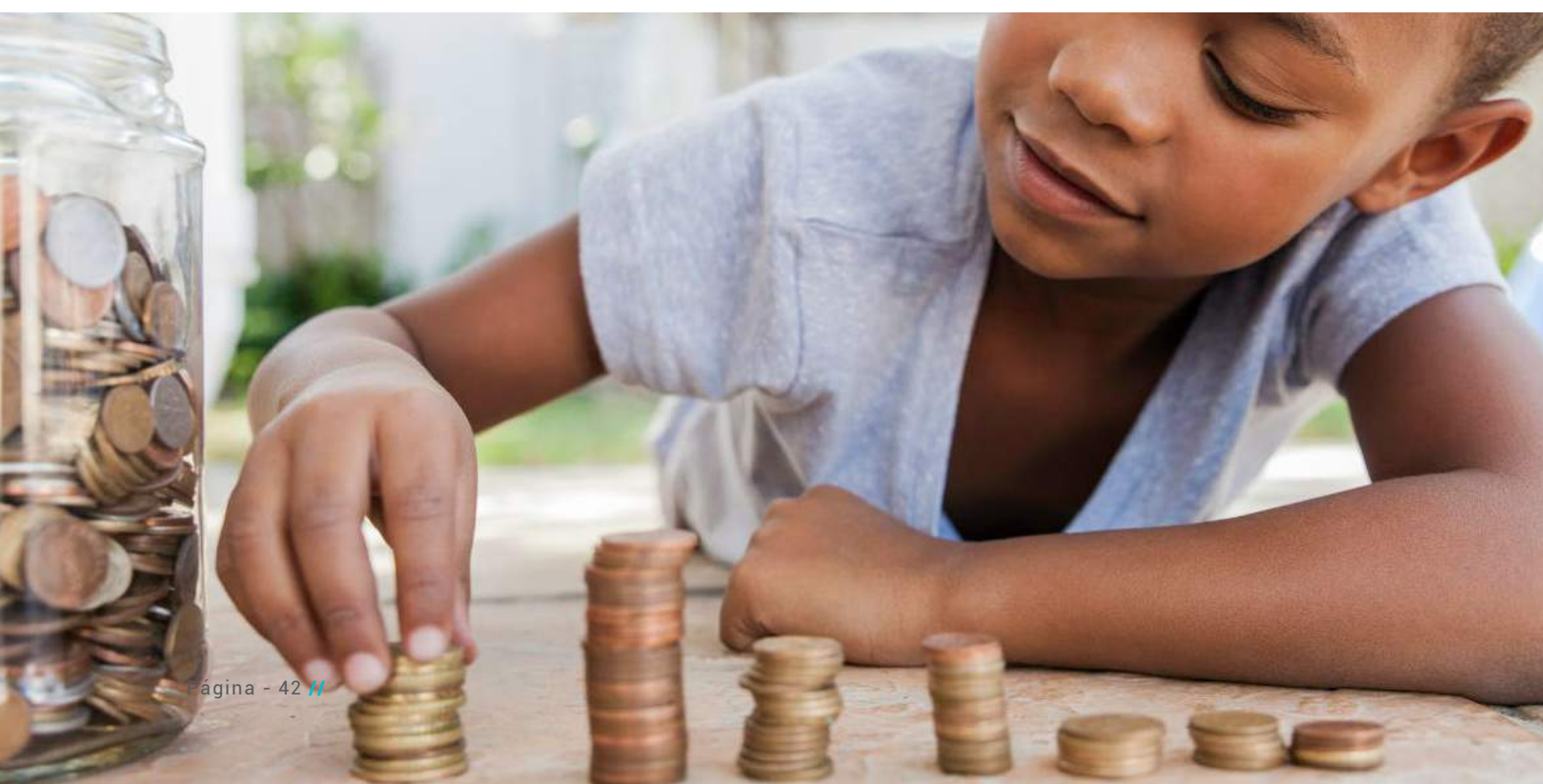


**TABELA 2. FIA'S DA AMOSTRA SELECIONADA**

Classificação por Desempenho					
Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Dez/18	Volatilidade Anual Mai/14 a Dez/18 - Anual	Tracking Error base anual Mai/14 a Dez/18	Patrimônio Dez/18
27	Bosch Brasil VIII FIA Previ	72,67	21,70	3,37	27.536
28	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	72,25	22,32	2,27	40.978
29	Bradesco FIA Salubre	71,39	22,25	2,61	83.911
30	Gerdau Previdencia FIA 04	70,05	19,94	7,40	64.332
31	Ibrx 50	69,37	23,53	0,00	-
32	Icatu Vanguarda Acoes Ibx FI	69,32	22,29	3,08	93.411
33	Suvinil FIA	69,04	19,56	8,14	48.820
34	Turquoise Dc Plan FIA Previdenciario	68,46	22,28	1,79	78.672
35	Sicredi FIA Ibovespa	67,89	22,81	3,13	34.263
35	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	67,88	24,36	8,05	49.656
37	Brad H FIA Ibovespa Valuation	67,54	23,10	6,04	73.741
38	BNP Paribas Master Ibrx FIA	64,67	21,11	4,45	89.939
39	Porto Seguro Prev Priv Master FIA	62,59	24,02	2,91	34.126
40	Itau Institucional Small Cap FIA	59,78	18,29	13,44	46.839
41	Mapfre Sf FIA	58,14	22,80	6,09	46.080
42	FIA Western Asset Dividendos Ceara	57,61	18,67	9,92	56.524
43	Bradesco FIA Infra-Estrutura	52,05	18,36	11,39	42.310
44	Wa Dividend Yield FIA	49,91	18,89	9,88	36.579
45	Saga Sf FIA	48,25	18,57	9,48	90.499
46	Santander FI Dividendos Top Acoes	47,29	22,43	7,83	34.772
47	Small Cap Valuation FIA	44,83	18,00	13,42	29.497
48	Itau Excelencia Social Acoes FI	37,40	19,52	8,74	62.089
49	Itau Acoes Infra Estrutura FI	35,02	19,38	11,07	34.313
50	Jbi Focus Master FIA	29,19	18,44	9,82	74.692
51	Santander FI Ethical II Acoes	15,32	18,78	9,33	66.791

**TABELA 3. CLASSIFICAÇÃO POR VOLATILIDADE**

Classificação por Volatilidade					
Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Dez/18	Volatilidade Anual Mai/14 a Dez/18 - Anual	Tracking Error base anual Mai/14 a Dez/18	Patrimônio Dez/18
1	Small Cap Valuation FIA	44,83	18,00	13,42	29.497
2	FIA Franklin Templeton Valor Bahia	92,96	18,05	9,19	58.668
3	Itau Institucional Small Cap FIA	59,78	18,29	13,44	46.839
4	Tucano FIA Prev	90,61	18,33	9,15	62.714
5	Celos Claritas Valor FIA	107,87	18,34	10,31	90.912
6	Bradesco FIA Infra-Estrutura	52,05	18,36	11,39	42.310
7	Fator Master FIA	87,87	18,37	10,32	70.484
8	Jbi Focus Master FIA	29,19	18,44	9,82	74.692
9	Barra FIA	94,35	18,46	9,91	70.275
10	Grou Valor Master FIA	100,93	18,46	9,74	30.061
11	Estrategia Genial Master FIA	73,20	18,46	9,84	42.749
12	Saga Sf FIA	48,25	18,57	9,48	90.499
13	FIA Western Asset Dividendos Ceara	57,61	18,67	9,92	56.524
14	Santander FI Ethical II Acoes	15,32	18,78	9,33	66.791
15	Bozano Fundamental FIA	77,04	18,84	9,13	66.870
16	Wa Dividend Yield FIA	49,91	18,89	9,88	36.579
17	Proprio Capital FIA	77,37	19,04	13,20	43.654
18	Pacifico Rv Master FIA	105,40	19,16	9,39	73.618
19	Itau Acoes Infra Estrutura FI	35,02	19,38	11,07	34.313
20	Itau Excelencia Social Acoes FI	37,40	19,52	8,74	62.089
21	Suvinil FIA	69,04	19,56	8,14	48.820
22	Western Asset Institutional 50 Acoes FIA	81,35	19,66	8,09	58.092
23	Previcat FIA	93,36	19,81	8,31	59.684
24	Gerdau Previdencia FIA 04	70,05	19,94	7,40	64.332
25	Fachesf Sao Francisco Hte FIA	78,23	20,53	12,72	53.928
26	FIA Gap Valor Pernambuco	94,99	20,80	5,40	59.627
27	Fprv ARX Melro FIA Prev	73,48	20,97	8,56	89.791
28	BB Acoes Energia FI	94,57	21,00	15,48	90.594
29	BNP Paribas Master Ibrx FIA	64,67	21,11	4,45	89.939
30	FIA Sabesprev Bahia Valuation	102,05	21,34	5,68	61.383
31	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	74,90	21,40	3,30	73.473
32	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	80,05	21,66	4,37	60.318
33	Bosch Brasil VIII FIA Previ	72,67	21,70	3,37	27.536
34	FIA Meaipe Ibx Ativo	81,43	21,78	3,99	33.874
35	Bradesco FIA Salubre	71,39	22,25	2,61	83.911
36	Turquoise Dc Plan FIA Previdenciario	68,46	22,28	1,79	78.672
37	Icatu Vanguarda Acoes Ibx FI	69,32	22,29	3,08	93.411
38	Itau Previdencia Ibrx FIA	81,07	22,31	2,57	33.983
39	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	72,25	22,32	2,27	40.978
40	Malibu FIA	73,09	22,36	2,16	52.567
41	Citiprevi Inst FIA	77,99	22,41	1,86	38.211
42	Santander FI Dividendos Top Acoes	47,29	22,43	7,83	34.772
43	Mapfre Sf FIA	58,14	22,80	6,09	46.080
44	Sicredi FIA Ibovespa	67,89	22,81	3,13	34.263
45	Texas FIA	76,15	23,00	1,86	39.649
46	Brad H FIA Ibovespa Valuation	67,54	23,10	6,04	73.741
47	Ibrx 50	69,37	23,53	0,00	-
48	Porto Seguro Prev Priv Master FIA	62,59	24,02	2,91	34.126
49	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	67,88	24,36	8,05	49.656
50	Fachesf Dividendos FIA	82,23	26,65	12,57	42.135
51	Finacap Mauritsstad FIA	114,21	26,77	12,32	25.161



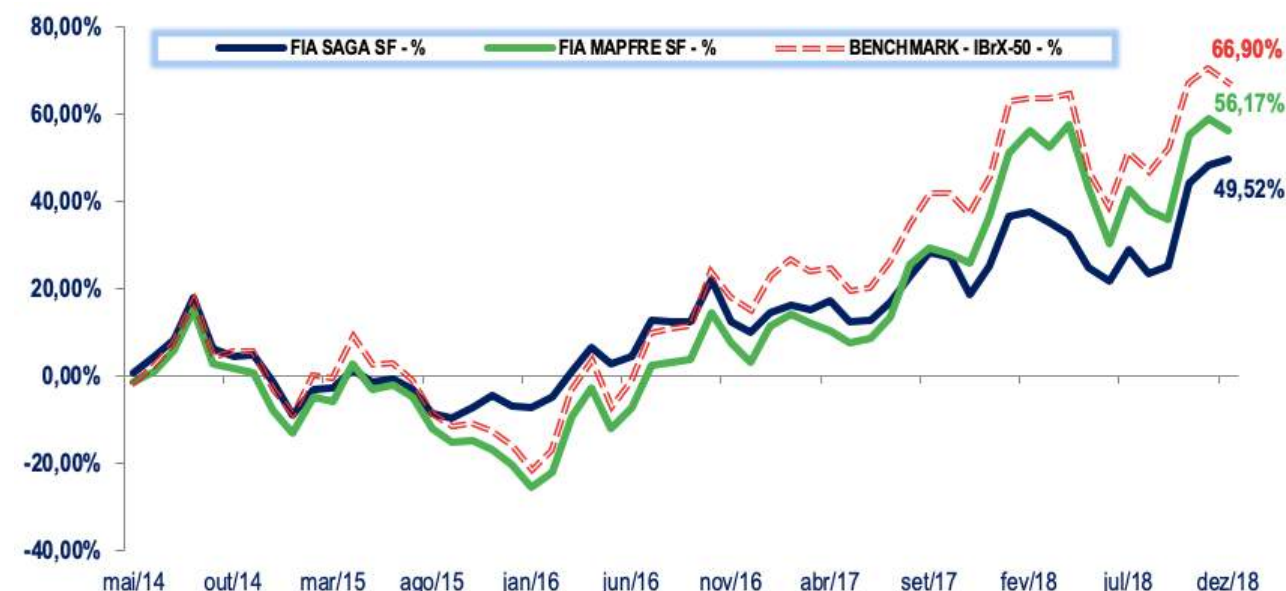


**TABELA 4. CLASSIFICAÇÃO POR TRACKING ERROR**

Classificação por Tracking Error					
Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Dez/18	Volatilidade Anual Mai/14 a Dez/18 - Anual	Tracking Error/base anual Mai/14 a Dez/18	Patrimônio Dez/18
1	Ibrx 50	69,37	23,53	0,00	-
2	Turquoise Dc Plan FIA Previdenciario	68,46	22,28	1,79	78.672
3	Citiprevi Inst FIA	77,99	22,41	1,86	38.211
4	Texas FIA	76,15	23,00	1,86	39.649
5	Malibu FIA	73,09	22,36	2,16	52.567
6	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	72,25	22,32	2,27	40.978
7	Itau Previdencia Ibrx FIA	81,07	22,31	2,57	33.983
8	Bradesco FIA Salubre	71,39	22,25	2,61	83.911
9	Porto Seguro Prev Priv Master FIA	62,59	24,02	2,91	34.126
10	Icatu Vanguarda Acoes Ibx FI	69,32	22,29	3,08	93.411
11	Sicredi FIA Ibovespa	67,89	22,81	3,13	34.263
12	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	74,90	21,40	3,30	73.473
13	Bosch Brasil VIII FIA Previ	72,67	21,70	3,37	27.536
14	FIA Meaipe Ibx Ativo	81,43	21,78	3,99	33.874
15	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	80,05	21,66	4,37	60.318
16	BNP Paribas Master Ibrx FIA	64,67	21,11	4,45	89.939
17	FIA Gap Valor Pernambuco	94,99	20,80	5,40	59.627
18	FIA Sabesprev Bahia Valuation	102,05	21,34	5,68	61.383
19	Brad H FIA Ibovespa Valuation	67,54	23,10	6,04	73.741
20	Mapfre Sf FIA	58,14	22,80	6,09	46.080
21	Gerdau Previdencia FIA 04	70,05	19,94	7,40	64.332
22	Santander FI Dividendos Top Acoes	47,29	22,43	7,83	34.772
23	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	67,88	24,36	8,05	49.656
24	Western Asset Institutional 50 Acoes FIA	81,35	19,66	8,09	58.092
25	Suvinil FIA	69,04	19,56	8,14	48.820
26	Previcat FIA	93,36	19,81	8,31	59.684
27	Fprv ARX Melro FIA Prev	73,48	20,97	8,56	89.791
28	Itau Excelencia Social Acoes FI	37,40	19,52	8,74	62.089
29	Bozano Fundamental FIA	77,04	18,84	9,13	66.870
30	Tucano FIA Prev	90,61	18,33	9,15	62.714
31	FIA Franklin Templeton Valor Bahia	92,96	18,05	9,19	58.668
32	Santander FI Ethical II Acoes	15,32	18,78	9,33	66.791
33	Pacifico Rv Master FIA	105,40	19,16	9,39	73.618
34	Saga Sf FIA	48,25	18,57	9,48	90.499
35	Grou Valor Master FIA	100,93	18,46	9,74	30.061
36	Jbi Focus Master FIA	29,19	18,44	9,82	74.692
37	Estrategia Genial Master FIA	73,20	18,46	9,84	42.749
38	Wa Dividend Yield FIA	49,91	18,89	9,88	36.579
39	Barra FIA	94,35	18,46	9,91	70.275
40	FIA Western Asset Dividendos Ceara	57,61	18,67	9,92	56.524
41	Celos Claritas Valor FIA	107,87	18,34	10,31	90.912
42	Fator Master FIA	87,87	18,37	10,32	70.484
43	Itau Acoes Infra Estrutura FI	35,02	19,38	11,07	34.313
44	Bradesco FIA Infra-Estrutura	52,05	18,36	11,39	42.310
45	Finacap Mauritsstad FIA	114,21	26,77	12,32	25.161
46	Fachesf Dividendos FIA	82,23	26,65	12,57	42.135
47	Fachesf Sao Francisco Hte FIA	78,23	20,53	12,72	53.928
48	Proprio Capital FIA	77,37	19,04	13,20	43.654
49	Small Cap Valuation FIA	44,83	18,00	13,42	29.497
50	Itau Institucional Small Cap FIA	59,78	18,29	13,44	46.839
51	BB Acoes Energia FI	94,57	21,00	15,48	90.594

No Gráfico abaixo é possível observar o desempenho acumulado dos Fundos que constituem o Segmento de Renda Variável dos Planos, tomado desde o início, sob a gestão da SAGA-Capital e Mapfre (05/2014 a 12/2018). A primeira manteve o comportamento prudencial, montando defesas para evitar perdas, caso adviesse alguma notícia surpresa; já a segunda se manteve na postura de acompanhar, com maior aderência, o desempenho do benchmark. É exatamente o mix das posturas dos gestores que reforça a convicção da existência de equilíbrio na composição das carteiras.

**GRÁFICO 18. DESEMPENHO DOS FIA'S - SAGA E MAPFRE SF**



### 2.2.3 Segmento de Investimentos Estruturados

Nesse Segmento estão alocados os recursos dos Planos em 3 (três) ativos distintos:

- Energia PCH - FIP/ Projeto Juruena;
- Geração de Energia FIP Multiestratégia, e
- Fundo de Investimento Multimercado.

#### 2.2.3.1 Energia PCH - FIP / Projeto Juruena

O ENERGIA PCH – FIP é um Fundo em Participações com objetivos de investir em projetos voltados para o setor de energia elétrica, constituído por um portfólio de quatro projetos: (i) projeto Juruena, (ii) Projeto DERSA - Rio das Garças; (iii) Projeto DERSA - Térmicas e (iv) Projeto Tetrahedron.



Dos quatro projetos, o ENERGIA PCH - FIP é o único que se encontra concluído e em fase de geração comercial, sendo composto por cinco Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) no Estado de Mato Grosso, com capacidade de geração de 91,4 MW: (i) PCH Cidezal S.A.; (ii) PCH Sapezal S.A.; (iii) PCH Parecis S.A.; (iv) PCH Rondon S.A. e (v) PCH Telegráfica S.A.

O Fundo tem participação majoritária de 96,43% das Cotas do Projeto Juruena, enquanto 3,57% encontram-se na propriedade da LINCA (Investidores Individuais). O projeto físico encontra-se localizado no Estado de Mato Grosso, sob a Gestão da VINCI Partners ("Gestor") e Administração do Santander Securities Services Brasil - DTVM ("Administrador"), contando com sete investidores Institucionais na categoria Fundos de Pensão: CELOS, POSTALIS, FUNCEF, PETROS, FAPES, SÃO FRANCISCO e NUCLEOS.

**TABELA 5. INÍCIO DA OPERAÇÃO COMERCIAL DAS PCH'S / FIP**

PROJETO JURUENA			
DATA DE INÍCIO DA OPERAÇÃO COMERCIAL POR PCH (USINAS)			
NOME	DATAS		POTÊNCIA DE GERAÇÃO
	INÍCIO	PRAZO DA AUTORIZAÇÃO	MW
PCH - SAPEZAL	23.06.2011	18.12.2032	16,00
PCH - CIDEZAL	25.06.2011	18.12.2032	17,00
PCH - PARECIS	06.07.2011	18.12.2032	15,40
PCH - RONDON	06.08.2011	18.12.2032	13,00
PCH - TELEGRÁFICA	27.08.2011	18.12.2032	30,00
<b>TOTAL</b> .....			<b>91,40</b>

O quadro a seguir demonstra a constituição financeira atual do projeto, com a participação de cada Cotista no encerramento do 4º Trimestre de 2018:

**TABELA 6. PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO - PCH'S / FIP**

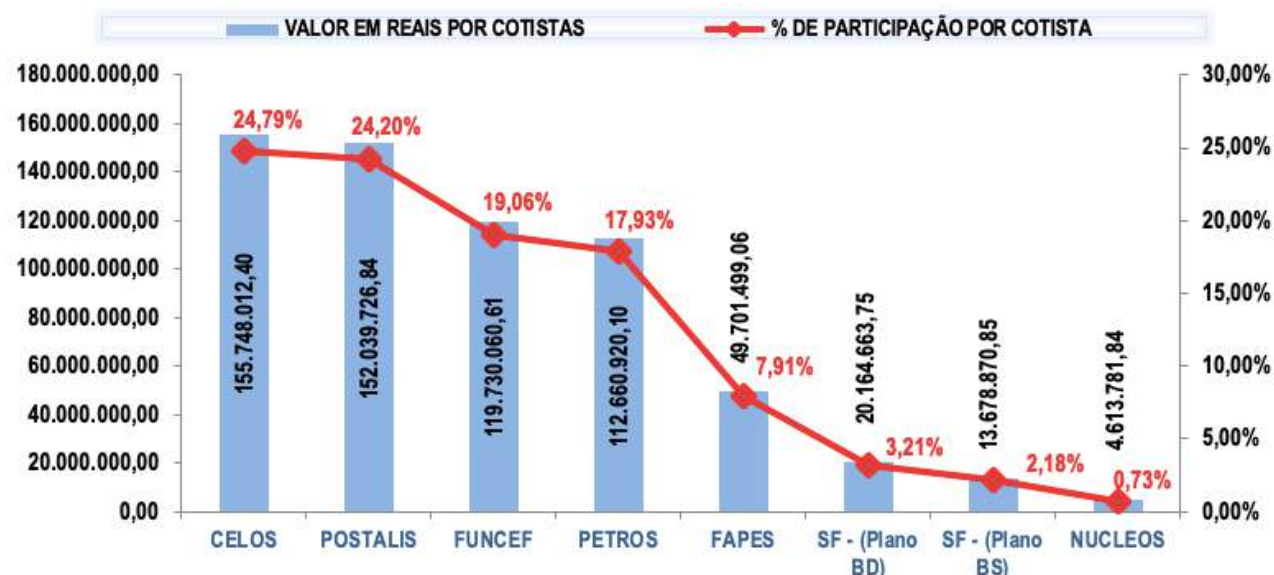
ENERGIA PCH / FIP - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - PROJETO JURUENA				
POSIÇÃO EM 31.12.2018 - VALOR DA COTA: R\$ 142.780,60921800				
ITENS	COTISTAS	QUANTIDADE DE COTAS	VALOR - R\$ -	%
1	CELOS	1.090,82047800	155.748.012,40	24,79%
2	POSTALIS	1.064,84856500	152.039.726,84	24,20%
3	FUNCEF	838,55967040	119.730.060,61	19,06%
4	PETROS	789,04916230	112.660.920,10	17,93%
5	FAPES	348,09698130	49.701.499,06	7,91%
6	SF - (Plano BD)	141,22830000	20.164.663,75	3,21%
7	SF - (Plano BS)	95,80340000	13.678.870,85	2,18%
7	NUCLEOS	32,31381300	4.613.781,84	0,73%
<b>TOTAL GERAL</b> .....		<b>4.400,720370</b>	<b>628.337.535,43</b>	<b>100%</b>

ADMINISTRADOR: Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.  
GESTOR: "VINCI PARTNERS"





**GRÁFICO 19. PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO - PCH / FIP**



Encerrado o 4º trimestre de 2018, encontrava-se alocado no Energia PCH - FIP/Juruena o valor de R\$ 33.843.534,60 - sendo: R\$ 20.164.663,75 do Plano I/BD, correspondentes a 5,39% dos ativos e 3,21% do projeto, enquanto R\$ 13.678.870,85 do Plano III / BSaldado, correspondentes a 5,02% dos ativos e 2,18% do projeto.

A renovação da outorga para as usinas, como constante das condições contratuais, encontra-se prevista para 2032. O retorno aos cotistas está estimado em IGP-M + 9,82% a.a. se houver a renovação da outorga, caso contrário, o retorno previsto é de IGP-M + 4% a.a.

Encerrado o exercício de 2018, os dados relevantes do projeto estão nas práticas empregadas pelo Gestor ("Vinci Partners"), seja pela realização das ações imediatas e informações mensais formais aos Cotistas.

É opinião da Diretoria de Finanças que a implementação dos processos de governança em implantação pelo Gestor, poderá representar, no médio prazo, importantes alterações com vista à melhoria da confiança dos investidores acerca dos resultados operacionais das empresas

investidas, incluindo-se aí, propostas de investidores interessados em uma possível aquisição dos ativos do Fundo, remetendo-se a uma possível janela de saída. Mediante a escolha dos assessores financeiros ocorrida em julho de 2018, com objetivo de formalizar o início do Processo de Desinvestimento, para início dos estudos de condução do processo de alienação dos ativos sob a responsabilidade do Credit Suisse, espera-se que em 2019 haja efetivamente a consolidação do processo de desinvestimento manifestado por todos os cotistas.

O andamento dos trabalhos está dentro do cronograma idealizado pela gestora e mais, o advisory já descortinou o cronograma de seu trabalho e identificou ser o momento bastante apropriado para entabular conversações com os pretendidos interessados. A forma de pagamento pelos serviços, segundo a Assembleia de Cotistas, seguiu a ideia de remuneração parte fixa e outra por desempenho.

### 2.2.3.1.1 Fato Relevante

Conforme informações do Administrador, na data de 29 de agosto de 2018, os Acionistas Minoritários ajuizaram "Ação Cautelar" cujo objeto é a suspensão dos efeitos da deliberação aprovada em Assembleia para reverter a emissão de ações (Aumento de Capital da Companhia e conversão dos valores aportados a título de Adiantamentos Para Futuro Aumento de Capital - AFAC's na companhia) a favor do Energia PCH/FIP. O Juízo da 6ª Vara da Comarca de Cuiabá - Estado do Mato Grosso, proferiu decisão no sentido de conceder medida liminar para suspender os efeitos da deliberação aprovada na AGE de 11 de maio de 2018. O Fundo, por intermédio de seus advogados, está trabalhando para reverter a referida decisão liminar, bem como defender os

interesses do Fundo. A Diretoria de Finanças acompanha todo o processo, mantendo do Comitê de Investimentos e a Diretoria Executiva informada dos fatos. "Até 31.12.2018, com informações atualizadas até 12.09.2018 do Gestor junto ao Fórum, o processo aguarda a análise da prevenção e a redistribuição do agravo de instrumento".

### 2.2.3.2 Geração de Energia FIP Multiestratégia

- Gestor: BRPP Gestão de Produtos Estruturados Ltda (Grupo Brasil Plural).
- Administrador: BNY MELLON Serviços Financeiros DTVM S.A.
- Companhias Alvos: as sociedades anônimas, abertas ou fechadas, emissoras de títulos e valores mobiliários, que atuem, direta ou indiretamente, no setor de geração de energia e que possam ser objeto de Propostas de Investimento pelo FUNDO.
- Estratégias Para os Projetos: Atuação em vários Estados brasileiros nas áreas de: UTE Gás; Eólica, Hidro; Comercialização e Biomassa, incorporando a cada projeto alta gestão corporativa.

• Rentabilidade Alvo: IPCA + 10,50% ao ano. O prazo de existência programado para 7 (sete) anos, sendo: 4 (quatro) anos em investimento e 3 (três) anos para desinvestimento. Contabilizado o tempo como demonstrado, o investimento foi finalizado em 2017. Os resultados positivos são produzidos apenas nas reavaliações, ou seja, ainda não há geração líquida de caixa para distribuição, nem mesmo era essa a expectativa do projeto.

Encerrado o 4º trimestre de 2018 encontrava-se alocado no Geração





de Energia FIP Multiestratégia o valor de R\$ 11.116.661,37 - sendo: R\$ 6.623.333,78 do Plano I/BD, correspondentes a 1,77% do Patrimônio Líquido e R\$ 4.493.327,59 do Plano III/Saldado, correspondentes a 1,65% do Patrimônio Líquido.

A Diretoria de Finanças participa ativamente no processo de desinvestimento do ativo, prejudicada pela conjuntura do setor e da economia como um todo. O Comitê Estratégico de Investimentos - CEI encontra-se atento às ações do Gestor e do desempenho setorial. Vale ressaltar que o Fundo se encontra em Processo de Desinvestimento, com regras ainda a serem definidas pelo Gestor e Administrador, no formato de propostas de instituições financeiras para prestação de serviço de assessoria no processo de venda, a ser aprovado e discutido pelos Cotistas em Assembleia, o que deverá ocorrer no decorrer do 1º semestre de 2019.

### 2.2.3.3 Fundo de Investimento Multimercado - Saga Snake

Trata-se de um Fundo Multimercado utilizado somente com vista à administração das disponibilidades. Seu desempenho próximo de 102% do CDI e a disponibilização dos recursos em D+1 dia são os motivos principais para sua utilização.

### 2.2.4 Segmento Imobiliário

Nesse novo Segmento encontravam-se alocados os recursos dos Planos em Imóveis Para Aluguel e Renda, como ocorre no PGA com o imóvel de uso próprio, descritos na Resolução Nº 3.792-CMN, de 24.09.2009 - revogada pela Resolução Nº 4.661-CMN, de 25.05.2018, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos Planos administrados pelas EFPC, e nessa nova resolução ficou definitivamente vedado adquirir terrenos e imóveis, mas, permitida a manutenção do estoque, desde que sua

alienação venha a ocorrer no prazo de 12 (doze) anos. No Segmento foram incluídos os "Fundos Imobiliários" (FII) e Cotas de Fundos (FICFII); CRI e CCI, assim constituídos: (i) Empreendimento Fernandez Plaza / Salvador - BA; (ii) Centro de Distribuição - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ e (iii) CRI - Companhias Securitizadoras: (a) BRC - Securitizadora e (b) Infrasec - Securitizadora.

Encerrado o 4º trimestre de 2018 encontrava-se alocado no Segmento o valor de R\$ 22.600.738,97 - sendo: R\$ 14.632.052,10 do Plano I/BD, correspondentes a 3,91% do Patrimônio Líquido e R\$ 7.968.686,87 do Plano III / BSaldado, correspondentes a 2,92% do Patrimônio Líquido.

#### 2.2.4.1 Empreendimento Fernandez Plaza - Salvador - BA

O empreendimento Fernandez Plaza, localizado na Praça de Salvador-BA, é constituído por 56 (cinquenta e seis) salas, sob a administração da José Alberto Imóveis Ltda. Encerrado o 4º trimestre de 2018, o nível de desocupação atingiu 71,43%, ou seja, do total das 56 salas detidas pelos Planos somente encontram-se alugadas 16. No período de vigência da Política de Investimento 2018/2022, além de não destinar recursos para o Segmento Imobiliário, manteve-se a política visando diminuir a vacância das salas e busca de soluções e alternativas para alienação das unidades que, ainda, dependem fundamentalmente da melhoria do desempenho econômico e liberação da sua Escritura.

#### 2.2.4.2 Centro de Distribuição - São Cristóvão - RJ

O Centro de Distribuição - São Cristóvão, trata-se da primeira reversão a favor da Carteira de Imóveis dos Planos, como parte das "Garantias Provisionadas" do ativo "Cédula de Crédito Imobiliário - CCI" da M. Brasil Empreendimentos, Marketing e Negócios Ltda, relativa ao processo de recuperação das Garantias constituídas por imóveis na Cidade do Rio de Janeiro - RJ. A

definição contida na Política de Investimento dos Planos é a de promover a alienação dos imóveis, desde que as condições de mercado assim permitam.

Em maio de 2018 a empresa Urbanométrica foi contratada pelo pool de entidades envolvidas na recuperação dos créditos da CCI emitida pela M-Brasil, com a finalidade de promover a elaboração de laudo de avaliação no padrão ABNT, identificando o valor justo do empreendimento. Como resultado chegou ela ao preço de R\$ 4,858 milhões para o terreno e R\$ 6,081 milhões para as construções, num total de R\$ 10,940 milhões. Conhecido o valor justo do bem, fica evidenciado que a orientação emanada pelo Conselho Fiscal da entidade para que se registrasse o bem, pelo valor base de cálculo do IPTU, mostrou-se medida adequada, haja vista que o ajuste de receita neste ano para colocar o bem no preço encontrado foi aproximadamente de meros R\$ 2,6 milhões, em grandes números.

### 2.2.5 Ativo Total sob Gestão da SãO FRANCISCO

GRÁFICO 20. EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL





O Ativo Total Consolidado atingiu o montante de R\$ 838,9 milhões, contra R\$ 784,6 milhões ao fim do 3º trimestre de 2018, representando alta de 6,92%. A variação patrimonial positiva tem sua explicação fundada na oscilação da taxa de juros dos títulos públicos marcados a "mercado", com destaque para o Codeprev e a retomada do alta do mercado acionário, com reflexos positivos no Segmento de Renda Variável dos Planos I/BD e III/BSaldado. Com este resultado, o Ativo Consolidado

acumulou no ano alta de 10,86%, conforme pode ser observado no gráfico acima.

Na gestão tática, o procedimento adotado foi no sentido de reduzir as posições mais longas e concentrar nas posições mais curtas dos Títulos Públicos Federais-NTN/B, com objetivo de combater diretamente a volatilidade gerada no decorrer do processo eleitoral, frente as posições existentes nas Carteiras dos Planos precificadas a "mercado", com destaque para o Codeprev.

### 3 DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA

Compete observar que na apuração das Demonstrações Contábeis, foram observados todos os princípios contábeis, ou seja, todos os lançamentos contábeis foram registrados com base no Princípio da Competência, o qual determina que os efeitos das transações e outros eventos certos de sua ocorrência nos meses vindouros próximos, sejam reconhecidos nas demonstrações levantadas independentemente do recebimento ou pagamento das mesmas. Isto pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. As contribuições para o plano CODEPREV, por ser um plano com registro das reservas individuais, em cotas, têm os seus registros realizados pelo Regime de Caixa.

Os lançamentos contábeis primaram pela existência de documentos idôneos, claros, com identificação do fato contábil, além da utilização de complementos aos históricos padrões detalhando as características dos documentos que os originaram. Quando utilizada informações internas, estas estão identificadas pela cadeia de responsabilidade definida na estrutura orgânica da Entidade.

QUADRO 1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercícios		PASSIVO	Exercícios	
	2018	2017		2018	2017
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>37</b>	<b>159</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>23.831</b>	<b>22.194</b>
			Gestão Previdencial	23.292	21.638
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>835.163</b>	<b>750.859</b>	Gestão Administrativa	504	503
Gestão Previdencial	47.348	47.458	Investimentos	35	53
Gestão Administrativa	3.785	3.805			
Investimentos	<b>784.031</b>	<b>699.596</b>	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>5.897</b>	<b>5.971</b>
Títulos Públicos	562.162	493.867	Gestão Previdencial	147	147
Créditos Privados e Depósitos	19.958	19.641	Gestão Administrativa	5.255	5.057
Fundos de Investimento	187.865	171.128	Investimentos	494	767
Investimentos Imobiliários	10.590	10.473			
Empréstimos e Financiamentos	3.215	3.973	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>809.225</b>	<b>726.654</b>
Depos. Jud. Recursais	241	514	Patrimônio de Cobertura do Plano	787.385	705.887
			Provisões Matemáticas	<b>807.165</b>	<b>729.166</b>
<b>PERMANENTE</b>	<b>3.751</b>	<b>3.801</b>	Benefícios Concedidos	364.760	352.983
Imobilizado	3.742	3.784	Benefícios a Conceder	442.405	376.183
Diferido	9	17	Equilíbrio Técnico	(19.780)	(23.279)
			Resultados Realizados	(19.780)	(23.279)
			(+) Superávit Técnico Acumulado	-	-
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(19.780)	(23.279)
			<b>Fundos</b>	<b>21.839</b>	<b>20.767</b>
			Fundos Previdenciais	7.178	5.101
			Fundos Administrativos	12.991	14.002
			Fundos dos Investimentos	1.670	1.664
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>838.952</b>	<b>754.819</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>838.952</b>	<b>754.819</b>

A consolidação do Balanço Patrimonial não se trata de uma simples soma de contas, pois, como prescreve o próprio postulado da Entidade contábil, a consolidação exige que sejam retirados os efeitos provocados pelas relações mútuas entre as Entidades contábeis, os Planos de Benefícios e o PGA – Plano de Gestão Administrativa. Assim é que no consolidado, o que um plano deve ao outro não aparecerá, bem como o "resultado da equivalência patrimonial" (registro do fundo administrativo) nos Planos de Benefícios.

Destaca-se que não se trata de transações entre planos, haja vista que a legislação a proíbe, mas, precipuamente, as relações de custeio dos planos com o PGA, bem assim, a formação dos fundos administrativos, respeitando a origem dos recursos e os gastos administrativos incorridos relativamente a cada plano, quando identificáveis diretamente, ou por aplicação de rateios nos demais casos.





**QUADRO 2. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – SETEMBRO/2018**

Valores em R\$ mil

DEFINIÇÃO	BD	BS	CD	Consolidado
<b>A) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	- 14.386	- 8.893	-	- 23.279
<b>A1) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDOS ACUMULADO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	-	-	5.101	5.101
<b>1- CONTRIBUIÇÕES</b>	9.622	5.560	26.224	41.405
(+) Patrocinadores	3.502	5	12.913	16.421
(+) Participantes Ativos	91	4	14.112	14.208
(+) Autopatrocinados	-	-	10	10
(+) Participantes Assistidos	6.253	-	2	6.255
(+) Outros Recursos Correntes	4	-	-	4
(+) Dívida Contratada	-	4.352	-	4.352
(+) Parcela da Cisão reconhecida em 03/2018	-	1.198	-	1.198
(-) Custeio	- 229	-	- 813	- 1.042
<b>2- DESTINAÇÕES</b>	- 43.622	- 21	- 167	- 43.810
(-) Benefícios	- 43.622	- 21	- 167	- 43.810
<b>3- CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS</b>	- 6	-	-	- 6
(+/-) Quotas quitação por morte	- 6	-	-	- 6
<b>4- INVESTIMENTOS</b>	43.894	30.963	11.128	85.986
(+) Renda Fixa	30.846	22.752	11.770	65.367
(+) Renda Variável	14.174	9.501	809	24.483
(+) Imóveis	- 109	- 73	-	- 182
(+) Empréstimos	654	- 51	-	603
(-) Custeio	- 1.670	- 1.165	- 1.451	- 4.286
<b>5- FORMAÇÕES DE RESERVAS</b>	- 11.071	- 31.819	- 35.108	- 77.999
(+) Benefícios Concedidos	- 11.690	- 91	4	- 11.777
(+) Benefícios a Conceder	619	- 31.728	- 35.113	- 66.222
<b>B) RESULTADO DEFICITÁRIO/SUPERAVITÁRIO DO EXERCÍCIO ( 1+2+3+4+5 )</b>	- 1.183	4.682	-	3.499
<b>C) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDOS ( 1+2+3+4+5 )</b>	-	-	2.077	2.077
<b>D) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL - EQUILÍBRIO TÉCNICO ( A+B )</b>	- 15.569	- 4.211	-	- 19.780
<b>E) RESULTADO CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDO PREVIDENCIAL ( A1+C )</b>	-	-	7.178	7.178

**QUADRO 3. CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS**

Valores em R\$ mil

Consolidado	dez/18	dez/17	AVALIAÇÃO		Horizontal em relação a 2017
			2018	2017	
<b>Investimentos</b>	<b>784.029</b>	<b>465.429</b>			
Títulos Públicos	562.161	336.739	71,7%	72,4%	66,9%
Créditos Privados e Depósitos	19.958	12.861	2,5%	2,8%	55,2%
Companhias Abertas	19.958	12.861	2,5%	2,8%	55,2%
Fundos de Investimento	187.863	105.945	24,0%	22,8%	77,3%
Multimercado	896	8.182	0,1%	1,8%	-89,0%
Direitos Creditórios/Fundos de Investimentos	5.428	3.385	0,7%	0,7%	60,4%
Ações	136.579	69.904	17,4%	15,0%	95,4%
Participações/FIP	44.960	24.474	5,7%	5,3%	84%
Investimentos Imobiliários	10.591	6.259	1,4%	1,3%	69,2%
Empréstimos	3.215	3.319	0,4%	0,7%	-3,1%
Depos.Jud. Recursais	241	306	0,0%	0,1%	-21,2%

Em atendimento a IN Previc Nº 13, de 12/11/2014, Artigo 2º, Inciso V, foram elaborados os quadros abaixo que apresentam os gastos administrativos segregados por plano de benefício. Os valores foram distribuídos com base em critérios técnicos, consoante as Diretrizes Orçamentárias aprovadas pelo Conselho Deliberativo e constantes das Notas Explicativas das demonstrações financeiras do exercício de 2018.

<b>DETALHAMENTO DAS DESPESAS CARTEIRA DE INVESTIMENTO</b>	
<b>PLANO DE BENEFÍCIOS I</b>	
In Previc 13, Art. 2º, Inciso V	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2018</b>
<b>GESTÃO PRÓPRIA (1+2)</b>	<b>R\$ 1.289.870,10</b>
<b>1 - PESSOAL</b>	<b>1.083.649,20</b>
Dirigentes	R\$ 267.909,17
Pessoal	R\$ 815.740,03
<b>2 - TERCEIROS</b>	<b>206.220,90</b>
Consultoria dos Investimentos	R\$ 35.171,82
Consultoria Jurídica	R\$ 23.658,51
Administração de Imóveis	R\$ 9.435,06
Custódia	R\$ 112.729,27
Cetip	R\$ 17.481,31
Selic	R\$ 7.744,93

<b>DETALHAMENTO DAS DESPESAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS</b>	
<b>PLANO DE BENEFÍCIOS II</b>	
In Previc 13, Art. 2º, Inciso V	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2018</b>
<b>GESTÃO PRÓPRIA (1+2)</b>	<b>R\$ 810.990,61</b>
<b>1 - PESSOAL</b>	<b>751.227,33</b>
Dirigentes	R\$ 189.706,00
Pessoal	R\$ 561.521,33
<b>2 - TERCEIROS</b>	<b>59.763,28</b>
Consultoria dos Investimentos	R\$ 10.695,75
Consultoria Jurídica	R\$ 8.492,38
Custódia	R\$ 33.155,67
Cetip	R\$ 5.141,56
Selic	R\$ 2.277,92

<b>DETALHAMENTO DAS DESPESAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS</b>	
<b>PLANO DE BENEFÍCIOS III</b>	
In Previc 13, Art. 2º, Inciso V	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2018</b>
<b>GESTÃO PRÓPRIA (1+2)</b>	<b>R\$ 869.258,83</b>
<b>1 - PESSOAL</b>	<b>729.377,98</b>
Dirigentes	R\$ 174.569,10
Pessoal	R\$ 554.808,88
<b>2 - TERCEIROS</b>	<b>139.880,85</b>
Consultoria dos Investimentos	R\$ 25.730,69
Consultoria Jurídica	R\$ 15.781,59
Administração de Imóveis	R\$ 6.398,24
Custódia	R\$ 75.152,85
Cetip	R\$ 11.654,20
Selic	R\$ 5.163,28



## 4 PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD

### 4.1 PREVIDENCIAL

#### 4.1.1 População Assistida

GRÁFICO 22. APOSENTADOS X PENSIONISTAS

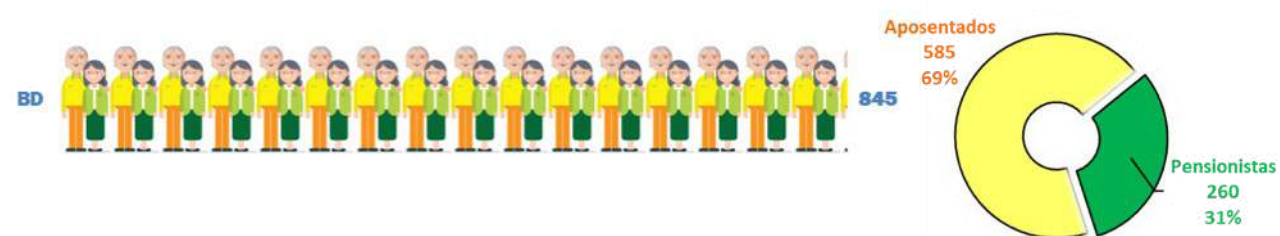
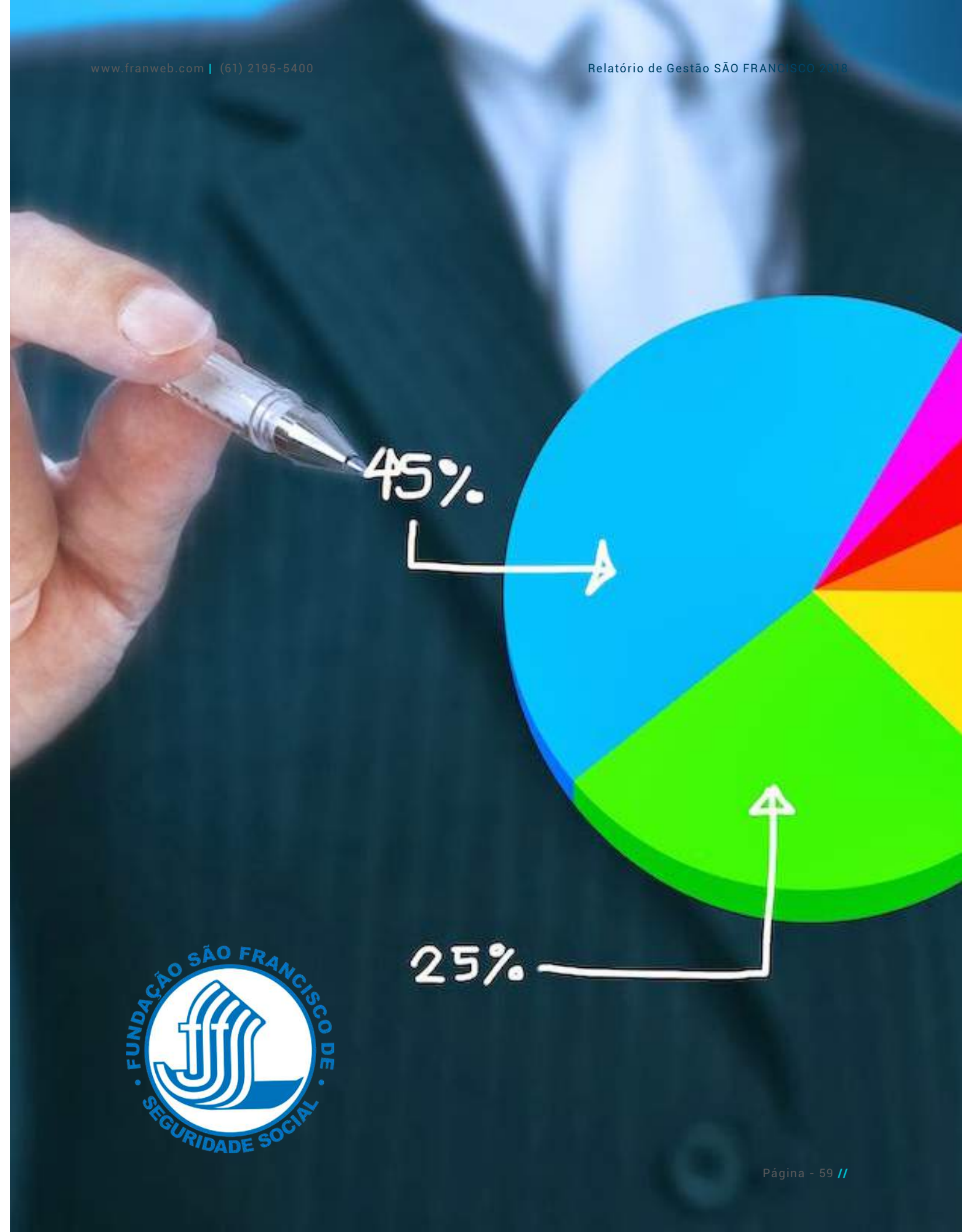
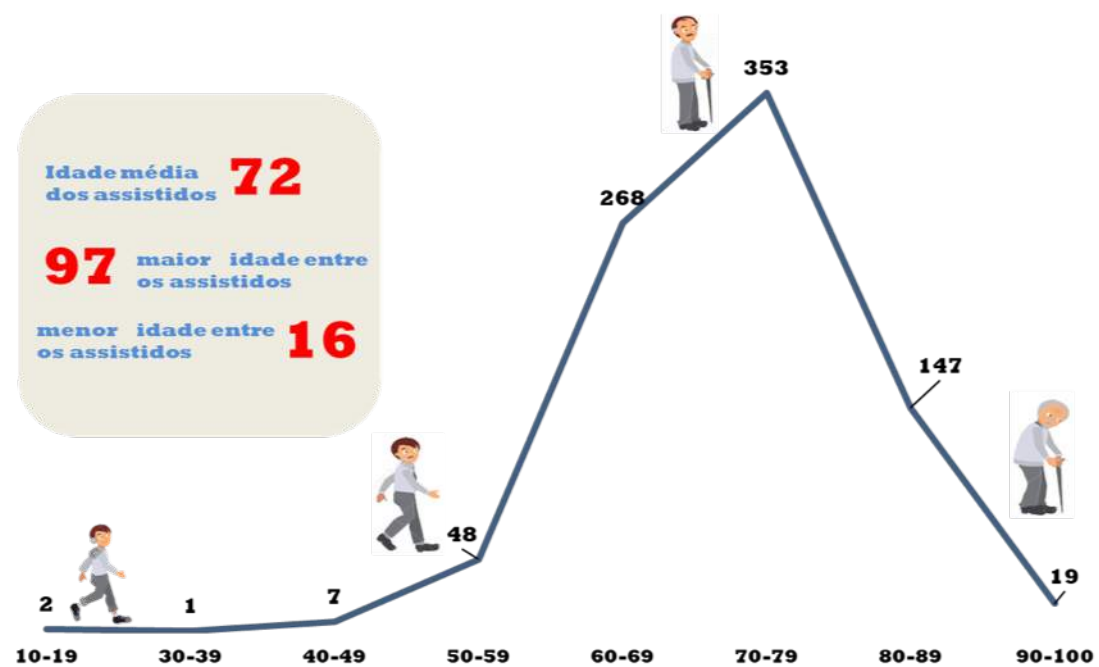


GRÁFICO 23. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS – FAIXA ETÁRIA





4.1.2 Receitas Previdenciárias

GRÁFICO 24. PATRONAL X ASSISTIDOS

Contribuição Patronal x Participantes Assistidos - Em mil Reais

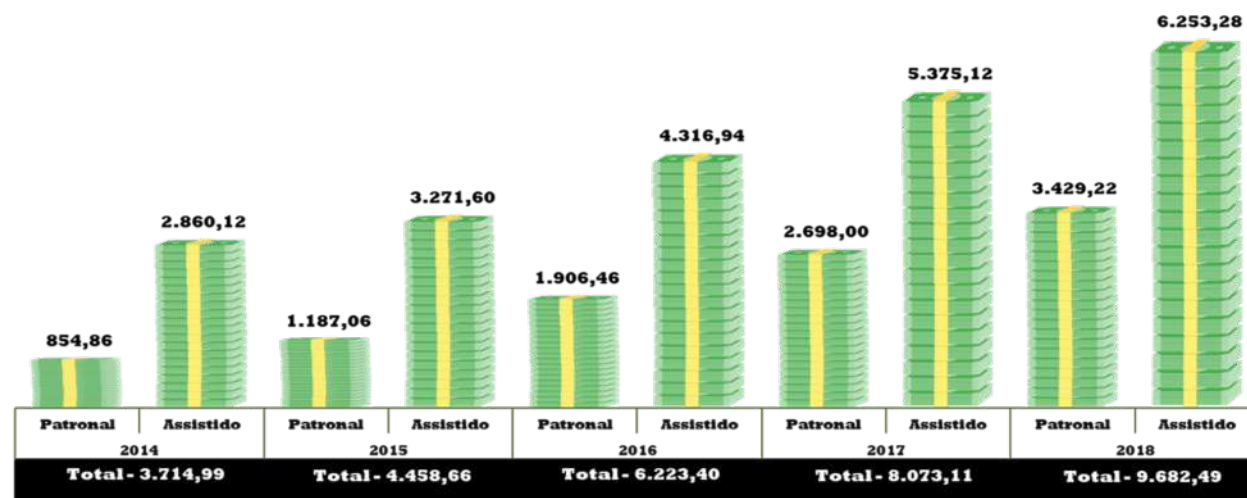


GRÁFICO 25. PATRONAL X ASSISTIDOS

Total das Receitas por Trimestre - Ano 2018

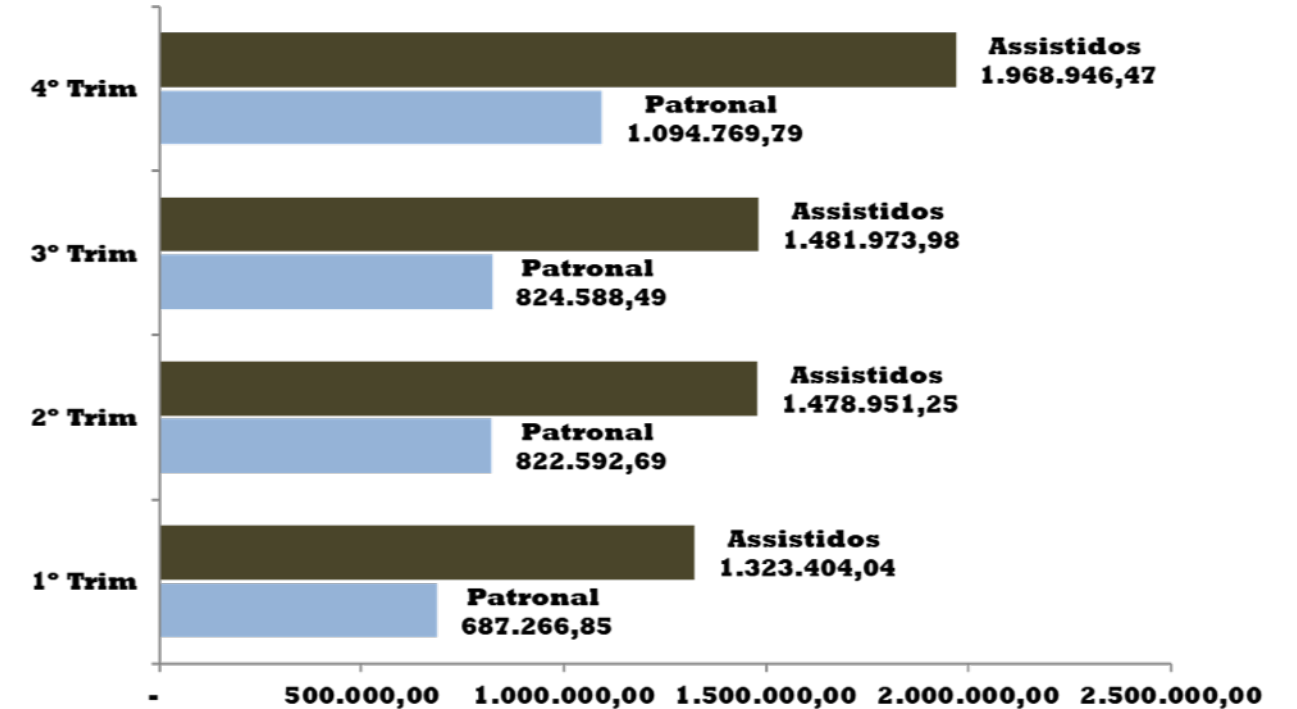


GRÁFICO 26. PATRONAL X PARTICIPANTES

Contribuição Patronal x Participantes Ativos - Em mil Reais

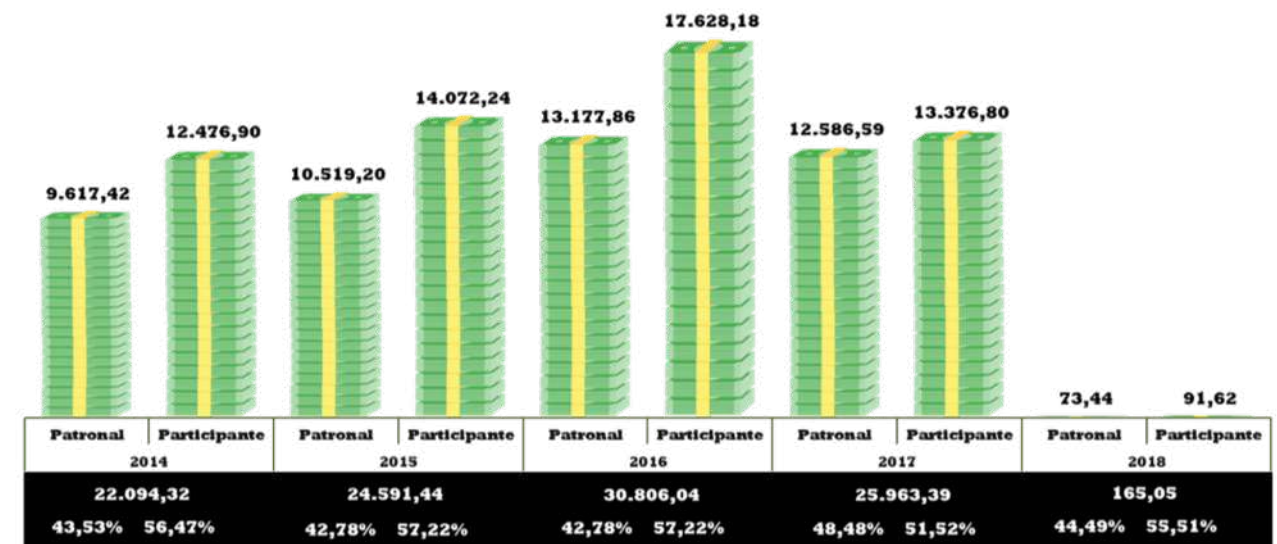




GRÁFICO 26. PATRONAL X PARTICIPANTES

**Total de Receitas por Trimestre - Ano 2018**

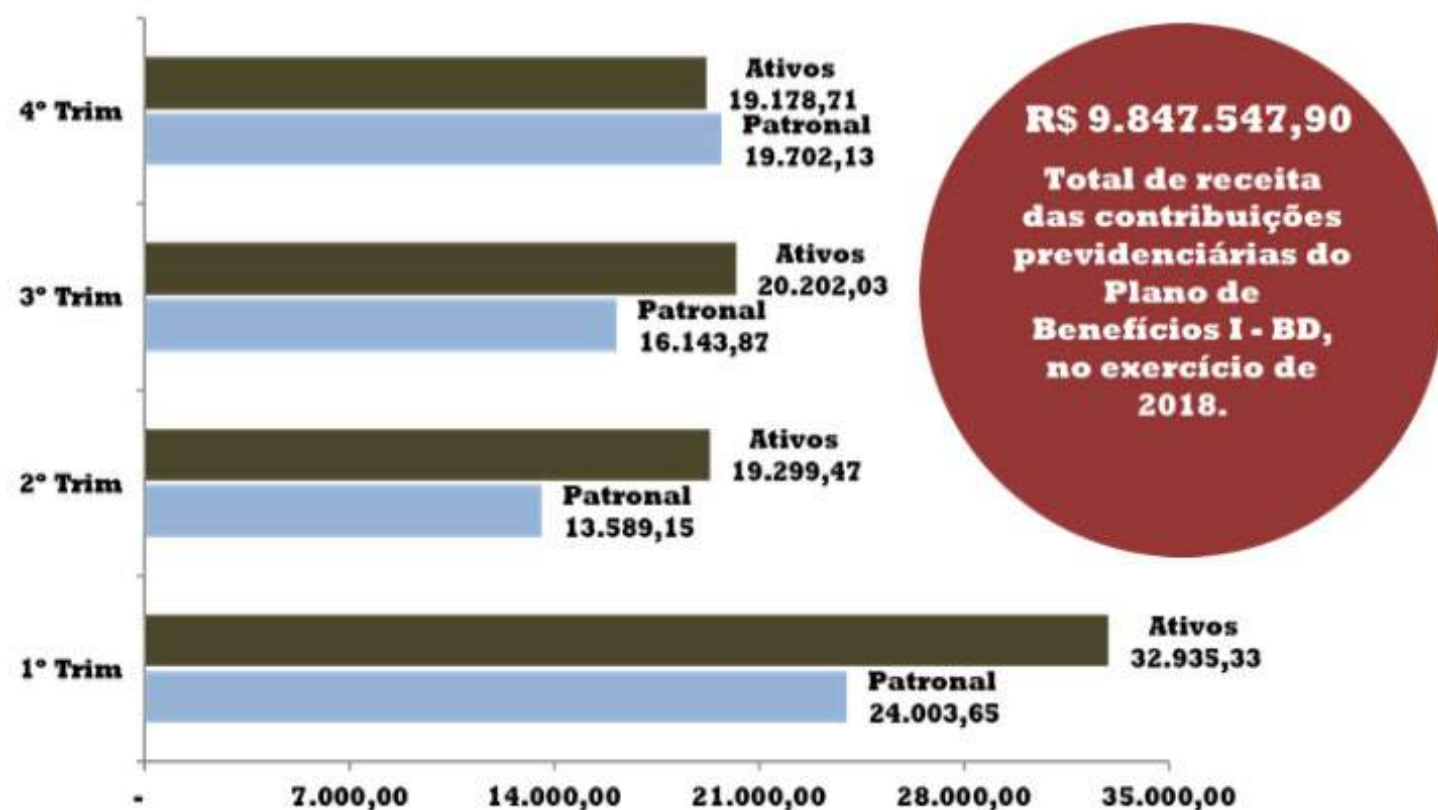
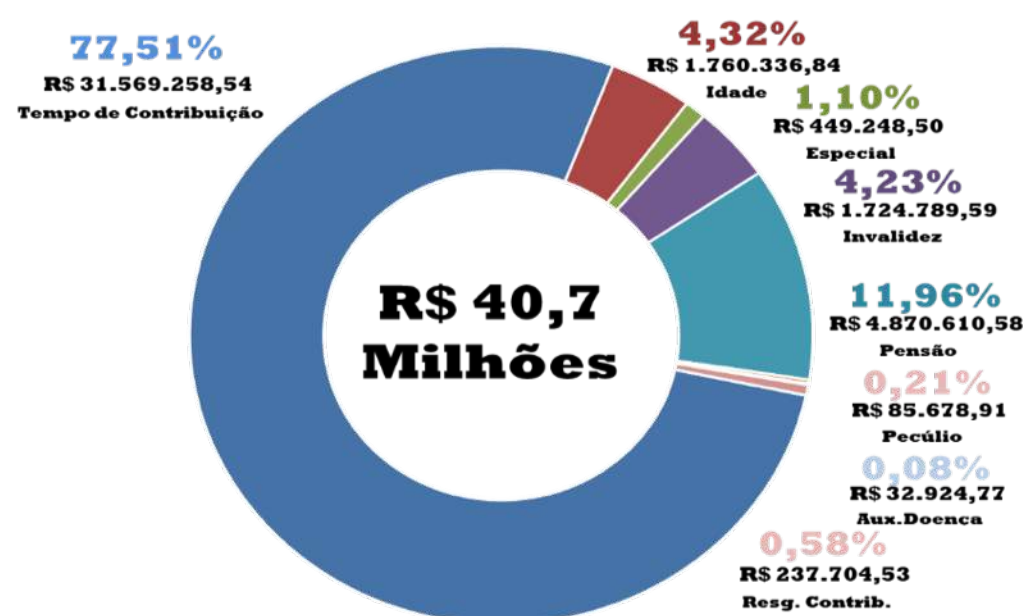
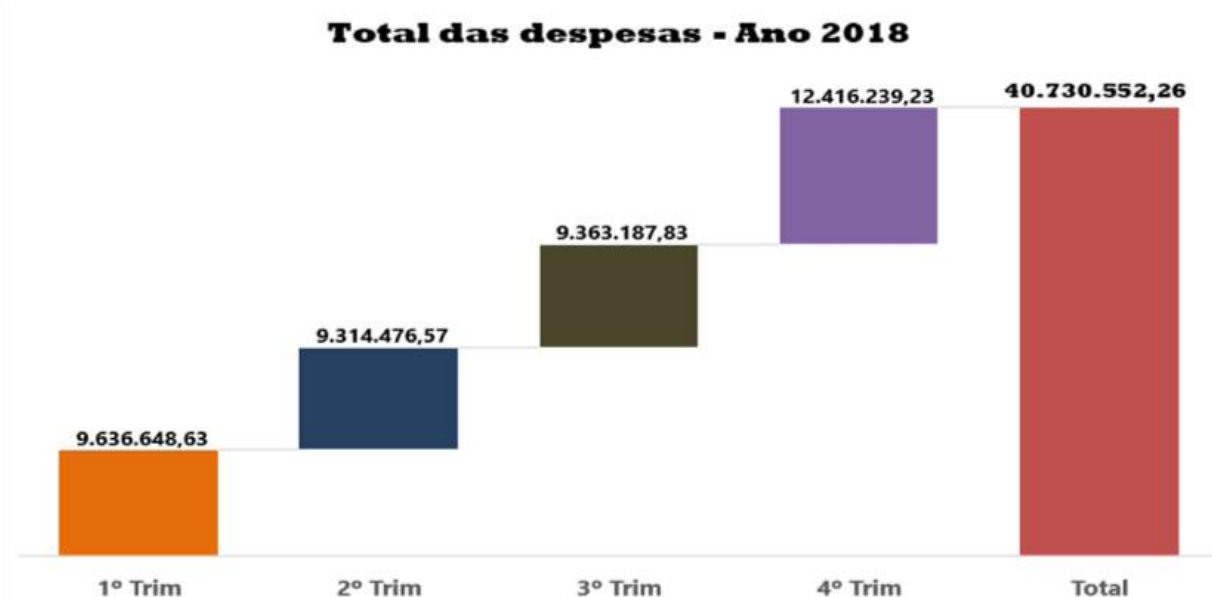


GRÁFICO 28. TOTAL DAS DESPESAS POR TRIMESTRE



**GRÁFICO 29. TOTAL DAS DESPESAS POR TRIMESTRE**



## 4.2 INVESTIMENTO

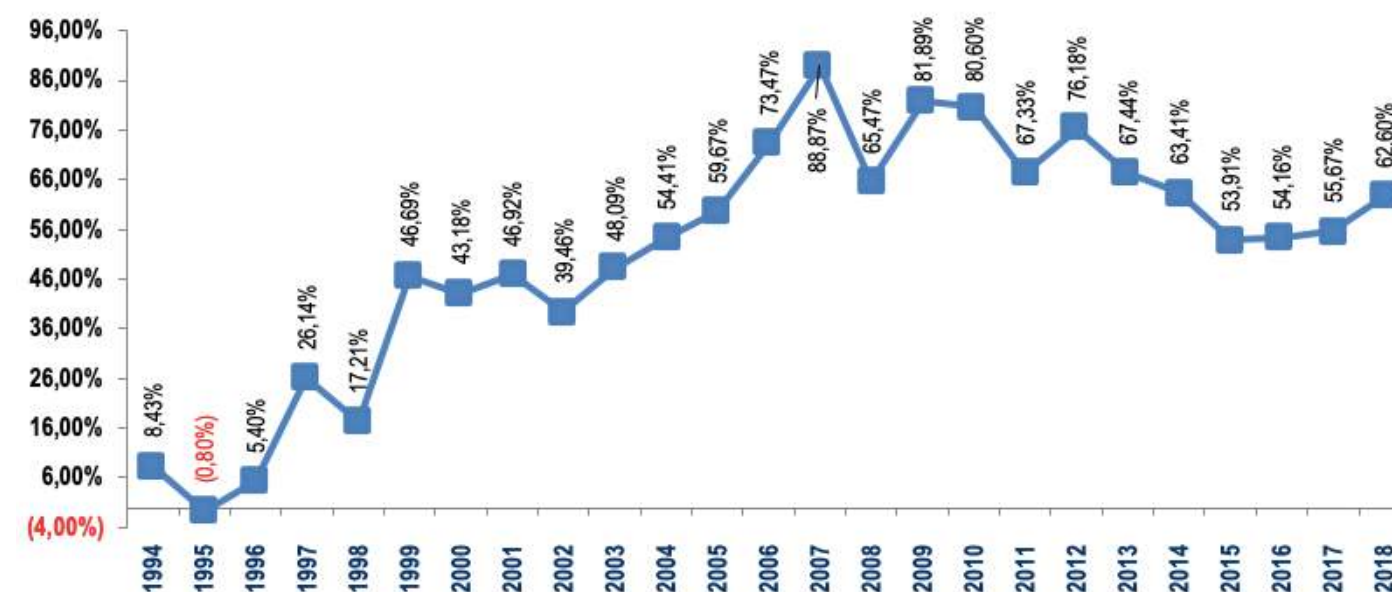
### 4.2.1 Performance do Plano I – BD – Descontada da Meta Atuarial

O Gráfico abaixo identifica o desempenho dos investimentos acumulados do Plano I/BD. As variações foram obtidas dos registros constantes do Demonstrativo Atuarial - DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 1994 a dezembro de 2018. Fica evidente que nos últimos vinte e quatro anos, a rentabilidade mantém-se acima da Meta Atuarial.

Os resultados desfavoráveis (motivado pelo desempenho do mercado bursátil) observados no período de 2008 a 2013 reduziram os ganhos acumulados, mas, de nenhuma forma, foram capazes de zerar os ganhos auferidos pelos investimentos. No encerramento do quarto

trimestre de 2018, com a taxa superior a 62%, observa-se certa estabilidade, vindo desde 2015. Os resultados do Plano permitiram ao Comitê Estratégico de Investimentos-CEI manter os processos estratégicos de médio e longo prazo sem alteração em sua estrutura de alocação. A racionalidade das estratégias conservadoras adotadas seguiu guiada pelo entendimento de que o objetivo dos investimentos do Plano não poderia se pautar na busca de máximas rendas, mas, tendo a meta como padrão de desempenho adequado, alocar os recursos visando à segurança antes da rentabilidade.

**GRÁFICO 30. DESEMPENHO ACUMULADO**

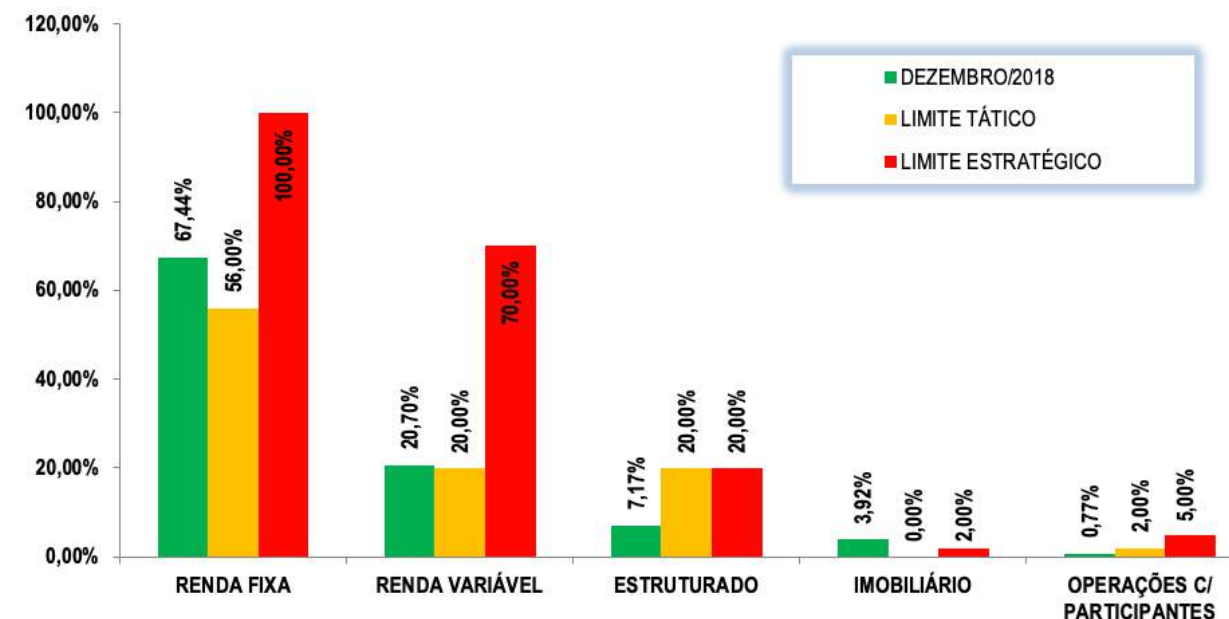




**TABELA 7. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE - ACUMULADA**

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO x RENTABILIDADE DO PLANO I - BD - 1994 a 2018 -							
ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$ - (1)	RENTAB. NOMINAL DO PLANO - ANUAL - % - (2)	LÍQUIDA META ATUARIAL DO PLANO - ANUAL - % - INPC + 4,90% a.a. (3)	RENTAB. REAL DO PLANO - % - (4)	JUROS REAIS ATUARIAL DO PLANO - % - (5)	RENTAB. ACIMA DA META - MÊS - (2/4) - % - (6)	RENTAB. ACIMA DA META ACUM. NO PERÍODO - % - (7)
1993	14.565.818						
1994	21.834.499	1001,84%	916,18%	14,94%	6,00%	8,43%	8,43%
1995	27.999.976	18,35%	29,36%	(3,02%)	6,00%	(8,51%)	(0,80%)
1996	37.005.152	24,43%	17,11%	12,63%	6,00%	6,25%	5,40%
1997	49.328.578	32,06%	10,35%	26,85%	6,00%	19,67%	26,14%
1998	50.632.967	2,39%	10,19%	(1,50%)	6,00%	(7,08%)	17,21%
1999	72.879.060	43,39%	14,57%	32,66%	6,00%	25,15%	46,69%
2000	78.882.804	9,12%	11,80%	3,46%	6,00%	(2,40%)	43,18%
2001	93.063.916	18,81%	15,78%	8,77%	6,00%	2,62%	46,92%
2002	106.172.413	13,25%	19,31%	0,62%	6,00%	(5,08%)	39,46%
2003	136.519.774	26,87%	19,48%	12,56%	6,00%	6,19%	48,09%
2004	161.911.021	16,93%	12,14%	10,53%	6,00%	4,27%	54,41%
2005	189.435.292	15,79%	11,98%	9,61%	6,00%	3,40%	59,67%
2006	226.260.110	18,25%	8,84%	15,16%	6,00%	8,65%	73,47%
2007	275.690.468	20,94%	11,08%	15,41%	6,00%	8,88%	88,87%
2008	274.494.972	(0,44%)	13,64%	(7,13%)	6,00%	(12,39%)	65,47%
2009	332.699.574	21,38%	10,42%	16,52%	6,00%	9,93%	81,89%
2010	367.881.588	11,93%	12,73%	5,25%	6,00%	(0,71%)	80,60%
2011	375.114.375	4,29%	12,56%	(1,79%)	6,00%	(7,35%)	67,33%
2012	435.829.532	18,25%	12,31%	11,61%	6,00%	5,29%	76,18%
2013	448.946.925	6,37%	11,92%	0,51%	5,75%	(4,96%)	67,44%
2014	473.598.929	8,96%	11,65%	2,96%	5,50%	(2,41%)	63,41%
2015	504.816.103	10,11%	16,91%	(0,64%)	5,50%	(5,82%)	53,91%
2016	548.050.368	13,53%	13,34%	5,68%	5,50%	0,17%	54,16%
2017	340.529.029	7,57%	6,53%	6,29%	5,26%	0,98%	55,67%
2018	350.417.434	13,47%	8,63%	9,57%	4,90%	4,46%	62,60%

**GRÁFICO 31. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO**



**TABELA 8. ENQUADRAMENTO LEGAL**

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2017		DEZEMBRO/2018		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 4.661 - CMN
RENDA FIXA	254.950.646,23	70,37%	252.132.430,33	67,44%	56,00%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	65.938.845,50	18,20%	77.408.308,47	20,70%	20,00%	70,00%	70,00%
ESTRUTURADO	31.850.325,56	8,79%	26.798.106,70	7,17%	20,00%	20,00%	20,00%
IMOBILIÁRIO	6.259.079,26	1,73%	14.653.990,72	3,92%	0,00%	2,00%	20,00%
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	3.318.641,27	0,92%	2.872.117,36	0,77%	2,00%	5,00%	15,00%
<b>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</b>	<b>362.317.537,82</b>	<b>100%</b>	<b>373.864.953,58</b>	<b>100%</b>			
(+) Disponível - Conta 11	60.095,41	VARIACÃO NOMINAL	14.799,96				
(-) Exigível de Investimentos	-156.386,33		-186.072,34				
<b>ATIVOS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>362.221.246,90</b>	<b>3,19%</b>	<b>373.693.681,20</b>				

**4.2.2 Enquadramento – Política de Investimento**

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Estruturado, Imobiliário e Operações C/ Participantes, encontrava-se, no encerramento do 4º Trimestre de 2018, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2018/2022, aprovada pelo Conselho Deliberativo.





### 4.2.3 Rentabilidade

A rentabilidade registrada no 4º trimestre de 2018 do Plano foi de 2,07%. Descontada a meta atuarial registrada no período (INPC+4,90% a.a.), que atingiu 1,66%, o desempenho dos investimentos ficou acima do mínimo atuarial em 0,41 pontos-base. Com este resultado, a rentabilidade acumulada do Plano no ano foi de 12,73% a.a. Descontada a Meta Atuarial registrada no período (INPC+4,90% a.a.), que atingiu 8,63% a.a., o desempenho dos investimentos ficou acima do mínimo atuarial em 4,10 pontos-base, motivada pela queda das taxas dos títulos públicos existentes carteira de Renda Fixa com marcação a “mercado” e pelo bom desempenho do mercado acionário.

GRÁFICO 32. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO

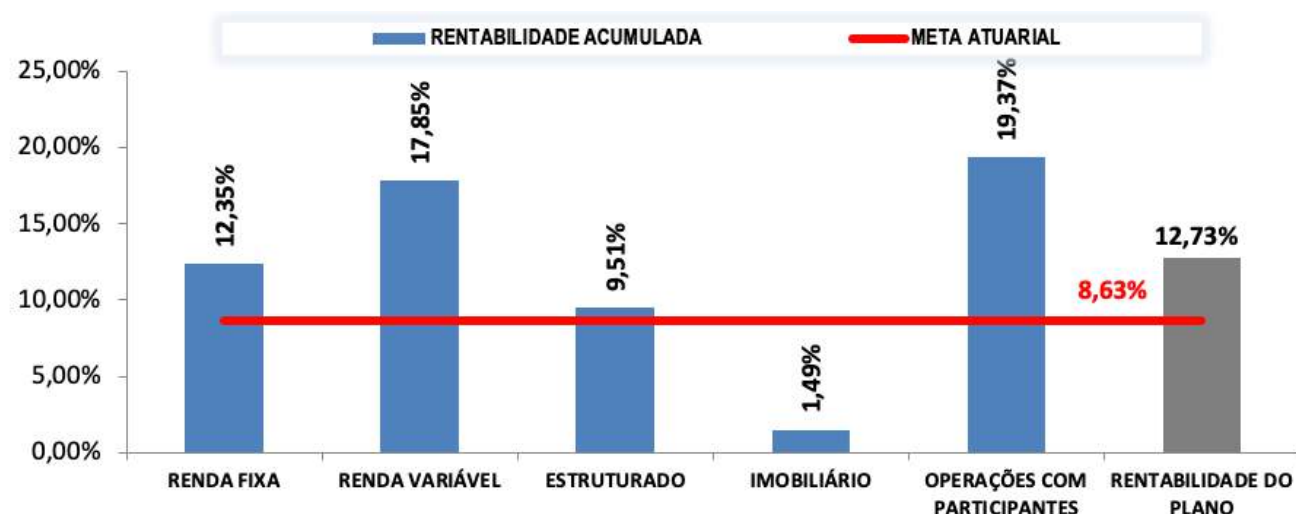


TABELA 9. RENTABILIDADE

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	4º TRIMESTRE DE 2018			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	1,12%	6,89%	12,35%	12,35%
RENDA VARIÁVEL	0,02%	17,84%	17,85%	17,85%
ESTRUTURADO	0,63%	0,72%	9,51%	9,51%
IMOBILIÁRIO	0,12%	2,16%	1,49%	1,49%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,61%	4,20%	19,37%	19,37%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,82%	8,23%	12,73%	12,73%
META ATUARIAL	0,15%	1,66%	8,63%	8,63%
DIVERGÊNCIA	0,67%	6,57%	4,10%	4,10%





#### 4.2.3.1 Segmento de Renda Fixa

Encerrado o exercício de 2018, a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa acumulou alta de 12,35%, frente a meta atuarial de 8,63%, ficando acima da meta acumulada em 3,72 pontos-base. O desempenho positivo e favorável ao plano foi motivado pela queda significativa ocorrida nas taxas de juros dos títulos públicos existentes no portfólio marcados a "Mercado".

#### 4.2.3.2 Segmento de Renda Variável

O Segmento constituído pelos Fundos de Investimentos em Ações-FIA's (Saga SF e Mapfre SF), registrou no 4º trimestre de 2018 rentabilidade positiva de 17,84%, ante o desempenho positivo da Bolsa de Valores de 9,70% medida pelo Índice IBrX-50 (Benchmark). Com este resultado, o Segmento de Renda Variável acumulou no ano alta de 17,60%, contra alta de 14,53% do Benchmark no mesmo período, imputando divergência positiva de 3,07 pontos-base, demonstrando que o mercado de capitais encerramento do quarto trimestre de 2018, registrou fortes sinais de manter-se no canal de alta, fortalecendo a condição tática e estratégica de manter os investimentos em ações.

#### 4.2.3.3 Segmento de Estruturado

Apresentou no 4º trimestre de 2018 alta de 0,72%, contra meta atuarial de 1,66% no mesmo período, imputando divergência negativa 0,94 pontos-base. Com este resultado, o Segmento

de Investimentos Estruturados acumulou no ano alta de 9,51%, frente a meta atuarial 8,63%, registrando variação positiva acima da meta de 0,88%. Ressalte-se que, a Diretoria de Finanças encontra-se acompanhando o processo do ENERGIA PCH/FIP (principal ativo do Segmento) frente ao Administrador, com objetivo de finalizar o "Processo de Desinvestimento" em andamento sob a responsabilidade do Gestor e espera-se que em 2019 haja efetivamente a consolidação do processo de desinvestimento manifestado por todos os cotistas, conforme destacado neste relatório no item 2.2.3.1.

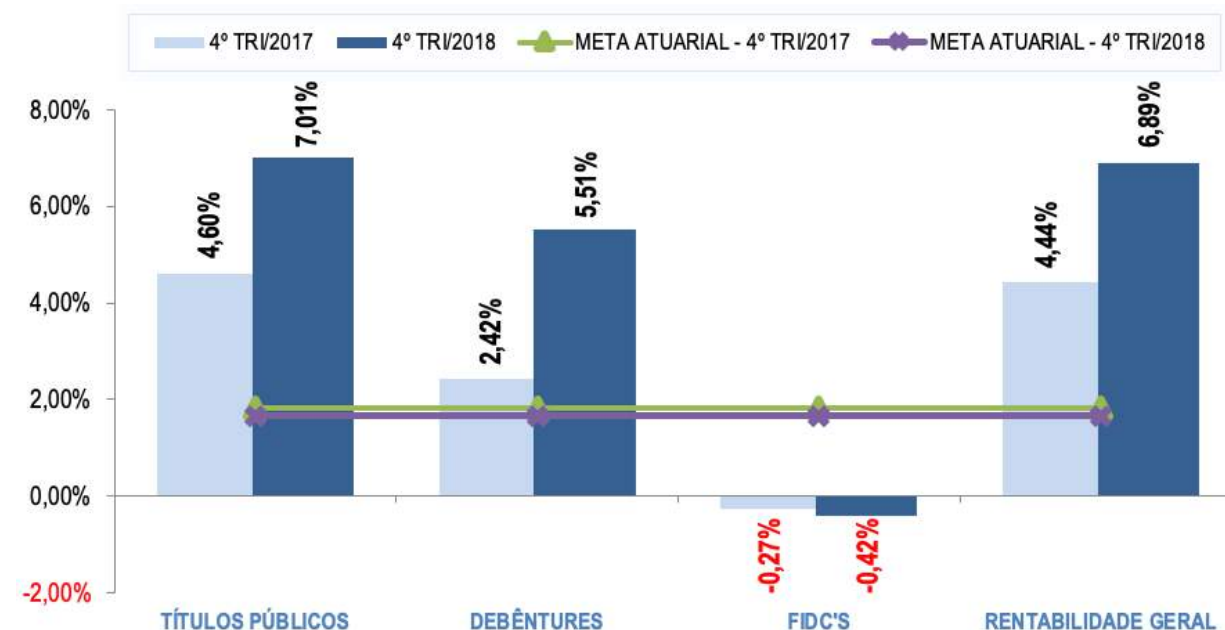
#### 4.2.3.4 Segmento Imobiliário

Apresentou no 4º trimestre, rentabilidade positiva de 2,16%, contra a meta de 1,66% no período, imputando divergência positiva de 0,50 pontos-base acima da meta. No ano, o Segmento acumulou alta de apenas 1,49%, contra meta de 8,63%, motivada diretamente pelas despesas arcadas pelo plano com a vacância das salas do Fernandez Plaza, acrescida das depreciações das unidades lançadas pelo método linear.

#### 4.2.3.5 Segmento de Operações C/ Participantes – Empréstimos

No 4º trimestre de 2018 a rentabilidade do Segmento de Operações C/ Participantes (Empréstimos) alcançou 4,20% - contra 5,91%, registrada no 3º trimestre, acumulando no ano alta de 19,37%, frente meta atuarial de 8,63%, superando a meta acumulada em 10,74 pontos-base.

GRÁFICO 33. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – SEGMENTO DE RENDA FIXA



#### Comentários:

No decorrer do 4º trimestre 2018, dentre os ativos que compõem o Segmento de Renda Fixa, somente o FIDC, constituído pelo Ático FIDC Imobiliário, não registrou recuperação no período quando comparado com o 3º trimestre de 2017, motivado pelo descumprimento com a pontualidade dos aluguéis previstos no Contrato de Locação da companhia Abengoa. Encerrado o 3º trimestre, o processo de Quitação de Dívida e Outras Avenças encontra-se consolidado e finalizado com a substituição do Administrador e posse da garantia real (Imóvel) em nome do Fundo.



### 4.2.4 Detalhamento por Segmento

#### 4.2.4.1 Renda Fixa

Nesse segmento estão alocados 67,44% do total dos Ativos de Investimentos assim distribuídos:

TABELA 10. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA FIXA

ARTIGO / INCSO (RESOLUÇÃO 4.881)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATIVOS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING	RENTABILIDADE									
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO			ESTRATÉGICO	NOTA	out/18	nov/18	dez/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO S/CDI e IBR-X-50	S/META
Art. 21	<b>RENDA FIXA</b>	<b>252.132.430,33</b>	<b>100,00%</b>	<b>67,44%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>56%</b>	<b>9,40</b>		<b>5,13%</b>	<b>0,55%</b>	<b>1,12%</b>	<b>6,89%</b>	<b>12,35%</b>	<b>12,35%</b>	<b>12,35%</b>	<b>5,95%</b>	<b>3,72%</b>	
I	Dívida Pública Mobiliária Federal Interna	244.265.368,61	96,88%	65,34%	100%			9,55		5,26%	0,55%	1,13%	7,01%	12,61%	12,61%	6,20%	3,98%		
	NOTAS DO TESOUREIRO NACIONAL - NTN-B	244.265.368,61	96,88%	65,34%				9,55	<b>Soberano</b>	5,26%	0,55%	1,13%	7,01%	12,73%	12,73%	6,32%	4,10%		
	LETRAS FINANÇEIRAS DO TESOUREIRO - LFT (*)	0,00	0,00%	0,00%					<b>Soberano</b>	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,65%	2,65%	0,01%	-0,34%		
II	Emissão de Sociedade por ações de capital aberto	4.714.867,51	1,87%	1,26%	80%			1,95		2,71%	1,15%	1,56%	5,51%	11,83%	11,83%	5,42%	3,20%		
	DEBENTURES	4.714.867,51	1,87%	1,26%				1,95		2,71%	1,15%	1,56%	5,51%	11,83%	11,83%	5,42%	3,20%		
	Risco de Crédito Speculativo (1)																		
	CEMIG - GT	4.714.867,51	1,87%	1,26%				1,95	<b>BBB-(FicH)</b>	2,71%	1,15%	1,56%	5,51%	11,83%	11,83%	5,42%	3,20%		
III	Cota de classe de fundos de investimentos em direitos creditórios	3.152.194,21	1,25%	0,84%	20%					-0,13%	-0,17%	-0,12%	-0,42%	-4,18%	-4,18%	-10,58%	-12,81%		
	FIDC	3.152.194,21	1,25%	0,84%						-0,13%	-0,17%	-0,12%	-0,42%	-4,18%	-4,18%	-10,58%	-12,81%		
	ÁTIPO FIDC (ÁTIPO)	3.152.194,21	1,25%	0,84%						-0,13%	-0,17%	-0,12%	-0,42%	-4,18%	-4,18%	-10,58%	-12,81%		

(\*) Venda de posição em 30/05/2018.

Monitoramento:

(1) Reclassificação em 03/05/2018 - perspectiva estável

#### 4.2.4.2 Renda Variável

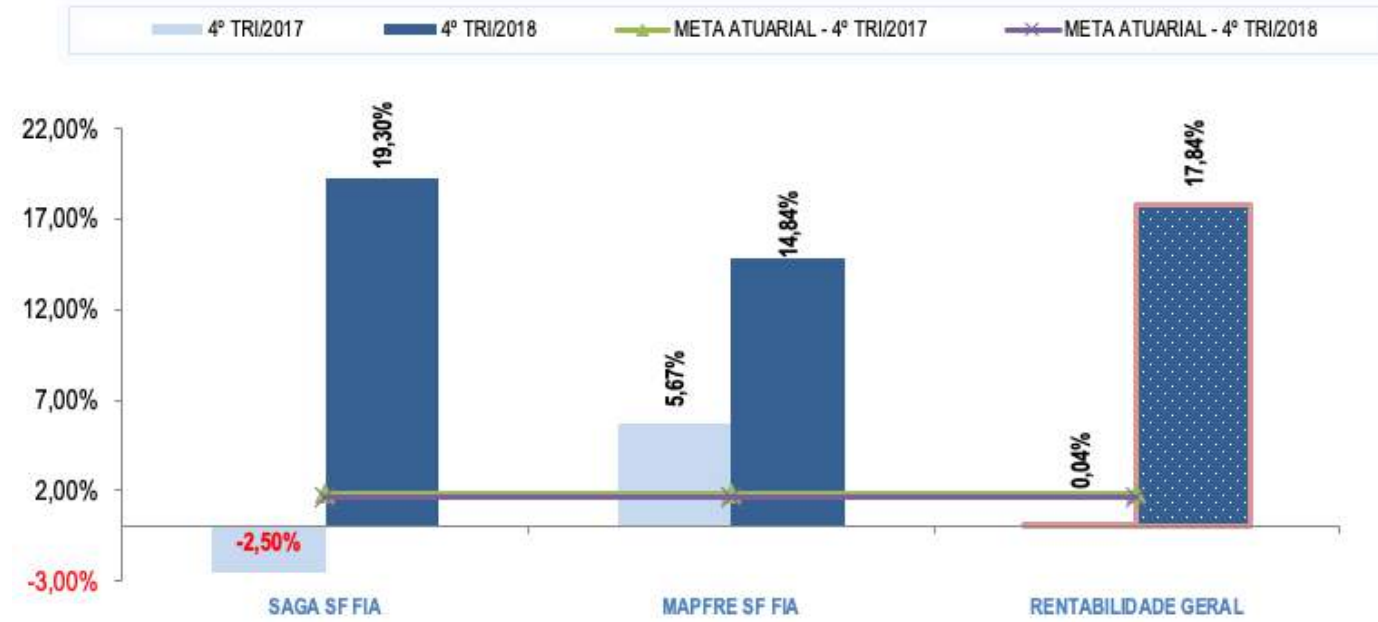
Encerrou o 4º trimestre de 2018 com 20,70% do ativo total, contra 18,60% registrados no 3º trimestre - alta de 2,10 pontos-base, motivado pela alta acumulada no ano de 14,53% do mercado acionário, medida pelo IBRX-50, com reflexos positivos nos FIA's que constituem a Carteira de Renda Variável do Plano. O segmento apresentou variação positiva de 17,84% no 4º trimestre, contra variação positiva de 3,37% no 3º trimestre, acumulando no ano variação positiva de 17,85%, contra desempenho positivo do Benchmark (IBRX-50) de 14,53%, registrando variação de 3,32 pontos-base acima do benchmark.

TABELA 11. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA VARIÁVEL

ARTIGO / INCSO (RESOLUÇÃO 4.881)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATIVOS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING	RENTABILIDADE									
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO			ESTRATÉGICO	NOTA	out/18	nov/18	dez/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO S/CDI e IBR-X-50	S/META
Art. 22	<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>77.408.308,47</b>	<b>100,00%</b>	<b>20,70%</b>	<b>70%</b>	<b>70%</b>	<b>20%</b>	<b>-</b>		<b>14,74%</b>	<b>2,68%</b>	<b>0,02%</b>	<b>17,84%</b>	<b>17,85%</b>	<b>17,85%</b>	<b>3,33%</b>	<b>9,22%</b>		
II	Ações de Emissão de Companhias Abertas	77.408.308,47	100,00%	20,70%	70%			-		14,74%	2,68%	0,02%	17,84%	17,85%	17,85%	3,33%	9,22%		
	FUNDOS	77.408.308,47	100,00%	20,70%				-		14,74%	2,68%	0,02%	17,84%	17,85%	17,85%	3,33%	9,22%		
	SAGA SF FIA	52.770.125,90	68,11%	14,10%				-		15,05%	2,80%	0,87%	19,30%	19,54%	19,54%	5,02%	10,91%		
	MAPPRE SF	24.688.181,57	31,89%	6,60%				-		14,11%	2,42%	-1,74%	14,84%	14,39%	14,39%	-0,13%	5,76%		



**GRÁFICO 34. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL**



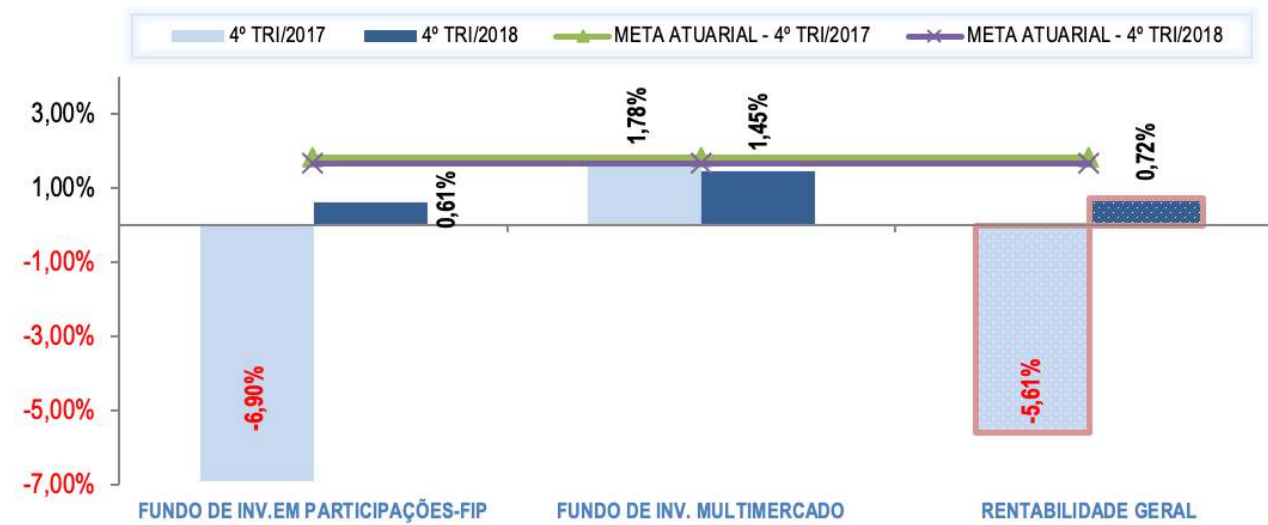
#### 4.2.4.3 Estruturado

O Segmento de Investimentos Estruturados encerrou 2018 com 7,17% do total dos Ativos de Investimentos. Apresentou no 4º trimestre rentabilidade positiva de 0,72% - contra rentabilidade positiva de 0,01% no 3º trimestre, acumulando no ano variação positiva de 9,51%, registrando variação positiva de 0,88 pontos-base acima da meta que atingiu 8,63%.

**TABELA 12. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – ESTRUTURADO**

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.861)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURACION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO			ESTRATÉGICO	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	\$/META		
<b>Art. 23 ESTRUTURADO</b>		<b>26.798.106,70</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,17%</b>	<b>20%</b>	<b>20%</b>	<b>20%</b>	<b>-</b>	<b>NOTA</b>	<b>0,10%</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,65%</b>	<b>0,72%</b>	<b>9,51%</b>	<b>9,51%</b>	<b>3,10%</b>	<b>0,88%</b>
I - a)	Fundos de Investimento em Participações	26.787.997,53	99,96%	7,17%	15%					0,07%	-0,05%	0,60%	0,61%	9,70%	9,70%	3,29%	1,07%
	ENERGIA PCH FIP - JURULENA (GESTOR: VINICI PARTNERS)	20.164.663,75	75,25%	5,39%						0,08%	-0,07%	0,81%	0,82%	13,52%	13,52%	7,12%	4,89%
	GERAÇÃO DE ENERGIA - FIP MULTISTRATÉGIA (GESTOR: BRPP - BRASIL PLURAL)	6.623.333,78	24,72%	1,77%						0,03%	-0,04%	-0,03%	-0,04%	-0,47%	-0,47%	-6,88%	-9,10%
I - b)	Fundos de Investimento Multimercado	10.109,17	0,04%	0,00%	15%					-0,56%	0,42%	0,46%	1,45%	6,14%	6,14%	-0,27%	-2,50%
	SAGA SNAKE FIM	10.109,17	0,04%	0,00%						0,56%	0,42%	0,46%	1,45%	6,14%	6,14%	-0,27%	-2,50%

**GRÁFICO 35. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO ESTRUTURADO**



**4.2.4.4 Imobiliário**

Neste Segmento estão alocados 3,92% do total dos Ativos de Investimentos. A definição contida na Política de Investimento do Plano 2018/2022 - é a de promover a alienação dos imóveis, desde que as condições de mercado assim permitam.

**TABELA 13. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – IMOBILIÁRIO**

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 1481)	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE			LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLÍTICA		RATING	RENTABILIDADE					
		ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	SEGMENTO		TÁTICO	ESTRATÉGICO		NO ANO	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO S/ META	ANO S/ META
<b>Art. 24 IMOBILIÁRIO</b>	<b>14.653.990,72</b>	<b>100,00%</b>	<b>3,92%</b>	<b>20%</b>		0%	2%		out/18	nov/18	dez/18	NO ANO	EM 12 MESES	ANO S/ META
Imóveis para Aluguel e Renda	6.309.561,33	43,06%	1,69%						1,07%	0,96%	0,12%	1,49%	1,49%	-7,14%
FERNANDEZ PLAZA	5.177.682,96	35,33%	1,38%						-0,21%	0,22%	-0,27%	-0,26%	-15,50%	-21,91%
SÃO CRISTÓVÃO	1.131.878,37	7,73%	0,30%						-0,22%	0,31%	-0,29%	-0,20%	-5,26%	-11,67%
II	8.344.429,39	56,94%	2,23%						-0,16%	-0,16%	-0,16%	-0,48%	-44,40%	-50,81%
Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadoras	8.344.429,39	56,94%	2,23%						2,05%	1,53%	0,41%	4,04%	18,40%	9,76%
CRI	8.344.429,39	56,94%	2,23%						2,05%	1,53%	0,41%	4,04%	18,40%	9,76%
BRC SECURITIZADORA	1.370.012,98	9,35%	0,37%						1,94%	0,64%	-0,19%	2,40%	17,11%	8,47%
BRC SECURITIZADORA	6.974.416,41	47,59%	1,87%						2,08%	1,70%	0,53%	4,37%	18,65%	10,06%
INFRASEC SECURITIZADORA														

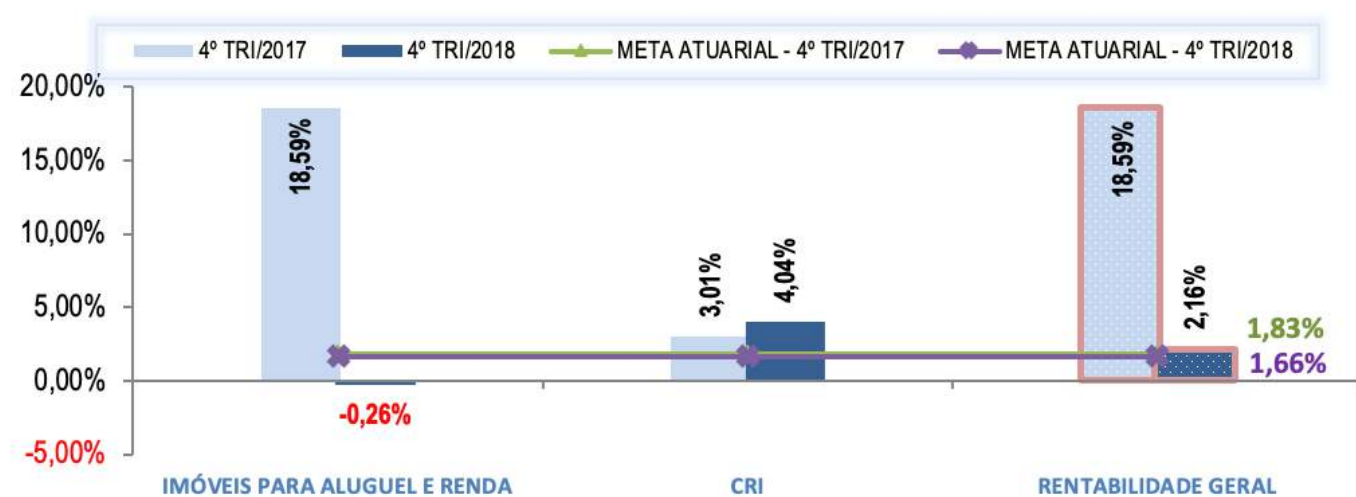
Monitoramento:  
 (2) Nota revisada em 09/05/2018 - não houve alteração  
 (3) Nota revisada em 17/05/2018 - não houve alteração

OBS.: O critério de avaliação por faixa de risco foi definido pelo comitê de investimentos da Fundação.





**GRÁFICO 36. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO IMOBILIÁRIO**



**4.2.4.5 Operações com Participantes – Empréstimos**

Neste segmento estão alocados 0,77% do total dos Ativos de Investimentos.



**TABELA 14. ALOCAÇÃO DE RECURSOS**

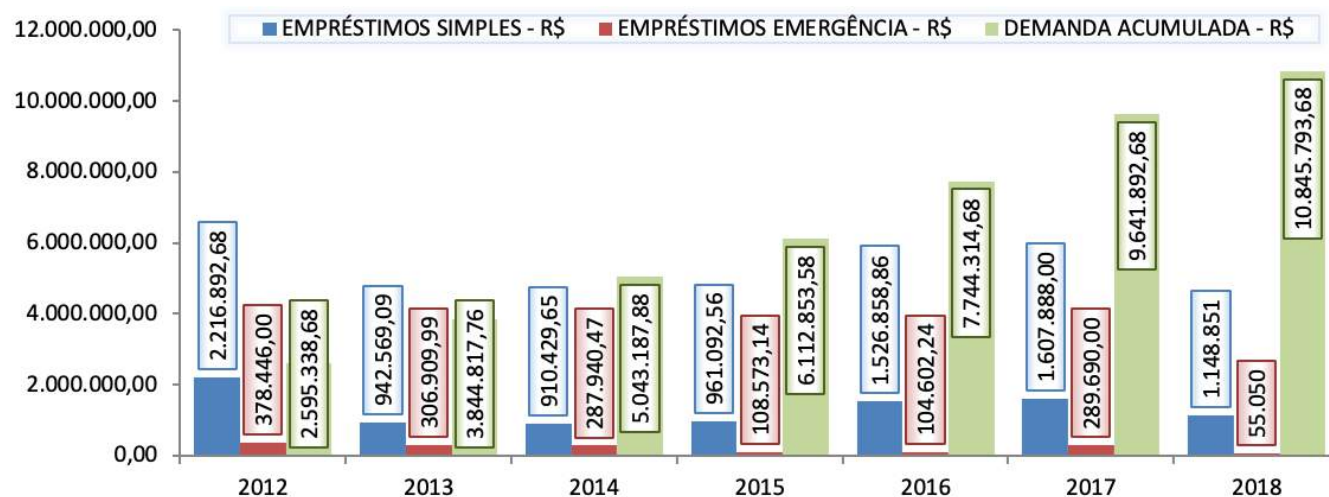
ARTIGO / INCSO (RESOLUÇÃO 4.661)	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLÍTICA		DURATION	RATING	RENTABILIDADE									
		ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO			ESTRATÉGICO	out/18	nov/18	dez/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO S/CI e IBX-50	S/META	
Art. 25 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2.872.117,36	100,00%	0,77%	15%	5%	2%	-		1,21%	1,32%	1,61%	4,20%	19,37%	19,37%	19,37%	12,97%	10,74%	
		100,00%	0,77%						1,21%	1,32%	1,61%	4,20%	19,37%	19,37%	12,97%	10,74%		
I - Empréstimos	2.872.117,36																	

**TABELA 15. CONCESSÕES**

MÊS	SIMPLES		EMERGÊNCIA		TOTAL
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	
OUTUBRO	5	156.785,00	0	0,00	156.785,00
NOVEMBRO	5	88.840,00	1	20.000,00	108.840,00
DEZEMBRO	2	23.571,00	0	0,00	23.571,00
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>269.196,00</b>	<b>1</b>	<b>20.000,00</b>	<b>289.196,00</b>

O valor de concessão no 4º trimestre de 2018 alçou o valor de R\$ 289.196,00 contra R\$ 375.085,00 do 3º trimestre/2018, queda de 22,90% na demanda. Esse comportamento identifica que os tomadores de empréstimos, nesse último trimestre, tiveram os valores contratados menores que no trimestre anterior, observando breve desaquecimento na demanda, porém, ratifica a grande importância do Segmento para seus participantes. Vale ressaltar, que as concessões estão sendo realizadas apenas para os aposentados, ante a impossibilidade de se consignar as prestações de empréstimos pós-fixados junto à folha de pagamentos dos participantes ativos rodadas pelo SERPRO. Porém, o processo de abertura da Carteira encontra-se em análise, buscando atender as novas demandas pós Saldamento do Plano.

**GRÁFICO 37. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS ACUMULADA POR ANO**



**TABELA 16. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS – ACUMULADA NO ANO**

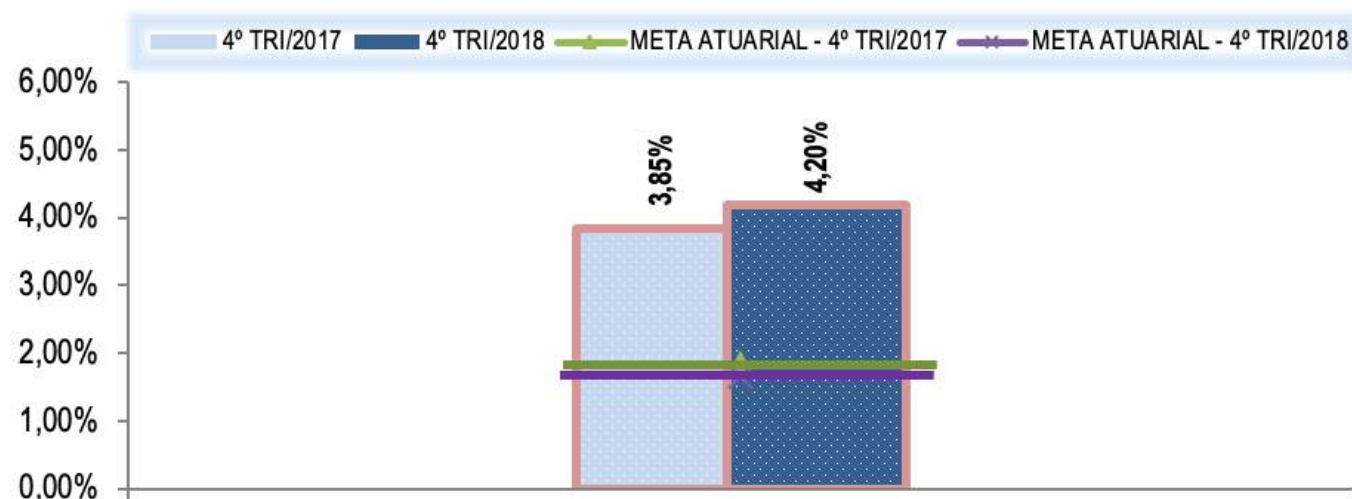
MÊS/ANO	EMPRÉSTIMO SIMPLES - R\$ -		EMPRÉSTIMO EMERGÊNCIA - R\$ -		TOTAL GERAL - R\$ -		
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE TOTAL CONCEDIDA	VALOR TOTAL CONCEDIDO	VALOR TOTAL ACUMULADO
2012	103	2.216.892,68	28	378.446,00	131	2.595.338,68	2.595.338,68
2013	73	942.569,09	26	306.909,99	99	1.249.479,08	3.844.817,76
2014	96	910.429,65	24	287.940,47	120	1.198.370,12	5.043.187,88
2015	81	961.092,56	15	108.573,14	96	1.069.665,70	6.112.853,58
2016	87	1.526.858,86	14	104.602,24	101	1.631.461,10	7.744.314,68
2017	62	1.607.888,00	23	289.690,00	85	1.897.578,00	9.641.892,68
<b>2018</b>	<b>51</b>	<b>1.148.851</b>	<b>5</b>	<b>55.050</b>	<b>56</b>	<b>1.203.901,00</b>	<b>10.845.793,68</b>

**GRÁFICO 38. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS NO TRIMESTRE**





**GRÁFICO 39. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – EMPRÉSTIMOS**



A Carteira de Empréstimos registrou no 4º trimestre, rentabilidade positiva de 4,20% contra meta atuarial de 1,66%. Esse resultado representa 2,54 pontos-base acima da meta.

#### 4.2.5 Controle de Avaliação de Riscos

##### 4.2.5.1 Avaliação de Risco - Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela Divergência Não Planejada – DNP, definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a taxa mínima atuarial definida para o Plano, conforme descrita na Resolução Nº 3.792-CMN, de 24.09.2009 - Capítulo III (Controles Internos e de Avaliação de Risco), revogada pela nova legislação - Resolução Nº 4.661-CMN, de 25.05.2018 (Da Avaliação e Monitoramento de Risco), em que pese às alterações contidas, até a implementação de modelo próprio e a regulamentação a ser realizada pelo órgão fiscalizador (PREVIC), o monitoramento do risco das Carteiras de Ativos do Plano, a Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO manterá a DNP como modelo de avaliar, monitorar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos.

A partir do primeiro trimestre de 2019, o processo de "Avaliação e Monitoramento de Risco" dos Ativos de Investimentos da carteira própria do Plano I/BD sob gestão da Fundação São Francisco, bem como os Fundos Abertos e Exclusivos, serão devidamente tratados de acordo com o "Contrato de Prestação de Serviços de Risco e Compliance", com a I9ADVISORY - Consultoria Financeira, com metodologia e critérios que atenderão os dispositivos previstos na Legislação vigente - Resolução Nº 4.661- CMN, de 25.05.2018.

**TABELA 17. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP**

PLANO I - BD													REFERÊNCIA: DEZEMBRO DE 2018		
SEGMENTO	Divergência Não Planejada Nos Últimos 12 Meses												Acumulado nos 12 Meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18			
RENDA FIXA	3,92%	-0,26%	0,10%	-0,50%	-2,94%	-0,95%	0,18%	-0,54%	-0,60%	4,43%	-0,25%	0,97%	3,56%	2,03%	10,33%
RENDA VARIÁVEL	8,94%	1,03%	-2,53%	-0,66%	-7,50%	-5,54%	5,16%	-4,53%	0,11%	14,04%	1,88%	-0,13%	10,27%	6,13%	30,39%
ESTRUTURADO	-0,60%	-0,60%	8,21%	-0,47%	-0,63%	-0,97%	-1,88%	0,16%	-1,15%	-0,60%	-0,81%	0,48%	1,14%	2,62%	-48,64%
IMOBILIÁRIO	-0,93%	-2,35%	-0,93%	0,03%	1,87%	0,06%	-0,67%	0,05%	0,18%	0,37%	0,16%	-0,03%	-2,19%	1,00%	-61,03%
EMPRÉSTIMO	0,24%	0,88%	0,72%	0,95%	0,73%	0,61%	-0,18%	1,98%	1,11%	0,51%	0,52%	1,46%	9,53%	0,56%	27,22%
PLANO.....	4,22%	-0,10%	0,16%	-0,50%	-3,43%	-1,74%	0,86%	-1,19%	-0,47%	5,62%	0,17%	0,67%	4,27%	2,45%	5,72%

META ATUARIAL :.....INPC + 4,90% a.a.

Regra I :..... Nenhum dos Segmentos apresentaram DNP negativa consecutivamente nos últimos 12 meses;

Regra II :..... DNP negativa acumulada nos últimos 36 meses, Segmentos de Investimentos Estruturados e Imobiliário

#### 4.2.6 Operações Coursadas no Exercício de 2018:

Este tópico explora os procedimentos operacionais da Diretoria de Finanças na gestão da carteira própria, apresentando como se deram as operações realizadas, envolvendo compra e venda de Títulos Públicos Federais. No decorrer do exercício de 2018, as operações de "Arbitragem" entre vencimentos agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2018/2022.

As operações realizadas no decorrer do ano, consistiram mais fortemente em concentrar as aplicações em papéis de vencimento mais curtos, com precificações a "Mercado", com objetivo de atender e perseguir a concentração definida pelo estudo de ALM - Asset Liability Management elaborado pela I9ADVISORY - Consultoria Financeira, de 21.12.2017 e revisada em 27.02.2018.

Cumprindo a legislação vigente, Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, apresenta-se abaixo a Tabela contendo as Operações Coursadas em Títulos Públicos Federais acumuladas no decorrer do ano, as quais, se antecipa, respeitaram efetivamente o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela ANBIMA - "Mercado Secundário de Títulos Públicos":

**TABELA 18. OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS**

PLANO I - BD						
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
31/01/2018	NTN-B 2055	4,9000	5,0900	5,4200	5,1400	15.233.225,04
23/03/2018	NTN-B 2050	4,8749	5,0994	5,3972	5,1100	14.320.256,54
12/04/2018	LFT 2018	- 0,0024	0,0004	0,0050	0,0003	4.877.287,41
25/05/2018	NTN-B 2050	5,3500	5,6200	5,8500	5,6200	4.149.072,22
30/05/2018	LFT 2018	- 0,0028	0,0002	0,0042	0,0010	7.165.869,19
14/06/2018	NTN-B 2045	5,7200	6,0000	6,2100	6,0200	16.386.909,09
25/06/2018	NTN-B 2050	5,7700	5,9600	6,1800	6,0200	12.186.696,90
21/09/2018	NTN-B 2045	5,7700	5,9100	6,1700	5,9500	1.982.111,48
22/10/2018	NTN-B 2050	5,0400	5,2100	5,4900	5,3500	2.984.107,02
21/11/2018	NTN-B 2045	4,9200	5,1200	5,3800	5,2200	10.549.425,22
<b>TOTAL</b>						<b>397.033.387,66</b>
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
31/01/2018	NTN-B 2030	4,6300	4,8600	5,2000	4,8000	15.229.868,24
15/02/2018	NTN-B 2030	4,7483	4,9147	5,32	4,8700	2.754.862,83
27/03/2018	NTN-B 2035	4,7638	5,0102	5,3109	4,9200	12.018.731,07
19/04/2018	NTN-B 2035	4,8500	5,0900	5,4000	5,0200	4.497.038,84
18/05/2018	NTN-B 2035	5,1300	5,4600	5,7800	5,3900	3.508.161,76
30/05/2018	NTN-B 2028	5,2700	5,4900	5,8500	5,5000	7.162.910,33
14/06/2018	NTN-B 2023	5,3800	5,9300	6,3400	5,6200	6.412.349,12
	NTN-B 2028	5,5189	6,0323	6,3332	5,7300	9.951.135,80
28/06/2018	NTN-B 2030	5,6400	5,8300	6,1500	5,7100	8.278.392,77
22/11/2018	NTN-B 2020	3,0300	3,4000	3,6700	3,3000	10.519.159,96
<b>TOTAL</b>						<b>683.764.234,10</b>

Todas as taxas negociadas na compra das NTN/B's ficaram dentro do intervalo indicativo disponibilizado pela ANBIMA - "Mercado Secundário de Títulos Públicos", o qual é utilizado como parâmetro para verificação da taxa de mercado, em consonância com o que determina a Resolução CGPC

Nº 21, de 25/09/2007. O relatório da ANBIMA reflete a média dos preços das operações cursadas no mercado no dia da operação, portanto, as taxas das operações não apresentaram divergências em relação ao mercado.

Os documentos para a análise e precificação encontram-se devidamente arquivados na Gerência de Finanças podendo ser requisitados pelos órgãos de controle e fiscalização para apreciação quanto à veracidade das afirmações contidas neste relatório. Os quadros apresentados refletem a síntese da documentação, espelhando com fidedignidade dos fatos ocorridos.

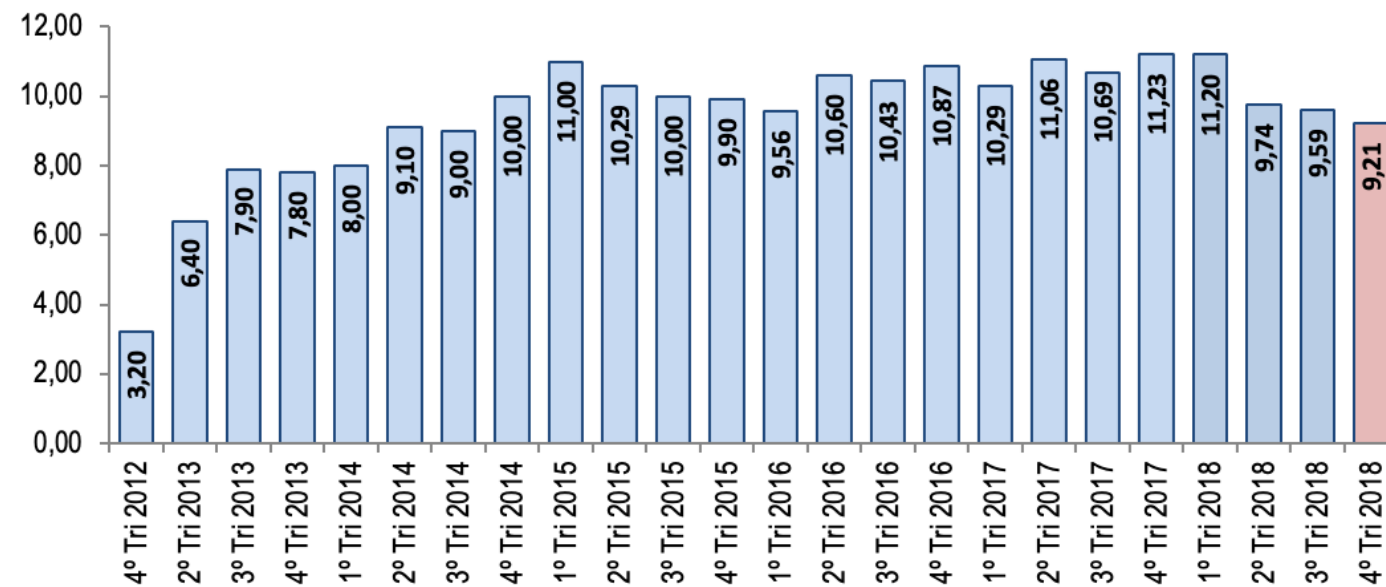
#### 4.2.7 Duration do Plano

No encerramento do 4º trimestre de 2018 o índice alcançou duration de 9,21 anos contra 11,23 anos, no mesmo período de 2017. Mesmo com o comportamento da curva de juros fora do padrão, muitas das aquisições das NTN's foram marcadas para serem levadas a resgate. Nesse rol estão papéis com vencimentos mais curtos e alguns longos (2023 a 2055), entretanto, absolutamente ajustados no sentido de atender as exigências do fluxo de caixa do passivo, o qual alçou duration 9,76 anos calculados pelo modelo Previc.





**GRÁFICO 40. EVOLUÇÃO DA DURATION**



**Duas observações importantes na estrutura do duration:**

I- A estabilidade observada a partir do segundo trimestre de 2018 foi promovida devida a permanência nas aplicações com vencimentos de maior prazo, visando aproveitar as elevações de taxas de longo prazo e fechamento das de curto prazo. A estratégia de se utilizar de arbitragem entre vencimentos produziu ganhos adicionais de rentabilidade. Essa estratégia é aplicada somente aos ativos necessários a manutenção da liquidez do Plano e, não produz descompasso entre a alocação de ativos e passivos;

II- A carteira mantida a resgate, devido a normas editadas pela PREVIC, como a recente Portaria 30 de 21/01/2016, está apresentando duration de 9,21 anos, menor que a do passivo (9,76 anos), atendendo a lógica da legislação, que obriga que essa carteira tenha o indicador menor que o do passivo. Apesar de não apresentar nenhuma distorção em relação à legislação, não exige a necessidade de acompanhamento da carteira visando à adoção de medidas de ajustes necessários para melhor aproveitar os aspectos da norma em favor do Plano.

**4.2.8 Acompanhamento Orçamentário:**

A seguir, destacamos a aderência dos resultados alcançados no "Acompanhamento Orçamentário 2018", frente às projeções realizadas pela Diretoria de Finanças.

O Fluxo dos "Investimentos Realizados" no Plano I/BD no encerramento do exercício de 2018 totalizou R\$ 43.888.337,73 - contra o Valor Orçado de R\$ 28.335.732,25 - ou seja, o realizado

totalizou 154,89% daquele esperado no orçamento projetado para o exercício de 2018.

O Segmento de Renda Fixa obteve desempenho acima das previsões, as receitas encerraram o exercício com R\$ 29.327.611,73 - contra R\$ 22.382.427,00 projetados, ou seja, 131,03% do valor previsto. Contribuiu para este resultado final, a queda dos juros dos Títulos Públicos Federais que compõem o portfólio de Renda Fixa, fundamentalmente a queda dos juros das NTN/B's, precificadas a "Mercado".

O Segmento de Renda Variável motivado pela alta de 14,53% da Bolsa de Valores em 2018, medida pelo IBrX-50, com reflexos positivos nos FIA's que constituem a Carteira do Plano, confirmando o processo de reversão iniciado em março de 2016, fortaleceu as condições táticas e estratégicas de manter os investimentos em ações. Portando, as previsões orçamentárias se confirmaram, gerando resultado positivo de R\$ 11.749.958,79 - contra R\$ 5.802.612,00 projetados, ou seja, 202,49% do previsto no encerramento do exercício de 2018.

O Segmento de Investimentos Estruturados motivado pela reavaliação do ENERGIA PCH - FIP, principal ativo que compõe a carteira do Plano, com rentabilidade acumulada no ano de 9,51%, surpreendeu as previsões orçamentárias, gerando resultado positivo de R\$ 2.561.390,62 - contra R\$ 586.820,00 projetados no período, ou seja, 436,49% do projetado para o exercício de 2018.

O Segmento Imobiliário reverteu todo o desvio negativo registrado no primeiro trimestre, ao acumular no decorrer do exercício de 2018 resultado positivo de R\$ 1.271.384,29 - contra R\$ 835.380,00 projetados para o ano, ou seja, 152,19% do previsto no período, motivado pelas mudanças na legislação vigente, promovido

diretamente pela revogação da Resolução Nº 3.792, de 24.09.2009 pela Resolução Nº 4.661, de 25.05.2018, onde foram vedadas as aquisições de "Terrenos" e "Imóveis", mas a manutenção do estoque existente, até a sua alienação no prazo de 12 (doze) anos, incluindo no Segmento novos ativos: Fundos Imobiliários (FII); CCI e CRI, bem como a majoração do limite de 8% para 20% do total dos ativos do Plano. Conseqüentemente, a realocação dos CRI's existentes no Plano para o Segmento Imobiliário, melhorou sistematicamente a nova avaliação e rentabilidade do Segmento no período considerado.

O Segmento de Empréstimos obteve desempenho acima das previsões, as receitas encerraram o exercício com R\$ 654.454,30 contra R\$ 436.499,00 projetados, ou seja, 149,93% do valor previsto. Contribuiu para este resultado final, o aumento na demanda após o processo de cisão do Plano.

Com relação aos "Custeios" ("Despesas") não se verificou nenhuma divergência acentuada, realizando-se R\$ 1.670.458,34 - contra R\$ 1.708.005,75 orçado no exercício, demonstrando equilíbrio, algo auspicioso quando se mantém em mente que custeio é um gasto do investimento. A apuração do custeio é procedida tendo por lógica a aplicação dos rateios dos gastos administrativos da entidade com a gestão dos investimentos.

Já com relação à formação do "Fundo de Investimento" é preciso que se diga antes, que ele é destinado a cobertura dos falecimentos de participantes mutuários, relativamente aos valores por eles devidos à carteira de empréstimo. O número do resultado é inexpressivo e por isso mesmo sua projeção orçamentária era de "0" (zero).



TABELA 19. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

	PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO I - BD					
	NO MÊS		ATÉ O MÊS		NO ANO	
	REALIZADO	PROJETADO	REALIZADO	PROJETADO	REALIZADO	PROJETADO
RENTA FIXA	2.793.550,75	1.941.474,00	143,89%	29.327.611,73	22.382.427,00	131,03%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	2.725.232,21	1.822.893,00	149,50%	28.983.326,80	21.011.410,00	137,94%
EMIÇÃO OU COBRIGÃO DE INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS PELO BACEN	0,00	79.382,00	0,00%	0,00	920.334,00	0,00%
LF	0,00	79.382,00	0,00%	0,00	920.334,00	0,00%
EMIÇÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	72.235,99	39.219,00	184,19%	482.064,35	450.683,00	106,96%
DEBENTURES	72.235,99	39.219,00	184,19%	482.064,35	450.683,00	106,96%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	-3.917,45	0,00	É DESPESA	-137.779,42	0,00	É DESPESA
FIDC - EM COTA	-3.917,45	0,00	É DESPESA	-137.779,42	0,00	É DESPESA
RENTA VARIÁVEL	17.187,77	502.461,00	3,42%	11.749.958,79	5.802.612,00	202,49%
ACOES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	17.187,77	502.461,00	3,42%	11.749.958,79	5.802.612,00	202,49%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	17.187,77	502.461,00	3,42%	11.749.958,79	5.802.612,00	202,49%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	167.127,60	50.636,00	330,06%	2.561.390,62	586.820,00	436,49%
ESTRUTURADOS	160.841,14	0,00	NA	2.377.177,22	0,00	NA
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	6.286,46	50.636,00	12,42%	184.213,40	586.820,00	31,39%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	-113.517,02	72.686,00	É DESPESA	1.271.384,29	835.380,00	152,19%
IMOBILIÁRIO	-147.981,51	0,00	É DESPESA	-108.781,19	0,00	É DESPESA
IMOVELS PARA ALUGUEL E RENDA	34.464,49	72.686,00	47,41%	1.380.165,48	835.380,00	165,21%
CERTIFICADOS DE RECEÍVEIS DE EMISSÃO DE COMPANHIAS SECURITIZADORAS	34.464,49	72.686,00	47,41%	1.380.165,48	835.380,00	165,21%
CRÍ	29.441,90	38.399,00	76,67%	654.454,30	436.489,00	149,93%
OPERÇÕES COM PARTICIPANTES	29.441,90	38.399,00	76,67%	654.454,30	436.489,00	149,93%
EMPRÉSTIMOS	-165.734,34	-152.885,77	É DESPESA	-1.670.458,34	-1.708.005,75	É DESPESA
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-227,86	0,00	É DESPESA	-6.003,66	0,00	É DESPESA
CONSTITUIÇÃO/REVERSO DE FUNDOS	2.727.828,80	2.452.830,23	111,21%	43.888.337,73	28.335.732,25	154,89%
<b>FLUXO DOS INVESTIMENTOS</b>				<b>43.888.337,73</b>	<b>28.335.732,25</b>	<b>154,89%</b>

(i) NO MÊS: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.  
 (ii) ATÉ O MÊS: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

## 4.2.9 Rentabilidade Bruta x Rentabilidade Líquida do Plano

Em atendimento a Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013, que “dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos e dá outras providências”, apresentamos a seguir a Rentabilidade Bruta x Rentabilidade Líquida do Plano I/BD administrado pela São Francisco, conforme descrito no Inciso III, do art. 6º da referida Instrução:

Art. 6º - As informações referentes à política de investimentos e o demonstrativo de investimento dos recursos garantidores do plano de benefícios administrado pela EFPC, bem como as informações referentes às revisões da política devem conter, no mínimo:

III - tabela contendo a rentabilidade bruta e líquida de cada um dos segmentos de aplicação dos planos de benefícios da EFPC e do PGA, comparados à taxa atuarial estipulada, se existir, e índices de referência estabelecidos na política de investimentos.

TABELA 20. RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA - I/BD - ACUMULADA 2018

SEGMENTOS	INVESTIMENTOS	RENTABILIDADE		META ATUARIAL	DIVERGÊNCIA (RENT. LÍQUIDA-META)
		BRUTA	LÍQUIDA		
RENDA FIXA	252.132.430,33	13,45%	12,35%	8,63%	3,72%
RENDA VARIÁVEL	77.408.308,47	20,59%	17,85%	8,63%	9,22%
ESTUTURADO	26.798.106,70	57,68%	9,51%	8,63%	0,88%
IMOBILIÁRIO	14.653.990,72	1,75%	1,49%	8,63%	-7,14%
OPERÇÕES COM PARTICIPANTES	2.872.117,36	24,22%	19,37%	8,63%	10,74%
<b>TOTAL</b>	<b>373.864.953,58</b>	<b>17,70%</b>	<b>12,73%</b>	<b>8,63%</b>	<b>4,10%</b>

a) **Rentabilidade Bruta:** Trata-se da rentabilidade produzida pelos ativos de investimentos, entretanto a PREVIC determinou a incorporação das Despesas registradas na Contabilidade dos Fundos de Investimentos no período considerado.

b) **Rentabilidade Líquida:** Trata-se da rentabilidade dos ativos de investimentos, deduzidos os custos da gestão interna.





## 4.3 CONTÁBIL

QUADRO 4. BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercícios		PASSIVO	Exercícios	
	2018	2017		2018	2017
DISPONÍVEL	15	60	EXIGÍVEL OPERACIONAL	22.873	21.224
REALIZÁVEL	382.244	371.636	Gestão Previdencial	22.687	21.067
Gestão Previdencial	707	666	Investimentos	186	156
Gestão Administrativa	7.528	8.346			
Investimentos	374.008	362.624	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	442	606
Títulos Públicos	244.265	238.704	Gestão Previdencial	147	147
Créditos Privados e Depósitos	13.059	12.861	Investimentos	294	458
Fundos de Investimento	107.359	101.175			
Investimentos Imobiliários	6.310	6.259	PATRIMÔNIO SOCIAL	358.944	349.867
Empréstimos e Financiamentos	2.872	3.319	Patrimônio de Cobertura do Plano	350.417	354.915
Depos. Jud. Recursais	143	307	Provisões Matemáticas	365.986	354.915
			Benefícios Concedidos	364.443	352.754
			Benefícios a Conceder	1.543	2.161
			Equilíbrio Técnico	(15.569)	(14.386)
			Resultados Realizados	(15.569)	(14.386)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(15.569)	(14.386)
			Fundos	8.527	9.338
			Fundos Administrativos	7.528	8.346
			Fundos dos Investimentos	998	992
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>382.259</b>	<b>371.696</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>382.259</b>	<b>371.696</b>

QUADRO 5. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2018	2017	
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>340.529</b>	<b>548.050</b>	<b>(37,87)</b>
<b>1. Adições</b>	<b>53.739</b>	<b>115.467</b>	<b>(53,46)</b>
(+) Contribuições	9.851	70.303	(85,99)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	43.888	45.164	(2,82)
<b>2. Destinações</b>	<b>(43.851)</b>	<b>(322.988)</b>	<b>(86,42)</b>
(-) Benefícios	(43.622)	(321.399)	(86,43)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(147)	(100,00)
(-) Custeio Administrativo	(229)	(1.442)	(84,09)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>9.888</b>	<b>(207.521)</b>	<b>(104,77)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	11.071	(216.921)	(105,10)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1.183)	9.400	(112,58)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>350.417</b>	<b>340.529</b>	<b>2,90</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>8.527</b>	<b>9.338</b>	<b>(8,69)</b>
(+/-) Fundos Administrativos	7.528	8.346	(9,80)
(+/-) Fundos dos Investimentos	998	992	0,61

**QUADRO 6. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2018	2017	
<b>1. Ativos</b>	<b>382.259</b>	<b>371.696</b>	<b>2,84</b>
Disponível	15	60	(75,37)
Recebível	8.236	9.012	(8,61)
Investimento	<b>374.008</b>	<b>362.624</b>	3,14
Títulos Públicos	244.265	238.704	2,33
Créditos Privados e Depósitos	13.059	12.861	1,54
Fundos de Investimento	107.359	101.175	6,11
Investimentos Imobiliários	6.310	6.259	0,81
Empréstimos e Financiamentos	2.872	3.319	(13,46)
Depos. Jud. Recursais	143	307	(53,27)
<b>2. Obrigações</b>	<b>23.315</b>	<b>21.829</b>	<b>6,81</b>
Operacional	22.873	21.224	7,77
Contingencial	442	606	(27,08)
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>8.527</b>	<b>9.338</b>	<b>(8,69)</b>
Fundos Administrativos	7.528	8.346	(9,80)
Fundos dos Investimentos	998	992	0,61
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>350.417</b>	<b>340.529</b>	<b>2,90</b>
Provisões Matemáticas	365.986	354.915	3,12
Superávit/Déficit Técnico	(15.569)	(14.386)	8,22
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>(14.925)</b>	-	100,00
a) Equilíbrio Técnico	(15.569)	-	100,00
b) (+/-) Ajuste de Precificação	643	-	100,00
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(14.925)	-	100,00

**QUADRO 7. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2018	2017	
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>374.731</b>	<b>363.350</b>	<b>3,13</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>365.986</b>	<b>354.915</b>	<b>3,12</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>364.443</b>	<b>352.754</b>	<b>3,31</b>
Benefício Definido	364.443	352.754	3,31
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>1.543</b>	<b>2.161</b>	<b>(28,62)</b>
Benefício Definido	1.543	2.161	(28,62)
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>(15.569)</b>	<b>(14.386)</b>	<b>8,22</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>(15.569)</b>	<b>(14.386)</b>	<b>8,22</b>
(-) Déficit Técnico Acumulado	(15.569)	(14.386)	8,22
<b>3. Fundos</b>	<b>998</b>	<b>992</b>	<b>0,61</b>
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	998	992	0,61
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>22.873</b>	<b>21.224</b>	<b>7,77</b>
4.1. Gestão Previdencial	22.687	21.067	7,69
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	186	156	18,98
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>442</b>	<b>606</b>	<b>(27,08)</b>
5.1. Gestão Previdencial	147	147	-
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	294	458	(35,78)

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
113.070.650,45	113.714.104,57	643.454,11

**ANALISE DAS DURAÇÕES: Art. 9º, inciso V, da IN 19 da PREVIC de 04/02/2015**

Requisito Atendido. Duration do Passivo ( 9,80 ) &gt; Duration dos Ativos ( 9,77 ).

**ANALISE DOS VP Art. 9º, Incisos III e IV da IN 19 da PREVIC de 04/02/2015**

Requisito Atendido.



### 4.3.1 Notas Explicativas

#### 4.3.1.1 Composição do Ativo

##### 4.3.1.1.1 Gestão Previdencial

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 277 mil;
- b) Participantes – R\$ 5 mil;
- c) Sobre 13º Salário – R\$ 272 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de dezembro/2018 para serem liquidadas no mês de janeiro/2019.

O valor provisionado de R\$ 147 mil no ano de 2018 refere-se a um depósito judicial decorrente de um recurso no processo nº 20130710295777, em nome do ex-participante Franklin Delano Leite Gurgel ao juízo da 1ª vara cível de Taguatinga - DF.

##### 4.3.1.1.2 Gestão Administrativa

O valor registrado corresponde à participação do Plano de Benefícios I no Fundo Administrativo, é de R\$ 7.528 mil. A constituição se deu basicamente pelo resultado produzido pelos investimentos do PGA, haja vista que todo o custeio foi consumido pelas despesas incorridas no exercício relativamente aos eventos necessários à gestão do plano.

##### 4.3.1.1.3 Gestão de Investimentos

Os registros dos Investimentos estão detalhados nos quadros a seguir:

**QUADRO 8. POSIÇÃO DA CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS**

Valores em R\$ mil

Plano Benefício Definido	dez/18	dez/17	AVALIAÇÃO		
			Vertical		Horizontal em relação a 2017
			2018	2017	
<b>Investimentos</b>	<b>374.008</b>	<b>362.623</b>			
Títulos Públicos	244.265	238.704	65,3%	65,8%	2,3%
Créditos Privados e Depósitos	13.059	12.861	3,5%	3,5%	1,5%
Companhias Abertas	13.059	12.861	3,5%	3,5%	1,5%
Fundos de Investimento	107.358	101.174	28,7%	27,9%	6,1%
Multimercado	10	7.376	0,0%	2,0%	-99,9%
Direitos Creditórios/Fundos de Investimentos	3.152	3.385	0,8%	0,9%	-6,9%
Ações	77.408	65.939	20,7%	18,2%	17,4%
Participações/FIP	26.788	24.474	7,2%	6,7%	9,5%
Investimentos Imobiliários	6.310	6.259	1,7%	1,7%	0,8%
Empréstimos	2.872	3.319	0,8%	0,9%	-13,5%
Depos.Jud. Recursais	144	306	0,0%	0,1%	-52,9%

A gestão praticada pela Diretoria, aprovada pelo Comitê Estratégico de Investimentos – CEI, sob a deliberação do Conselho Deliberativo, visou concentrar em Títulos Públicos Federais no decorrer do exercício de 2018, assim, o risco global do investimento está dominado pelo risco soberano.

##### • Provisões para Perda

Nas operações da carteira de empréstimos aos participantes do plano, as provisões para perdas foram tomadas com acuidade, aos determinantes contidos no SPC nº 34 de 24/09/2009, Anexo A, II Procedimentos Operacionais, item 11:

11. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

a) 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;

b) 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;

c) 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e

d) 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

Nos demais ativos o critério foi fixado na época própria, devidamente identificada em cada plano, por demonstração em quadro integrante desta nota. Antecipa-se, por oportuno, a identificação que no exercício de 2018 nenhuma provisão foi efetuada, dado que a administração não vislumbra perdas prováveis nos investimentos, constantes das respectivas carteiras dos planos, nem como evento subsequente.

#### 4.3.1.2 Composição do Passivo

##### 4.3.1.2.1 Gestão Previdencial

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, pagamentos de benefícios e resgates de reserva, estando composta dos seguintes registros:

a) Retenções a. Recolher (IR S/Benefícios) – R\$ 318 mil;

b) Seguro de Vida – Folha de Benefício – R\$ 38 mil;

c) Credores Diversos de Benefícios – R\$ 22.331 mil.

Os IR S/Benefícios tiveram como base de cálculo os benefícios pagos dentro do mês de dezembro/2018, que por determinação legal, devem ser recolhidos (repassados a Receita Federal) no mês de janeiro/2019.

O seguro de vida referente à folha de benefícios refere-se à consignação em folha, cujos montantes são posteriormente transferidos para os gestores das apólices. Respeitando o princípio da competência, com a liquidação junto aos gestores ocorrendo no início do mês subsequente.

As contribuições para custeio são representadas pela taxa de carregamento, atualmente em 10% das contribuições vertidas para o Plano de Benefícios (definido no plano de custeio pelo atuário), liquidados no mês de janeiro/2019. Com o saldamento do plano o valor referente a dezembro de 2018 ficou em 0,3 mil.

Na conta de Credores Diversos de Benefícios foi provisionado o valor de R\$ 22.331 mil referente às reservas de poupança dos ex-participantes do Plano de Benefícios I que ainda não efetuaram o resgate, conforme relatório emitido pelo Gerente de Benefícios.

#### 4.3.1.2.2 Gestão dos Investimentos

d) Investimentos Imobiliários – R\$ 21 mil;

e) Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 165 mil;

Merece destaque o montante de R\$ 165 mil que corresponde à provisão para a

cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração) a ser pago pelo Plano de Benefício. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês dezembro/2018 e liquidado em janeiro/2019.

#### 4.3.1.2.3 Exigível Contingencial

O valor de R\$ 441 mil representa o montante de demandas ajuizadas. Para a maioria delas foram realizados depósitos judiciais registrados no ativo, à conta de depósitos judiciais, em respeito às definições legais.

Em outubro de 2018, a Assessora da Diretoria, Dr<sup>a</sup> Claudia Sant'Anna, encaminhou a Diretoria Executiva a CI N° 018 / ASSESSORIA, manifestando e recomendando a baixa de alguns valores contabilizados nos planos da entidade, e diante da aprovação da mesma, foram baixados os seguintes processos e valores:

o IPTU/BSB/91/92 – Referentes as unidades do Hotel Bonaparte, no valor de R\$ 1.189,03;

o IPTU/BSB/93 – Referentes as unidades do Hotel Bonaparte, no valor de R\$ 1.198,91;

o IPTU/SALVADOR/92/93 – Referentes as unidades do Fernandez Plaza em Salvador, no valor de R\$ 104.575,84;

o ITBI FERNANDEZ – Referentes as unidades do Fernandez Plaza em Salvador, no valor de R\$ 55.599,59.

#### 4.3.1.2.4 Patrimônio Social

Representado pela soma das reservas

registradas nos planos de Benefício Definido e Contribuição Definida tem sua formação composta como segue:

#### Provisões Atuariais:

Conforme determina a Lei nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o regime de previdência complementar, as avaliações das reservas matemáticas devem ser realizadas a cada exercício social. Neste sentido as reservas matemáticas do Plano foram avaliadas em 31/12/2018, e os valores devidamente registrados no balanço são os encontrados como resultado da aplicação das premissas atuariais, definidas pelo atuário externo em estudo técnico de adequação. Esclarece-se ainda que os elementos estatístico-financeiros empregados foram devidamente avaliados pelas instâncias de governança da entidade: - Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva aprovaram o estudo técnico de adequação; o Conselho Fiscal emitiu parecer sobre a adequação; tudo em conformidade com os dispositivos normativos vigentes.

O cálculo atuarial leva em consideração fatores biométricos da massa – expectativa de vida e composição familiar, e fatores econômicos - crescimento real de salários, rotatividade (desligamento do Plano de Benefícios) e taxa de inflação. Nos cálculos desenvolvidos tendo por base as hipóteses aprovadas no estudo de adequação destacam-se as Reservas de Benefícios Concedidos (reservas já constituídas relativas ao valor presente dos desembolsos futuros com benefícios já em gozo) e a Reserva de Benefícios a Conceder (valor presente gerado pelo fluxo dos valores de benéficos a serem pagos deduzidos das contribuições a receber dos participantes, atualmente ativos, empregados nas patrocinadoras). Em síntese pode-se definir o total das reservas como sendo o valor presente dos compromissos futuros.

Alterações na composição de dados

biométricos impactam mais ou menos fortemente o resultado da avaliação e, fica claramente identificado que se trata de dados apurados “ex-post”, ou seja, depois de observados. O atuário elabora o plano de custeio, por estimativa, mas, somente ao final de cada exercício social, coteja o que foi previsto com o que se obteve de concreto, daí as divergências são ajustadas e devidamente identificadas em cada avaliação processada. São variáveis absolutamente livres, fora de controle, ao longo do exercício social, e as suas divergências em relação ao observado versus o estimado são consideradas como fatos estruturais a impactar o plano.

Em dezembro de 2018 o atuário reavaliou as reservas de benefícios concedidos e a conceder, as quais perfazem respectivamente R\$ 364.443 mil e R\$ 1.542 mil, como sendo os montantes necessários para cobrirem as obrigações do plano para com seus participantes.

Cabe relatar que a taxa de juros real do Plano I, utilizada para a avaliação atuarial de 31/12/2018 de 4,90% a.a., teve sua aderência confirmada por meio de estudo técnico preconizado na Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015.

Destaque-se que a contabilidade tem somente a obrigação de proceder ao registro, depois de as reservas terem sido devidamente aprovadas pelos órgãos de governança da entidade, como define os diplomas normativos. Nesse contexto, estão a cargo do atuário as necessárias explicações dos fenômenos que produziram o resultado, como estampa o conteúdo do Anexo I, parte integrante destas NOTAS EXPLICATIVAS, de responsabilidade do escritório Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., atuário externo elaborador das avaliações atuariais do Plano de Benefícios I signatário da mesma.



### Equilíbrio Técnico:

O resultado do exercício de 2018 foi à formação de um déficit de R\$ 15.568 mil. As Demonstrações Atuariais (DA), parte integrante desta nota, pelo escritório Jesse Montello, detalham quais os montantes foram alterados diante das constatações das necessidades de empregos de outras hipóteses biométricas. Chama-se a atenção para o fato de aquele escritório declinar que o déficit é proveniente de aspectos estruturais. O maior impacto foi conduzido pela alteração da Tábua de Sobrevivência / Mortalidade Geral da SUSEP EMSsb 2010 (50,3% masculina + 49,7% feminina) agravada em 8%, empregada em função do resultado do estudo de aderência de Tábuas de Mortalidade Geral, apresentado pelo Anexo 1 ao JM/2315/2018 de 28/11/2018 para o Plano de Benefícios I, estudo que possuirá validade máxima de 3 anos, conforme a Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015.

#### 4.3.1.2.5 Fundos

##### a) Administrativo:

A existência de Fundo Administrativo no plano identifica que ao longo da vida do mesmo, a contribuição para o custeio administrativo acrescidas de remuneração provocadas pela aplicação dos recursos deduzida dos gastos administrativos incorridos na gestão do plano apresentou sobras. A sua formação é vital para que ao cessarem as contribuições ao plano, cessando as contribuições para a gestão administrativa, a entidade possua recursos para manter as atividades funcionando até o falecimento do último participante, sem que os seus agora somente assistidos sofram processo de descontinuidade na percepção dos seus benefícios, ou seja, impactados por custos que possam reduzir o valor de seus benefícios.

O Fundo Administrativo foi constituído pelo saldo apurado cotejando-se as receitas e os gastos administrativos. A técnica tem respaldo na Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e, no movimento do exercício o valor atingiu a cifra de R\$ 888 mil, com essa constituição o saldo de 2018 ficou em R\$ 7.528 mil.

É importante destacar que esse registro no ativo do Plano confere-lhe tratamento semelhante ao lançamento advindo do resultado da equivalência patrimonial existente nas empresas detentoras de parte do capital de outra empresa. O resultado apresentado é a parte que coube ao plano, originado do resultado do PGA.

Deve-se ressaltar, ainda, que o saldo apurado do fundo está composto pelo saldo remanescente do permanente, apurados pelo encontro do custo de aquisição menos as depreciações acumuladas, mais os valores investidos nos mercados financeiros e de capitais pelo próprio PGA.

##### b) Investimento:

O Fundo de Investimento possui a finalidade de quitar os saldos devedores dos empréstimos na eventualidade do falecimento de mutuário. Trata-se, em última análise, de um seguro constituído para cobrir o infortúnio. Os recursos para a formação desse Fundo são provenientes única e exclusivamente por sobrecarga imposta aos participantes mutuários, não tendo, portanto, fonte previdencial. O saldo atual perfaz R\$ 998 mil e está convenientemente adequada à frequência e impacto esperados, segundo aprecia a Área de Finanças da Fundação.

### QUADRO 9. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Valores em R\$ mil

DEFINIÇÃO	dez/18	dez/17	%
<b>A) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	- <b>14.386</b>	- <b>23.786</b>	<b>-40</b>
<b>1- CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>9.622</b>	<b>68.861</b>	<b>-86</b>
(+) Patrocinadores	3.502	15.285	-77
(+) Participantes Ativos	91	16.838	-99
(+) Participantes Assistidos	6.253	5.375	16
(+) Outros Recursos Correntes	4	32.806	-100
<b>(-) Custeio</b>	- <b>229</b>	- <b>1.442</b>	<b>-84</b>
<b>2- DESTINAÇÕES</b>	- <b>43.622</b>	- <b>321.399</b>	<b>-86</b>
(-) Benefícios	- <b>43.622</b>	- <b>321.399</b>	<b>-86</b>
<b>3- CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS</b>	- <b>6</b>	<b>36</b>	<b>-117</b>
(+/-) Quotas quitação por morte	- <b>6</b>	183	-103
(+/-) Contingências	-	147	-100
<b>4- INVESTIMENTOS</b>	<b>43.894</b>	<b>44.981</b>	<b>-2</b>
(+) Renda Fixa	30.846	48.244	-36
(+) Renda Variável	14.174	3.802	-473
(+) Imóveis	- <b>109</b>	1.036	-111
(+) Empréstimos	654	1.807	-64
<b>(-) Custeio</b>	- <b>1.670</b>	- <b>2.303</b>	<b>-27</b>
<b>5- FORMAÇÕES DE RESERVAS</b>	- <b>11.071</b>	<b>216.921</b>	<b>-105</b>
(+) Benefícios Concedidos	- <b>11.690</b>	- <b>8.944</b>	31
(+) Benefícios a Conceder	619	225.865	-100
<b>C) RESULTADO DEFICITÁRIO ( 1+2+3+4-5) DO EXERCÍCIO</b>	- <b>1.183</b>	<b>9.400</b>	<b>-113</b>
<b>D) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL (A+B+C)</b>	- <b>15.569</b>	- <b>14.386</b>	<b>8</b>

Instrumento destinado a apresentar de maneira clara quais os componentes de Resultado dos Planos que formaram Déficit no exercício.

Nas contribuições tratamos das entradas de novos recursos; destinações é o pagamento dos benefícios; investimentos referem-se ao acréscimo ou decréscimo (receitas e despesas) dos valores aplicados nos segmentos; a formação de reservas é o incremento apurado pelo atuário, que se faz necessário para manter as obrigações com os participantes.

#### 4.3.1.2.6 Fato Relevante

1. Foi realizada ajuste na cisão do plano, motivado pela opção de um participante que se encontrava com o contrato suspenso por estar recebendo benefício de auxílio doença. Como previam as condições estipuladas nos documentos aprovados pela PREVIC relativamente a opção pelo plano saldado, somente no retorno do auxílio o participante poderia fazer sua opção (processo nº 44011.000336/2016-94 autorizado pela Previc portaria 929/2017 25/09/2017), tal fato ocorreu em março de 2018. Dessa forma o percentual de rateio calculado em novembro de 2017 de 40,236821, passou para 40,419758, apresentando a diferença de 0,182937. O ajuste patrimonial foi realizado sobre a mesma base de novembro de 2017, ajustada pelos ganhos e perdas para a condição de março de 2018, procedido assim, não houve transferência de recursos indevidos e, por manter o comportamento isonômico, não houve privilégio a ele em relação aos demais.

2. Em 1991 foi distribuída a ação ordinária de nº 910123902-3, que tramitou perante a 23ª Vara Federal do RJ, cuidando-se de ação coletiva interposta por várias Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em face da União, onde se discutia a aplicação dos expurgos inflacionários sobre aplicações em Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND's.

As entidades foram representadas pela ABRAPP. Julgada procedente a ação ordinária e depois do esgotamento de todos os recursos disponíveis, deu-se início à liquidação da sentença, objeto de distribuição de 38 ações. A SÃO FRANCISCO ESTÁ LIQUIDANDO A SENTENÇA NOS AUTOS DO PROCESSO 0145881-14.2015.4.02.5101 – QUE TEM CURSO PERANTE A 12ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, que ainda tem como exequentes a INERGUS, COMPREV, FAPECE, FAPERS e SERGUS, onde se cobra o valor total, para todas as entidades, de R\$ 21.374.666,63 (vinte e um milhões, trezentos e setenta e quatro reais, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos), sendo que a parte da São Francisco está estimada em R\$ 6.000.440,67 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) atualizada até o dia 27 de novembro de 2015, datada do ajuizamento da ação de liquidação. Os valores aqui apresentados ainda carecem de confirmação pelo Governo Federal, o qual ainda discute a forma de apuração do mesmo, dito isso, evidencia-se que o valor estampado acima é a apuração realizada somente pelo escritório contratado pelas entidades citadas.

Não há contabilização do valor apresentado no parágrafo anterior exatamente ante a possibilidade de sua impugnação. A PREVIC em ofício encaminhado a ABRAPP – Associação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, determinou que o valor da demanda das entidades deveria somente constar das notas explicativas, não procedendo ao registro no ativo dos planos. Caberá, se vitoriosa a demanda, a cada plano (BD I e BD III), correspondente a R\$ 3.575 milhões e R\$ 2.425 milhões, respectivamente Plano de Benefício I – BD e Plano de Benefício Saldado – BS, como são comumente denominados.

3. No Exigível Operacional o valor registrado de R\$ 22.331 mil consiste em “Valores a Restituir”

a participantes que cancelaram a inscrição no plano e mantiveram o seu vínculo empregatício junto às patrocinadoras, conforme estabelece a RESOLUÇÃO MPS/CGPC Nº 06, DE 30 DE OUTUBRO DE 2003, em ser art. 22. A área responsável pelas atividades de seguridade é a responsável por emitir relatório no qual estão registrados os valores atualizados para 31/12/2018, conforme as regras ditadas pelo regulamento do plano.

Há tramitando na justiça 08 processos onde ex-participantes com vínculo empregatício mantidos junto a Patrocinadora CODEVASF, pleiteiam o resgate de valores referentes ao saldo da reserva de poupança, são eles:

- (2011.56.001502); (2011.56.501771);
- (2013.07.1.029577-7);
- (2012.75.000768);
- (2012.75.000769);
- (2012.75.000766);
- (2015.11.0.0148-2);
- (2015.01.1.102160-7).

A defesa da Fundação São Francisco nesses processos encontra-se internalizada sob o patrocínio da advogada empregada da entidade e, até o momento, foi condenada a liberar o saldo de poupança de apenas uma ex-participante, sendo que em todos os demais processos as sentenças da 1ª instância foram favoráveis à São Francisco e esses encontram-se em grau de recursos. Nos casos da espécie, já existe consenso junto aos tribunais cujo entendimento é inaplicabilidade do código de defesa do consumidor para ação do tipo aqui discriminada. Assim, entendem os tribunais que não se aplica nas relações entre os participantes e suas entidades de previdência complementar o referido código

de defesa do consumidor. Prevalece, portanto, o entendimento abrigado nos normativos de regência das Entidades de Previdência Complementar, no sentido de as reservas de poupança só deverem ser restituídas ao seu depositante quando ocorrer a perda do vínculo empregatício do participante junto a patrocinadora do plano de benefícios.

Ressalte-se que os valores pleiteados em juízo pelos ex-participantes encontram-se devidamente contabilizados no exigível operacional, não havendo, assim, impacto no resultado do plano caso a demanda seja acolhida na esfera judicial.

4. Em outubro de 2018, a Assessora da Diretoria, Drª Claudia Sant'Anna, encaminhou a Diretoria Executiva a CI Nº 018 / ASSESSORIA, manifestando e recomendando a baixa dos valores contabilizados nas contingências dos planos da entidade, por ter sido identificado que os processos já haviam sido arquivados. Por determinação do Superintendente, diante da aprovação da matéria, foram procedidas as baixas dos seguintes processos e respectivos valores:

IPTU/BSB/91/92 – Referentes as unidades do Hotel Bonaparte, no valor de R\$ 1.189,03;  
IPTU/BSB 93 - Referentes as unidades do Hotel Bonaparte, no valor de R\$ 1.198,91;  
IPTU/SALVADOR 92/93 - Referentes as unidades do Fernandez Plaza em Salvador, no valor de R\$ 104.575,84;  
ITBI FERNANDEZ - Referentes as unidades do Fernandez Plaza em Salvador, no valor de R\$ 55.599,59;

5. O resultado do ajuste de precificação das NTN'S, pelo Sistema Venturo da Previc:



Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
113.070.650,45	113.714.104,57	643.454,11

ANALISE DAS DURAÇÕES: Art. 9º, inciso V, da IN 19 da PREVIC de 04/02/2015

Requisito Atendido. Duration do Passivo ( 9,80 ) > Duration dos Ativos ( 9,77 ).

ANALISE DOS VP Art. 9º, Incisos III e IV da IN 19 da PREVIC de 04/02/2015

Requisito Atendido.

6. Abaixo estão as ações judiciais classificadas pelos escritórios de Advocacia como probabilidade de ganhos ou perdas "Possíveis":

AÇÃO	Nº PROCESSO	VALOR DA AÇÃO
Revisão de benefícios - INSS Hipotético	201110400127	R\$ 20.000,00
	201111301020	R\$ 20.000,00
	201313600659	R\$ 23.862,24
Restituição do Imóvel dado em garantia da emissão da CCI.	0280346-58.2014.8.19.0001	R\$ 10.000,00
Ação Revocatória - Nulidade CCI - Alienação Fiduciária	0479745-34.2015.8.19.0001	R\$ 1.000.000,00
Processo Administrativo *	10166.728109/2011-37	R\$ 112.165,98
Embargos de Terceiros - Ação de Cobrança movida pelo Condomínio contra a M. Brasil.	0036455-63.2017.8.19.0001	R\$ 373.855,26

Manifestação de Inconformidade em face de Despacho Decisório que não homologou a Declaração de Compensação apresentada pela ora Manifestante, proferido pela Divisão de Orientação e Análise Tributária-DIORT em Brasília (letras hipotecárias).

## 5 PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV

### 5.1 PREVIDENCIAL

O Plano contava, no encerramento do exercício de 2018, com 1.015 participantes ativos e 2 assistidos.

#### 5.1.1 Receitas Previdenciárias

GRÁFICO 41. PATRONAL X PARTICIPANTE

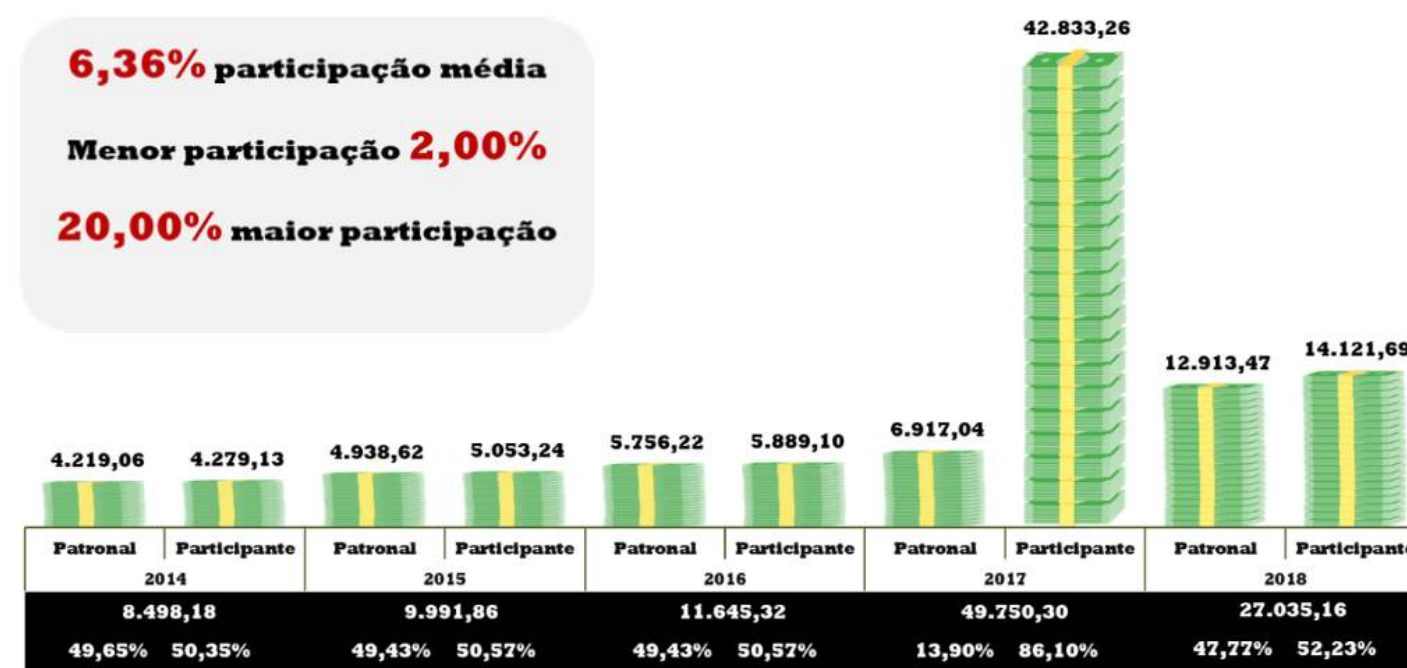
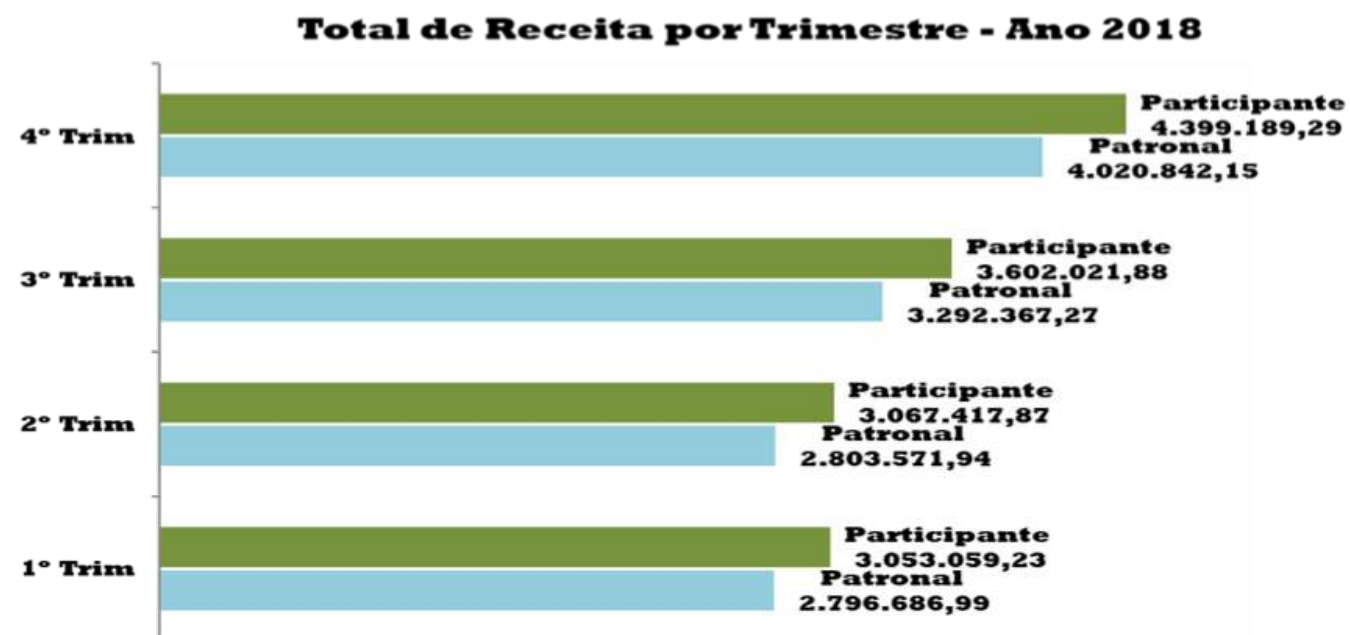
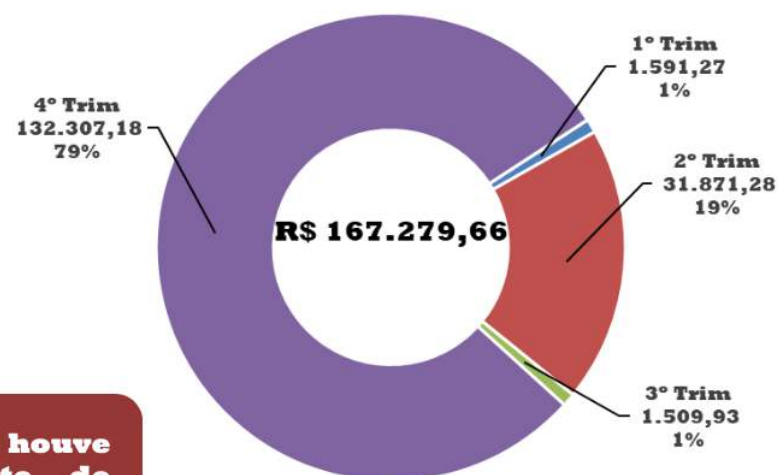


GRÁFICO 42. TOTAL DA RECEITA POR TRIMESTRE – PATRONAL X PARTICIPANTE



\*No 3º trimestre de 2018 a patrocinadora CODEVASF pagou aos empregados diferença de remuneração referente a maio de 2017, do acordo coletivo.

### 5.1.2 Despesas Previdenciárias



No 2º trimestre de 2018, houve pagamento de resgate de contribuições.

No 4º trimestre de 2018 houve concessão de Benefício de Incapacidade para o Trabalho com parcela de pagamento único.

## 5.2 INVESTIMENTO

A estrutura atual dos investimentos do Plano de Benefícios II - Codeprev está concentrada nos Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados, esse último somente com recursos em trânsito para liquidez do Plano. Assim, no encerramento do exercício de 2018, as alocações estavam em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2018/2022, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

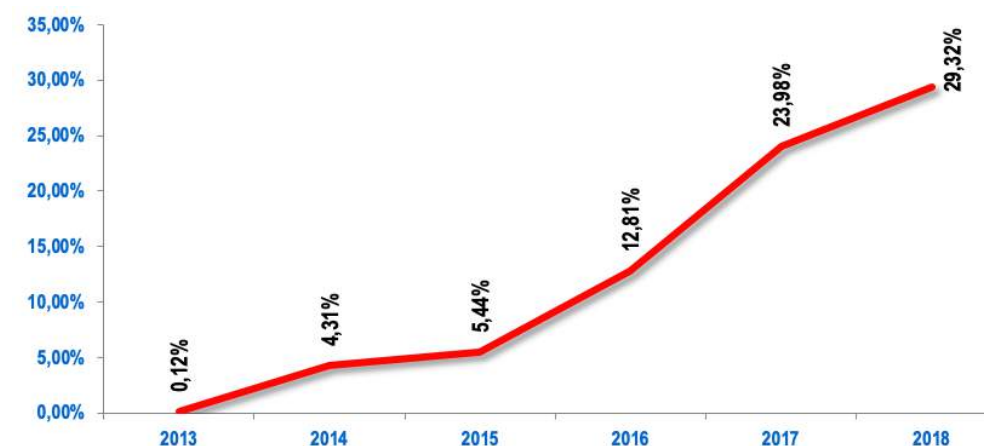
Seu valor total em 31.12.2018 de R\$ 128.381.125,67 contra R\$ 91.184.479,52 em 31.12.2017, registra um crescimento nominal no período de 40,79%. O crescimento observado no total dos ativos do Plano, prendeu-se, além da gestão tática implementada pela Diretoria de Finanças, somaram-se os ativos o impacto da entrada de recursos das contribuições, dado que elas apresentam, em valores relativos sobre o total acumulado, percentual elevado, podendo ser observada nos gráficos e tabelas a seguir:

### 5.2.1 Performance do CODEPREV - Descontada da Taxa Indicativa

O Gráfico abaixo identifica o desempenho bruto dos investimentos acumulados do CODEPREV acima da Taxa Indicativa (INPC+3,50% a.a.), tomando-se por base o valor apurado pelo desempenho dos "Ativos de Investimentos", portanto, foram apuradas pela Diretoria de Finanças no período de 2013 a dezembro de 2018. Fica evidente que nos cinco anos de existência do Plano, a rentabilidade bruta acumulada mantém-se acima da Taxa Indicativa em 29,32%, motivada pela recuperação do P.U. (Preço Unitário) dos Títulos Públicos (NTN/B) existentes no portfólio do Plano precificados a "mercado".

Assim sendo, pode-se afirmar que, a inexistência de problemas no Plano, aliada ao seu baixo tempo de existência, se deve, exclusivamente, às suas condições "Estruturais" robustas. Essa identificação permitiu ao Comitê Estratégico de Investimentos-CEI manter os processos estratégicos de médio e longo prazo sem alteração em sua estrutura de alocação, com adoção de estratégias conservadoras guiada pelo entendimento de que o objetivo dos investimentos do Plano não poderia se pautar na busca de máximas rendas, mas, tendo a meta como padrão de desempenho adequado, alocar os recursos visando à segurança antes da rentabilidade.

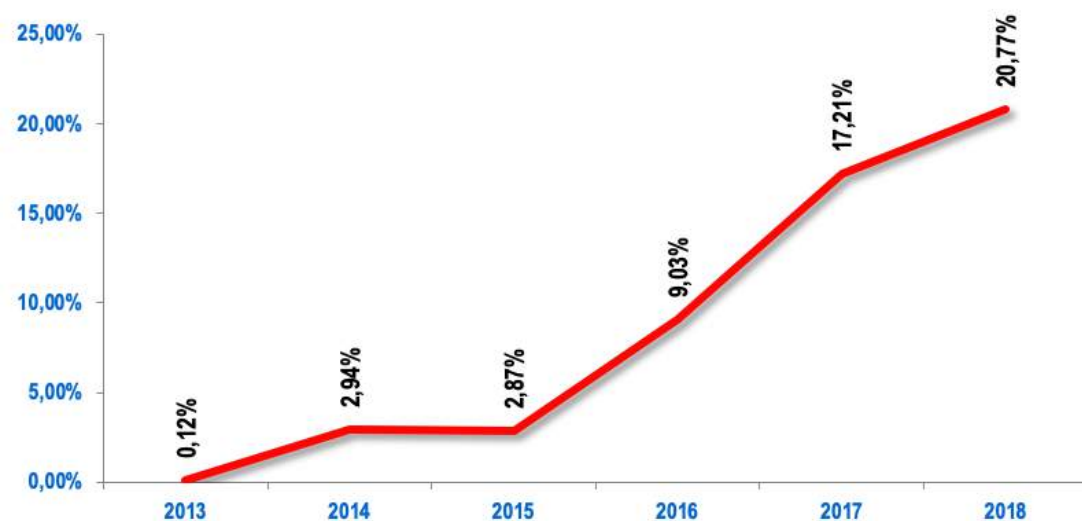
GRÁFICO 43. RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADO ACIMA DA TAXA INDICATIVA





O Gráfico abaixo identifica o desempenho líquido dos investimentos acumulados do CODEPREV acima da Taxa Indicativa (INPC+3,50% a.a.). As variações foram obtidas dos registros constantes do Demonstrativo Atuarial - DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 2013 a dezembro de 2018, tomando-se por base a "Variação da Cota do Plano". Fica evidente que nos cinco anos de existência do Plano, a rentabilidade líquida acumulada mantém-se acima da Taxa Indicativa em 20,77%, motivada pela recuperação do P.U. (Preço Unitário) dos Títulos Públicos (NTN/B) existentes no portfólio do Plano precificados a "mercado".

**GRÁFICO 44. RENTABILIDADE LÍQUIDA ACUMULADO ACIMA DA TAXA INDICATIVA**



**TABELA 21. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE BRUTA – ACUMULADA**

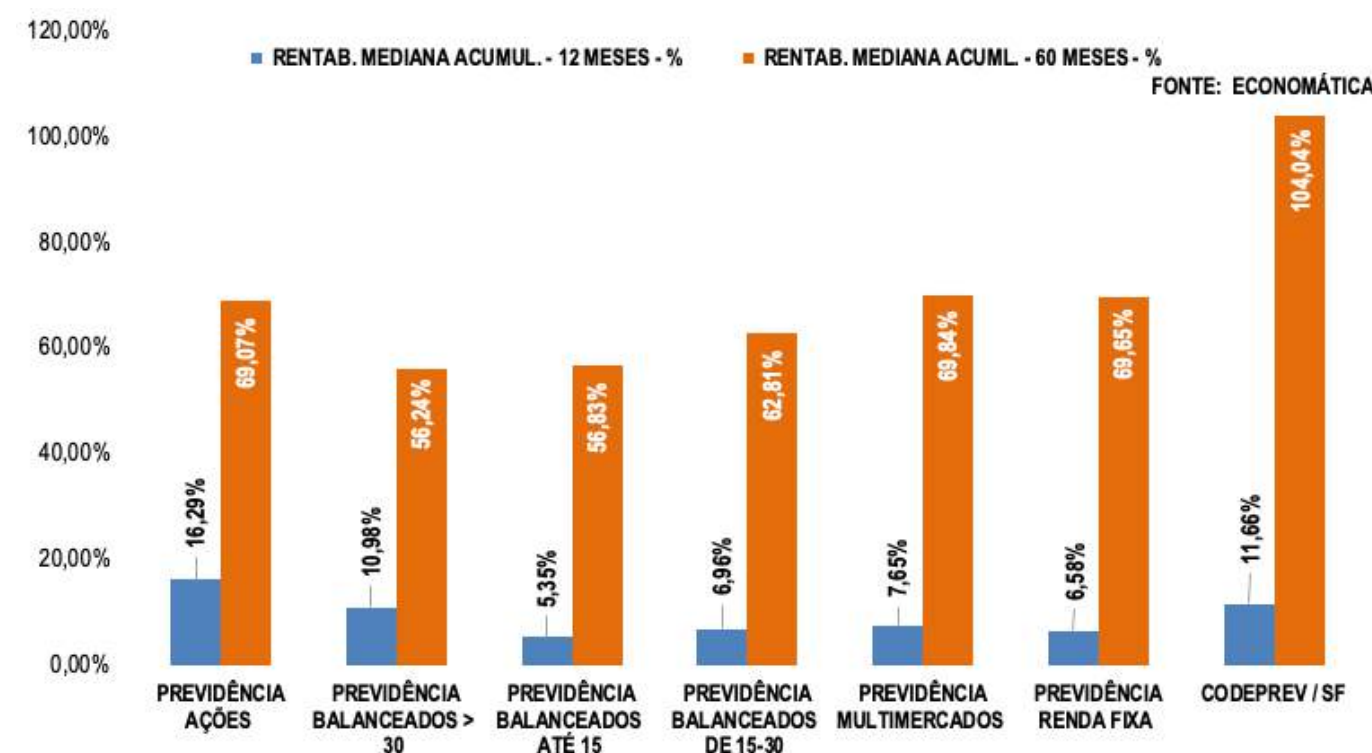
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO x RENTABILIDADE BRUTA - CODEPREV - DEZ/2013 a DEZEMBRO DE 2018 -								
ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$	VALOR DA COTA - R\$ -	RENTAB.NOMINAL LÍQUIDA DO PLANO - ANUAL - %	TAXA INDICATIVA DO PLANO - ANUAL - %	RENTAB. REAL DO PLANO - %	JUROS REAIS INDICATIVA DO PLANO - %	RENTAB. ACIMA DA TAXA INDICATIVA - ACUM. ANO - (2/4) - %	RENTAB. ACIMA DA TAXA INDICATIVA ACUMULADA NO PERÍODO - %
2013	1.456.461	1,011179	1,13%	1,01%	0,41%	0,29%	0,12%	0,12%
2014	9.410.607	1,143162	14,55%	9,95%	7,83%	3,50%	4,18%	4,31%
2015	20.201.937	1,315641	16,42%	15,17%	4,62%	3,50%	1,09%	5,44%
2016	34.288.058	1,538242	18,02%	10,31%	10,73%	3,50%	6,99%	12,81%
2017	88.244.907	1,746768	16,10%	5,64%	13,75%	3,50%	9,90%	23,98%
2018	123.353.099	1,926704	11,66%	7,05%	7,96%	3,50%	4,31%	29,32%
<b>ACUMULADA NO PERÍODO</b>			<b>106,34%</b>	<b>59,56%</b>	<b>54,03%</b>	<b>19,11%</b>	<b>29,32%</b>	
Obs:TAXA INDICATIVA DO PLANO = INPC + 3,50% a.a.						<b>DESVIO PADRÃO</b>	<b>3,64%</b>	

**Comentários:**

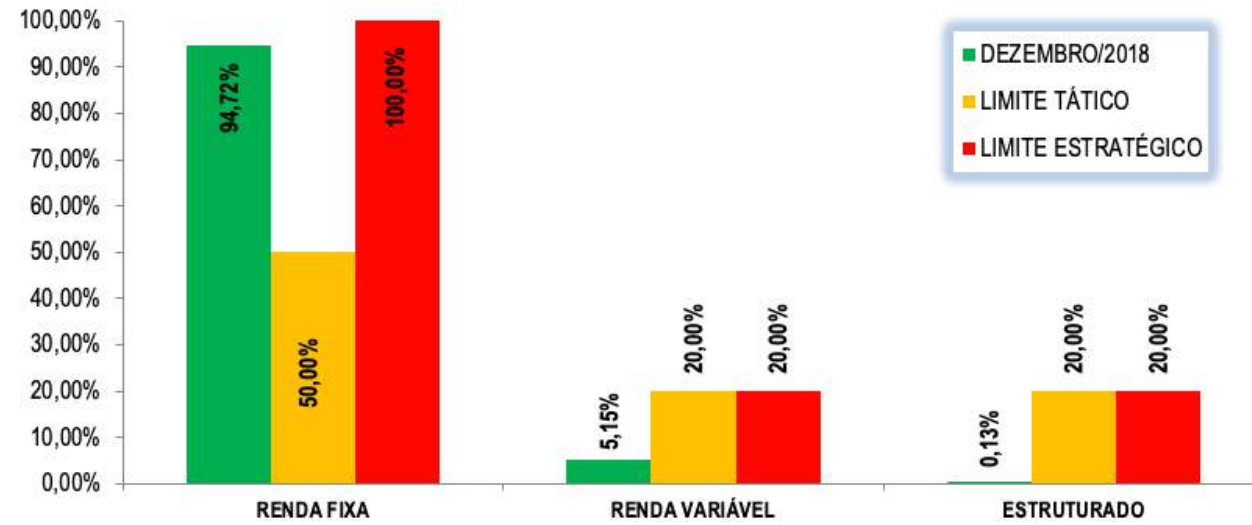
A despeito da recuperação observada no Codeprev registrada no quarto trimestre - A ECONOMÁTICA, que monitora a saúde financeira dos Fundos de Investimentos, por meio da Classificação ANBIMA e, utilizando-se do modelo próprio de acompanhamento dos respectivos ativos, classificou os Fundos de Previdência em Ações; Previdência Balanceados; Previdência Multimercados e Previdência Renda Fixa tomando-se como base a Rentabilidade Mediana Acumulada, encerrada em 31.12.2018 destacando o desempenho em: 12; 24; 36; 48 e 60 meses.

Com objetivo de comparar a gestão do Codeprev (Plano CD) e os respectivos Fundos existentes no mercado destacados pela ECONOMÁTICA (Acumulados em 12 e 60 meses), demonstramos que os resultados do Codeprev no período considerado, encontram-se bem acima daqueles registrados pelos estudos apresentados pela empresa de Consultoria, destacados no Gráfico a seguir:

**GRÁFICO 45. RENTABILIDADE DOS FUNDOS DE PREVIDÊNCIA BALANCEADOS X CODEPREV**



**GRÁFICO 46. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO**



**TABELA 22. ENQUADRAMENTO LEGAL**

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2017		DEZEMBRO/2018		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 4.661 - CMN
RENDA FIXA	87.117.655,04	95,54%	121.605.251,29	94,72%	50,00%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	3.964.871,07	4,35%	6.615.245,90	5,15%	20,00%	20,00%	70,00%
ESTRUTURADO	101.953,41	0,11%	160.628,48	0,13%	20,00%	20,00%	20,00%
<b>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</b>	<b>91.184.479,52</b>	<b>100%</b>	<b>128.381.125,67</b>	<b>100%</b>			
(+) Disponível - Conta 11	76.846,81	VARIAÇÃO NOMINAL	3.409,81				
(-) Exigível de Investimentos	-53.874,95		-128.151,19				
<b>ATIVOS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>91.207.451,38</b>	<b>40,79%</b>	<b>128.256.384,29</b>				

5.2.3 Detalhamento por Segmento

**TABELA 23. ALOCAÇÃO DE RECURSOS**

ARTIGO / INSCO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS - CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITE % DEFINIDOS NA POLÍTICA			DURATION	RATING	RENTABILIDADE								
			ALOC. SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO	ESTRATÉGICO			CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	NOTA	out/18	nov/18	dez/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	S/CDI e BRL-50
Art. 21	RENDA FIXA	121.605.251,29	100,00%	94,72%	100%	100%	50%	100%	6,76		8,19%	0,55%	1,68%	10,61%	11,58%	11,58%	5,17%	3,07%	4,52%
	Dívida Pública Mobiliária Federal	121.605.251,29	100,00%	94,72%	100%				6,76		8,19%	0,55%	1,68%	10,61%	11,58%	11,58%	5,17%	3,07%	4,52%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	121.605.251,29	100,00%	94,72%	100%				6,76		8,19%	0,55%	1,68%	10,61%	11,58%	11,58%	5,39%	3,30%	4,74%
Art. 22	RENDA VARIÁVEL	6.615.245,90	100,00%	5,15%	70%	70%	20%				0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,81%	1,81%	-0,29%	-0,50%	-0,04%
	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO - LFT (1)	0,00	0,00%	0,00%							0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,81%	1,81%	-0,29%	-0,50%	-0,04%
	Ações de Emissão de Companhias Abertas	6.615.245,90	100,00%	5,15%	70%	70%					14,39%	2,53%	-0,96%	16,16%	15,70%	15,70%	1,18%	7,20%	8,65%
Art. 23	FUNDOS	6.615.245,90	100,00%	5,15%	70%	70%					14,39%	2,53%	-0,96%	16,16%	15,70%	15,70%	1,18%	7,20%	8,65%
	SAGA SF FIA	2.013.158,26	30,43%	1,57%				25%			15,05%	2,80%	0,87%	19,30%	19,54%	19,54%	5,02%	11,04%	12,46%
	MAPFRE SF FIA	4.602.087,64	69,57%	3,58%							14,11%	2,42%	-1,74%	14,84%	14,39%	14,39%	-0,13%	5,89%	7,35%
Art. 23	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	160.628,48	100,00%	0,13%	20%	20%					0,56%	0,45%	0,46%	1,48%	6,18%	6,18%	-0,23%	-2,32%	-0,88%
	Fundos de Investimento Multimercado	160.628,48	100,00%	0,13%	15%	15%					0,56%	0,45%	0,46%	1,48%	6,18%	6,18%	-0,23%	-2,32%	-0,88%
i - b)	SAGA SNAKE FIM	160.628,48	100,00%	0,13%			10%				0,56%	0,45%	0,46%	1,48%	6,18%	6,18%	-0,23%	-2,32%	-0,88%
<b>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</b>		<b>128.381.125,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>					<b>6,76</b>		<b>8,50%</b>	<b>0,67%</b>	<b>1,54%</b>	<b>10,91%</b>	<b>11,66%</b>	<b>11,66%</b>	<b>5,26%</b>	<b>3,16%</b>	<b>4,61%</b>



**TABELA 24. RENTABILIDADE POR SEGMENTO**

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	4º TRIMESTRE DE 2018			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	1,68%	10,61%	11,58%	11,58%
RENDA VARIÁVEL	(0,96%)	16,16%	15,70%	15,70%
ESTRUTURADO	0,46%	1,48%	6,18%	6,18%
RENTABILIDADE DO PLANO	1,54%	10,91%	11,66%	11,66%
TAXA INDICATIVA	0,43%	1,16%	7,05%	7,05%
DIVERGÊNCIA	1,11%	9,75%	4,61%	4,61%

**5.2.3.1 Segmento de Renda Fixa**

No 4º trimestre de 2018 a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa alcançou 10,61% - acumulando no ano alta de 11,58%, frente à Taxa Indicativa de 7,05%, ficando acima do benchmark em 4,53 pontos-base, motivado pela elevada volatilidade no mercado financeiro, frutos da elevação das taxas dos Títulos Públicos existentes na carteira, cuja totalidade encontra-se marcada a "Mercado".

pagamento de um único benefício e do Custeio do Plano. Seu desempenho próximo de 102% do CDI e a disponibilização dos recursos em D+1 dia são os motivos principais para sua utilização.

**5.2.4 Controle de Avaliação de Riscos**

**5.2.4.1 Avaliação de Risco – Divergência Não Planejada – DNP**

A avaliação de risco, medida pela Divergência Não Planejada - DNP, definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a "Taxa Indicativa" definida para o Plano, conforme descrita na Resolução Nº 3.792-CMN, de 24.09.2009 - Capítulo III (Controles Internos e de Avaliação de Risco), revogada pela nova legislação - Resolução Nº 4.661-CMN, de 25.05.2018 (Da Avaliação e Monitoramento de Risco), em que pese às alterações contidas, até a implementação de modelo próprio e a regulamentação a ser realizada pelo órgão fiscalizador (PREVIC), o monitoramento do risco das Carteiras de Ativos do Plano, a Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO manterá a DNP como modelo de avaliar, monitorar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos.

**5.2.3.2 Segmento de Renda Variável**

O Segmento constituído pelas cotas dos Fundos de Investimentos em Ações-FIA's (Saga e Mapfre), registrou no 4º trimestre de 2018 rentabilidade de 16,61%, ante o desempenho positivo da Bolsa de Valores de 9,70% medida pelo Índice IBRX-50 (Benchmark). Com este resultado, o Segmento de Renda Variável acumulou no ano alta de 15,70% - contra alta de 14,53% do Benchmark no mesmo período.

**5.2.3.3 Segmento de Investimentos Estruturados**

Apresentou no 4º trimestre alta de 1,48%. Com este resultado, o Segmento acumulou no ano alta de 6,18%, contra Taxa Indicativa de 7,05%, ficando abaixo 0,87 pontos-base do Benchmark no mesmo período. A alocação neste Segmento encontra-se em um Fundo Multimercado utilizado somente com vista à administração das disponibilidades para

A partir do primeiro trimestre de 2019, o processo de "Avaliação e Monitoramento de Risco" dos Ativos de Investimentos da carteira própria do Plano II/CD - Codeprev sob gestão da Fundação São Francisco, bem como os Fundos Abertos e Exclusivos, serão devidamente tratados de acordo com o "Contrato de Prestação de Serviços de Risco e Compliance", com a I9ADVISORY - Consultoria Financeira, com metodologia e critérios que atenderão os dispositivos previstos na Legislação vigente - Resolução Nº 4.661- CMN, de 25.05.2018.

**TABELA 25. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP**

SEGMENTO	PLANO - II/CD - Codeprev												REFERÊNCIA : DEZEMBRO/2018		
	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	Acumulado nos 12 meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
Divergência Não Planejada nos últimos 12 meses															
Renda Fixa	4,29%	0,05%	-0,01%	-1,11%	-5,18%	-2,86%	2,09%	-0,57%	-1,28%	7,50%	0,51%	1,25%	4,71%	3,26%	19,51%
Renda Variável	9,44%	2,15%	-2,58%	1,38%	-8,89%	-8,85%	7,85%	-3,92%	-1,12%	13,70%	2,49%	-1,39%	10,29%	6,91%	11,19%
Estruturado	0,07%	0,01%	0,14%	0,02%	-0,21%	-1,24%	-0,06%	0,26%	-0,16%	-0,13%	0,41%	0,03%	-0,83%	0,41%	4,33%
Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
PLANO:.....	4,43%	0,19%	-0,17%	-0,92%	-5,41%	-3,20%	2,36%	-0,75%	-1,27%	7,81%	0,63%	0,03%	3,76%	3,41%	18,29%
TAXA INDICATIVA:.....	INPC + 3,50% a.a.														
Regra I:.....	Os Segmentos não apresentaram DNP negativa, apurada mensalmente, por 12 meses consecutivos.														
Regra II:.....	Os Segmentos não apresentaram DNP negativa, acumulada nos últimos 36 meses.														
Obs:.....	No Segmento de RV, para o período de 36 meses não se aplica, dado que não havia recursos alocados nesse período no respectivo ativo.														

**5.2.5 Operações Kursadas**

A tabela abaixo explora os procedimentos operacionais da área financeira na gestão da carteira própria, apresentando como ocorreram as operações realizadas envolvendo a Compra e Venda de Títulos Públicos. As operações de arbitragem no decorrer do ano agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2018/2022. As operações realizadas consistiram em dar continuidade à concentração em investimentos de papeis mais curtos e de médio prazo, face às taxas de juros para vencimentos de longo prazo não apresentarem prêmios em relação às primeiras.

Cumprindo a legislação vigente, a Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, apresenta-se abaixo o quadro das Operações Kursadas em Títulos Públicos Federais - NTN/B e LFT's, as quais se antecipam, tiveram suas taxas de aquisição respeitando o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela ANBIMA - "Mercado Secundário de Títulos Públicos".

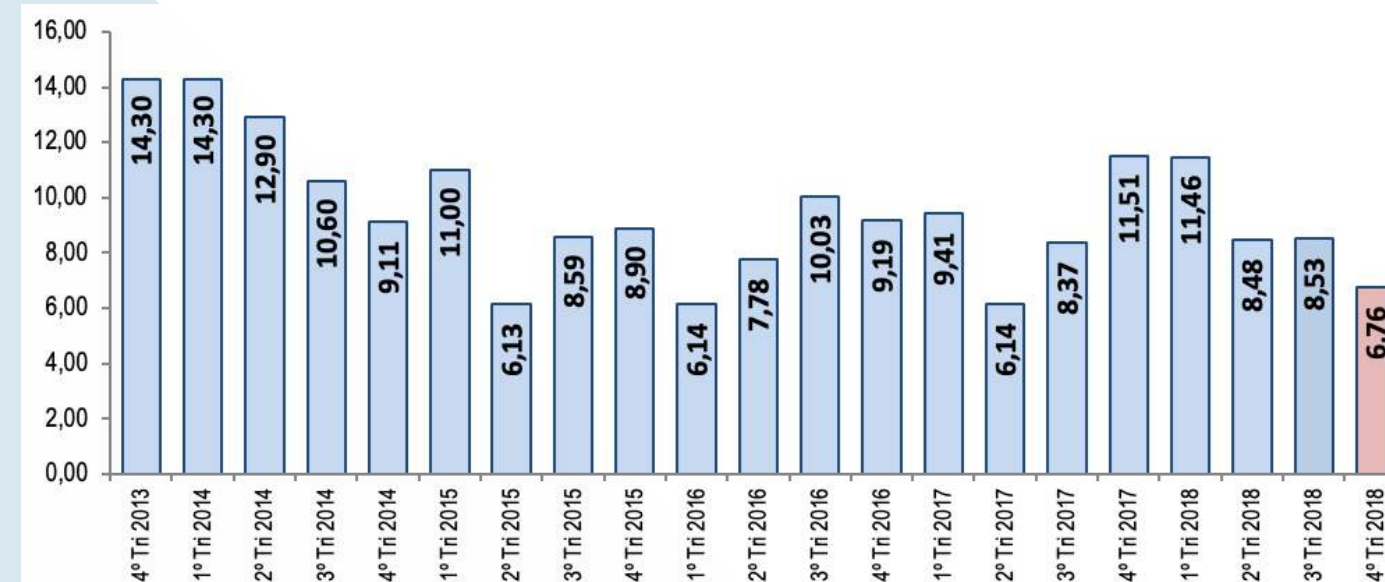


TABELA 26. OPERAÇÕES CURSADAS EM 2018

PLANO II - CD / CODEPREV						
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
06/02/2018	NTN-B 2055	4,9748	5,1650	5,4958	5,2600	1.448.658,90
12/04/2018	LFT 2018	- 0,0024	0,0004	0,0050	- 0,0008	5.000.082,80
21/05/2018	NTN-B 2055	5,3700	5,5500	5,8600	5,6500	7.099.714,65
22/05/2018	NTN-B 2050	5,3400	5,5100	5,8500	5,5800	7.005.242,07
19/06/2018	NTN-B 2045	5,6500	5,8600	6,1400	5,9800	15.476.524,12
15/10/2018	NTN-B 2050	5,2000	5,3600	5,6500	5,4400	4.028.220,10
24/10/2018	NTN-B 2045	4,9800	5,2700	5,4400	5,3300	6.603.948,06
	NTN-B 2050	4,9800	5,2700	5,4300	5,3300	1.517.212,67
21/11/2018	NTN-B 2045	4,9200	5,1200	5,3800	5,2200	5.489.217,57
<b>TOTAL</b>						<b>105.942.923,13</b>
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
06/02/2018	NTN-B 2030	4,7153	4,9441	5,2817	4,9000	1.445.691,89
15/02/2018	NTN-B 2030	4,7483	4,9147	5,32	4,8700	869.956,68
04/04/2018	NTN-B 2035	4,8900	5,1400	5,43	5,0700	5.569.425,66
19/04/2018	NTN-B 2035	4,8500	5,0900	5,4000	5,0200	4.887.479,42
18/05/2018	NTN-B 2035	5,1300	5,4600	5,7800	5,3900	1.524.145,18
21/05/2018	NTN-B 2028	5,0900	5,3000	5,6700	5,3300	7.097.641,62
23/05/2018	NTN-B 2028	5,0200	5,3100	5,6000	5,2800	6.924.717,56
07/06/2018	NTN-B 2023	5,1700	5,7600	6,1600	5,5000	3.917.067,24
20/06/2018	NTN-B 2022	4,9800	5,3600	5,7300	5,2600	7.992.394,09
	NTN-B 2024	5,1400	5,4900	5,8000	5,3900	3.363.526,82
28/06/2018	NTN-B 2030	5,6400	5,8300	6,1500	5,7100	4.007.651,17
07/08/2018	NTN-B 2031	5,3800	5,6200	5,8400	5,5200	4.576.299,79
16/08/2018	NTN-B 2023	5,0300	5,3100	5,7200	5,2000	1.544.883,40
04/09/2018	NTN-B 2028	5,5300	5,8500	6,0400	5,7000	1.827.782,94
02/10/2018	NTN-B 2028	5,6700	5,8400	6,1900	5,8000	1.947.026,88
15/10/2018	NTN-B 2026	4,9100	5,0600	5,5100	5,0400	4.025.359,87
24/10/2018	NTN-B 2024	4,4200	4,7800	5,1200	4,7100	8.119.409,73
16/11/2018	NTN-B 2023	4,3900	4,6000	5,1500	4,6400	2.753.241,43
23/11/2018	NTN-B 2024	4,3900	4,7200	4,9900	4,6400	5.476.418,75
05/12/2018	NTN-B 2022	4,2400	4,5300	4,9100	4,5100	3.797.293,34
<b>TOTAL</b>						<b>184.808.548,39</b>

5.2.6 Duration

GRÁFICO 47. EVOLUÇÃO DA DURATION



A evolução da "Duration" do Plano II/CD-Codeprev no encerramento do 4º trimestre de 2018 alcançou 6,76 anos, contra 11,51 anos no mesmo período de 2017. A queda observada no índice, deveu-se às mudanças táticas de gestão dos ativos, compostos por 94,72% de títulos públicos federais-NTN/B, marcados a "mercado" com vencimentos mais curtos. Neste rol encontra-se papéis de vencimentos no intervalo de 2022 a 2035, entretanto, ajustados à fronteira eficiente e redução do risco.

5.2.7 Acompanhamento Orçamentário

A seguir, destacamos a aderência dos resultados alcançados no "Acompanhamento Orçamentário 2018", frente às projeções realizadas pela Diretoria de Finanças, fato que nos leva à transparência futura do Codeprev.

O Fluxo dos "Investimentos Realizados" no Plano encerrou o exercício de 2018 com Valor Realizado de R\$ 11.128.429,33 - contra o Valor Orçado de R\$ 6.934.037,73 - ou seja, o realizado totalizou variação de 160,49% daquele esperado no orçamento no período considerado.

O Segmento de Renda Fixa obteve desempenho acima das previsões, as receitas encerraram o exercício com R\$ 11.770.060,94 - contra R\$ 7.995.384,00 projetados, ou seja, 147,21% do valor previsto. Contribuiu para este resultado final a queda dos juros dos Títulos Públicos Federais (NTN-B's), precificadas a "Mercado", cuja carteira encontra-se precificada 100% a "Mercado",



aliada às operações de arbitragem realizadas no decorrer do período, responsáveis por gerarem excelentes resultados para o Plano.

**O Segmento de Renda Variável**, obteve desempenho acima das previsões, as receitas encerraram o exercício com R\$ 735.374,83 - contra R\$ 348.903,00 projetados, ou seja, 210,77% do valor previsto. Contribuiu para este resultado final, a alta acumulada de 14,53% da Bolsa de Valores, medida pelo IBrX-50 (Benchmark), com reflexos positivos nos FIA's que constituem a carteira do Plano, com alta acumulada de 15,70%, contra Taxa Indicativa de 7,05%, isto é, variação positiva de 8,65% pontos-base acima do Benchmark.

**O Segmento de Investimentos Estruturados** constituído pelo Fundo de Investimento Multimercado, utilizado somente com vistas à administração das disponibilidades para pagamento de um único benefício e o Custeio do Plano, gerou resultado positivo no exercício de R\$ 73.675,08 - contra R\$ 8.105,00 projetados no período, ou seja, 909,01% do previsto no encerramento do exercício de 2018.

### 5.2.8 Rentabilidade Bruta x Rentabilidade Líquida do Plano

Em atendimento a Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013, que “dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos e dá outras providências”, apresentamos a seguir a Rentabilidade Bruta x Rentabilidade Líquida do Plano I/BD administrado pela São Francisco, conforme descrito no Inciso III, do art. 6º da referida Instrução:

Art. 6º- As informações referentes à política de investimentos e o demonstrativo de investimento dos recursos garantidores do plano de benefícios administrado pela EFPC, bem como as informações referentes às revisões da política devem conter, no mínimo:

III - tabela contendo a rentabilidade bruta e líquida de cada um dos segmentos de aplicação dos planos de benefícios da EFPC e do PGA, comparados à taxa atuarial estipulada, se existir, e índices de referência estabelecidos na política de investimentos.

**TABELA 27. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS DOS INVESTIMENTOS**

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - CD - CODEPREV									
SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
<b>RENDA FIXA</b>	2.010.289,40	693.456,00	289,89%	11.770.060,94	7.995.384,00	147,21%	11.770.060,94	7.995.384,00	147,21%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	2.010.289,40	693.456,00	289,89%	11.770.060,94	7.995.384,00	147,21%	11.770.060,94	7.995.384,00	147,21%
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	-64.069,89	30.212,00	É DESPESA	735.374,83	348.903,00	210,77%	735.374,83	348.903,00	210,77%
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	-64.069,89	30.212,00	É DESPESA	735.374,83	348.903,00	210,77%	735.374,83	348.903,00	210,77%
FUNDOS DE AÇÕES	-64.069,89	30.212,00	É DESPESA	735.374,83	348.903,00	210,77%	735.374,83	348.903,00	210,77%
<b>ESTRUTURADO</b>	804,84	699,00	115,14%	73.675,08	8.105,00	909,01%	73.675,08	8.105,00	909,01%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	804,84	699,00	115,14%	73.675,08	8.105,00	909,01%	73.675,08	8.105,00	909,01%
<b>COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	-128.151,19	-65.845,36	É DESPESA	-1.450.681,52	-1.418.354,27	É DESPESA	-1.450.681,52	-1.418.354,27	É DESPESA
<b>FLUXO DOS INVESTIMENTOS</b>	1.818.873,16	658.521,64	276,21%	11.128.429,33	6.934.037,73	160,49%	11.128.429,33	6.934.037,73	160,49%

(i) NO MÊS: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

(ii) ATÉ O MÊS: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.



**TABELA 28. RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA - I/BD - ACUMULADA 2018**

SEGMENTOS	INVESTIMENTOS	RENTABILIDADE		TAXA INDICATIVA	DIVERGÊNCIA (RENT. LÍQUIDA-TX. INDICATIVA)
		BRUTA	LÍQUIDA		
RENDA FIXA	121.605.251,29	13,77%	11,58%	7,05%	4,52%
RENDA VARIÁVEL	6.615.245,90	18,29%	15,70%	7,05%	8,65%
ESTUTURADO	160.628,48	6,43%	6,18%	7,05%	-0,88%
<b>TOTAL</b>	<b>128.381.125,67</b>	<b>13,88%</b>	<b>11,66%</b>	<b>7,05%</b>	<b>4,61%</b>

a) Rentabilidade Bruta: Trata-se da rentabilidade produzida pelos ativos de investimentos, entretanto a PREVIC determinou a incorporação das Despesas registradas na Contabilidade dos Fundos de Investimentos no período considerado.

b) Rentabilidade Líquida: Trata-se da rentabilidade dos ativos de investimentos, deduzidos os custos da gestão interna.

**5.3 CONTÁBIL**

**QUADRO 10. BALANÇO PATRIMONIAL**

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercícios		PASSIVO	Exercícios	
	2018	2017		2018	2017
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>3</b>	<b>77</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>231</b>	<b>120</b>
			Gestão Previdencial	103	66
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>130.789</b>	<b>93.389</b>	Investimentos	128	54
Gestão Previdencial	2.378	2.205			
Gestão Administrativa	30	-	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>130.561</b>	<b>93.346</b>
<b>Investimentos</b>	<b>128.381</b>	<b>91.184</b>	Patrimônio de Cobertura do Plano	123.353	88.245
Títulos Públicos	121.605	87.118	Provisões Matemáticas	<b>123.353</b>	<b>88.245</b>
Fundos de Investimento	6.776	4.067	Benefícios Concedidos	30	34
			Benefícios a Conceder	123.323	88.211
			<b>Fundos</b>	<b>7.208</b>	<b>5.101</b>
			Fundos Previdenciais	7.208	5.101
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>130.792</b>	<b>93.466</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>130.792</b>	<b>93.466</b>

**QUADRO 11. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2018	2017	
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>93.346</b>	<b>37.812</b>	<b>146,87</b>
<b>1. Adições</b>	<b>38.165</b>	<b>56.022</b>	<b>(31,87)</b>
(+) Contribuições	27.037	49.751	(45,66)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	11.128	6.271	77,47
<b>2. Destinações</b>	<b>(980)</b>	<b>(487)</b>	<b>101,12</b>
(-) Benefícios	(167)	(62)	169,42
(-) Custeio Administrativo	(813)	(425)	91,15
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>37.185</b>	<b>55.534</b>	<b>(33,04)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	35.108	53.957	(34,93)
(+/-) Fundos Previdenciais	2.077	1.577	31,68
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>130.531</b>	<b>93.346</b>	<b>39,84</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>29,97</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>
(+/-) Fundos Administrativos	29,97	-	100,00

**QUADRO 12. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2018	2017	
<b>1. Ativos</b>	<b>130.792</b>	<b>93.466</b>	<b>39,94</b>
Disponível	3	77	(95,56)
Recebível	2.408	2.205	9,20
Investimento	<b>128.381</b>	<b>91.184</b>	40,79
Títulos Públicos	121.605	87.118	39,59
Fundos de Investimento	6.776	4.067	66,61
<b>2. Obrigações</b>	<b>231</b>	<b>120</b>	<b>92,47</b>
Operacional	231	120	92,47
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>30</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>
Fundos Administrativos	30	-	100,00
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>130.531</b>	<b>93.346</b>	<b>39,84</b>
Provisões Matemáticas	123.353	88.245	39,78
Fundos Previdenciais	7.178	5.101	40,72



**QUADRO 13. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2018	2017	
<b>Provisões Técnicas (1+2+3)</b>	<b>130.762</b>	<b>93.466</b>	<b>39,90</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>123.353</b>	<b>88.245</b>	<b>39,78</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>30</b>	<b>34</b>	<b>(12,81)</b>
Contribuição Definida	30	34	(12,81)
Benefício Definido	30	34	(12,81)
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>123.323</b>	<b>88.211</b>	<b>39,81</b>
Contribuição Definida	<b>123.323</b>	<b>88.211</b>	<b>39,81</b>
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	40.820	25.736	58,61
Saldo de Contas - parcela participantes	82.503	62.474	32,06
<b>3. Fundos</b>	<b>7.178</b>	<b>5.101</b>	<b>40,72</b>
3.1. Fundos Previdenciais	7.178	5.101	40,72
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>231</b>	<b>120</b>	<b>92,47</b>
4.1. Gestão Previdencial	103	66	55,39
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	128	54	137,87

### 5.3.1 Notas Explicativas

#### 5.3.1.1 Composição do Ativo

##### 5.3.1.1.1 Gestão Previdencial

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 1.136 mil;
- b) Participantes – R\$ 1.240 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de dezembro/2018 para serem liquidadas no mês de janeiro/2019, as quais respeitam o regime de competência.

##### 5.3.1.1.2 Gestão Administrativa

O valor registrado corresponde à participação do Plano Codeprev no Fundo Administrativo, é de R\$ 29 mil. A constituição se deu basicamente pelo resultado produzido pelos investimentos do PGA, haja vista que todo o custeio foi consumido pelas despesas incorridas no exercício relativamente aos eventos necessários à gestão do plano.

##### 5.3.1.1.3 Gestão de Investimentos

Os registros são detalhados no quadro abaixo:

**QUADRO 14. CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS**

Plano Codeprev	dez/18	dez/17	AVALIAÇÃO		Horizontal em relação a 2017
			Vertical 2018	Vertical 2017	
<b>Investimentos</b>	<b>128.381</b>	<b>91.184</b>			
Títulos Públicos	121.605	87.117	94,7%	95,5%	40%
Fundos de Investimento	6.776	4.067	5,3%	4,5%	66,6%
Ações	6.615	3.965	5,2%	4,3%	67%
Multimercado	161	102	0,1%	0,1%	57,8%

Do quadro acima, destaca em relação ao total do Programa de Investimentos, os Títulos Públicos Federais - NTN/B que correspondem a 94,7% e o Fundo de Investimento, com 5,3%.

A gestão praticada pela Diretoria de Finanças e aprovada pelo Comitê Estratégico de Investimentos – CEI, na Carteira de Títulos Públicos Federais - NTN/B existentes no Plano II/Codeprev no decorrer do exercício de 2018, também sofreu sensível processo de modificação, tendo em vista a continuidade do alongamento de seus vencimentos e a adequação ao comportamento da Taxa Básica de Juros - Selic administrada pelo Comitê de Política Monetária-COPOM, com objetivo de rentabilizar o Plano: (i) - Devidamente atestada pelo AETQ e (ii) - Processo precedido de avaliação do Comitê Estratégico de Investimento - CEI.

- Provisões para Perda

Nas operações da carteira de empréstimos aos participantes do plano, as provisões para perdas foram tomadas com acuidade, aos determinantes contidos no SPC nº 34 de 24/09/2009, Anexo A, II Procedimentos Operacionais, item 11:

11. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:



a) 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;

b) 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;

c) 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e

d) 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

Nos demais ativos o critério foi fixado na época própria, devidamente identificada em cada plano, por demonstração em quadro integrante desta.

### 5.3.1.2 Composição do Passivo

#### 5.3.1.2.1 Gestão Previdencial

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, estando composta dos seguintes registros:

a) Contribuição para custeio do PGA – R\$ 71 mil;

b) IR / S/Benefícios – R\$ 29 mil;

c) IR / S/Retenções a Recolher – R\$ 2 mil.

As contribuições p/Custeio são representadas pela taxa de carregamento, atualmente em 3% das contribuições vertidas para o Plano de Benefícios (definido no plano de custeio pelo atuário), liquidados no mês de janeiro/2018.

#### 5.3.1.2.2 Gestão dos Investimentos

a) Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 128 mil;

O montante de R\$ 128 mil que corresponde à provisão para a cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração) a ser pago pelo Plano de Benefícios. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês dezembro/2018 e liquidado em janeiro/2019.

#### 5.3.1.2.3 Patrimônio Social

a) Provisões Atuariais:

As reservas constituídas, diferentemente do Plano de Benefícios I (BD), não são apuradas por atuário independente, são na realidade

apuradas segundo a quantidade adquirida de cotas ao longo de toda a vida laboral dos participantes. O valor resultante do total de cotas existente no plano multiplicada pelo valor da cota do plano define o montante das reservas.

Numa coisa os dois planos se igualam, nas existências das Reservas de Benefícios Concedidos e Reservas de Benefícios a Conceder, a primeira correspondente ao valor atualizado pela cota que, já devidamente depositado, pagará os aposentados até que cada participante consuma aquela relativa à sua própria posição detida; a segunda é o somatório dos valores de todas as contribuições depositadas até a data do balanço devidamente identificadas por participante e patrocinador, atualizadas pelo valor da cota do plano.

#### 5.3.1.2.4 Fundos

a) Previdencial:

O Fundo Previdencial é constituído pelo saldo, devidamente rentabilizado, das contribuições realizadas pelo participante e pelo patrocinador para cobertura dos benefícios de risco. O saldo atual perfaz R\$ 7.178 mil.

No CODEPREV pode-se identificar o Fundo Coletivo de Risco, formado pelas contribuições de participantes e patrocinadores e rendimentos gerados pelo investimento do plano, o qual se destina a cobrir sinistros que impeçam aos participantes, na forma disciplinada pelo regulamento do plano, verterem suas contribuições até completarem 58 anos.

O Fundo Patronal não Comprometido é formado somente pelas contribuições não resgatadas pelos participantes, oriundas das contribuições depositadas pelo patrocinador em nome do participante, quando da perda do vínculo empregatício com sua patrocinadora. Aponta-se por oportuno que o vesting das contribuições patronais para resgate pelos participantes, corresponde a 0,5% a.m. multiplicado pelo número de meses de vínculo empregatício junto a patrocinadora.

b) Administrativo:

O Fundo Administrativo foi constituído pelo saldo apurado cotejando-se as receitas com os gastos administrativos. A técnica tem respaldo na Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e, no exercício, fechou com R\$ 29 mil reais.



É importante destacar que esse registro no ativo do Plano confere-lhe tratamento semelhante ao lançamento advindo do resultado da equivalência patrimonial existente nas empresas detentoras de parte do capital de outra empresa. O resultado apresentado é a parte que coube ao plano, originado do resultado do PGA.

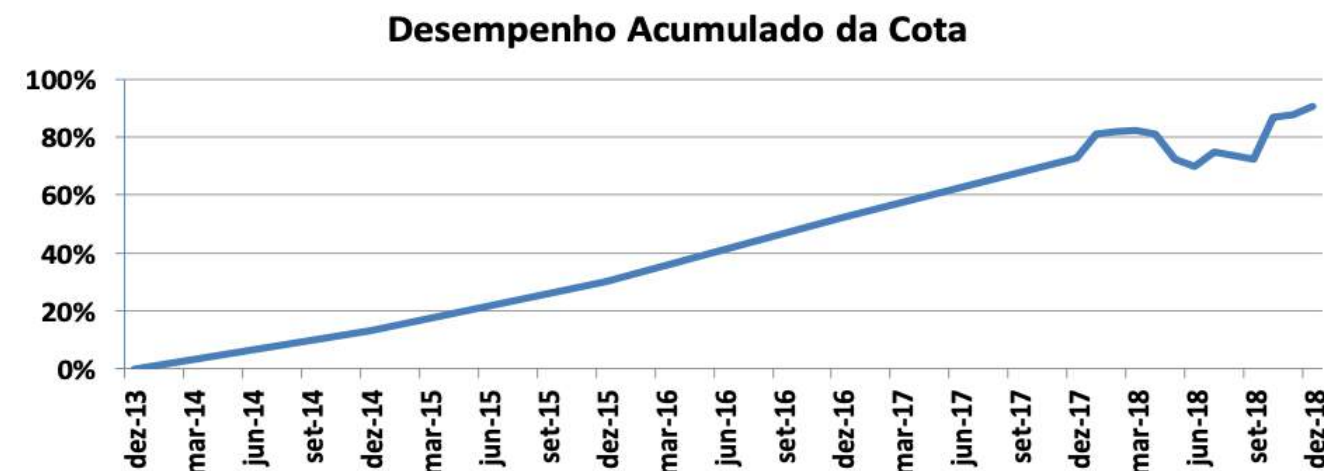
c) Investimento:

Neste plano não há contribuição para a formação desse Fundo, tendo em vista o fato de que não há ainda a constituição da carteira de empréstimo a participantes desse plano.

QUADRO 15. EVOLUÇÃO DA COTA

EVOLUÇÃO DA COTA			
MÊS	VALOR	VARIAÇÃO % MENSAL	VARIAÇÃO % ACUMULADA
dez/13	1,01	1,12	0,00%
dez/14	1,14	-2,14	13,05%
dez/15	1,32	1,48	30,11%
dez/16	1,54	1,11	52,12%
dez/17	1,75	0,97	72,75%
jan/18	1,83	4,78	81,01%
fev/18	1,84	0,57	82,03%
mar/18	1,84	0,08	82,18%
abr/18	1,83	-0,54	81,16%
mai/18	1,74	-4,75	72,54%
jun/18	1,72	-1,48	69,99%
jul/18	1,77	2,78	74,71%
ago/18	1,76	-0,61	73,65%
set/18	1,74	-0,80	72,27%
out/18	1,89	8,39	86,72%
nov/18	1,90	0,60	87,84%
dez/18	1,93	1,44	90,54%

GRÁFICO 48. DESEMPENHO ACUMULADO DA COTA



QUADRO 16. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Valores em R\$ mil

DEFINIÇÃO	dez/18	dez/17	%
<b>A) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>5.101</b>	<b>3.524</b>	<b>45</b>
<b>1- CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>26.224</b>	<b>49.326</b>	<b>-47</b>
(+) Patrocinadores	12.913	6.917	87
(+) Participantes Ativos	14.112	7.251	95
(+) Autopatrocinados	10	10	-3
(+) Assistidos	2	0	1644
(+) Migração entre planos	-	35.573	-100
(-) Custeio	813	425	91
<b>2- DESTINAÇÕES</b>	<b>167</b>	<b>62</b>	<b>169</b>
(-) Benefícios	167	62	169
<b>3- INVESTIMENTOS</b>	<b>11.128</b>	<b>6.271</b>	<b>77</b>
(+) Renda Fixa	11.770	6.437	83
(+) Renda Variável	809	623	30
(-) Custeio	1.451	788	84
<b>4- FORMAÇÕES DE RESERVAS</b>	<b>35.108</b>	<b>53.957</b>	<b>-35</b>
(+) Benefícios a Conceder	35.113	53.959	-35
(+) Benefícios Concedidos	4	3	73
<b>B) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDOS ( 1+2+3+4 )</b>	<b>2.077</b>	<b>1.577</b>	<b>32</b>
<b>C) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL (A+B)</b>	<b>7.178</b>	<b>5.101</b>	<b>41</b>

Instrumento destinado a apresentar de maneira clara quais os componentes de Resultado do exercício.

Foram destinados R\$ 167 mil reais para pagamento de benefícios e outros R\$ 35 milhões de ajuste nas reservas, então. Os recursos investidos somaram R\$ 11 milhões e as contribuições R\$ 26 milhões, num total ingressado nos fundos de R\$ 2 milhões.

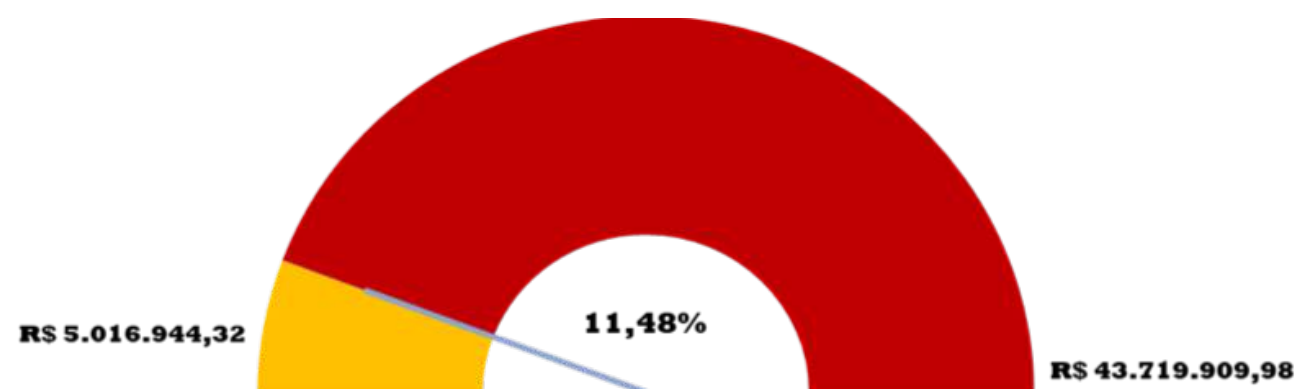
## 6 PLANO DE BENEFÍCIOS III – SALDADO

O Plano contava, no encerramento do exercício de 2018, com 338 participantes ativos e 3 pensionistas.

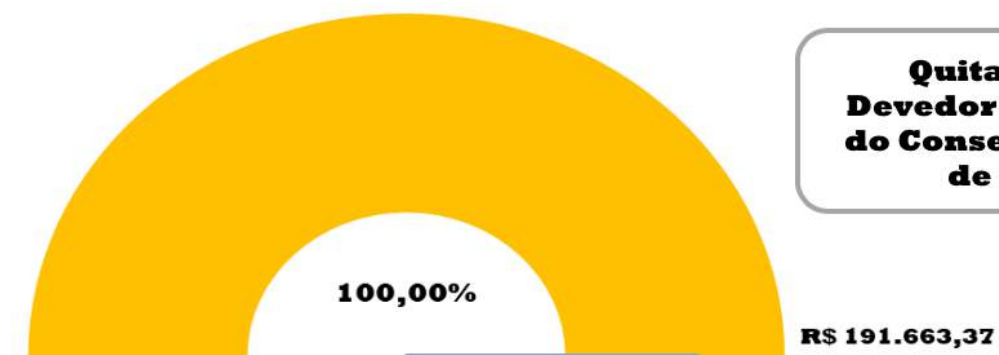
### 6.1 RECEITAS

Dívida relativa ao Valor Atual de Ajuste nas Contribuições Normais decorrente do processo de Saldamento do Plano de Benefícios I, aprovado pela Portaria PREVIC/DILIC Nº 929 de 25/09/2017.

#### 6.1.1 Dívida Codevasf



#### 6.1.2 Dívida Fundação São Francisco



**Quitação do Saldo Devedor em jul/2018 - Ata do Conselho Deliberativo de 05/07/2018.**

#### 6.2 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS



**O total das despesas previdenciárias do Plano Saldado, no ano de 2018, é de R\$ 21.491,60**



### 6.3 INVESTIMENTO

O Plano de Benefício III /BSaldado refere-se ao terceiro Plano sob a gestão da Fundação São Francisco, originado a partir da cisão do Plano I - BD (Plano de Origem) – decorrente do processo de saldamento aprovado pela Portaria N° 929, de 25 de setembro de 20017, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

#### 6.3.1 Performance do Plano III/BSaldado – Descontada da Meta Atuarial

O Gráfico abaixo identifica o desempenho dos investimentos acumulados do Plano III/BSaldado. As variações foram obtidas dos registros constantes do Demonstrativo Atuarial - DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 1994 a 2018. Fica evidente que nos últimos vinte e quatro anos, a rentabilidade mantém-se acima da Meta Atuarial.

Os resultados desfavoráveis (motivado pelo desempenho do mercado bursátil) observados no período de 2008 a 2013 reduziram os ganhos acumulados, mas, de nenhuma forma, foram capazes de zerar os ganhos auferidos pelos investimentos. No encerramento do exercício de 2018, com a taxa superior a 59%, observa-se certa estabilidade, vindo desde 2015.

GRÁFICO 49. DESEMPENHO ACUMULADO

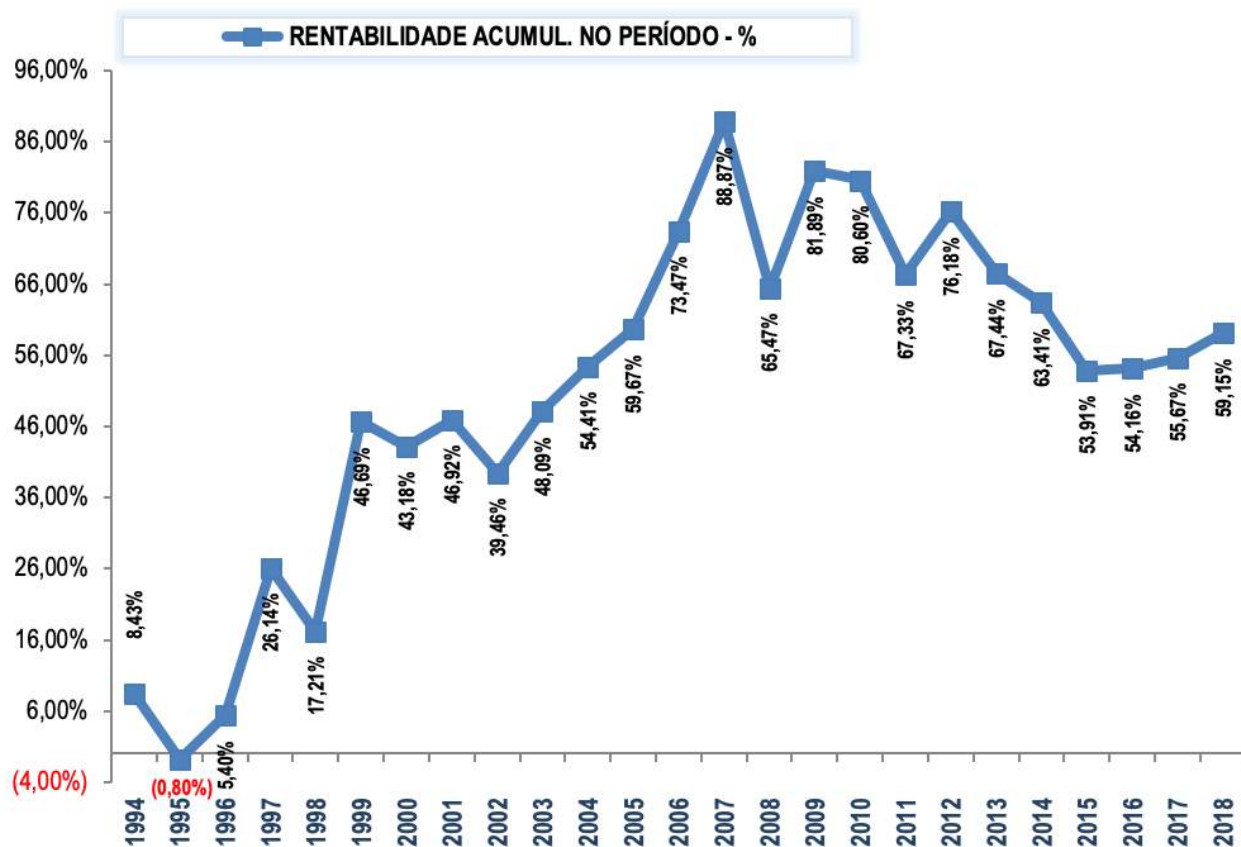


TABELA 29. DESEMPENHO ACUMULADO

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO x RENTABILIDADE DO PLANO III / BSALDADO - 1994 a DEZEMBRO DE 2018 -							
ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$ - (1)	RENTAB. NOMINAL LÍQUIDA DO PLANO - ANUAL - % - (2)	META ATUARIAL DO PLANO - ANUAL - % - INPC + 4,90% a.a. (3)	RENTAB. REAL DO PLANO - % - (4)	JUROS REAIS ATUARIAL DO PLANO - % - (5)	RENTAB. ACIMA DA META - MÊS - (2/4) - % - (6)	RENTAB. ACIMA DA META ACUM. NO PERÍODO - % - (7)
1993	14.565.818						
1994	21.834.499	1001,84%	916,18%	14,94%	6,00%	8,43%	8,43%
1995	27.999.976	18,35%	29,36%	(3,02%)	6,00%	(8,51%)	(0,80%)
1996	37.005.152	24,43%	17,11%	12,63%	6,00%	6,25%	5,40%
1997	49.328.578	32,06%	10,35%	26,85%	6,00%	19,67%	26,14%
1998	50.632.967	2,39%	10,19%	(1,50%)	6,00%	(7,08%)	17,21%
1999	72.879.060	43,39%	14,57%	32,66%	6,00%	25,15%	46,69%
2000	78.882.804	9,12%	11,80%	3,46%	6,00%	(2,40%)	43,18%
2001	93.063.916	18,81%	15,78%	8,77%	6,00%	2,62%	46,92%
2002	106.172.413	13,25%	19,31%	0,62%	6,00%	(5,08%)	39,46%
2003	136.519.774	26,87%	19,48%	12,56%	6,00%	6,19%	48,09%
2004	161.911.021	16,93%	12,14%	10,53%	6,00%	4,27%	54,41%
2005	189.435.292	15,79%	11,98%	9,61%	6,00%	3,40%	59,67%
2006	226.260.110	18,25%	8,84%	15,16%	6,00%	8,65%	73,47%
2007	275.690.468	20,94%	11,08%	15,41%	6,00%	8,88%	88,87%
2008	274.494.972	(0,44%)	13,64%	(7,13%)	6,00%	(12,39%)	65,47%
2009	332.699.574	21,38%	10,42%	16,52%	6,00%	9,93%	81,89%
2010	367.881.588	11,93%	12,73%	5,25%	6,00%	(0,71%)	80,60%
2011	375.114.375	4,29%	12,56%	(1,79%)	6,00%	(7,35%)	67,33%
2012	435.829.532	18,25%	12,31%	11,61%	6,00%	5,29%	76,18%
2013	448.946.925	6,37%	11,92%	0,51%	5,75%	(4,96%)	67,44%
2014	473.598.929	8,96%	11,65%	2,96%	5,50%	(2,41%)	63,41%
2015	504.816.103	10,11%	16,91%	(0,64%)	5,50%	(5,82%)	53,91%
2016	548.050.368	13,53%	13,34%	5,68%	5,50%	0,17%	54,16%
2017	277.113.456	7,57%	6,53%	6,29%	5,26%	0,98%	55,67%
2018	313.614.903	11,06%	8,63%	7,25%	4,90%	2,24%	59,15%

Observação:

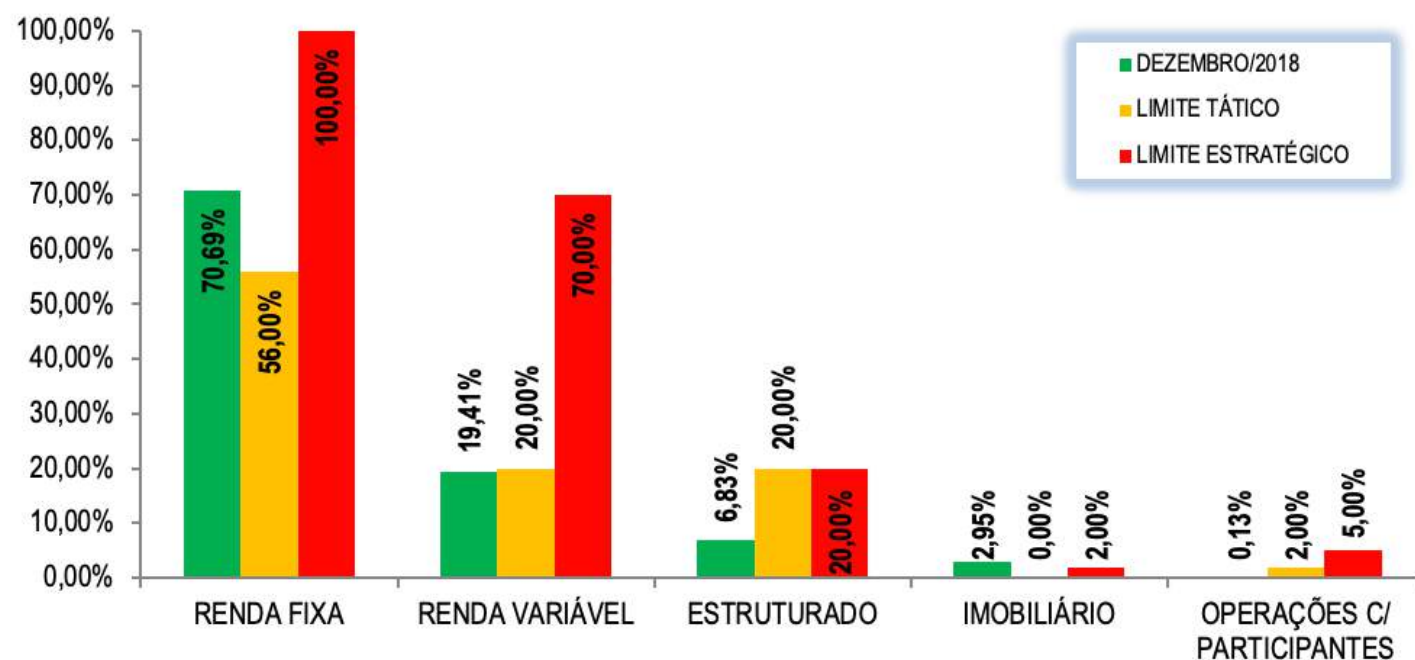
A redução de 49,44% observada no Patrimônio de Cobertura do Plano em 2017 - deveu-se ao processo de cisão autorizado pelo órgão fiscalizador Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC - Portaria N° 929, de 25 de setembro de 2017.

#### 6.3.2 Enquadramento

##### 6.3.2.1 Política de Investimento

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Estruturado, Imobiliário e Operações C/ Participantes, encontrava-se, no encerramento do 4º Trimestre de 2018, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2018/2022, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

**GRÁFICO 50. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO**



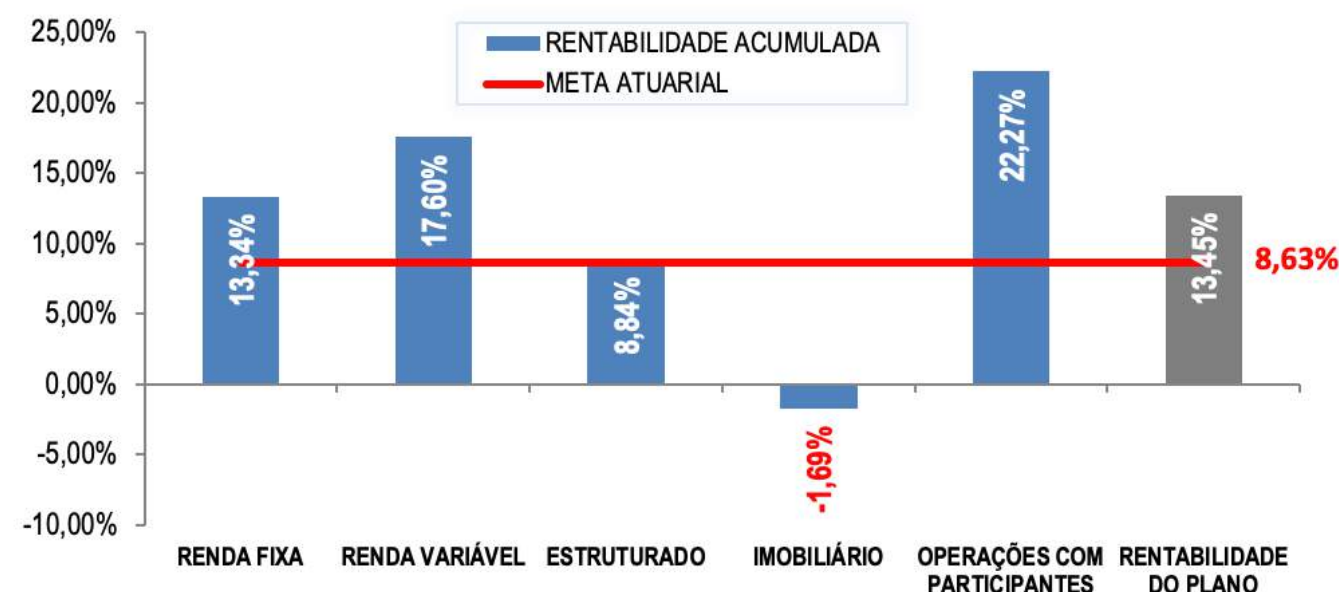
**TABELA 30. ENQUADRAMENTO LEGAL**

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2017		DEZEMBRO/2018		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 4.661 - CMN
RENDA FIXA	166.187.040,48	70,56%	191.428.190,96	70,69%	56,00%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	44.394.717,95	18,85%	52.555.736,27	19,41%	20,00%	70,00%	70,00%
ESTRUTURADO	18.508.371,27	7,86%	18.502.687,01	6,83%	20,00%	20,00%	20,00%
IMOBILIÁRIO	4.214.057,18	1,79%	7.983.572,13	2,95%	0,00%	2,00%	20,00%
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	2.211.510,11	0,94%	343.313,80	0,13%	2,00%	5,00%	15,00%
<b>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</b>	<b>235.515.696,99</b>	<b>100%</b>	<b>270.813.500,17</b>	<b>100%</b>			
(+) Disponível - Conta 11	8.100,65	VARIACÃO NOMINAL	11.807,61				
(-) Exigível de Investimentos	-102.840,05		-125.774,58				
<b>ATIVOS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>235.420.957,59</b>	<b>↑ 14,99%</b>	<b>270.699.533,20</b>				

**6.3.3 Rentabilidade**

A rentabilidade registrada no 4º trimestre de 2018 do Plano foi de 6,07%. Descontada a meta atuarial registrada no período (INPC+4,90% a.a.), que atingiu 1,66%, o desempenho dos investimentos ficou abaixo do mínimo atuarial em 4,41 pontos-base. Com este resultado, a rentabilidade acumulada do Plano ano de 2018 foi de 13,45% a.a. Descontada a Meta Atuarial registrada no período (INPC+4,90% a.a.), que atingiu 8,63% a.a., o desempenho dos investimentos ficou acima do mínimo atuarial em 4,82 pontos-base.

**GRÁFICO 51. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO**



**TABELA 31. RENTABILIDADE**

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	4º TRIMESTRE DE 2018			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,78%	3,98%	13,34%	13,34%
RENDA VARIÁVEL	0,02%	17,84%	17,60%	17,60%
ESTRUTURADO	0,60%	0,63%	8,84%	8,84%
IMOBILIÁRIO	0,02%	1,64%	(1,69%)	(1,69%)
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,31%	3,78%	22,27%	22,27%
<b>RENTABILIDADE DO PLANO</b>	<b>0,60%</b>	<b>6,07%</b>	<b>13,45%</b>	<b>13,45%</b>
<b>META ATUARIAL</b>	<b>0,15%</b>	<b>1,66%</b>	<b>8,63%</b>	<b>8,63%</b>
<b>DIVERGÊNCIA</b>	<b>0,45%</b>	<b>4,41%</b>	<b>4,82%</b>	<b>4,82%</b>





### 6.3.4.3 Investimentos Estruturados

Neste segmento estão alocados 6,83% do total dos Ativos de Investimentos. Apresentou no 4º trimestre de 2018 alta de 0,63%, contra meta atuarial de 1,66% no mesmo período, imputando divergência negativa 1,03 pontos-base. Com este resultado, o Segmento de Investimentos Estruturados acumulou no ano alta de 8,84%, frente a meta atuarial 8,63%, registrando variação positiva acima da meta de 0,21%. Ressalte-se que, a Diretoria de Finanças encontra-se acompanhando o processo do ENERGI A PCH/FIP (principal ativo do Segmento) frente ao Administrador, com objetivo de finalizar o “Processo de Desinvestimento” em andamento sob a responsabilidade do Gestor e espera-se que em 2019 haja efetivamente a consolidação do processo de desinvestimento manifestado por todos os cotistas, conforme destacado neste relatório.

TABELA 34. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

ARTIGO / INCSO (RESOLUÇÃO 4.85)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLÍTICA		DURATION	RATING		NO ANO							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO		ESTRATÉGICO	NOTA	DATA	out/18	nov/18	dez/18	NO TRIMESTRE	EM 12 MESES	ANO S/CDI e IBI*-50	S/META
Art. 23	ESTRUTURADO	18.502.687,01	100,00%	6,83%	20%	20%	20%	-	-	-	0,82%	0,79%	0,02%	1,64%	-1,69%	-1,69%	-8,10%	-10,32%
I - a)	Fundo de Investimento em Participações	18.172.198,44	98,21%	6,71%	15%	-	-	-	-	-	0,07%	-0,06%	0,60%	-0,26%	-15,99%	-15,99%	-22,40%	-24,65%
	ENERGIA PCH FIP - JURUENA (GESTOR: VINCI PARTNERS)	13.678.870,85	73,93%	5,05%	-	-	-	-	-	-	0,08%	-0,07%	0,81%	-0,20%	-5,26%	-5,26%	-11,67%	-13,89%
	GERAÇÃO DE ENERGIA - FIP MULTISTRATÉGICA (GESTOR: BRPP - BRASIL PLURAL)	4.493.327,59	24,28%	1,66%	-	-	-	-	-	-	0,03%	-0,04%	-0,03%	-0,48%	-44,40%	-44,40%	-50,81%	-53,03%
I - b)	Fundo de Investimento Multimercado	330.488,57	1,79%	0,12%	15%	-	-	-	-	-	0,36%	0,45%	0,46%	3,87%	18,28%	18,28%	11,87%	9,65%
	SAGA SNAKE FIM	330.488,57	1,79%	0,12%	-	-	-	-	-	-	0,56%	0,45%	0,46%	3,87%	18,28%	18,28%	11,87%	9,65%

### 6.3.4.4 Imobiliário

Neste Segmento estão alocados 2,95% do total dos Ativos de Investimentos. Apresentou no 4º trimestre, rentabilidade positiva de 1,64%, contra a meta de 1,66% no período, imputando divergência negativa de 0,02 pontos-base abaixo da meta. No ano, o Segmento acumulou rentabilidade negativa de 1,69%, contra meta de 8,63%, motivada diretamente pelas despesas arcadas pelo plano com a vacância das salas do Fernandez Plaza, acrescida das depreciações das unidades lançadas pelo método linear.

TABELA 35. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – IMOBILIÁRIO

ARTIGO / INCSO (RESOLUÇÃO 4.85)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLÍTICA		DURATION	RATING		NO ANO							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO		ESTRATÉGICO	NOTA	DATA	out/18	nov/18	dez/18	NO TRIMESTRE	EM 12 MESES	ANO S/CDI e IBI*-50	S/META
Art. 24	IMOBILIÁRIO	7.983.572,13	100,00%	2,95%	20%	2%	0%	-	-	-	0,82%	0,79%	0,02%	1,64%	-1,69%	-1,69%	-8,10%	-10,32%
	Imóveis para Aluguel e Renda	4.280.463,58	53,62%	1,58%	-	-	-	-	-	-	-0,21%	0,22%	-0,27%	-0,26%	-15,99%	-15,99%	-22,40%	-24,65%
	FERNANDEZ PLAZA	3.512.586,97	44,00%	1,30%	-	-	-	-	-	-	-0,22%	0,31%	-0,29%	-0,20%	-5,26%	-5,26%	-11,67%	-13,89%
	SÃO CRISTÓVÃO	767.876,61	9,62%	0,28%	-	-	-	-	-	-	-0,16%	-0,16%	-0,16%	-0,48%	-44,40%	-44,40%	-50,81%	-53,03%
II	Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadoras	3.703.108,55	46,38%	1,37%	-	-	-	5,11	-	-	2,04%	1,44%	0,35%	3,87%	18,28%	18,28%	11,87%	9,65%
	CRU	3.703.108,55	46,38%	1,37%	-	-	-	5,11	-	-	2,04%	1,44%	0,35%	3,87%	18,28%	18,28%	11,87%	9,65%
	Baixo Risco de Crédito (2)	813.341,99	11,44%	0,44%	-	-	-	1,76	AA+ (Fitch)	09/05/2018	1,94%	0,64%	-0,19%	2,40%	17,11%	17,11%	10,70%	8,47%
	Alto Risco de Crédito (3)	2.789.766,56	34,94%	1,03%	-	-	-	6,21	AA (Fitch)	17/05/2018	2,08%	1,70%	0,53%	4,37%	18,69%	18,69%	12,28%	10,86%

Monitoramento:

(2) Nota revisada em 09/05/2018 - não houve alteração

(3) Nota revisada em 17/05/2018 - não houve alteração

OBS.: O critério de avaliação por faixa de risco foi definido pelo comitê de investimentos da Fundação.



### 6.3.4.5 Operações com Participantes – Empréstimos

Neste segmento estão alocados 0,13% do total dos Ativos de Investimentos. No 4º trimestre de 2018 a rentabilidade do Segmento de Operações C/ Participantes (Empréstimos) alcançou 3,78% - acumulando no ano alta de 22,27%, frente meta atuarial de 8,63%, superando a meta acumulada em 13,64 pontos-base.

TABELA 36. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITE % DEFINIDO NA POLÍTICA		DURATION	RATING		ANO							
		ALOCADO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO		ESTRATÉGICO	NOTA	DATA	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	S/CDV e BPA-SO	S/META		
Art. 25	343.313,80	100,00%	0,13%	15%	5%	2%	-			out/18	nov/18	dez/18	3,78%	22,27%	22,27%	15,86%	13,64%
I	343.313,80	100,00%	0,13%							out/18	nov/18	dez/18	3,78%	22,27%	22,27%	15,86%	13,64%

### 6.3.5 Controle de Avaliação de Riscos

#### 6.3.5.1 Avaliação de Risco - Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela Divergência Não Planejada – DNP, definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a Meta Atuarial definida para o Plano, conforme descrita na Resolução N° 3.792-CMN, de 24.09.2009 - Capítulo III (Controles Internos e de Avaliação de Risco), revogada pela nova legislação - Resolução N° 4.661-CMN, de 25.05.2018 (Da Avaliação e Monitoramento de Risco), em que pese às alterações contidas, até a implementação de modelo próprio e a regulamentação a ser realizada pelo órgão fiscalizador (PREVIC), o monitoramento do risco das Carteiras de Ativos do Plano, a Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO manterá a DNP como modelo de avaliar, monitorar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos.

A partir do primeiro trimestre de 2019, o processo de "Avaliação e Monitoramento de Risco" dos Ativos de Investimentos da carteira própria do Plano III/BSaldado sob gestão da Fundação São Francisco, bem como os Fundos Abertos e Exclusivos, serão devidamente tratados de acordo com o "Contrato de Prestação de Serviços de Risco e Compliance", com a I9ADVISORY - Consultoria Financeira, com metodologia e critérios que atenderão os dispositivos previstos na Legislação vigente - Resolução N° 4.661- CMN, de 25.05.2018.

TABELA 37. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

SEGMENTO	PLANO III - BSaldado												REFERÊNCIA: DEZEMBRO DE 2018		
	Divergência Não Planejada Nos Últimos 12 Meses												Acumulado nos 12 Meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18			
RENDA FIXA	4,07%	-0,44%	0,40%	-0,08%	-1,18%	0,01%	-0,29%	-0,30%	-0,15%	1,98%	-0,32%	0,63%	4,33%	1,39%	11,10%
RENDA VARIÁVEL	8,94%	0,82%	-2,53%	-0,66%	-7,50%	-5,54%	5,16%	-4,53%	0,11%	14,04%	1,88%	-0,13%	10,06%	6,13%	30,18%
ESTRUTURADO	-0,67%	-0,63%	8,12%	-0,51%	-0,63%	-1,04%	-1,92%	0,12%	-1,30%	-0,62%	-0,85%	0,45%	0,52%	2,61%	-50,47%
IMOBILIÁRIO	-0,93%	-2,35%	-0,93%	0,17%	2,19%	-0,15%	-0,97%	-0,14%	0,03%	0,12%	-0,01%	-0,13%	-3,10%	1,06%	-61,94%
EMPRÉSTIMO	1,45%	1,55%	1,97%	0,95%	0,97%	0,28%	-0,48%	1,40%	1,80%	0,41%	0,51%	1,16%	11,97%	0,71%	28,96%
PLANO.....	4,34%	-0,15%	0,35%	-0,20%	-2,23%	-1,08%	0,51%	-1,01%	-0,16%	3,82%	0,08%	0,45%	4,72%	1,89%	6,14%

META ATUARIAL : INPC + 4,90% a.a.

Regra I :..... Nenhum dos Segmentos apresentaram DNP negativa consecutivamente nos últimos 12 meses;

Regra II :..... DNP negativa acumulada nos últimos 36 meses, Segmento de Investimentos Estruturados e Imobiliário.

**TABELA 38. OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS**

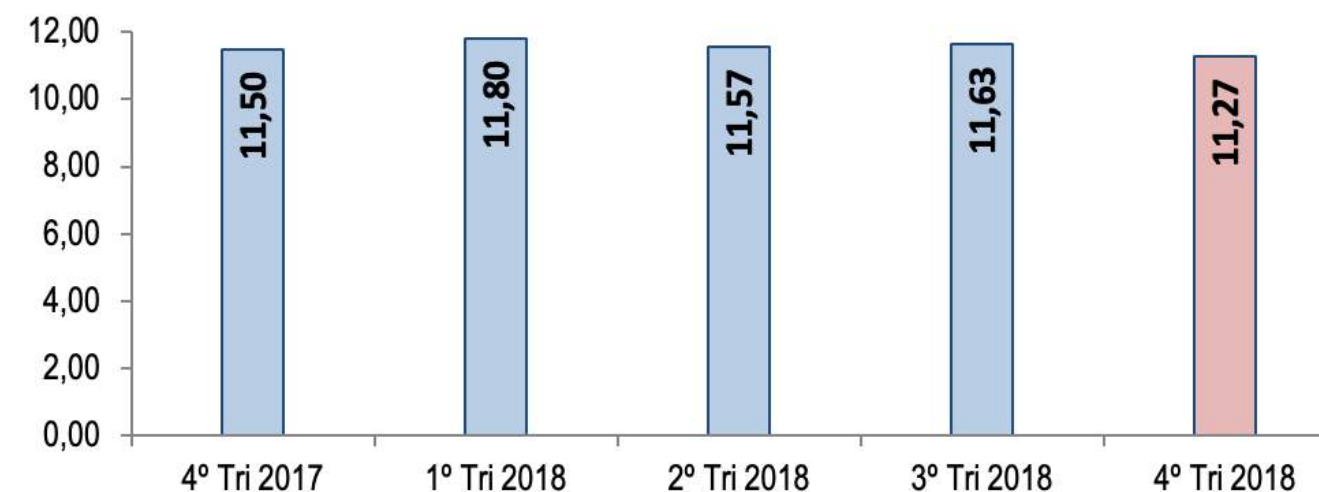
PLANO III - BS						
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
13/04/2018	LFT 2018	- 0,0024	0,0004	0,01	- 0,0008	4.566.418,18
30/05/2018	LFT 2018	- 0,0028	0,0002	0,0042	0,0010	28.587,24
14/06/2018	NTN-B 2045	5,7200	6,0000	6,2100	6,0200	108.641,00
25/06/2018	NTN-B 2050	5,7700	5,9600	6,1800	6,0200	110.615,76
<b>TOTAL</b>						<b>4.814.262,18</b>
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
15/02/2018	NTN-B 2030	4,7483	4,9147	5,32	4,8700	1.726.425,66
04/04/2018	NTN-B 2035	4,8900	5,1400	5,43	5,0700	1.999.458,40
19/04/2018	NTN-B 2035	4,8500	5,0900	5,4000	5,0200	4.444.747,69
18/05/2018	NTN-B 2035	5,1300	5,4600	5,7800	5,3900	2.581.849,38
30/05/2018	NTN-B 2028	5,2700	5,4900	5,8500	5,5000	25.987,88
07/06/2018	NTN-B 2023	5,1700	5,7600	6,1600	5,5000	1.426.683,63
16/08/2018	NTN-B 2023	5,0300	5,3100	5,7200	5,2000	3.056.896,95
04/09/2018	NTN-B 2028	5,5300	5,8500	6,0400	5,7000	498.778,79
02/10/2018	NTN-B 2028	5,6700	5,8400	6,1900	5,8000	533.343,99
16/11/2018	NTN-B 2023	4,3900	4,6000	5,1500	4,6400	3.426.552,29
05/12/2018	NTN-B 2022	4,2400	4,5300	4,9100	4,5100	441.781,01
<b>TOTAL</b>						<b>20.162.505,67</b>

As taxas de negociações na compra das NTN/B's ficaram dentro do intervalo indicativo disponibilizado pela ANBIMA - "Mercado Secundário de Títulos Públicos", o qual é utilizado como parâmetro para verificação da taxa de mercado, em consonância com o que determina a Resolução CGPC Nº 21 de 25/09/2007. O relatório da ANBIMA reflete a média dos preços das operações cursadas no mercado no dia da operação, portanto, as taxas das operações não apresentaram divergências em relação ao mercado.

Os documentos para a análise e precificação encontram-se devidamente arquivados na Gerência de Finanças podendo ser requisitados pelos órgãos de controle para apreciação quanto à veracidade das afirmações contidas neste relatório. Os quadros apresentados refletem a síntese da documentação, espelhando com fidedignidade dos fatos ocorridos.

### 6.3.6 Duration do Plano

**GRÁFICO 52. EVOLUÇÃO DO DURATION**



No encerramento do 4º trimestre de 2018 o duration alcançou 11,27 anos - contra 11,50 anos alcançados no mesmo período de 2017. Mesmo com o comportamento da curva de juros fora do padrão, muitas das aquisições das NTN's foram marcadas para serem levadas a resgate. Nesse rol estão papéis com vencimentos mais curtos e alguns longos, entretanto, absolutamente ajustados no sentido de atender as exigências do fluxo de caixa do passivo, o qual alçou 13,17 anos calculados pelo modelo Previc.

Duas observações importantes na estrutura do duration:

I. A estabilidade observada no Duration no decorrer do exercício de 2018 foi promovida devida a permanência nas aplicações com vencimentos de maior prazo, visando aproveitar as elevações de taxas de longo prazo e fechamento das de curto prazo. A estratégia de se utilizar de arbitragem entre vencimentos produziu ganhos adicionais de rentabilidade. Essa estratégia é aplicada somente aos ativos necessários a manutenção da liquidez do Plano e, não produz descompasso entre a alocação de ativos e passivos;

II. A carteira mantida a resgate, devido a normas editadas pela PREVIC, como a recente Portaria 30 de 21/01/2016, está apresentando duration de 11,27 anos, menor que a do passivo (13,17 anos), atendendo a lógica da legislação, que obriga que essa carteira tenha o indicador menor que o do passivo. Apesar de não apresentar nenhuma distorção em relação à legislação, não exige a necessidade de acompanhamento da carteira visando à adoção de medidas de ajustes necessários para melhor aproveitar os aspectos da norma em favor do Plano.



### 6.3.7 Acompanhamento Orçamentário

A seguir, destacamos a aderência dos resultados alcançados no "Acompanhamento Orçamentário 2018", frente às projeções realizadas pela Diretoria de Finanças.

O Fluxo dos "Investimentos Realizados" no Plano III/BSaldado no encerramento do exercício de 2018 totalizou R\$ 30.963.193,42 - contra o Valor Orçado de R\$ 18.612.070,02 - ou seja, o realizado totalizou 166,36% daquele esperado no orçamento projetado para o exercício de 2018.

O Segmento de Renda Fixa obteve desempenho acima das previsões, as receitas encerraram o exercício com R\$ 22.046.773,09 - contra R\$ 14.787.768,00 projetados, ou seja, 149,09% do valor previsto. Contribuiu para este resultado final, a queda dos juros dos Títulos Públicos Federais que compõem o portfólio de Renda Fixa, fundamentalmente a queda dos juros das NTN/B's, precificadas a "Mercado".

O Segmento de Renda Variável, motivado pela alta de 14,53% da Bolsa de Valores em 2018, medida pelo IBrX-50, com reflexos positivos nos FIA's que constituem a Carteira do Plano, confirmando o processo de reversão iniciado em março de 2016, fortaleceu as condições táticas e estratégicas de manter os investimentos em ações. Portanto, as previsões orçamentárias se confirmaram, gerando resultado positivo de R\$ 7.940.522,50 - contra R\$ 3.906.729,00 projetados, ou seja, 203,25% do previsto no encerramento do exercício de 2018.

O Segmento de Investimentos Estruturados motivado pela reavaliação do ENERGIA PCH - FIP, principal ativo que compõe a carteira do Plano, com rentabilidade acumulada no ano de 8,84%, surpreendeu as previsões orçamentárias, gerando resultado positivo de R\$ 1.659.097,40 - contra

R\$ 161.536,00 projetados no período, ou seja,

1.027,08% do projetado para o exercício de 2018.

O Segmento Imobiliário reverteu todo o desvio negativo registrado no primeiro trimestre, ao acumular no decorrer do exercício de 2018 resultado positivo de R\$ 532.993,85 - contra R\$ 374.768,00 projetados para o ano, ou seja, 142,22% do previsto no período, motivado pelas mudanças na

legislação vigente, promovido diretamente pela revogação da Resolução N° 3.792, de 24.09.2009 pela Resolução N° 4.661, de 25.05.2018, onde foram vedadas as aquisições de "Terrenos" e "Imóveis", mas a manutenção do estoque existente, até a sua alienação no prazo de 12 (doze) anos, incluindo no Segmento novos ativos: Fundos Imobiliários (FII); CCI e CRI, bem como a majoração do limite de 8% para 20% do total dos ativos do Plano. Consequentemente, a realocação dos CRI's existentes no Plano para o Segmento Imobiliário, melhorou sistematicamente a nova avaliação e rentabilidade do Segmento no período considerado.

O Segmento de Empréstimos obteve no encerramento do exercício de 2018 "despesas" de

R\$ 50.979,57 - contra receita positiva de R\$ 521.375,00 projetados para o período. Contribuiu para este resultado final, as "Provisões para Perdas" no decorrer do exercício.

Com relação aos "Custeios" não se verificou nenhuma divergência acentuada, realizando-se R\$ 1.165.213,85 - contra R\$ 1.140.105,98 projetados para o exercício de 2018, algo auspicioso quando se mantém em mente que custeio é um gasto do investimento. A apuração do custeio é procedida tendo por lógica a aplicação dos rateios dos gastos administrativos da entidade com a gestão dos investimentos.

TABELA 39. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

	PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO III - BS											
	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO					
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%			
RENDA FIXA	1.472.773,51	1.282.843,00	114,81%	22.046.773,09	14.787.768,00	149,09%	22.046.773,09	14.787.768,00	149,09%			
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	1.428.638,79	1.228.298,00	116,34%	21.818.413,30	14.134.813,00	154,36%	21.818.413,30	14.134.813,00	154,36%			
EMIÇÃO OU COBRIGÃO DE INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS PELO BACEN	0,00	30.159,00	0,00%	0,00	349.739,00	0,00%	0,00	349.739,00	0,00%			
LF	0,00	30.159,00	0,00%	0,00	349.739,00	0,00%	0,00	349.739,00	0,00%			
EMIÇÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	48.965,34	26.386,00	185,57%	327.136,68	303.216,00	107,89%	327.136,68	303.216,00	107,89%			
DEBENTURES	48.965,34	26.386,00	185,57%	327.136,68	303.216,00	107,89%	327.136,68	303.216,00	107,89%			
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	-2.828,62	0,00	É DESPESA	-98.776,89	0,00	É DESPESA	-98.776,89	0,00	É DESPESA			
FIDC - EM COTA	-2.828,62	0,00	É DESPESA	-98.776,89	0,00	É DESPESA	-98.776,89	0,00	É DESPESA			
RENDA VARIÁVEL	12.220,94	338.293,00	3,61%	7.940.522,50	3.906.729,00	203,25%	7.940.522,50	3.906.729,00	203,25%			
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	12.220,94	338.293,00	3,61%	7.940.522,50	3.906.729,00	203,25%	7.940.522,50	3.906.729,00	203,25%			
FUNDOS DE AÇÕES	12.220,94	338.293,00	3,61%	7.940.522,50	3.906.729,00	203,25%	7.940.522,50	3.906.729,00	203,25%			
ESTRUTURADO	110.480,07	13.939,00	792,60%	1.659.097,40	161.536,00	1027,08%	1.659.097,40	161.536,00	1027,08%			
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	109.107,84	0,00	NA	1.600.555,81	0,00	NA	1.600.555,81	0,00	NA			
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	1.372,23	13.939,00	9,84%	58.541,59	161.536,00	36,24%	58.541,59	161.536,00	36,24%			
IMOBILIÁRIO	-87.815,11	32.613,00	É DESPESA	532.993,85	374.768,00	142,22%	532.993,85	374.768,00	142,22%			
IMÓVEIS PARA ALUGUEL E RENDA	-100.897,90	0,00	É DESPESA	-73.024,64	0,00	É DESPESA	-73.024,64	0,00	É DESPESA			
CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DE EMISSÃO DE COMPANHIAS SECURITIZADORAS	13.076,69	32.613,00	40,10%	606.018,49	374.768,00	161,70%	606.018,49	374.768,00	161,70%			
CRI	13.076,69	32.613,00	40,10%	606.018,49	374.768,00	161,70%	606.018,49	374.768,00	161,70%			
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	-136.865,91	45.865,00	É DESPESA	-50.979,57	521.375,00	É DESPESA	-50.979,57	521.375,00	É DESPESA			
EMPRÉSTIMOS	-136.865,91	45.865,00	É DESPESA	-50.979,57	521.375,00	É DESPESA	-50.979,57	521.375,00	É DESPESA			
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-111.764,90	-101.825,84	É DESPESA	-1.165.213,85	-1.140.105,98	É DESPESA	-1.165.213,85	-1.140.105,98	É DESPESA			
<b>FLUXO DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>1.259.028,60</b>	<b>1.611.727,16</b>	<b>78,12%</b>	<b>30.963.193,42</b>	<b>18.612.070,02</b>	<b>166,36%</b>	<b>30.963.193,42</b>	<b>18.612.070,02</b>	<b>166,36%</b>			

(I) NO MÊS: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.  
 (II) ATÉ O MÊS: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.



### 6.3.8 Rentabilidade Bruta x Rentabilidade Líquida do Plano

Em atendimento a Instrução Previc N° 5, de 01.11.2013, que “dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos e dá outras providências”, apresentamos a seguir a Rentabilidade Bruta x Rentabilidade Líquida do Plano I/BD administrado pela São Francisco, conforme descrito no Inciso III, do art. 6º da referida Instrução:

Art. 6º- As informações referentes à política de investimentos e o demonstrativo de investimento dos recursos garantidores do plano de benefícios administrado pela EFPC, bem como as informações referentes às revisões da política devem conter, no mínimo:

III - tabela contendo a rentabilidade bruta e líquida de cada um dos segmentos de aplicação dos planos de benefícios da EFPC e do PGA, comparados à taxa atuarial estipulada, se existir, e índices de referência estabelecidos na política de investimentos.

**TABELA 40. RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA - III/BS - ACUMULADA 2018**

SEGMENTOS	INVESTIMENTOS	RENTABILIDADE		META ATUARIAL	DIVERGÊNCIA (RENT. LÍQUIDA-META)
		BRUTA	LÍQUIDA		
RENDA FIXA	191.428.190,96	14,50%	13,34%	8,63%	4,71%
RENDA VARIÁVEL	52.555.736,27	20,32%	17,60%	8,63%	8,97%
ESTUTURADO	18.502.687,01	56,98%	8,84%	8,63%	0,21%
IMOBILIÁRIO	7.983.572,13	-2,11%	-1,69%	8,63%	-10,32%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	343.313,80	-20,57%	22,27%	8,63%	13,64%
<b>TOTAL</b>	<b>270.813.500,17</b>	<b>18,64%</b>	<b>13,45%</b>	<b>8,63%</b>	<b>4,82%</b>

a) Rentabilidade Bruta: Trata-se da rentabilidade produzida pelos ativos de investimentos, entretanto a PREVIC determinou a incorporação das Despesas registradas na Contabilidade dos Fundos de Investimentos no período considerado.

b) Rentabilidade Líquida: Trata-se da rentabilidade dos ativos de investimentos, deduzidos os custos da gestão interna.

### 6.4 CONTÁBIL

**QUADRO 17. BALANÇO PATRIMONIAL**

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercícios		PASSIVO	Exercícios	
	2018	2017		2018	2017
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>12</b>	<b>17</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>699</b>	<b>676</b>
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>320.606</b>	<b>284.408</b>	Gestão Previdencial	573	573
Gestão Previdencial	44.263	44.587	Investimentos	126	103
Gestão Administrativa	5.433	5.656	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>200</b>	<b>309</b>
<b>Investimentos</b>	<b>270.911</b>	<b>234.165</b>	Investimento	200	309
Títulos Públicos	185.956	157.128	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>319.719</b>	<b>283.441</b>
Créditos Privados e Depósitos	6.899	6.780	Patrimônio de Cobertura do Plano	313.615	277.113
Fundos de Investimento	73.334	65.182	Provisões Matemáticas	<b>317.826</b>	<b>286.006</b>
Investimentos Imobiliários	4.280	4.214	Benefícios Concedidos	287	196
Empréstimos e Financiamentos	343	654	Benefícios a Conceder	317.539	285.811
Depos. Jud. Recursais	97	207	Equilíbrio Técnico	(4.211)	(8.893)
			Resultados Realizados	(4.211)	(8.893)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(4.211)	(8.893)
			<b>Fundos</b>	<b>6.104</b>	<b>6.327</b>
			Fundos Administrativos	5.433	5.656
			Fundos dos Investimentos	671	671
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>320.618</b>	<b>284.426</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>320.618</b>	<b>284.426</b>

**QUADRO 18. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2018	2017	
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>277.113</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>
<b>1. Adições</b>	<b>36.523</b>	<b>277.115</b>	<b>(86,82)</b>
(+) Contribuições	5.560	275.055	(97,98)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	30.963	2.060	1.403,14
<b>2. Destinações</b>	<b>(21)</b>	<b>(1)</b>	<b>1.818,27</b>
(-) Benefícios	(21)	(1)	1.818,27
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>36.501</b>	<b>277.113</b>	<b>(86,83)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	31.819	286.006	(88,87)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	4.682	(8.893)	(152,65)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>313.615</b>	<b>277.113</b>	<b>13,17</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>6.104</b>	<b>6.327</b>	<b>(3,52)</b>
(+/-) Fundos Administrativos	5.433	5.656	(3,94)
(+/-) Fundos dos Investimentos	671	671	-



**QUADRO 19. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2018	2017	
<b>1. Ativos</b>	<b>320.618</b>	<b>284.426</b>	<b>12,72</b>
Disponível	12	17	(32,25)
Recebível	49.696	50.243	(1,09)
Investimento	<b>270.911</b>	<b>234.165</b>	15,69
Títulos Públicos	185.956	157.128	18,35
Créditos Privados e Depósitos	6.899	6.780	1,76
Fundos de Investimento	73.334	65.182	12,51
Investimentos Imobiliários	4.280	4.214	1,58
Empréstimos e Financiamentos	343	654	(47,51)
Depos. Jud. Recursais	97	207	(52,91)
<b>2. Obrigações</b>	<b>899</b>	<b>985</b>	<b>(8,73)</b>
Operacional	699	676	3,39
Contingencial	200	309	(35,29)
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>6.104</b>	<b>6.327</b>	<b>(3,52)</b>
Fundos Administrativos	5.433	5.656	(3,94)
Fundos dos Investimentos	671	671	-
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>313.615</b>	<b>277.113</b>	<b>13,17</b>
Provisões Matemáticas	317.826	286.006	11,13
Superávit/Déficit Técnico	(4.211)	(8.893)	(52,65)
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>(1.157)</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>
a) Equilíbrio Técnico	(4.211)	-	100,00
b) (+/-) Ajuste de Precificação	3.054	-	100,00
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(1.157)	-	100,00

**6.4.1 Notas Explicativas**

**6.4.1.1 Composição do Ativo**

**6.4.1.1.1 Gestão Previdencial**

Constituída por provisões de contribuições contratadas a receber:

**a) Codevasf – R\$ 44.262 mil;**

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de dezembro/2018 para serem liquidadas no mês de janeiro/2019.

**6.4.1.1.2 Gestão Administrativa**

O valor registrado corresponde à participação do Plano de Benefícios I no Fundo Administrativo é de R\$ 5.432 mil. A constituição se deu basicamente pelo resultado produzido pelos investimentos do PGA, haja vista que todo o custeio foi consumido pelas despesas incorridas no exercício relativamente aos eventos necessários a gestão do plano.

**6.4.1.1.3 Gestão de Investimentos**

Os registros dos Investimentos estão detalhados nos quadros a seguir:

**QUADRO 21. POSIÇÃO DA CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS**

**QUADRO 20. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2018	2017	
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>315.185</b>	<b>278.770</b>	<b>13,06</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>317.826</b>	<b>286.006</b>	<b>11,13</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>287</b>	<b>196</b>	<b>46,62</b>
Benefício Definido	287	196	46,62
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>317.539</b>	<b>285.811</b>	<b>11,10</b>
Benefício Definido	317.539	285.811	11,10
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>(4.211)</b>	<b>(8.893)</b>	<b>(52,65)</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>(4.211)</b>	<b>(8.893)</b>	<b>(52,65)</b>
(-) Déficit Técnico Acumulado	(4.211)	(8.893)	(52,65)
<b>3. Fundos</b>	<b>671</b>	<b>671</b>	<b>-</b>
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	671	671	-
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>699</b>	<b>676</b>	<b>3,39</b>
4.1. Gestão Previdencial	573	573	-
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	126	103	22,30
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>200</b>	<b>309</b>	<b>(35,29)</b>
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	200	309	(35,29)

Plano Benefício Saldado	dez/18	dez/17	AVALIAÇÃO		
			Vertical		Horizontal em relação a 2017
			2018	2017	
<b>Investimentos</b>	<b>270.910</b>	<b>234.165</b>			
Títulos Públicos	185.956	157.128	68,6%	67,1%	18,3%
Créditos Privados e Depósitos	6.899	6.780	2,5%	2,9%	1,8%
Companhias Abertas	6.899	6.780	2,5%	2,9%	1,8%
Fundos de Investimento	73.334	65.182	27,1%	27,8%	12,5%
Multimercado	330	2.030	0,1%	0,9%	-83,7%
Direitos Creditórios/Fundos de Investimentos	2.276	2.279	0,8%	1,0%	-0,1%
Ações	52.556	44.395	19,4%	19,0%	18,4%
Participações/FIP	18.172	16.478	6,7%	7,0%	10,3%
Investimentos Imobiliários	4.281	4.214	1,6%	1,8%	1,6%
Empréstimos	343	654	0,1%	0,3%	-47,6%
Depos. Jud. Recursais	97	207	0,0%	0,1%	-53,1%

#### 6.4.1.2 Composição do Passivo

##### 6.4.1.2.1 Gestão Previdencial

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, pagamentos de benefícios e resgates de reserva, estando composta dos seguintes registros:

###### a) Valores a Restituir – R\$ 573 mil;

Na conta de Valores a Restituir foi provisionado o valor de R\$ 573 mil referente às reservas de poupança dos ex-participantes do Plano de Benefícios I que ainda não efetuaram o resgate, conforme relatório emitido pelo Gerente de Benefícios.

##### 6.4.1.2.2 Gestão de Investimentos

- a) Investimentos Imobiliários – R\$ 14 mil;
- b) Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 111 mil;

Merece destaque o montante de R\$ 111 mil que corresponde à provisão para a cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração) a ser pago pelo Plano de Benefício. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês dezembro/2018 e liquidado em janeiro/2019.

##### 6.4.1.2.3 Exigível Contingencial

O valor de R\$ 199 mil representa o montante de demandas ajuizadas. Para a maioria delas foram realizados depósitos judiciais registrados no ativo, à conta de depósitos judiciais, em respeito às definições legais.

##### 6.4.1.2.4 Patrimônio Social

Representado pela soma das reservas registradas nos planos de Benefício Definido e Contribuição Definida tem sua formação composta como segue:

###### a) Provisões Atuariais:

Conforme determina a Lei nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o regime de previdência complementar, as avaliações das reservas matemáticas devem ser realizadas a cada exercício social. Neste sentido as reservas matemáticas do Plano foram avaliadas em 31/12/2018, e os valores devidamente registrados no balanço são os encontrados como resultado da aplicação das premissas atuariais, definidas pelo atuário externo em estudo técnico de adequação. Esclarece-se ainda que os elementos estatístico-financeiros empregados foram devidamente avaliados pelas instâncias de governança da entidade: - Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva aprovaram o estudo técnico de adequação; o Conselho Fiscal emitiu parecer sobre a adequação; tudo em conformidade com os dispositivos normativos vigentes.

O cálculo atuarial leva em consideração fatores biométricos da massa – expectativa de vida e composição familiar, e fatores econômicos - crescimento real de salários, rotatividade (desligamento do Plano de Benefícios) e taxa de inflação. Nos cálculos desenvolvidos tendo por base as hipóteses aprovadas no estudo de adequação destacam-se as Reservas de Benefícios Concedidos (reservas já constituídas relativas ao valor presente dos desembolsos futuros com benefícios já em gozo) e a Reserva de Benefícios a Conceder (valor presente gerado pelo fluxo dos valores de benefícios a serem pagos deduzidos das contribuições a receber dos participantes, atualmente ativos, empregados nas patrocinadoras). Em síntese pode-se definir o total das reservas como sendo o valor presente dos compromissos futuros.

Alterações na composição de dados biométricos impactam mais ou menos fortemente o resultado da avaliação e, fica claramente identificado que se trata de dados apurados “ex-post”, ou seja, depois de observados. O atuário elabora

o plano de custeio, por estimativa, mas, somente ao final de cada exercício social, coteja o que foi previsto com o que se obteve de concreto, daí as divergências são ajustadas e devidamente identificadas em cada avaliação processada. São variáveis absolutamente livres, fora de controle, ao longo do exercício social, e as suas divergências em relação ao observado versus o estimado são consideradas como fatos estruturais a impactar o plano.

Em dezembro de 2018 o atuário reavaliou as reservas de benefícios concedidos e a conceder, respectivamente em R\$ 286 mil e R\$ 314.708 mil, como sendo os montantes necessários para cobrirem as obrigações do plano para com seus participantes.

Cabe relatar que a taxa de juros real do Plano Saldado, utilizada para a avaliação atuarial de 31/12/2018 foi de 4,90% a.a. No estudo quanto a taxa de juros da carteira de ativos do plano, essa foi identificada como 5,02% a.a., diante disso propôs o AETQ que, a taxa para efeito de utilização atuarial passasse a ser de 4,90% a.a. O estudo devidamente aprovado pelos órgãos de governança da entidade, e identificados pelo atuário do plano com sendo a melhor expressão, foi aquele identificado preambularmente, já que atendia a aderência confirmada por meio de estudo técnico preconizado na Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015.

Destaque-se que a contabilidade tem somente a obrigação de proceder ao registro, depois de as reservas terem sido devidamente aprovadas pelos órgãos de governança da entidade, como define os diplomas normativos. Nesse contexto, estão a cargo do atuário as necessárias explicações dos fenômenos que produziram o resultado, como estampa o conteúdo do Anexo I, parte integrante destas NOTAS EXPLICATIVAS, de responsabilidade do escritório Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., atuário externo elaborador das avaliações atuariais do Plano de

Benefícios I signatário da mesma.

###### b) Equilíbrio Técnico:

O resultado do exercício de 2018 foi à formação de um déficit de R\$ 4.210 mil. As Demonstrações Atuariais (DA), parte integrante desta nota, elaborada como consta do parágrafo precedente a este, pelo escritório Jesse Montello, detalham quais os montantes foram alterados diante das constatações das necessidades de empregos de outras hipóteses biométricas. Chama-se a atenção para o fato de aquele escritório declinar que o déficit é proveniente de aspectos estruturais. O maior impacto foi conduzido pela alteração da Tábua de Sobrevivência / Mortalidade Geral da SUSEP EMSsb 2010 (50,3% masculina + 49,7% feminina) agravada em 8%, empregada em função do resultado do estudo de aderência de Tábuas de Mortalidade Geral, apresentado pelo Anexo 1 ao JM/2315/2018 de 28/11/2018 para o Plano de Benefícios I, estudo que possuirá validade máxima de 3 anos, conforme a Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015.

##### 6.4.1.2.5 Fundos

###### a) Administrativo:

A existência de Fundo Administrativo decorre do processo de cisão do Plano I – plano de origem, e para seu valor foi aplicada a mesma proporcionalidade da cisão dos demais ativos no plano.

O Fundo Administrativo foi constituído pelo saldo apurado cotejando-se as receitas com os gastos administrativos. A técnica tem respaldo na Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e, no exercício, fechou com R\$ 5.432 mil.

É importante destacar que esse registro no ativo do Plano confere-lhe tratamento semelhante ao lançamento advindo do resultado da equivalência



patrimonial existente nas empresas detentoras de parte do capital de outra empresa. O resultado apresentado é a parte que coube ao plano, originado do resultado do PGA.

Deve-se ressaltar, ainda, que o saldo apurado do fundo está composto pelo saldo remanescente do permanente, apurados pelo encontro do custo de aquisição menos as depreciações acumuladas, mais os valores investidos nos mercados financeiros e de capitais pelo próprio PGA.

**b) Investimento:**

O Fundo de Investimento possui a finalidade de quitar os saldos devedores dos empréstimos na eventualidade do falecimento de mutuário.

Trata-se, em última análise, de um seguro constituído para cobrir o infortúnio. Os recursos para a formação desse Fundo são provenientes única e exclusivamente por sobrecarga imposta aos participantes mutuários, não tendo, portanto, fonte previdencial. O saldo atual perfaz R\$ 671 mil e está convenientemente adequada à frequência e impacto esperados, segundo a Área de Finanças da Fundação.

**c) Previdencial:**

Por se tratar de plano na modalidade benefício definido e não constar em seu plano de custeio a existência de fundos da natureza especificada, não há qualquer registro contábil.

**QUADRO 22. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Valores em R\$ mil

DEFINIÇÃO	dez/18	dez/17	%
<b>A) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	- <b>8.893</b>	-	-
<b>1- CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>5.560</b>	<b>275.055</b>	<b>-98</b>
(+) Patrocinadores	5	-	-
(+) Participantes	4	-	-
(+) Dívida Contratada	4.352	44.587	-90
(+) Fluxos Previdenciais	1.198	230.467	-99
<b>2- DESTINAÇÕES</b>	- <b>21</b>	- <b>1</b>	<b>1818</b>
(-) Benefícios	- <b>21</b>	- <b>1</b>	<b>1818</b>
<b>4- INVESTIMENTOS</b>	<b>30.963</b>	<b>2.060</b>	<b>1403</b>
(+) Renda Fixa	22.752	489	4556
(+) Renda Variável	9.501	1.447	557
(+) Imóveis	- <b>73</b>	- <b>12</b>	<b>499</b>
(+) Empréstimos	- <b>51</b>	225	<b>-123</b>
(-) Custeio	- <b>1.165</b>	- <b>88</b>	<b>1219</b>
<b>5- FORMAÇÕES DE RESERVAS</b>	- <b>31.819</b>	- <b>286.006</b>	<b>-89</b>
(+) Benefícios Concedidos	- <b>91</b>	- <b>196</b>	<b>-53</b>
(+) Benefícios a Conceder	- <b>31.728</b>	- <b>285.811</b>	<b>-89</b>
<b>B) RESULTADO SUPERAVITÁRIO ( 1+2+3+4+5 ) DO EXERCÍCIO</b>	<b>4.682</b>	- <b>8.893</b>	<b>-153</b>
<b>D) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL (A+B+C)</b>	- <b>4.211</b>	- <b>8.893</b>	<b>-53</b>

Instrumento destinado a apresentar de maneira clara quais os componentes de Resultado dos Planos que formaram Superávit no exercício.

Foram destinados R\$ 21 mil reais para pagamento de benefícios e outros R\$ 31 milhões de ajuste nas reservas. Os recursos investidos somaram R\$ 30 milhões e as contribuições R\$ 5 milhão.

**6.4.2 Fato Relevante:**

1. Foi realizada ajuste na cisão do plano, motivado pela opção de um participante que se encontrava com o contrato suspenso por estar recebendo benefício de auxílio doença. Como previam as condições estipuladas nos documentos aprovados pela PREVIC relativamente a opção pelo plano saldado, somente no retorno do auxílio o participante poderia fazer sua opção (processo nº 44011.000336/2016-94 autorizado pela Previc portaria 929/2017 25/09/2017), tal fato ocorreu em março de 2018. Dessa forma o percentual de rateio calculado em novembro de 2017 de 40,236821, passou para 40,419758, apresentando a diferença de 0,182937. O ajuste patrimonial foi realizado sobre a mesma base de novembro de 2017, ajustada pelos ganhos e perdas para a condição de março de 2018, procedido assim, não houve transferência de recursos indevidos e, por manter o comportamento isonômico, não houve privilégio a ele em relação aos demais.

2. Em 1991 foi distribuída a ação ordinária de nº 910123902-3, que tramitou perante a 23ª Vara Federal do RJ, cuidando-se de ação coletiva interposta por várias Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em face da União, onde se discutia a aplicação dos expurgos inflacionários sobre aplicações em Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND's. As entidades foram representadas

pela ABRAPP. Julgada procedente a ação ordinária e depois do esgotamento de todos os recursos disponíveis, deu-se início à liquidação da sentença, objeto de distribuição de 38 ações. A SÃO FRANCISCO ESTÁ LIQUIDANDO A SENTENÇA NOS AUTOS DO PROCESSO 0145881-14.2015.4.02.5101 – QUE TEM CURSO PERANTE A 12ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, que ainda tem como exequentes a INERGUS, COMPREV, FAPECE, FAPERS e SERGUS, onde se cobra o valor total, para todas as entidades, de R\$ 21.374.666,63 (vinte e um milhões, trezentos e setenta e quatro reais, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos), sendo que a parte da São Francisco está estimada em R\$ 6.000.440,67 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) atualizada até o dia 27 de novembro de 2015, datada do ajuizamento da ação de liquidação. Os valores aqui apresentados ainda carecem de confirmação pelo Governo Federal, o qual ainda discute a forma de apuração do mesmo, dito isso, evidencia-se que o valor estampado acima é a apuração realizada somente pelo escritório contratado pelas entidades citadas.

Não há contabilização do valor apresentado no parágrafo anterior exatamente ante a possibilidade de sua impugnação. A PREVIC em ofício encaminhado a ABRAPP – Associação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, determinou que o valor da demanda das entidades deveria somente constar das notas explicativas, não procedendo ao registro no ativo dos planos. Caberá, se vitoriosa a demanda, a cada plano (BD I e BD III), correspondente a R\$ 3.575 milhões e R\$ 2.425 milhões, respectivamente Plano de Benefício I – BD e Plano de Benefício Saldado – BS, como são comumente denominados.

3. Em outubro de 2018, a Assessora da Diretoria, Drª Claudia Sant'Anna, encaminhou a

Diretoria Executiva a CI N° 018 / ASSESSORIA, manifestando e recomendando a baixa de alguns valores contabilizados nos planos da entidade, e diante da aprovação da mesma, foram baixados os seguintes processos e valores.

- o IPTU/BSB/91/92 – Referentes as unidades do Hotel Bonaparte, no valor de R\$ 806,65;
- o IPTU/BSB/93 – Referentes as unidades do Hotel Bonaparte, no valor de R\$ 813,35;
- o IPTU/SALVADOR/92/93 – Referentes as unidades do Fernandez Plaza em Salvador, no valor de R\$ 70.945,16;
- o ITBI FERNANDEZ – Referentes as unidades do Fernandez Plaza em Salvador, no valor de R\$ 37.719,24.

4. O resultado do ajuste de precificação das NTN'S, pelo Sistema Venturo da Previc:

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
155.478.180,23	158.531.865,26	3.053.685,03

**ANALISE DAS DURAÇÕES: Art. 9º, inciso V, da IN 19 da PREVIC de 04/02/2015**

**Requisito Atendido. Duration do Passivo ( 12,52 ) > Duration dos Ativos ( 12,52 ).**

**ANALISE DOS VP Art. 9º, Incisos III e IV da IN 19 da PREVIC de 04/02/2015**

**Requisito Atendido.**

5. Abaixo estão as ações judiciais classificadas pelos escritórios de Advocacia como probabilidade de perdas ou ganhos "Possíveis":

AÇÃO	Nº PROCESSO	VALOR DA AÇÃO
<b>Revisão de benefícios - INSS Hipotético</b>	201110400127	R\$ 20.000,00
	201111301020	R\$ 20.000,00
	201313600659	R\$ 23.862,24
<b>Restituição do Imóvel dado em garantia da emissão da CCI.</b>	0280346-58.2014.8.19.0001	R\$ 10.000,00
<b>Ação Revocatória -Nulidade CCI - Alienação Fiduciária</b>	0479745-34.2015.8.19.0001	R\$ 1.000.000,00
<b>Processo Administrativo *</b>	10166.728109/2011-37	R\$ 112.165,98
<b>Embargos de Terceiros - Ação de Cobrança movida pelo Condomínio contra a M. Brasil.</b>	0036455-63.2017.8.19.0001	R\$ 373.855,26

Manifestação de Inconformidade em face de Despacho Decisório que não homologou a Declaração de Compensação apresentada pela ora Manifestante, proferido pela Divisão de Orientação e Análise Tributária-DIORT em Brasília (letras hipotecárias).



## 7 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

### 7.1 ADMINISTRAÇÃO

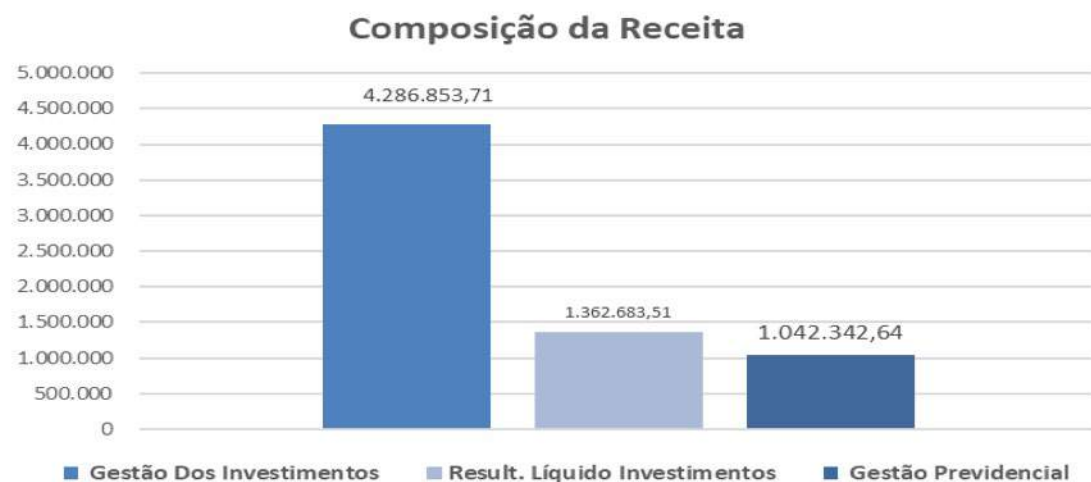
#### 7.1.1 Aspectos Gerais da Gestão

##### 7.1.1.1 Receitas

O Plano de Gestão Administrativa - PGA da São Francisco tem por finalidade a gestão de planos de benefícios previdenciais, com a prestação de serviços na gestão administrativa previdencial e administrativa de investimento.

No Gráfico 52 apresentamos a receita acumulada até o 4º trimestre na sua totalidade e segregada nas respectivas fontes. O Gráfico 53 demonstra o comportamento dessa receita nos últimos cinco anos, considerando o trimestre de referência no relatório.

**GRÁFICO 53. RECURSOS RECEBIDOS**



**GRÁFICO 54. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DAS RECEITAS**



As receitas do PGA são compostas exclusivamente por recursos procedentes das fontes definidas em seu Regulamento: taxas de carregamento incidente sobre as contribuições aos Planos I e II, conforme definidas nos respectivos Planos de Custeio; reembolso das despesas com a gestão dos investimentos; taxa de administração de Empréstimos a Participantes e remuneração dos recursos do próprio PGA.

As despesas com a gestão administrativa dos investimentos, objeto de reembolsos ao PGA pelos Planos de Benefícios, encontram-se registradas na conta contábil 4.2.2. A sua formação advém da sistemática de rateio dos gastos administrativos apropriados conforme definido na Diretriz Orçamentária, com base no funcionograma da entidade, entre gestão administrativa previdencial e a gestão administrativa de investimentos.

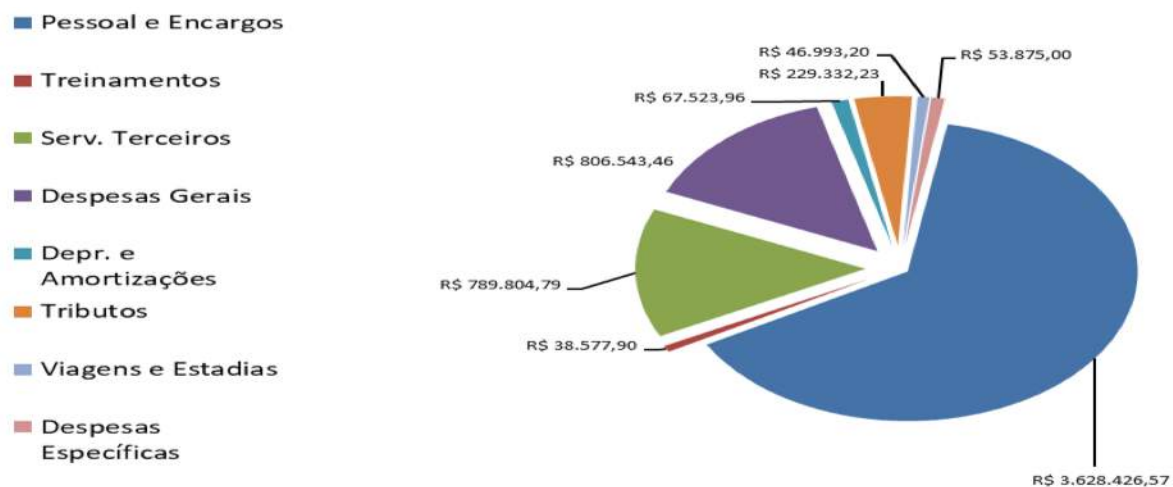
A rentabilidade do Fundo Administrativo é proveniente dos recursos investidos pelo próprio PGA, e que estão contabilizados no seu realizável, portanto, ativos que formam o citado Fundo. Até o momento, os recursos nele existente foram constituídos integralmente pelos Planos I e III, tendo em vista que o Plano II encontra-se em fase inicial de acumulação de reservas e não há sobras para a formação de fundos específicos.

##### 7.1.1.2 Despesas

Nos Gráficos 54 e 55 ilustramos as despesas realizadas. O Gráfico 54 mostra a distribuição das despesas acumuladas até o 4º trimestre, concentradas nas principais contas contábeis. O Gráfico 55 traz o comportamento da despesa nos últimos 5 anos.

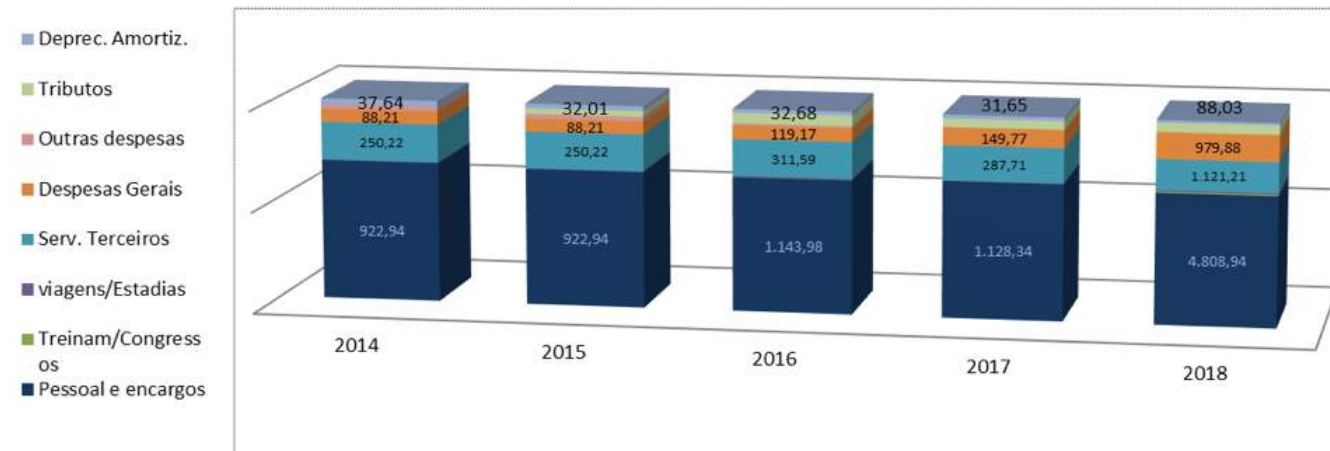


**GRÁFICO 55. DESPESAS REALIZADAS**



**GRÁFICO 56. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DA DESPESA**

**GÁFICO DO DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DA DESPESA**



**7.1.1.3 Custeio**

**QUADRO 23. ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO**

DESCRIÇÃO	ADM PREVIDENCIAL	%	ADM INVESTIMENTOS	%	RESULTADO APLICAÇÃO	%	TOTAL	%
Receita	1.042.342,64	15,58	4.286.853,71	64,06	1.362.683,51	20,36	6.691.879,86	100
Despesa	3.416.890,67	45,42	4.105.455,71	54,58			7.522.346,38	100
Diferença	-2.374.548,03	(31,57)	181.398,00	2,41	1.362.683,51		-830.466,52	(12,41)

O acompanhamento do custeio demonstra que as receitas foram insuficientes para suportar os gastos do exercício. Desta forma, foi necessário usar recursos do Fundo Administrativo, além dos rendimentos obtidos nas aplicações financeiras para fazer face às despesas. Esses registros estão demonstrados no gráfico 56 do item a seguir.

**7.1.1.4 Fundo Administrativo**



**GRÁFICO 57. PARTICIPAÇÃO DO RENDIMENTO DOS INVESTIMENTOS**

**UTILIZAÇÃO DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS**



O gráfico acima mostra o comportamento da despesa, assim como a utilização dos recursos provenientes das fontes estabelecidas no Regulamento do PGA, os quais suportaram os gastos ocorridos durante o exercício de 2018, são essas as fontes: recursos provenientes da arrecadação, recursos oriundos da administração dos investimentos, da taxa administrativa dos empréstimos, dos rendimentos das aplicações e das reversões do Fundo administrativo.

Os gastos administrativos se situaram acima da previsão orçamentária, mas as despesas ordinárias acusaram apenas diferenças decorrentes de estimativas calculadas com base na média das despesas do exercício anterior, portanto sujeitas a pequenas oscilações para maior ou para menor, fazendo com que o dimensionamento desses gastos não seja exato. Além destes, ocorreram gastos não esperados que não foram orçados. A seguir apresentamos os gastos que acusaram diferenças acima das previsões orçamentárias

no último trimestre.

**Informática:**

- Compra de 05 computadores com objetivo de padronizar os equipamentos, substituindo os equipamentos antigos. Esses equipamentos não tinham os requisitos necessários para operação dos novos softwares adquiridos. Valor da aquisição; R\$ 16.587,62.

- Contratação da ferramenta Office 365 no valor de R\$ 15.362,28 e a contratação da plataforma Azure, no valor mensal de R\$ 1.200,00. Essas ferramentas oferecem modernos recursos de trabalho, com segurança e acessibilidade, tanto para serviços internos quanto na comunicação com prestadores de serviços e órgãos externos.

**Consultoria:**

Contratação da empresa I9 Advisory Consultoria, para estudo de ALM, com pagamento em 02 parcelas, totalizando R\$ 30.000,00.

**Despesas Jurídicas:**

Processo Nº 0002526-79.2014.5.10.0022-22ª Vara do Trabalho de Brasília/DF. Ex-empregada Marinalva Ribeiro da Silva. Valor R\$ 180.000,00.

**7.1.1.5 Limites de Custeio Administrativo e Indicadores de Gestão**

Os valores de custeio administrativo e a comparação com os limites legais constam do quadro a seguir:

**QUADRO 24. CUSTEIO – BASE DE CÁLCULO E LIMITES LEGAIS**

DADOS DOS PLANOS PARA O CUSTEIO ADMINISTRATIVO		LIMITE DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO (RES/CGPC 29/2009)	VALOR LIMITE
Soma das contribuições e dos benefícios	R\$ 83.862.143	9%	R\$ 7.547.592,90
Montante dos recursos garantidores	R\$ 784.105.448	1%	R\$ 7.841.054,48
		<b>TRANSFERÊNCIA P/O CUSTEIO 1º SEMESTRE</b>	
Valor transferido para o custeio administrativo p/fins de controle do limite		5.329.196,35	6,35
(Soma das receitas previdenciais e de investimentos)			0,68

O limite para o custeio administrativo, previsto na Resolução CGPC/Nº 29/2009, corresponde a 9% do somatório das despesas e receitas previdenciárias (taxa de carregamento) ou 1% do ativo total (taxa de administração). Como demonstrado no quadro acima, no exercício de 2018 o custeio atendeu a ambos os limites definidos no orçamento aprovado.

Com relação aos indicadores de gestão, os mesmos constam do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, sendo que seus valores limites para 2018 foram estabelecidos pelo Conselho Deliberativo quando da aprovação do orçamento. Esses indicadores comportaram-se da seguinte forma:

Custeio administrativo total em relação ao ativo total – limite estabelecido de 1,2%, sendo que esse percentual atingiu 0,80%.

Despesa administrativa previdencial por número de participantes – limite de R\$ 2.300,00/participante/ano, sendo que esse valor ficou em R\$ 1.631,98/participante/ano.

Despesa administrativa de investimentos em relação aos recursos garantidores – limite de 1%, sendo que percentual redundou em 0,52%.

Assim, três dos indicadores de gestão administrativa adotados para 2018, tiveram seus valores no exercício situados dentro dos limites fixados pelo Conselho Deliberativo.

**7.1.1.6 Execução do Orçamento**



**QUADRO 25. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS	ORÇADO		REALIZADO		DIFERENÇA	
	(R\$)	%	(R\$)	%	(R\$)	%
<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>	4.844.917	65,37	4.808.936	63,93	35.981	0,75
DIRIGENTES	1.414.102	19,08	1.450.617	19,28	(36.515)	-2,52
PESSOAL PRÓPRIO	3.430.814	46,29	3.358.319	44,64	72.496	2,16
<b>TREINAMENTOS/CONGRESSOS</b>	37.333	0,50	49.354	0,66	(12.021)	-24,36
<b>VIAGENS E ESTADIAS</b>	46.852	0,63	54.681	0,73	(7.830)	-14,32
<b>SERVIÇOS DE TERCEIROS</b>	1.263.855	17,05	1.121.214	14,91	142.641	12,72
<b>DESPESAS GERAIS</b>	721.807	9,74	979.876	13,03	(258.069)	-26,34
TAFIC - PLANO I	36.000	0,49	36.000	0,48	-	0,00
TAFIC - PLANO II	10.500	0,14	10.500	0,14	-	0,00
TAFIC - PLANO III	28.000	0,38	28.000	0,37	-	-
<b>TRIBUTOS</b>	310.036	4,18	345.754	4,60	(35.718)	-10,33
<b>DEPRECIações E AMORTIZAçóES</b>	112.056	1,51	88.032	1,17	24.024	27,29
<b>TOTAL</b>	<b>7.411.355</b>	<b>100,00</b>	<b>7.522.346</b>	<b>100</b>	<b>(110.992)</b>	<b>-1,50</b>

Concluimos que a projeção orçamentária se manteve aderente à despesa, embora tenham ocorridos gastos não previstos. O quadro acima evidencia que o acompanhamento orçamentário do trimestre registrou uma despesa maior que a previsão orçamentária em 1,50%, equivalentes a R\$ 110.992,00.



**7.2 INVESTIMENTO**

**7.2.1 Enquadramento**

O Plano de Gestão Administrativa - PGA objetiva a cobertura dos gastos com a administração da Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO, necessários às gestões dos Planos de Benefícios.

**TABELA 41. ALOCAÇÃO DE RECURSOS**

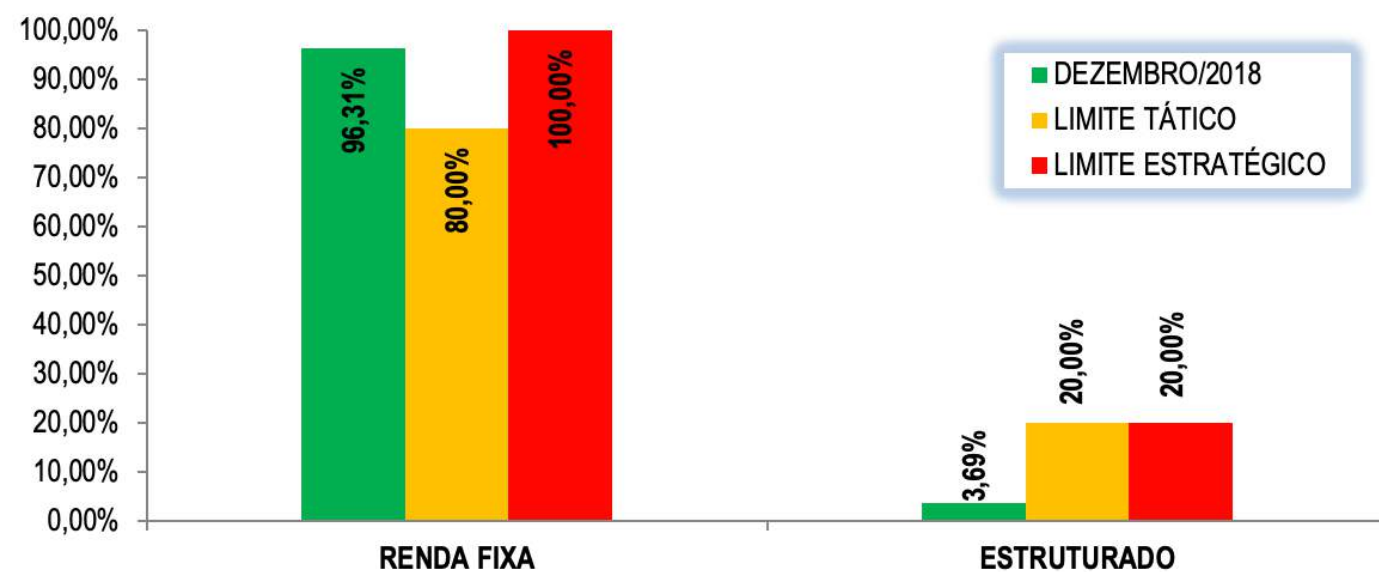
ARTIGO / INCSO (RESOLUÇÃO 4.668)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTERA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITE % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO	SEGMENTO		TÁTICO	ESTRATÉGICO			out/18	nov/18	dez/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	S/CDI	S/REFERÊNCIA *
Art. 21	RENDA FIXA	10.334.942,14	100,00%	96,31%	100%	100%	56%	5,40	NOTA	8,86%	0,31%	1,69%	11,04%	15,05%	8,64%	6,55%	8,00%
										8,86%	0,31%	1,69%	11,04%	15,05%	8,64%	6,55%	8,00%
Art. 23	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	395.670,12	100,00%	3,69%	20%	20%	20%	-	-	0,56%	0,44%	0,45%	1,46%	6,16%	-0,25%	-2,35%	-0,90%
										0,56%	0,44%	0,45%	1,46%	6,16%	-0,25%	-2,35%	-0,90%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		10.730.612,26	100,00%	100,00%				5,40		8,32%	0,32%	1,64%	10,45%	13,32%	6,91%	4,82%	6,27%



O Enquadramento corresponde diretamente às decisões estratégicas e táticas de investimentos, as quais objetivaram alcançar rentabilidade compatível com a "Taxa de Referência do Plano" (INPC+4,90%), assim como os riscos compatíveis com os compromissos de cobertura dos gastos administrativos. A estrutura de investimento está concentrada nos "Segmentos de Renda Fixa" e "Investimentos Estruturados", encontrando-se no encerramento do 4º trimestre de 2018, em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2018/2022, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Os Investimentos encerraram o ano totalizando R\$ 10.730.612,64 contra R\$ 11.622.021,39 em dezembro de 2017, acumulando no período queda de 7,67%, motivada pela cobertura dos gastos com a administração e gestão dos Planos de Benefícios.

GRÁFICO 58. ENQUADRAMENTO LEGAL



**TABELA 42. ENQUADRAMENTO LEGAL**

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2017		DEZEMBRO/2018		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 4.661 - CMN
RENDA FIXA	10.917.569,59	93,94%	10.334.942,14	96,31%	80,00%	100,00%	100,00%
ESTRUTURADO	704.451,71	6,06%	395.670,12	3,69%	20,00%	20,00%	20,00%
<b>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</b>	<b>11.622.021,30</b>	<b>100%</b>	<b>10.730.612,26</b>	<b>100%</b>			
(+) Disponível - Conta 11	4.740,61	VARIACÃO NOMINAL	7.222,36				
(-) Exigível de Investimentos	-13.114,05		0,00				
<b>ATIVOS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>11.613.647,86</b>	<b>↓ -7,67%</b>	<b>10.737.834,62</b>				

Comentários:

Destaca-se por oportuno que a elevada concentração no Segmento de Renda Fixa, alocado em Títulos Públicos Federais, com 96,31% dos ativos de investimentos e a baixa concentração no Segmento de Investimentos Estruturados com 3,69% dos ativos, se devem ao estrito cumprimento do Regulamento do PGA.

### 7.2.2 Rentabilidade

A rentabilidade nominal do Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativa ao exercício de 2018 foi de 13,32%. Descontada a Taxa de Referência (INPC sem defasagem + 4,90% a.a.), que acumulou no ano 8,50%, o desempenho dos investimentos do Plano ficou acima da Taxa de Referência em 4,82 pontos-base.

#### 7.2.2.1 Segmento de Renda Fixa

Apresentou no 4º trimestre de 2018 alta de 11,04%, contra variação positiva de 3,54% registrada no 3º trimestre. Com este resultado a rentabilidade acumulada no ano do Segmento de Renda Fixa alcançou 15,05%, descontada a Taxa de Referência de 8,50% no mesmo período, o desempenho do Segmento ficou acima da Taxa de Referência em 6,55 pontos-base. O desempenho favorável, foi motivado pela elevada volatilidade ocorrida no mercado financeiro no período considerado, fruto da queda das taxas dos Títulos Públicos existentes na Carteira (NTN/B), totalizando 96,31% dos ativos de investimentos marcados a "Mercado".

#### 7.2.2.2 Segmento de Investimentos Estruturados

Apresentou no 4º trimestre de 2018 alta de 1,46%, contra variação positiva de 1,47% registrada no 3º trimestre. Com este resultado, o Segmento de Investimentos Estruturados acumulou no ano alta de 6,16%, contra Taxa de Referência de 8,50% no mesmo período, imputando divergência negativa de 2,34 pontos-bases. A alocação neste Segmento encontra-se em um Fundo Multimercado utilizado somente com vista à administração das disponibilidades para pagamento das despesas administrativas do Plano.

**GRÁFICO 59. RENTABILIDADE POR SEGMENTO**



**TABELA 43. RENTABILIDADE POR SEGMENTO**

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	4º TRIMESTRE DE 2018			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	1,69%	11,04%	15,05%	15,05%
ESTRUTURADO	0,45%	1,46%	6,16%	6,16%
<b>RENTABILIDADE DO PLANO</b>	<b>1,64%</b>	<b>10,45%</b>	<b>13,32%</b>	<b>13,32%</b>
TAXA DE REFERÊNCIA	0,54%	1,50%	8,50%	8,50%
<b>DIVERGÊNCIA</b>	<b>1,10%</b>	<b>8,95%</b>	<b>4,82%</b>	<b>4,82%</b>



### 7.2.3 Controle de Avaliação de Riscos

#### 7.2.3.1 Avaliação de Risco - Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela Divergência Não Planejada - DNP, definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a "Taxa de Referência" definida para o Plano, conforme descrita na Resolução Nº 3.792-CMN, de 24.09.2009 - Capítulo III (Controles Internos e de Avaliação de Risco), revogada pela nova legislação - Resolução Nº 4.661-CMN, de 25.05.2018 (Da Avaliação e Monitoramento de Risco), em que pese às alterações contidas, até a implementação de modelo próprio e a regulamentação a ser realizada pelo órgão fiscalizador (PREVIC), o monitoramento do risco das Carteiras de Ativos do Plano, a Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO manterá a DNP como modelo de avaliar, monitorar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos.

A partir do primeiro trimestre de 2019, o processo de "Avaliação e Monitoramento de Risco" dos Ativos de Investimentos da carteira própria do Plano de Gestão Administrativa - PGA sob gestão da Fundação São Francisco, bem como os Fundos Abertos e Exclusivos, serão devidamente tratados de acordo com o "Contrato de Prestação de Serviços de Risco e Compliance", com a I9ADVISORY - Consultoria Financeira, com metodologia e critérios que atenderão os dispositivos previstos na Legislação vigente – Resolução Nº 4.661- CMN, de 25.05.2018.

TABELA 44. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

Programa de Gestão Administrativa - PGA													Referência: DEZEMBRO/2018		
Segmento	Divergência Não Planejada nos últimos 12 meses												Acumulado nos 12 meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18			
Renda Fixa	5,38%	0,18%	-0,52%	-1,18%	-5,44%	-3,02%	2,63%	0,49%	-1,33%	8,06%	0,16%	1,15%	6,56%	3,58%	24,12%
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Estruturado	-0,04%	-0,10%	0,03%	-0,09%	-0,32%	-1,36%	-0,17%	0,15%	-0,27%	-0,24%	0,29%	-0,09%	-2,21%	0,41%	1,59%
Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Plano.....</b>	<b>5,15%</b>	<b>0,18%</b>	<b>-0,45%</b>	<b>-1,03%</b>	<b>-4,85%</b>	<b>-2,84%</b>	<b>2,37%</b>	<b>-1,12%</b>	<b>-1,25%</b>	<b>7,52%</b>	<b>0,17%</b>	<b>1,10%</b>	<b>4,95%</b>	<b>3,35%</b>	<b>21,53%</b>

TAXA DE REFERÊNCIA: INPC + 4,90% a.a.

Regra I: Os Segmentos não apresentaram DNP negativa, apurada mensalmente, por 12 meses consecutivos;

Regra II: Os Segmentos Não apresentaram DNP negativa, acumulada nos últimos 36 meses.

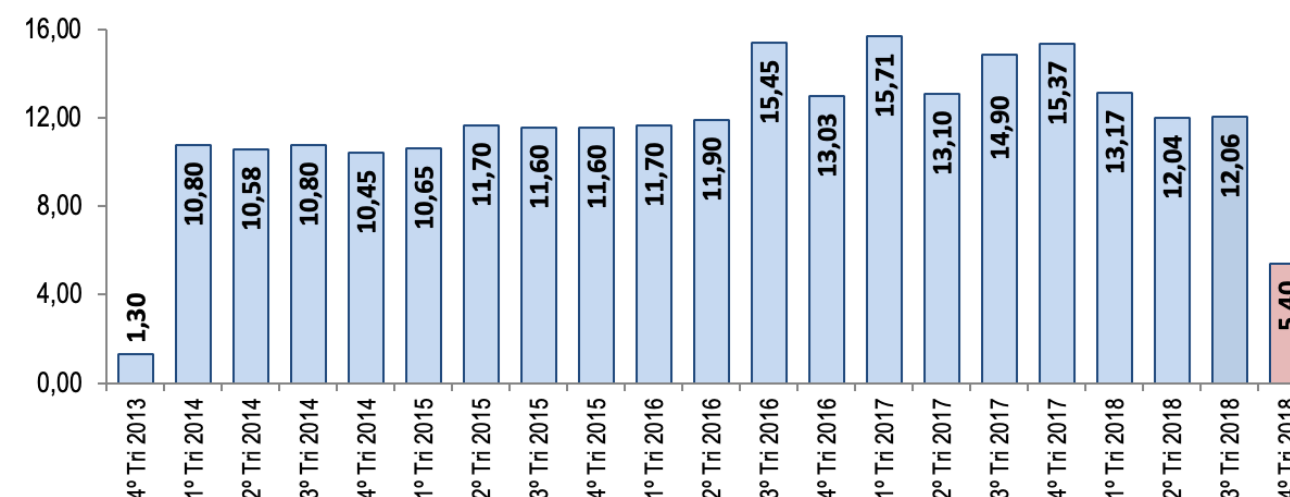
### 7.2.4 Operações Kursadas

TABELA 45. OPERAÇÕES CURSADAS EM 2018

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA						
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
31/01/2018	NTN-B 2055	4,9000	5,0900	5,4200	5,1400	3.373.801,52
15/10/2018	NTN-B 2050	5,2000	5,3600	5,6500	5,4400	7.925.497,22
<b>TOTAL</b>						<b>18.391.449,77</b>
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
02/02/2018	NTN-B 2021	3,7769	4,1360	4,4304	4,0800	2.026.529,00
15/10/2018	NTN-B 2026	4,9100	5,0600	5,5100	5,0400	7.922.716,68
<b>TOTAL</b>						<b>24.149.902,32</b>

### 7.2.5 Duration

GRÁFICO 60. EVOLUÇÃO DA DURATION



No encerramento do 4º trimestre de 2018 o “Duration” alcançou 5,40 anos, contra 15,37 anos no mesmo período de 2017.

### 7.2.6 Acompanhamento Orçamentário

**TABELA 46. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS**

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA									
SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
<b>RENDA FIXA</b>	171.833,83	87.708,00	195,92%	1.302.465,10	1.010.960,00	128,83%	1.302.465,10	1.010.960,00	128,83%
<b>DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL</b>	171.833,83	87.708,00	195,92%	1.302.465,10	1.010.960,00	128,83%	1.302.465,10	1.010.960,00	128,83%
<b>ESTRUTURADO</b>	2.345,94	4.738,00	49,51%	60.218,41	54.942,00	109,60%	60.218,41	54.942,00	109,60%
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO</b>	2.345,94	4.738,00	49,51%	60.218,41	54.942,00	109,60%	60.218,41	54.942,00	109,60%
<b>FLUXO DOS INVESTIMENTOS</b>	174.179,77	92.446,00	188,41%	1.362.683,51	1.065.902,00	127,84%	1.362.683,51	1.065.902,00	127,84%

(i) **NO MÊS:** é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

(ii) **ATÉ O MÊS:** é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

As receitas de investimentos projetadas para o exercício de 2018 registradas em Valor Projetado aparecem confrontadas com as efetivamente apuradas, registradas como Valor Realizado. O Fluxo dos Investimentos encerrou o exercício com valor realizado de R\$ 1.362.683,51 contra o valor orçado de R\$ 1.065.902,00 - o que equivale a 127,84%, motivado diretamente pelas operações realizadas no Segmento de Renda Fixa do Plano, aliada a queda das Taxas dos Títulos Públicos precificados a “Mercado”.

## 7.3 CONTÁBIL

### 7.3.1 Enquadramento

### QUADRO 26. BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercícios		PASSIVO	Exercícios	
	2018	2017		2018	2017
<b>DISPONÍVEL</b>	7	5	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	504	516
			Gestão Administrativa	504	503
			Investimentos	-	13
<b>REALIZÁVEL</b>	14.993	15.769	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	5.255	5.057
Gestão Administrativa	4.262	4.147	Gestão Administrativa	5.255	5.057
Investimentos	10.731	11.622			
Títulos Públicos	10.335	10.918			
Fundos de Investimento	396	704	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	12.991	14.002
<b>PERMANENTE</b>	3.751	3.801	<b>FUNDOS</b>	12.991	14.002
Imobilizado	3.742	3.784	Fundos Administrativos	12.991	14.002
Diferido	9	17			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	18.751	19.575	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	18.751	19.575

### QUADRO 27. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2018	2017	
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	14.002	13.264	5,56
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	6.692	7.975	(16,09)
<b>1.1. Receitas</b>	6.692	7.975	(16,09)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.042	1.867	(44,18)
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.269	3.152	35,43
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	18	28	(37,41)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.363	2.928	(53,46)
Outras Receitas	1	-	100,00
<b>2. Despesas Administrativas</b>	7.522	7.238	3,93
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	3.417	4.086	(16,37)
Pessoal e encargos	2.245	2.746	(18,24)
Treinamentos/congressos e seminários	15	11	39,94
Viagens e estadias	15	27	(44,09)
Serviços de terceiros	454	670	(32,23)
Despesas gerais	498	338	47,63
Depreciações e amortizações	36	55	(35,14)
Tributos	102	236	(56,68)
Outras Despesas	52	4	1.240,32
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	4.105	3.152	30,25
Pessoal e encargos	2.564	1.941	32,10
Treinamentos/congressos e seminários	35	21	64,12
Viagens e estadias	40	18	124,02
Serviços de terceiros	667	559	19,46
Despesas gerais	482	362	33,08
Depreciações e amortizações	52	57	(8,03)
Tributos	244	135	80,30
Outras Despesas	23	60	(62,40)
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	180	-	100,00
<b>6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	(1.010)	737	(237,03)
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	(1.010)	737	(237,03)
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)</b>	12.991	14.002	(7,22)



**QUADRO 28. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PB I – BD (FECHADO)**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2018	2017	
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>8.346</b>	<b>7.526</b>	<b>10,90</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>2.338</b>	<b>6.673</b>	<b>(64,96)</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>2.338</b>	<b>6.673</b>	<b>(64,96)</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	229	1.442	(84,09)
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.653	2.275	(27,35)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	18	28	(37,41)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	438	2.928	(85,04)
Outras Receitas	1	-	100,00
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>3.049</b>	<b>5.853</b>	<b>(47,91)</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>1.291</b>	<b>3.184</b>	<b>(59,45)</b>
Pessoal e encargos	870	2.198	(60,43)
Treinamentos/congressos e seminários	6	4	37,60
Viagens e estadias	6	19	(66,12)
Serviços de terceiros	215	474	(54,61)
Despesas gerais	116	258	(54,93)
Depreciações e amortizações	12	42	(70,88)
Tributos	40	189	(78,75)
Outras Despesas	26	-	100,00
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>1.757</b>	<b>2.669</b>	<b>(34,15)</b>
Pessoal e encargos	1.084	1.634	(33,68)
Treinamentos/congressos e seminários	12	17	(28,58)
Viagens e estadias	14	14	(3,62)
Serviços de terceiros	325	495	(34,39)
Despesas gerais	186	292	(36,45)
Depreciações e amortizações	18	44	(59,32)
Tributos	109	113	(3,26)
Outras Despesas	11	60	(82,50)
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>107</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>
<b>6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-5)</b>	<b>(818)</b>	<b>820</b>	<b>(199,71)</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>(818)</b>	<b>820</b>	<b>(199,71)</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)</b>	<b>7.528</b>	<b>8.346</b>	<b>(9,80)</b>

**QUADRO 29. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PB II – CODEPREV**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2018	2017	
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>2.264</b>	<b>1.214</b>	<b>86,50</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>2.264</b>	<b>1.214</b>	<b>86,50</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	813	425	91,15
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.451	788	83,99
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>2.234</b>	<b>1.214</b>	<b>84,03</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>1.073</b>	<b>819</b>	<b>31,08</b>
Pessoal e encargos	749	493	51,98
Treinamentos/congressos e seminários	6	6	(3,54)
Viagens e estadias	6	8	(26,20)
Serviços de terceiros	136	180	(24,44)
Despesas gerais	108	70	53,09
Depreciações e amortizações	16	13	17,79
Tributos	45	44	2,83
Outras Despesas	7	4	91,94
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>1.160</b>	<b>395</b>	<b>193,88</b>
Pessoal e encargos	751	255	194,24
Treinamentos/congressos e seminários	14	4	280,23
Viagens e estadias	16	3	497,06
Serviços de terceiros	124	41	205,77
Despesas gerais	173	60	186,73
Depreciações e amortizações	22	12	79,98
Tributos	56	20	184,79
Outras Despesas	3	-	100,00
<b>6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>30</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>30</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)</b>	<b>30</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>

**QUADRO 30. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PB III – SALDADO**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2018	2017	
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>5.656</b>	<b>5.738</b>	<b>(1,44)</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>2.090</b>	<b>88</b>	<b>2.265,60</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>2.090</b>	<b>88</b>	<b>2.265,60</b>
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.165	88	1.218,83
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	925	-	100,00
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>2.240</b>	<b>171</b>	<b>1.210,51</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>1.052</b>	<b>83</b>	<b>1.174,22</b>
Pessoal e encargos	626	55	1.047,45
Treinamentos/congressos e seminários	3	0	2.387,49
Viagens e estadias	3	-	100,00
Serviços de terceiros	103	15	565,19
Despesas gerais	274	9	2.881,46
Depreciações e amortizações	8	0	2.721,01
Tributos	17	3	457,96
Outras Despesas	19	-	100,00
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>1.188</b>	<b>88</b>	<b>1.244,43</b>
Pessoal e encargos	729	52	1.305,30
Treinamentos/congressos e seminários	8	1	1.251,04
Viagens e estadias	10	1	1.121,90
Serviços de terceiros	219	23	844,08
Despesas gerais	123	9	1.233,45
Depreciações e amortizações	12	0	2.653,84
Tributos	78	2	3.393,90
Outras Despesas	9	-	100,00
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>73</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>
<b>6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-5)</b>	<b>(223)</b>	<b>(83)</b>	<b>169,84</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>(223)</b>	<b>(83)</b>	<b>169,84</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)</b>	<b>5.433</b>	<b>5.656</b>	<b>(3,94)</b>

**7.3.2 Notas Explicativas**
**7.3.2.1 Ativo Realizável**
**7.3.2.1.1 Gestão Administrativa**

- a) Contribuição p/ Custeio do PGA – R\$ 71 mil;
- b) Adiantamentos a Empregados/Férias – R\$ 39 mil;
- c) Cobertura c/ Custeio dos Investimentos – R\$ 405 mil;
- d) Depósitos Judiciais e Recursais – R\$ 3.707 mil.

Na letra "a" os registros correspondem ao repasse da taxa de carregamento incidente sobre as contribuições realizadas no mês de dezembro/2018, as quais serão liquidadas no mês de janeiro/2019.

A letra "b" refere-se à provisão de adiantamento de férias paga aos empregados da Fundação. Os valores são ressarcidos em até 10 prestações, descontadas mensalmente na folha dos empregados.

A letra "c" refere-se à apropriação do repasse oriunda dos Planos de Benefícios a ser realizado no mês de janeiro/2019. Os valores foram provisionados em dezembro/2018 nos Planos de Benefícios como custeio a pagar e, no PGA, como receita a receber.

A letra "d" corresponde aos depósitos de PIS, COFINS e IR, depositados em juízo. Destaque para o PIS e COFINS com os valores de R\$ 586 mil e R\$ 3.064 mil, respectivamente, conforme extrato judicial encaminhado pelo JCMB Advogados e Consultores.

**7.3.2.1.2 Gestão de Investimentos**

Os investimentos do Programa de Gestão Administrativa - PGA estão distribuídos da seguinte forma:

**QUADRO 31. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Plano de Gestão Administrativa	dez/18	dez/17	AVALIAÇÃO		
			Vertical		Horizontal em relação a 2017
			2018	2017	
<b>Investimentos</b>	<b>10.730</b>	<b>11.622</b>			
Títulos Públicos	10.335	10.918	96,3%	93,9%	-5%
Fundos de Investimento	395	704	3,7%	6,1%	-44%
Multimercado	395	704	3,7%	6,1%	-44%



Do quadro acima, destaca-se em relação ao total do Programa de Investimentos, os Títulos Públicos Federais - NTN/B que correspondem a 96,3% e o Fundo de Investimento Multimercado, com 3,7%.

No decorrer do exercício de 2018, a Carteira de Títulos Públicos Federais - NTN/B existentes no Plano de Gestão Administrativa - PGA, a gestão praticada pela Diretoria de Finanças e aprovada pelo Comitê Estratégico de Investimentos - CEI, também sofreu sensível processo de modificação, tendo em vista a continuidade do alongamento de seus vencimentos e adequação ao comportamento da Taxa Básica de Juros - Selic administrada pelo Comitê de Política Monetária-COPOM, com objetivo de rentabilizar o Plano: (i) - Devidamente atestada pelo AETQ e (ii) - Processo precedido de avaliação do Comitê Estratégico de Investimento - CEI.

### 7.3.2.2 Exigível Operacional

#### 7.3.2.2.1 Gestão Administrativa:

a) Contas a Pagar/ Fornecedores/ Serviços de Terceiros/ Taxas – R\$ 504 mil. No entanto, as mais representativas correspondem a R\$ 52 mil relativo a Serviços de Terceiros e R\$ 265 mil referente às Provisões Salariais;

b) Retenções a Recolher (valores de IR retidos sobre salários e de IR, PIS e COFINS de fornecedores e prestadores de serviço a serem repassados fundamentalmente ao governo) – R\$ 47 mil. Nessa conta o mais representativo corresponde ao IR retido sobre salários R\$ 41 mil;

Os valores correspondem a provisões na competência relativamente ao mês de dezembro/2018, as quais serão liquidadas em janeiro/2019.

### 7.3.2.3 Exigível Contingencial

#### 7.3.2.3.1 Gestão Administrativa

- a) Provisão de PIS – R\$ 586 mil;
- b) Provisão de COFINS – R\$ 3.064 mil;
- c) Provisão de IR – R\$ 56 mil;
- d) Provisão de CSLL – R\$ 1.367 mil.

Os valores especificados nas letras "a", "b" e "c", correspondem a depósitos judiciais. A Entidade, em 06 de março de 2006, moveu contra a Delegacia da Receita Federal de Brasília, mandado de segurança preventivo com pedido de medida liminar no processo nº 2009.34.00.008213-4, transitando na 4ª Vara Federal de Brasília/DF. O objetivo da ação é buscar o entendimento adequado ao tratamento tributário a vigorar sobre os recursos dos planos de previdência, uma vez que a entidade entende que as contribuições sociais - PIS e COFINS não têm por base de cálculo valores aportados por participantes e patrocinadora.

Com fulcro na Lei Complementar nº 109/2001, principalmente, se insurge a fundação contra a exigência de proceder ao pagamento das contribuições citadas, ante o fato de ela não possuir faturamento. A Lei 9.718/1998, que criou as contribuições sociais, fala de faturamento, logo, não havendo o pressuposto, a obrigatoriedade da exigência, por parte da Receita Federal, se configura como ato

inconstitucional, na opinião da Fundação.

É vital apresentar o "modus operandis" para a constituição das provisões: (I) na competência o registro é realizado como despesa da competência, tendo em vista que o pagamento é procedido até o dia 20 do mês subsequente, a contrapartida vai registrada como obrigações operacionais a pagar; (II) não se verificando o trânsito da sentença, a entidade reclassifica a obrigação a pagar em relação a contingência e o valor desembolsado como garantidor da ação, tendo em vista que é realizado o depósito judicial correspondente.

A partir de janeiro de 2015, com a publicação da Lei nº 12.973/14 no diz respeito à tese jurídica do PIS e da COFINS, a entidade passou a recolher

as contribuições normalmente, e não mais deposita-las judicialmente. A nova legislação prevê a cobrança desses tributos sobre toda e qualquer receita inerente ao exercício da atividade da empresa ou instituição, tendo sido publicada sob a égide da EC no. 20/1998, que autoriza o legislador a cobrar o PIS e a COFINS sobre essa base (diferentemente do que ocorria com a Lei 9.718/98, publicada anteriormente à EC no. 20/1998, quando a base constitucional para a cobrança de tais contribuições era apenas o faturamento, assim entendido como a receita decorrente da venda de bens e mercadorias e da prestação de serviços).

Com relação à Provisão de CSLL, o registro foi realizado em função da reclassificação deste, antes existente no Plano de Benefícios em 2012.

QUADRO 32. RECEITAS X DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	valores em mil		
	dez/18	dez/17	%
<b>Custeios Totais Oriundos</b>	<b>6.692</b>	<b>7.975</b>	<b>-16%</b>
CONTRIBUIÇÃO DOS PLANOS	1.043	1.867	-44%
INVESTIMENTO DOS PLANOS	4.286	3.180	35%
RESULTADO DOS INVEST. DO PGA	1.363	2.928	-53%
<b>Despesas Totais com a Gestão</b>	<b>7.702</b>	<b>7.238</b>	<b>6%</b>
PREVIDENCIAL	3.597	4.086	-12%
INVESTIMENTO	4.105	3.152	30%

As receitas do PGA são compostas pela Taxa de Carregamento e Taxa de Administração dos Investimentos, elas totalizaram R\$ 5.329 mil enquanto os recursos existentes no próprio plano produziram receita de R\$ 1.363 mil, perfazendo assim a cifra total de R\$ 6.692 mil.

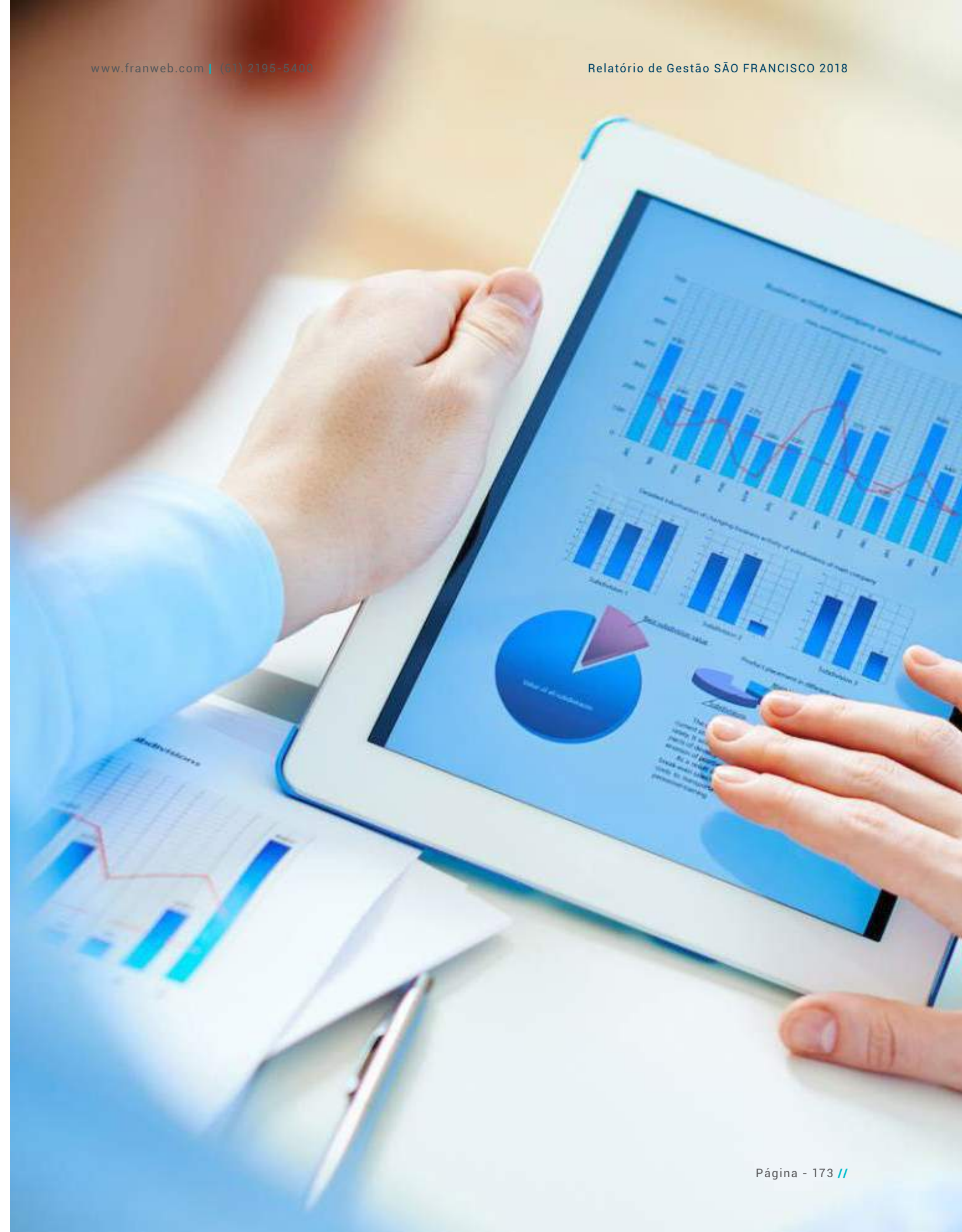
Na apuração dos gastos, registrados em centros de responsabilidades, por meio de critério de rateio, estabelecido pela Diretoria Executiva com aprovação do Conselho Deliberativo, por ocasião da formulação do orçamento previsto para o exercício findo, os valores foram distribuídos entre a Gestão Administrativa Previdencial R\$ 3.597 mil e Gestão Administrativa dos Investimentos R\$ 4.105 mil totalizando R\$ 7.702 mil.

A taxa de carregamento corresponde à aplicação de percentual definido pelo Atuário sobre as contribuições vertidas ao plano, e tem por finalidade custear as despesas administrativas da instituição São Francisco, vinculadas a atividade de previdência. Já a taxa de administração dos investimentos corresponde das despesas relacionadas à Gestão Administrativa dos Investimentos, apuradas segundo a adoção de rateios para cada área de responsabilidade, além, da taxa de administração cobrada por ocasião da concessão dos empréstimos. Com relação a essa última, vem se notando sua redução devido ao menor número de contratos firmados a cada exercício.

#### 7.3.1.1.1 Fato Relevante

1 Abaixo estão as ações judiciais classificadas pelos escritórios de Advocacia como probabilidade de perdas ou ganhos "Possíveis":

AÇÃO	Nº PROCESSO	VALOR DA AÇÃO
<b>PIS/COFINS - Mandado de Segurança</b>	2006.34.00.008213-4	R\$ 20.000,00
<b>PIS - Ação Anulatória</b>	0006661-29.2011.4.01.3400	R\$ 49.733,78
<b>COFINS - Ação Anulatória</b>	0037095-35.2010.4.01.3400	R\$ 212.518,16





# 7. Pareceres Atuariais

## Plano de Benefício I



Anexo 1 ao JM/0481/2019 de 14/03/2019

### DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL (D.A.)

#### PLANO DE BENEFÍCIOS I DA FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO

##### I - INFORMAÇÕES CADASTRAIS:

CNPB: 19810010-18  
CPF do atuário: 405.910.507-49  
CNPJ da empresa de atuária: 30.020.036/0001-06

##### II - INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2018  
Data do Cadastro: 30/09/2018  
Data da Avaliação: 31/12/2018  
Observações: Base setembro de 2018, já considerando a atualização pelo INPC de setembro/2018 a novembro/18, de 0,45%, dos Salários Reais de Benefício de cada participante não assistido, para provisioná-los na data base de dezembro/18, bem como a atualização dos benefícios já concedidos, de 3,29%, correspondente ao INPC do IBGE de janeiro/2018 a novembro/2018, para provisiona-los na data base de dezembro/2018.

##### III - DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Grupo de Custeio: 1

Patrocinadores e Instituidores: CNPJ da São Francisco: 01.635.671/0001-91  
CNPJ da CODEVASF: 00.399.857/0001-26

Participantes Ativos (Não Assistidos): 1 (ativo).

Folha de Salário de Participação \*1:  $13 \times R\$ 17.290,05 = R\$ 224.770,65$

\*1: Corresponde a Folha de Salário de Participação (média corrigida dos últimos 12 Salários Reais de Contribuição) dos Participantes Não Assistidos a preços de 31/12/2018.

Tempo médio de Contribuição para o Plano (Não Assistido): 33 anos ou 396 meses

Tempo médio para a Aposentadoria (Programada): 0 ano ou 0 meses





**a) Seção das hipóteses atuariais:****a.1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros**

Valor: 4,90% ao ano

Quantidade esperada no exercício seguinte: 4,90%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 9,56%

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: A meta atuarial de rentabilidade real de 4,90% ao ano foi alcançada no exercício encerrado, sendo relevante destacar as colocações apresentadas, a seguir, como Opinião do Atuário e como Justificativa da EFPC.

**Opinião do Atuário:** A taxa real de juros foi mantida em 4,90% ao ano, em conformidade com o apresentado no JM/2402/2018, de 11/12/2018, através do Relatório de nossa Consultoria Atuarial referente ao Estudo de Adequação e Convergência da Taxa Real Anual de Juros, para a Avaliação Atuarial do ano de 2018, que considerou a Taxa Interna de Retorno da Carteira apontada pelo Estudo realizado pelo Sr. Marcos André Prandi, em 11/12/2018, com base na carteira de investimento registrada na apuração das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2018, encaminhado pelo AETQ da entidade através do ATESTADO DE CONFORMIDADE E VALIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TÉCNICAS, por ele emitido, em 10 de dezembro de 2018, acompanhado da respectiva planilha, devidamente preenchida, para fins de atendimento a Instrução PREVIC nº 23 de 26/06/2015. O resultado encontrado dos ativos a vencimento foi de rentabilidade estimada em 4,94% a.a. pelo prazo da "duration" do passivo de 9,77 anos. Assim sendo, a Fundação São Francisco, em seu Plano BD, optou por manter a taxa real de juros de 4,90% a.a. para esta Avaliação Atuarial, uma vez que a mesma está compreendida entre o mínimo 4,19% a.a. e o máximo 6,39% a.a. (em conformidade com o estabelecido pela Portaria PREVIC nº 363 de 26/04/2018).

**Justificativa EFPC:** Considerando que o Relatório de Estudo de Adequação e Convergência da Taxa Real Anual de Juros, apresentado através do JM/2402/2018, de 11/12/2018, utilizou como subsídio o estudo de alocação do Plano de Benefícios Definidos (BD) realizado pela FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, devidamente atestado pelo AETQ quando aos dados utilizados, nos termos contidos no art. 3º parágrafo 2º da Instrução nº 23 de 26/06/2015, PREVIC, nos posicionamos de forma favorável, dentro do cenário esperado para os anos futuros, à perspectiva de obtenção de retornos reais compatíveis com a meta atuarial de INPC + juros reais de 4,90% ao ano, levando em consideração os fluxos de receitas e de despesas, as rentabilidades dos títulos já existentes em carteira e as aplicações/reaplicações de recursos a serem realizadas no futuro, estando o referido Estudo em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23 de 26/06/2015.

**a.2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)**

Valor: -

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: Não aplicável por não ter sido adotada tal hipótese, conforme colocado na opinião do atuário.

**Opinião do Atuário:** Considerando que após o fechamento do processo de saldamento, em 30/11/2017, apenas um participante ativo ainda continua no Plano BD I, cujas as suas carências mínimas para a sua aposentaria plena já foram atingidas, não há mais que se utilizar qualquer projeção de crescimento real de salário, uma vez que a qualquer momento o referido participante poderá requerê-la.

**Justificativa EFPC:** A colocação feita pelo atuário justifica plenamente não haver mais razão de se utilizar qualquer projeção para a Hipótese de Crescimento Real de Salário.

**a.3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários**

Valor: -

Quantidade esperada no exercício seguinte: Não foi adotada tal hipótese.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: Não foi adotada tal hipótese.

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: Não aplicável por não ter sido adotada tal hipótese, conforme colocado na opinião do atuário.

**Opinião do Atuário:** Como na avaliação atuarial se trabalha com o Salário Real de Benefício, que é a média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição, já está embutido nessa média o Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, não sendo necessária a adoção dessa hipótese.

**Justificativa EFPC:** A colocação feita pelo atuário justifica plenamente não ser necessária a adoção dessa hipótese.

**a.4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade**

Valor: 97% (compatível com uma inflação média de 5,5% ao ano, ao longo dos anos futuros).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 97%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 98,08%

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: O indexador do Plano INPC do IBGE para o ano de 2018 ficou em 3,43%, ou seja, abaixo do centro da meta de inflação do Governo Federal, enquanto que a inflação esperada para o ano de 2017 foi projetada com base entre o referido limite superior e o centro da meta de inflação de 4,5% do Governo Federal, ou seja, na ordem de 5,5%, que é compatível com o Fator de Capacidade de 97%.





**Opinião do Atuário:** O fator de capacidade de 97% é compatível com uma inflação média anual da ordem de 5,5%, que está dentro do intervalo da meta de inflação no Brasil para 2019, ou seja, entre 2,75% ao ano e 5,75% ao ano. Em todo caso, deve-se ficar atento à tendência de evolução ao longo do tempo da referida inflação brasileira para, se necessário, ajustar a projeção de inflação média anual.

**Justificativa EFPC:** No momento, o Fator de 97% se mostra aceitável, mas estaremos acompanhando a tendência da inflação para os anos futuros para, quando se configurar necessário, ajustar tal Fator as novas expectativas de inflações anuais futuras.

#### a.5) **Hipótese: Rotatividade**

Valor: -

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: Não aplicável por não ter sido adotada tal hipótese, conforme colocado na opinião do atuário.

**Opinião do Atuário:** Considerando que após o fechamento do processo de saldamento, em 30/11/2017, apenas um participante ativo ainda continua no Plano BD I, cujas as suas carências mínimas para a sua aposentaria plena já foram atingidas, não há mais que se utilizar qualquer projeção de rotatividade, uma vez que a qualquer momento o referido participante poderá requerê-la.

**Justificativa EFPC:** A colocação feita pelo atuário justifica plenamente não haver mais razão de se utilizar qualquer projeção para a Hipótese de Rotatividade.

#### a.6) **Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral**

Valor: “ $q_x$  da SUSEP EMSsb 2010 (50,3% masculina + 49,7% feminina) agravada em 8%”

Quantidade esperada no exercício seguinte: 13

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 10

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: A diferença, no exercício de 2018, de 4 (10-14) entre a quantidade ocorrida (10) e a quantidade esperada (14) é compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo Anexo 1 ao JM/2315/2018 de 28/11/2018.

**Opinião do Atuário:** Em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015, foi realizado o estudo de aderência de Tábuas de Mortalidade Geral, apresentado pelo Anexo 1 ao JM/2315/2018 de 28/11/2018, que passa a ter validade máxima de 3 (três) anos, no qual indicou a adoção da Tábua de Sobrevivência / Mortalidade Geral da SUSEP EMSsb 2010 (50,3% masculina + 49,7% feminina) agravada em 8%, para esta Demonstração Atuarial do exercício de 2018 do Plano BD da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO.



**Justificativa EFPC:** Concordamos com os procedimentos elaborados pelo atuário, onde nos posicionamos favorável à sua indicação que considerou, com base no Anexo 1 ao JM/2315/2018 de 28/11/2018, pela adoção da Tábua de Sobrevivência / Mortalidade Geral da SUSEP EMSsb 2010 (50,3% masculina + 49,7% feminina) agravada em 8%, nesta Demonstração Atuarial.

#### a.7) **Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos**

Valor: “ $q_x^i = q_x$  da AT-2000 (masculina)”

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,75

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: A diferença, no exercício de 2018, de 0,30 (0,70-1) entre a quantidade esperada (0,70) e a quantidade ocorrida (1), é compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade, apresentado pelo Anexo 1 ao JM/2315/2018 de 28/11/2018.

**Opinião do Atuário:** Em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015, foi realizado o estudo de aderência de Tábuas de Mortalidade de Inválidos, apresentado pelo Anexo 1 ao JM/2315/2018 de 28/11/2018, que passa a ter validade máxima de 3 (três) anos, no qual indicou a manutenção da Tábua de Sobrevivência / Mortalidade de Inválidos da AT-2000 (masculina), para esta Demonstração Atuarial do exercício de 2018 do Plano BD da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO.

**Justificativa EFPC:** Concordamos com os procedimentos elaborados pelo atuário, onde nos posicionamos favorável à sua indicação que considerou, com base no Anexo 1 ao JM/2315/2018 de 28/11/2018, pela manutenção da Tábua de Sobrevivência / Mortalidade de Inválidos da AT-2000 (masculina), nesta Demonstração Atuarial.

#### a.8) **Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez**

Valor: “ $i_x$  da LIGHT (FRACA)”

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: A diferença, no exercício de 2018, de 0 (0-0) entre a quantidade esperada e a quantidade ocorrida, é compatível com o teste de Aderência de Tábua de Entrada em Invalidez, apresentado pelo Anexo 2 ao JM/2315/2018 de 28/11/2018.

**Opinião do Atuário:** Em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015, foi realizado o estudo de aderência de Tábuas de Entrada em Invalidez, apresentado pelo Anexo 2 ao JM/2315/2018 de 28/11/2018, que passa a ter validade máxima de 3 (três) anos, no qual indicou a adoção da Tábua de Entrada em Invalidez da LIGHT FRACA, para esta Demonstração Atuarial do exercício de 2018 do Plano BD da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO.





**Justificativa EFPC:** Concordamos com os procedimentos elaborados pelo atuário, onde nos posicionamos favorável à sua indicação que considerou, com base no Anexo 2 ao JM/2315/2018 de 28/11/2018, a adoção da Tábua de Entrada em Invalidez da LIGHT FRACA nesta Demonstração Atuarial.

**a.9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas**

Valor: Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Aposentadorias e Pensões por Morte e Experiência Regional atualizada em 2017 nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: Em função da manutenção da Composição Média de Família de Dependentes dos participantes ativos, do Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, não há alteração entre a quantidade esperada e a ocorrida no exercício de 2018, sendo, em média, de 1 dependente por participante ativo (os valores informados representam a média de dependentes por família).

**Opinião do Atuário:** Estamos adotando, desde a avaliação atuarial de 2009, a família efetiva para os Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já concedidas, bem como a “família padrão média”(Hx) tão-somente para os Benefícios a Conceder, aos Participantes Não Assistidos, cuja sua última atualização foi através do estudo realizado pelo JM/2366/2017, com validade máxima de 3 (três) anos (até 2019), conforme a Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015.

**Justificativa EFPC:** A adoção da família efetiva para avaliar os compromissos relativos aos Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já Concedidos, mantendo-se a adoção da composição de família correspondente à Experiência Regional tão-somente para os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos traz maior realismo aos resultados da avaliação atuarial.

**a.10) Hipótese: Indexador do Plano**

Valor: INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,5%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 3,43%

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: Considerando o INPC o indexador do Plano, conforme estabelecido em Regulamento, para o ano de 2018, este índice acumulado resultou em 3,43%, ou seja, abaixo do centro da meta de inflação, sendo que a projeção de taxa de inflação esperada para o exercício de 2018 foi de 5,5% ao ano, que corresponde estar se trabalhando entre o limite superior e o centro da meta de inflação a longo prazo do Governo Federal.

**Opinião do Atuário:** O indexador em questão se baseia no fato de que o INPC do IBGE é o indexador regulamentar para os reajustes dos benefícios da prestação continuada do Plano e corresponde ao índice de inflação que mede a



variação de preços ao consumidor calculado pelo órgão governamental competente (IBGE).

**Justificativa EFPC:** Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

**a.11) Hipótese: Entrada em Aposentadoria**

Valor: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: A diferença entre a quantidade esperada e a ocorrida no ano de 2018 foi de 0 (Ver “Opinião do Atuário”).

**Opinião do Atuário:** Em função da aprovação de um Programa de Demissão Incentivada (PDI), aberta aos participantes ativos até dezembro de 2018 e com efeitos durante o exercício de 2019, segundo informações da própria Entidade, foi considerada, para a Hipótese de Entrada em Aposentadoria, que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução ou exceção.

**Justificativa EFPC:** Concordamos com as colocações apresentadas na opinião do atuário.





**b) Seção dos Benefícios (\*1):**

(\*1) Com base nas informações cadastrais fornecidas pela Fundação São Francisco.

ESTATÍSTICAS	BENEFÍCIOS				
	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	IDADE	ESPECIAL	INVALIDEZ	PENSÃO
Qtd de benefícios concedidos	452	68	14	51	251
Valor médio do benefício	R\$ 5.513,75	R\$ 2.051,02	R\$ 2.546,11	R\$ 2.667,50	R\$ 1.516,53
Idade média dos assistidos (em anos)	73	80	75	66	78
<b>Provisão Matemática Benefícios Concedidos</b>					
VABF Programados - Assistidos	R\$ 289.431.853,09	R\$ 13.586.012,63	R\$ 3.614.504,38		R\$ 24.338.484,84
VABF Não Programados - Assistidos				R\$ 17.648.109,85	R\$ 15.824.513,97
<b>Provisão Matemática Benefícios a Conceder</b>					
<b>BD Capitalização Programado</b>					
VABF	R\$ 1.542.886,23				
VACF Patrocinadores	R\$ -				
VACF Participantes	R\$ -				
<b>BD Capitalização Não Programado</b>					
VABF			R\$ -	R\$ -	
VACF Patrocinadores			R\$ -	R\$ -	
VACF Participantes			R\$ -	R\$ -	
<b>Custo do Ano (em reais) * (1)</b>	121.212,99			0,00	0,00
<b>Custo do Ano (em % da Folha de Salário)* (1)</b>	53,93%			0,00%	0,00%

\* inclui sobrecarga administrativa.

(1) No custo de Invalidez está incluso o custo referente ao auxílio-doença e, no custo da pensão, está incluso o custo referente ao Pecúlio por Morte.

**c) Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:**

**Déficit Equacionado**

Patrocinador:  
Valor: -  
Prazo: -

Participantes ativos:  
Valor: -  
Prazo: -

Assistidos:  
Valor: -  
Prazo: -

**Serviço Passado**

Patrocinador:  
Valor: -  
Prazo: -

Participantes ativos:  
Valor: -

Prazo: -  
Assistidos: -  
Valor: -  
Prazo: -

**Outras Finalidades**

Patrocinador:  
Valor: -  
Prazo: -

Participantes ativos:  
Valor: -  
Prazo: -

Assistidos:  
Valor: -  
Prazo: -

**d) Seção do Patrimônio de Cobertura:**

Patrimônio de Cobertura: R\$ 350.417.434,43 (\*1)

Insuficiência de Cobertura: -

(\*1) Informação fornecida pela Fundação São Francisco.

**e) Seção dos fundos previdenciais atuariais:**

Finalidade: -

Fonte de Custeio: -

Recursos Recebidos no Exercício: R\$ -  
Recursos Utilizados no Exercício: R\$ -

Saldo: R\$ -

**f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:**

Patrocinador: -  
Participantes Ativos: -  
Assistidos: -  
Déficit Técnico: R\$ 15.568.930,57  
Reserva de Contingência: R\$ -  
Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$ -

**Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado**

Resultado Realizado: R\$ (15.568.930,57)

Superávit Técnico Acumulado: R\$ -

Déficit Técnico Acumulado: R\$ (15.568.930,57)

Ajuste de Precificação: R\$ 643.454,11 (\*)

Equilíbrio Técnico Ajustado: R\$ (14.925.476,46)

(\*) Resultado do cálculo do Ajuste de Precificação realizado pelo Sistema VENTURO da Previc na posição de 31/12/2018.

g) **Duration do Passivo:** 9,77 anos ou 117,60 meses**IV - PLANO DE CUSTEIO**

## 1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador:

% Contribuição Normal do Patrocinador  $\times$  (13  $\times$  Folha de Salário dos Participantes Não Assistidos em 31/12/2018) $(8,31\% \times 13 \times R\$ 17.290,05) = 18.678,44$  $18.678,44 + (188,00\% \times 18.678,44) + 0,852 \times (188,00\% \times 2.280.766,81) = \mathbf{R\$ 3.707.034,95}$ 

## 2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador - Equacionamento de Déficit: (Ver Nota)

## 3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – serviço passado: -

## 4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Outras Finalidades: -

## 5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos:

 $(12,02\% \times 13 \times R\$ 17.290,05) = 27.017,43$  $27.017,43 + (188,00\% \times 27.017,43) = \mathbf{R\$ 77.810,20}$ 

## 6) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Equacionamento de Déficit: (Ver Nota)

## 7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Serviço Passado: -

## 8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Outras Finalidades: -

## 9) Contribuições Previdenciais Normais dos Assistidos:

% médio de Contribuição Normal do Assistido  $\times$  (13  $\times$  Folha de Benefício dos Participantes Assistidos em 31/03/2018). $5,52\% \times (13 \times R\$ 3.178.326,10) = R\$ 2.280.766,81$  $2.280.766,81 + (188,00\% \times 2.280.766,81) = \mathbf{R\$ 6.568.608,41.}$ 

## 10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Equacionamento do Déficit: (Ver Nota)

## 11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Serviço Passado: -

## 12) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Outras Finalidades: -

## 13) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar: -

## 14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Patrocinador: -

## 15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Participantes: -

## 16) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Assistidos: -

## 17) Início de vigência do plano de custeio: 1º de abril de 2019.

**NOTA:** Conforme evidenciado pelo JM/0729/2015, de 06/04/2015, o Método Agregado do Regime de Capitalização, adotado na Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, desde seu fechamento a novas adesões de participantes, possui tão somente o conceito de “Contribuição Normal”, não prevendo a existência de “Contribuição Suplementar para Cobertura de Tempo de Serviço Passado” ou a existência de “Contribuição Extraordinária para Equacionamento de Déficit Técnico Acumulado Não Coberto pela Contribuição Normal”, assim sendo, não está sendo considerado qualquer registro como Provisões Matemáticas a Constituir, uma vez que os ajustes provenientes do referido método, estão sendo registrados como “ajuste da contribuição normal” dos participantes, patrocinadoras e assistidos.





**V - PARECER ATUARIAL:**

**V.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:**

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial das contribuições normais estabelecida para o Plano de Benefícios I da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, levando em consideração as hipóteses atuariais apresentadas nesta Demonstração Atuarial (D.A.) Extraordinária e o cadastro de participantes fornecido pela referida FUNDAÇÃO, resultou no Custo Carregado (\*1) de 56,52% da Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (incluído o custo administrativo e excluída a contribuição normal carregada de 15,35% dos Assistidos destinada a participar do custeio do Plano), conforme descrito a seguir:

(\*1) Custo Carregado é o Custo já embutido do Carregamento destinado à cobertura das Despesas Administrativas.

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Mar/18	Dez/18
APOSENTADORIAS *1	48,37%	53,93%
INVALIDEZ	0,00%	0,00%
PENSÃO POR MORTE	0,00%	0,00%
AUXÍLIO-DOENÇA	0,00%	0,00%
PECÚLIO POR MORTE	0,00%	0,00%
<b>SUB-TOTAL (1)</b>	<b>48,37%</b>	<b>53,93%</b>
CUSTO SUPLEMENTAR	-%	-%
ADMINISTRAÇÃO *2	2,62%	2,59%
<b>SUB-TOTAL (2)</b>	<b>2,62%</b>	<b>2,59%</b>
<b>TOTAL (1)+(2)</b>	<b>50,99%</b>	<b>56,52%</b>

\*1: Incluído o Custo do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

\*2: Sobrecarga administrativa igual a 10% do total das Contribuições Normais Originais recolhidas pelos Participantes (Não Assistidos), pelos Assistidos e pelo Patrocinador.

**NOTA:** Nesta Avaliação Atuarial de dezembro de 2018, a idade média dos participantes não assistidos é de 65 anos.

2) O Custo Carregado reavaliado de 56,52% da Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2019, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefício I da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes, quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuição Normal/Suplementar	Em %	
	Mar/18	Dez/18
<b>Referência</b>		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis) *1	29,07% *1	33,42% *1
Contribuição Normal da Patrocinadora *1/*2	21,92% *2	23,10% *2
<b>Sub-total</b>	<b>50,99%</b>	<b>56,52%</b>
Contribuição Suplementar (Ver inciso iv do numeral 5 do item V.3.)	- %	- %
<b>Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):</b>	<b>50,99%</b>	<b>56,52%</b>
<b>Contribuições Normais referente aos Participantes Assistidos:</b>		
Aposentados	15,57%	15,35%
Pensionistas	15,57%	15,35%
Patrocinadora (*3)	11,75%	10,61%

- \*1: 10% da Contribuição Normal Original se destina ao Custeio das Despesas Administrativas.
- \*2: Em % da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (que está limitado a 3 vezes o Teto Máximo do Salário de Benefício da Previdência Social, que é o que se estima ser equivalente a 8,31% da Folha Salarial dos Participantes Não Assistidos sem o referido limite de 3 vezes o Teto Máximo do Salário de Benefício de Previdência Social).
- \*3: No Ajuste da Contribuição Normal se considerou a proporcionalidade contributiva da Contribuição Normal dos Participantes Ativos em relação à Contribuição Normal da Patrocinadora para se calcular o "delta" a ser aplicado na Contribuição Normal dos Participantes Assistidos. Assim sendo, tão somente em relação a esse "delta" da Contribuição Normal dos Participantes Assistidos é que, considerando a referida proporção entre a contribuição normal da Patrocinadora, se calculou a contrapartida patronal em relação ao ajuste ("delta") da Contribuição dos Participantes

**FATO RELEVANTE:** Conforme evidenciado pelo JM/0729/2015, de 06/04/2015, o Método Agregado do Regime de Capitalização, adotado na Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, desde seu fechamento a novas adesões de participantes, possui tão somente o conceito de "Contribuição Normal", não prevendo a existência de "Contribuição Suplementar para Cobertura de Tempo de Serviço Passado" ou a existência de "Contribuição Extraordinária para Equacionamento de Déficit Técnico Acumulado Não Coberto pela Contribuição Normal", assim sendo, não está sendo considerado qualquer registro como Provisões Matemáticas a Constituir, uma vez que os ajustes provenientes do referido método, estão sendo registrados como "ajuste da contribuição normal" dos participantes, patrocinadoras e assistidos.

3) A Contribuição Normal Carregada de 58,27% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos corresponde exatamente ao Custo Normal Carregado atuarialmente verificado em dezembro de 2018, de 58,27% da referida Folha de Salário de Participação. Tal fato significa que a Contribuição Normal Carregada em vigor corresponde exatamente ao Custo Normal Carregado reavaliado em dezembro de 2018.

**IMPORTANTE:** A Contribuição Normal Original, aqui apresentada, a Contribuição Suplementar destinada a dar cobertura ao tempo de serviço passado e o Ajuste da Contribuição Normal, encontram-se detalhadas no numeral 5, do inciso IV, do item V.3..

**V.2. - Variação das Provisões Matemáticas:**

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, de março de 2018 para dezembro de 2018, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:





Referência	31/03/2018	31/12/2018	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos .....	352.720.181,80	364.443.478,77	3,32%
Provisão de Benefícios a Conceder .....	1.261.524,96	1.542.886,23	22,30 %
Provisão Matemática a Constituir .....	- (*1)	- (*1)	
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) .....	353.981.706,76	365.986.365,00	3,39%

\*1: Conforme evidenciado pelo JM/0729/2015, de 06/04/2015, o Método Agregado do Regime de Capitalização, adotado na Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, desde seu fechamento a novas adesões de participantes, possui tão somente o conceito de "Contribuição Normal", não prevendo a existência de "Contribuição Suplementar para Cobertura de Tempo de Serviço Passado" ou a existência de "Contribuição Extraordinária para Equacionamento de Déficit Técnico Acumulado Não Coberto pela Contribuição Normal", assim sendo, não está sendo considerado qualquer registro como Provisões Matemáticas a Constituir, uma vez que os ajustes provenientes do referido método, estão sendo registrados como "ajuste da contribuição normal" dos participantes, patrocinadoras e assistidos.

### V.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

- 1) Com relação à situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios I vigente na Fundação São Francisco, a mesma apresentou um Equilíbrio Técnico (Deficitário), registrado contabilmente, de R\$ (15.568.930,57), onde, conforme a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, considerando o Ajuste de Precificação de R\$ 643.454,11, apresentou um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (14.925.476,46).
- 2) Ressaltamos que diante do recente processo de saldamento, bem como em função da perspectiva de retornos de investimentos mais significativos nos meses de janeiro a março de 2019, iremos verificar, quando da vigência do novo Plano de Custeio em abril de 2019, se, ao avaliarmos atuarialmente o Plano de Benefícios I, o mesmo irá apresentar um resultado positivo como Equilíbrio Técnico Ajustado ou não, para que possamos analisar respectivamente a manutenção do Plano de Custeio constante desta Demonstração Atuarial, ou a sua revisão através de ajustes na Contribuição Normal, em função de se estar utilizando, na Avaliação Atuarial deste Plano, o Método Agregado no Regime de Capitalização, onde conceitualmente, tem-se a necessidade de se ajustar periodicamente a Contribuição Normal a fim de que se mantenha o Plano em Equilíbrio Técnico.
- 3) Nesta Avaliação Atuarial foram alteradas as hipóteses atuariais de Tábua de Mortalidade Geral com a adoção do "q<sub>x</sub> da SUSEP EMSsb 2010 (50,3% masculina + 49,7% feminina) agravada em 8%", de Tábua de Entrada em Invalidez com a adoção do "i<sub>x</sub> da Light (FRACA)" e de Entrada em Aposentadoria ao se passar a considerar que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno. Todas estas alterações representaram o impacto de mais R\$ 9.073.937,96 nas Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco.
- 4) Nesta reavaliação atuarial, foram consideradas as seguintes contribuições dos Participantes, Assistidos, e dos Patrocinadores.



i) **Contribuição Normal Original Carregada dos Participantes (Não Assistidos):**  
Corresponde a Contribuição Normal Original Carregada (ou seja, com sobrecarga para custeio das despesas administrativas) obtida para o conjunto dos Participantes (Não Assistidos) do Plano, aplicando-se os percentuais contributivos constante no Plano de Custeio Anual.

ii) **Contribuição Normal Original Carregada dos Patrocinadores:**  
8,31% da folha de salário dos Participantes (Não Assistidos) sem limite, o que, se projetada corresponder a 10,80% da folha do salário limitado a 3 (três) vezes o Teto Máximo do Salário de Benefícios da Previdência Social, observado o limite paritário contributivo estabelecido no Regulamento e na legislação aplicável.

iii) **Contribuição Normal Original Carregada dos Assistidos:**  
5,52% do valor dos benefícios recebidos pelos Aposentados Assistidos e pelos Pensionistas Assistidos.

iv) **Contribuição Suplementar Carregada do Patrocinador (relativa ao Serviço Passado):**

Não há mais Contribuição Suplementar Carregada do Patrocinador referente ao Serviço Passado, uma vez que o contrato, firmado entre a Patrocinadora CODEVASF e a Fundação São Francisco em 28/11/2001, encerrou-se com a 114ª prestação em dezembro de 2013.

v) **Ajuste nas Contribuições Normais dos Participantes (Não Assistidos), dos Assistidos e dos Patrocinadores:**

v.1.) **Participantes Não Assistidos:**

Ajuste nas Contribuições Normais igual a A% (\*1) do valor das contribuições calculadas com base nos percentuais contributivos normais originais dos Participantes Não Assistidos vigentes em 31/12/2009, incidentes sobre as faixas contributivas do Salário Real de Contribuição de cada Participante Não Assistido.

v.2.) **Patrocinador CODEVASF (em contrapartida ao ajuste na contribuição normal do Participante Não Assistido):**

Ajuste na Contribuição Normal correspondente a A% (\*1) do valor das contribuições normais calculadas com base no percentual contributivo normal original da Patrocinadora CODEVASF vigente em 31/12/2009 e incidente sobre a totalidade dos salários dos Participantes Não Assistidos.

v.3.) **Assistidos (Aposentados/Pensionistas):**

Ajuste na Contribuição Normal correspondente a A% (\*1) do valor das contribuições normais originais de cada participante calculadas com base no percentual contributivo vigente em 31/12/2009, incidente sobre o valor dos Benefícios dos Aposentados Assistidos e dos Pensionistas Assistidos.





#### v.4.) Patrocinador CODEVASF (em contrapartida ao ajuste nas contribuições normais dos Assistidos):

Ajuste na Contribuição Normal igual a **B** vezes o total do Ajuste na Contribuição Normal feitas pelos Aposentados Assistidos e pelos Pensionistas Assistidos, onde **B** é igual a 0,754 até junho de 2012 e é igual a 0,852 a partir de agosto de 2012.

(\*1): A% = 65,10% de Julho de 2014 a Junho de 2015;  
A% = 81,98% de Julho de 2015 a Junho de 2016;  
A% = 129,65% de Julho de 2016 a Junho de 2017;  
A% = 156,10% de Julho de 2017 a Dezembro de 2018;  
A% = 188,00% de Abril de 2018 em diante.

**NOTA:** 10% das Contribuições Normais Originais dos Participantes Não Assistidos, dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) e do Patrocinador, correspondem ao carregamento destinado ao custeio das Despesas Administrativas.

- 5) Desde o encerramento do exercício de 2015, visando manter fidelidade com os princípios do Método Agregado do Regime de Capitalização, deixamos de registrar os aumentos nas Contribuições Normais Originais como se fossem Contribuições Extraordinárias para Equacionamento do Déficit, mas sim, com Ajuste das Contribuições Normais, já que esse Método, em realidade, enquadra todos os ajustes contributivos, destinados ao Reequilíbrio Atuarial do Plano, no âmbito das Contribuições Normais.
- 6) A rentabilidade nominal líquida, efetivamente obtida ao longo de 2018 pela FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, na aplicação do Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios I, foi de 13,47% contra uma meta atuarial de rentabilidade líquida estimada de 8,64%, ou seja, o efetivo superou a meta em 4,44%, o que, em termos reais, representou obter mais 9,56%, alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 4,90% ao ano. A variação do índice de inflação utilizado (INPC do IBGE) é aplicada com 1 (um) mês de defasagem. Na apuração das taxas de juros a metodologia empregada foi a Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais das adições e deduções previdenciárias registradas nas contas contábeis iniciadas em “3.”.
- 7) Os principais Riscos Atuariais do Plano em questão estão associados ao aumento de sobrevivência e à redução das taxas de retorno dos investimentos. Para mitigar esses riscos, no que se refere à sobrevivência, ano após ano, vem sendo feitos testes de aderência de tábuas de mortalidade/sobrevivência e implantados, sempre que necessários, os correspondentes ajustes na hipótese de sobrevivência adotada e, no que se refere à taxa de retorno dos investimentos, os consultores financeiros da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, levando em consideração os títulos existentes em carteira associados à cobertura dos benefícios previdenciários e às respectivas durações de seus pagamentos e as taxas de retornos esperadas para as novas aplicações e reaplicações a serem feitas nos anos futuros, tem de continuar se posicionando em relação à hipótese relativa ao retorno dos investimentos para a realização dos ajustes que se façam necessários.



#### V.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

- 1) Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas na letra “a” do item III desta D.A. e os regimes atuariais de financiamento mencionados no item V.7. desta D.A., bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da Avaliação Atuarial do exercício anterior, os quais ainda foram submetidos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial refletida nesta D.A..

#### V.5. - Variação do Resultado Técnico de março de 2018 para dezembro de 2018, apontando as causas mais prováveis:

Resultado Técnico (Déficit) Contábil observado considerando o valor Total das Provisões Matemáticas pelo método de recorrência em 31/12/2018 projetadas com base na Avaliação Atuarial de 31/03/2018	R\$ (5.562.011,68)
Impacto da alteração da Hipótese de Entrada em Aposentadoria considerado a elegibilidade para aposentadoria programada do participante não assistido, quando do 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno.	R\$ (206.799,07)
Impacto da adoção da Tábua de Mortalidade Geral “qx da SUSEP EMSsb 2010 (50,3% masculina + 49,7% feminina) agravada em 8%”	R\$ (8.867.138,89)
Impacto da adoção da Tábua de Entrada em Invalidez Light (FRACA)	(*2)
Outros Resultados de Origens Diversas e Pulverizadas (*1)	R\$ (932.980,93)
<b>Equilíbrio Técnico (déficit) registrado contabilmente em 31/12/2018</b>	<b>R\$ (15.568.930,57)</b>
Ajuste na Precificação dos Ativos realizado em conformidade com a Resolução CNPC 30/2018, na Situação Atuarial do Plano em 31/12/2018.	R\$ 643.454,11
<b>Equilíbrio Técnico Ajustado, registrado em 31/12/2018, após a aplicação do ajuste na precificação dos Ativos, realizado em conformidade com a Resolução CNPC 30/2018</b>	<b>R\$ (14.925.476,46)</b>

(\*1) Equivalente a (0,25)% do total das Provisões Matemáticas, registrado em 31/12/2018, no valor de R\$ 365.986.365,00. (Ver NOTA)

**NOTA:** Consiste nos desvios oriundos do cálculo das Provisões Matemáticas através da Avaliação Atuarial de um determinado mês, em relação às Provisões Matemáticas obtidas no mesmo mês, através de sua evolução pelo método da Recorrência, podendo resultar em um aumento ou redução das Provisões Matemáticas do Plano, em função da comparação com o comportamento previsto, no exercício, dos principais decrementos da massa (morte do ativo, morte do aposentado, entrada em invalidez, entrada em aposentadoria, rotatividade), com o que realmente ocorreu de decremento no mesmo exercício.

#### V.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco apresentou um Equilíbrio Técnico (Deficitário), registrado contabilmente, de R\$ (15.568.930,57), onde, conforme a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, considerando o Ajuste de Precificação de R\$ 643.454,11, apresentou um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (14.925.476,46). Este resultado indicaria, conforme o Regulamento do Plano, a uma revisão do ajuste da contribuição normal do Plano, no entanto, diante do recente processo de saldamento, bem como em função da perspectiva de retornos de investimentos mais significativos nos meses



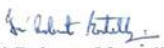


de janeiro a março de 2019, iremos verificar, quando da vigência do novo Plano de Custeio em abril de 2019, se, ao avaliarmos atuarialmente o Plano de Benefícios I, o mesmo irá apresentar um resultado positivo como Equilíbrio Técnico Ajustado ou não, para que possamos analisar respectivamente a manutenção do Plano de Custeio constante desta Demonstração Atuarial, ou a sua revisão através de ajustes na Contribuição Normal, em função de se estar utilizando, na Avaliação Atuarial deste Plano, o Método Agregado no Regime de Capitalização, onde conceitualmente, tem-se a necessidade de se ajustar periodicamente a Contribuição Normal a fim de que se mantenha o Plano em Equilíbrio Técnico.

**V.7. - Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:**

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes, o regime financeiro de Capitalização adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, que são Benefícios de Grande Expressão, é o Agregado, o qual mostra-se plenamente adequado. Já para os demais benefícios, que são Benefícios de Pequena Expressão (Auxílio-Doença / Pecúlio por Morte / Resgate de Contribuições) o regime financeiro adotado é o de Repartição na versão simples, que tem se mostrado adequado dado ao pequeno porte desses Benefícios.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2019

  
José Roberto Montello  
Atuário MIBA 426

# 7. Pareceres Atuariais Plano de Benefício II





**Anexo 3 ao JM/0481/2019 de 14/03/2019****DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS (D.A.)****PLANO DE BENEFÍCIOS II DA FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO****I - INFORMAÇÕES CADASTRAIS:**

CNPB: 20130008-47  
CPF do atuário: 405.910.507/49  
CNPJ da empresa de atuária: 30.020.036/0001-36

**II - INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:**

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2018.  
Data do Cadastro: 31/12/2018  
Data da Avaliação: 31/12/2018  
Observações: Tanto para os Benefícios de Contribuição Definida (Programados), quanto para os Benefícios de Risco, a atualização é feita pela variação das cotas.

**III - DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:**

Grupo de Custeio: 2

Patrocinadores e Instituidores: CNPJ da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO: 01.635.671/0001-91  
CNPJ da CODEVASF: 00.399.857/0001-26

Participantes Ativos: 1015.

Folha de Salário de Participação: \*1 13 × R\$ 19.030.137,92 = R\$ 247.391.792,96  
\*1: Corresponde a Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos a preços de 31/12/2018.

Tempo médio de Contribuição para o Plano:

Tempo médio para Aposentadoria:

**a) Seção das hipóteses atuariais:****a.1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros**

Valor: 10,43%  
Quantidade esperada no exercício seguinte: -  
Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -  
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A variação do valor das cotas no ano de 2018, foi de 10,43%, representando uma taxa real de retorno de 0% em relação ao indexador do Plano, que corresponde, exatamente, à própria variação do valor das cotas, sendo que, pela natureza do Plano, não há divergência entre esperado e ocorrido no exercício encerrado. *fk*



**Opinião do Atuário:** Por se tratar de Plano em que os Benefícios, exceto os de Risco a Conceder, são concedidos na modalidade de Contribuição Definida e em que os Benefícios de Risco a Conceder são avaliados pelo Regime de Repartição Simples, a Hipótese de Taxa Real Anual de Juros é de 0% ao ano, considerando como indexador a variação do valor das cotas, tanto para a atualização dos Benefícios Concedidos na modalidade de Contribuição Definida, quanto para a atualização dos Benefícios de Riscos a Conceder (na modalidade de Benefício Definido), avaliados pelo Regime de Repartição Simples.

**Justificativa EFPC:** Efetivamente, conforme explicado pelo atuário, não há imperativo de rentabilidade no âmbito desse Plano.

**a.2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)**

Valor: Não Aplicável  
Quantidade esperada no exercício seguinte: -  
Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -  
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: -

**Opinião do Atuário:** Não Aplicável.

**Justificativa EFPC:** Não Aplicável.

**a.3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários**

Valor: Não Aplicável.  
Quantidade esperada no exercício seguinte: -  
Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -  
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: -

**Opinião do Atuário:** Não Aplicável.

**Justificativa EFPC:** Não Aplicável.

**a.4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade**

Valor: Não Aplicável.  
Quantidade esperada no exercício seguinte: -  
Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -  
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: -

**Opinião do Atuário:** Não Aplicável.

**Justificativa EFPC:** Não Aplicável. *fk*



**a.5) Hipótese: Rotatividade**

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável por ter sido adotada a hipótese de rotatividade nula, merecendo destaque o apresentado na Opinião do Atuário.

**Opinião do Atuário:** Por se tratar de um Plano em que os Benefícios, exceto os de Risco a Conceder, são concedidos na modalidade de Contribuição Definida e em que os Benefícios de Risco a Conceder são avaliados pelo regime de Repartição Simples, está sendo adotada a Rotatividade Nula, ou seja, não está sendo adotada Rotatividade, o que não causa qualquer risco ou distorção nos resultados.

**Justificativa EFPC:** Efetivamente, conforme explicado pelo atuário, não causa qualquer risco ou distorção nos resultados a adoção de hipótese de Rotatividade Nula.

**a.6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral**

Valor: “ $q_x$  da AT-83 (masculina) agravada em 25%”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 7,47

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença de 5,88 entre a quantidade ocorrida (1) e a esperada (6,88) no exercício encerrado, mostra ser segura a adoção da Tábua de Mortalidade “ $q_x$  da AT-83 (masculina) agravada em 25%”, levando-se em consideração a natureza do Benefício pago por Morte do Participante Ativo e o quantitativo de participantes envolvidos nesse risco.

**Opinião do Atuário:** Por se tratar de benefício a ser pago pela ocorrência de morte do participante ativo e não em decorrência da sua sobrevivência, por conservadorismo, estamos indicando a manutenção, para esta D.A., da Tábua de Mortalidade Geral AT-83 (masculina) com o agravamento de 25%, de forma a dar continuidade para a cobertura de desvios de sinistralidades que possam vir a ocorrer principalmente nos primeiros anos de vigência do Plano. Ressaltamos que o saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a conceder), em 31/12/2018, foi de R\$ 7.052.520,11, sendo que, em 31/12/2017, esse saldo era de R\$ 5.008.150,91.

**Justificativa EFPC:** Com base nas colocações do atuário, nos posicionamos pela manutenção da Tábua Geral de Mortalidade “ $q_x$  da AT-83 (masculina) com o agravamento de 25%”, para avaliar o Benefício de Risco sob a forma de Benefício por Morte em Atividade. *fk*

**a.7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos**

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável.

**Opinião do Atuário:** Não Aplicável.

**Justificativa EFPC:** Não Aplicável.

**a.8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez**

Valor: “ $i_x$  da LIGHT (MÉDIA) agravada em 25%”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 11,47

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença de 10,86 entre a quantidade ocorrida (0) e a esperada (10,86) no exercício encerrado, mostra ser segura a adoção da Tábua de Entrada em Invalidez “ $i_x$  da LIGHT (MÉDIA) agravada em 25%”, levando-se em consideração a natureza do Benefício de Incapacidade para o Trabalho e o quantitativo de participantes envolvidos nesse risco.

**Opinião do Atuário:** Por se tratar de benefício a ser pago em consequência da Incapacidade para o Trabalho do participante ativo, por conservadorismo, estamos indicando a manutenção, para esta D.A., da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT-MÉDIA com o agravamento de 25%, de forma a dar continuidade para a cobertura de desvios de sinistralidades que possam vir a ocorrer principalmente nos primeiros anos de vigência do Plano. Ressaltamos que o saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a conceder), em 31/12/2018, foi de R\$ 7.052.520,11, sendo que, em 31/12/2017, esse saldo era de R\$ 5.008.150,91.

**Justificativa EFPC:** Com base nas colocações do atuário, nos posicionamos pela adoção da Tábua de Entrada em Invalidez “ $i_x$  da LIGHT MÉDIA com o agravamento de 25%”, para avaliar o Benefício de Incapacidade para o Trabalho.

**a.9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas**

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável.

**Opinião do Atuário:** Não Aplicável.

**Justificativa EFPC:** Não Aplicável. *fk*



**a.10) Hipótese: Indexador do Plano**

Valor: Variação das Cotas  
Quantidade esperada no exercício seguinte: -  
Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -  
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável.

Opinião do Atuário: Pela natureza do Plano de Benefícios II da Fundação São Francisco, a rentabilidade expressa pela variação das Cotas é o índice que atualiza monetariamente os compromissos do Plano.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

**b) Seção dos Benefícios:****b.1) Benefício: Aposentadoria sem ser por Incapacidade para o Trabalho**

Quantidade de benefícios concedidos: -  
Valor médio do benefício: R\$ -  
Idade média dos assistidos: -

**b.2) Benefício: Incapacidade para o Trabalho**

Quantidade de benefícios concedidos: 2  
Valor médio do benefício: R\$ 2589,17  
Idade média dos assistidos: 56

**b.3) Benefício: Por Morte de Participante Ativo**

Quantidade de benefícios concedidos: -  
Valor médio do benefício: R\$ -  
Idade média dos assistidos: -

**PMBC****CD**

Saldo de Conta dos Assistidos: R\$ 29.830,56

**BD**

VABF Programados – Assistidos: R\$ -  
VABF Não Programados – Assistidos: R\$ -

**PMBaC****CD**

Saldo de Contas - parcela Patrocinador ou Instituidor: R\$ 40.820.063,46  
Saldo de Contas - parcela Participantes: R\$ 82.503.204,68

**BD Capitalização Programado:**

VABF: R\$ -  
VACF Patrocinadores: R\$ -  
VACF Participantes: R\$ -

**BD Capitalização Não Programado:**

VABF: R\$ -  
VACF Patrocinadores: R\$ -  
VACF Participantes: R\$ -

**Custo do Ano**

% Custo Normal Carregado (\*) × (13 × Folha de Salário dos participantes em 31/12/2018)

$13,34\% \times (13 \times R\$ 19.030.137,92) = 33.002.065,18.$

(\*) Inclui Sobrecarga Administrativa.

**c) Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:****Déficit Equacionado**

Patrocinador:  
Valor: -  
Prazo: -

Participantes ativos:  
Valor: -  
Prazo: -

Assistidos:  
Valor: -  
Prazo: -

**Serviço Passado**

Patrocinador:  
Valor: -  
Prazo: -

Participantes ativos:  
Valor: -  
Prazo: -

Assistidos:  
Valor: -  
Prazo: -

**Outras Finalidades:**

Patrocinador:  
Valor: -  
Prazo: -



Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

**d) Seção do Patrimônio de Cobertura:**

Patrimônio de Cobertura: R\$ 123.353.098,70

Insuficiência de Cobertura: -

**e) Seção dos fundos previdenciais atuariais:**

**e.1) Fundo Patronal Não Comprometido:**

**Finalidade:** O Fundo Patronal Não Comprometido guarda relação com a perda da condição de participante do Plano, deixando disponíveis recursos que não mais serão passíveis de alocação na Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder - Subconta Patrocinador. Caso necessário, o Plano de Custeio Atuarial destinará, parcial ou totalmente, o saldo existente no Fundo Patronal não Comprometido para participar do custeio dos benefícios do Plano de Benefícios II da Fundação São Francisco.

**Fonte de Custeio:**

- i) Saldo, devidamente atualizado, de recursos oriundos da Provisão Coletiva de Contribuição Patronal a Apropriar em razão de não mais serem alocáveis à Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder - Subconta Patrocinador; e
- ii) outros saldos, devidamente atualizados, existentes e não discriminados anteriormente, compatíveis com a natureza desse Fundo e previstos em Nota Técnica Atuarial.

Recursos Recebidos no Exercício: R\$ 32.681,13

Recursos Utilizados no Exercício: R\$ -

Saldo: R\$ 125.825,46

**e.2) Fundo Coletivo de Benefícios de Risco:**

**Finalidade:** O Fundo Coletivo de Benefícios de Risco, face à Instrução MPS/PREVIC nº 5, de 08/09/2011, assumiu as funções da "Provisão Matemática Coletiva de Benefícios de Risco a Conceder", definidos no Regulamento do Plano de Benefícios II da Fundação São Francisco, guardando relação com as oscilações nos níveis de sinistralidades dos Benefícios de Risco.



**Fonte de Custeio:**

- i) Saldo, devidamente atualizado, das contribuições destinadas ao Custeio dos Benefícios de Risco, realizadas pelos Participantes Ativos Normais e pelos Patrocinadores, incluindo as realizadas por Participantes na condição de Autopatrocinaados e pelos Participantes Ativos, bem como por todos aqueles que contribuem para o custeio desses benefícios; e
- ii) outros saldos, devidamente atualizados, existentes e não discriminados anteriormente, previstos no Plano de Custeio, compatíveis com a natureza desse Fundo e estabelecidos em Nota Técnica Atuarial.

Recursos Recebidos no Exercício: R\$ 2.044.369,20

Recursos Utilizados no Exercício: -

Saldo: R\$ 7.052.520,11

**f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:**

Patrocinador: -

Participantes Ativos: -

Assistidos: -

Resultado positivo do exercício: R\$ -

Resultado negativo do exercício: R\$ -

Déficit Técnico: R\$ -

Reserva de Contingência: R\$ -

Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$ -

**IV - PLANO DE CUSTEIO:**

**1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador:**

% Contribuição Normal do Patrocinador × (13 × Folha de Salário dos Participantes Ativos em 31/12/2018)

6,36% × (13 × R\$ 19.030.137,92) = R\$ 15.734.118,03

**2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador - Equacionamento de Déficit: -**

**3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – serviço passado: -**

**4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes – Outras Finalidades: -**



**5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos:**

% médio de Contribuição Normal do Participante Ativo × (13 × Folha de Salário dos Participantes Ativos em 31/12/2018).

$$6,98\% \times (13 \times R\$ 19.030.137,92) = R\$ 17.267.947,15$$

**6) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Equacionamento de Déficit: -****7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Serviço Passado: -****8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Outras Finalidades: -****9) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Equacionamento do Déficit: -****10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Serviço Passado: -****11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Outras Finalidades: -****12) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar: -****13) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Patrocinador: -****14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Participantes: -****15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Assistidos: -****16) Início de vigência do plano de custeio: 1º de abril de 2019. *fr*****V - PARECER ATUARIAL:****V.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:**

- 1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano de Benefícios II da Fundação São Francisco, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela Fundação São Francisco, resultou no custo total de 13,34%, conforme abaixo descrito:

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS	11,27%	11,61%
INCAPACIDADE PARA O TRABALHO	-%	-%
POR MORTE DE PARTICIPANTE ATIVO/ASSISTIDO	-%	-%
	-%	-%
Benefício POR MORTE / Incapacidade para o trabalho (*1)	1,30%	1,33%
RESGATES	-%	-%
OUTROS BENEFÍCIOS	-%	-%
<b>SUB-TOTAL (1)</b>	<b>12,57%</b>	<b>12,94%</b>
	-%	-%
	-%	-%
CUSTO ADMINISTRATIVO (*2)	0,39%	0,40%
<b>SUB-TOTAL (2)</b>	<b>0,39%</b>	<b>0,40%</b>
<b>TOTAL (1)+(2)</b>	<b>12,96%</b>	<b>13,34%</b>

(\*1) Custo igual a 10,00% do Custo Total Carregado (que inclui sobrecarga para o Custeio Administrativo), ou seja: 10,00% de 13,34% = 1,33%.

(\*2) 3,00% do Custo Total Carregado (que inclui sobrecarga para o Custeio Administrativo), ou seja: 3,00% de 13,34% = 0,40%.

**NOTA:** Na Avaliação Atuarial de 2018, a idade média dos participantes ativos é de 51 anos.

- 2) O custo total reavaliado de 13,34% será custeado, no exercício de 2019, pelas alíquotas descritas abaixo, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios II da Fundação São Francisco, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, correspondendo a:

Contribuições Normais	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
<b>Referência</b>		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis) (*1)	6,72%	6,98%
Contribuição Normal da Patrocinadora (*1)	6,24%	6,36%
<b>Sub-total</b>	<b>12,96%</b>	<b>13,34%</b>
Custo Suplementar	-%	-%
<b>Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):</b>	<b>12,96%</b>	<b>13,34%</b>
<b>Contribuições Normais dos Participantes Assistidos:</b>		
Aposentados (*3)	1,5%	1,5%
Pensionistas (*3)	1,5%	1,5%

(\*1) Inclui a contribuição destinada ao custeio administrativo, de responsabilidade paritária dos participantes ativos e do Patrocinador.

(\*3) A totalidade da contribuição dos participantes assistidos e dos pensionistas assistidos se destina ao Custeio Administrativo. *fr*







## V.2. - Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

- 1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2017 para o final do ano 2018, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	Valores em R\$		Variação
	31/12/2017	31/12/2018	
Provisão de Benefícios Concedidos .....	R\$ 34.212,10	R\$ 29.830,56	(12,81)%
Provisão de Benefícios a Conceder .....	R\$ 88.210.694,50	R\$ 123.323.268,14	39,81%
<u>Provisão Matemática a Constituir .....</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) .....	R\$ 88.244.906,60	R\$ 123.353.098,70	39,78%

## V.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

- 1) O Plano de Benefícios II (Plano Misto) da Fundação São Francisco é um Plano enquadrado na definição de Contribuição Definida adotada pela PREVIC, já que os benefícios programados são na modalidade de contribuição definida e os benefícios de risco são na modalidade de benefício definido, merecendo destaque que todos os benefícios, a partir da sua concessão, são pagos na modalidade de contribuição definida.
- 2) Os custos dos Benefícios de Incapacidade para o Trabalho e por Morte em Atividade do Plano de Benefícios II (Plano Misto) foram avaliados de forma conservadora, incluindo agravamento desses custos em 25%, de forma a dar cobertura a desvios de sinistralidades que possam vir a ocorrer principalmente nos primeiros anos de vigência do Plano.
- 3) O Plano de Custeio em vigor, desde o início da vigência desse Plano, é o seguinte:

i) **Contribuição Carregada (incluindo sobrecarga para o Custeio Administrativo) dos Participantes Ativos (Normal e Especial):**

- A% do Salário Real de Contribuição, sendo A% = 2% ou 3% ou 4% ou 5% ou 6% ou 7% ou 8% por escolha do Participante Ativo.

As destinações dessa Contribuição Carregada são as seguintes:

- 3% da Contribuição Carregada se destina ao Custeio Administrativo, tanto no caso do Participante Ativo Normal, quanto no caso do Participante Ativo Especial.
- 10,00% da Contribuição Carregada se destina ao Custeio dos Benefícios de Risco dos Participantes Ativos Normais; e
- 0,0000% da Contribuição Carregada se destina ao Custeio dos Benefícios de Risco dos Participantes Ativos Especiais (já que eles não fazem jus aos Benefícios de Risco);
- 87,00% = 100% - 3% - 10,00% da Contribuição Carregada dos Participantes Ativos Normais se destina ao Custeio dos Benefícios Programados; e

- 97,00 % = 100% - 3% da Contribuição Carregada dos Participantes Ativos Especiais se destina ao Custeio dos Benefícios Programados.

ii) **Contribuição Carregada (incluindo sobrecarga para o Custeio Administrativo) das Patrocinadoras:**

- Paritária com a Contribuição Carregada de cada Participante Ativo Normal ou Especial, inclusive nas respectivas aberturas para Custeio Administrativo, Custeio dos Benefícios de Risco e Custeio dos Benefícios Programados.

iii) **Contribuição dos Assistidos (Participantes e Pensionistas):**

- 1,5% do valor do benefício recebido do Plano.

**NOTA:** O Custeio Administrativo será complementado por uma parcela dos retornos dos investimentos, definida no respectivo Programa de Gestão Administrativa (PGA).

- 4) Destaca-se que em relação a massa de participantes não assistido utilizada, observamos as seguintes estatísticas:

- 323 são do sexo feminino;
- 692 são do sexo masculino;
- R\$ 18.748,90 é o salário de participação médio; e
- R\$ 19.030.137,92 é a folha de salário de participação.

## V.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Os dados cadastrais que nos foram enviados pela Fundação São Francisco, foram objeto de análise de consistência, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial, refletida nesta D.A..

## V.5.- Variação do Resultado Superavitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Pela natureza do Plano de Benefícios II da Fundação São Francisco ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial.

## V.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Pela natureza do Plano de Benefícios II da Fundação São Francisco ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado.






#### V.7.- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de Benefícios de Risco a Conceder, pagos na forma de Benefício, por Morte em Atividade ou por Incapacidade para o trabalho, os mesmos estão sendo adequadamente financiados pelo regime de repartição simples. Quanto aos demais benefícios, por serem concebidos na modalidade de Contribuição Definida, estão sendo financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2019

  
**José Roberto Montello**  
Atuário MIBA 426

# 7. Pareceres Atuariais

## Plano de Benefício III Saldado





**Anexo 2 ao JM/0481/2019 de 14/03/2019****DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL (D.A.)****PLANO DE BENEFÍCIOS III (PLANO SALDADO) DA FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO****I - INFORMAÇÕES CADASTRAIS:**

CNPB: 2017.0013-92  
CPF do atuário: 405.910.507-49  
CNPJ da empresa de atuária: 30.020.036/0001-06

**II - INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:**

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2018.  
Data do Cadastro: 30/09/2018  
Data da Avaliação: 31/12/2018  
Observações: Base setembro de 2018, sendo que, para os Benefícios a Conceder, foi considerada a provisão do INPC acumulado de dez/2017 a nov/2018, de 3,56%, para colocar a preços de dez/2018, e para os Benefícios Concedidos, foi considerada a provisão do INPC de jan/18 a nov/18, de 3,29%, para colocar a preços de dez/2018.

**III - INFORMAÇÕES SOBRE A DURATION DO PASSIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS:**

Duration do passivo: 150,24 meses ou 12,52 anos  
Observações: Duração do passivo, equivalente a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do Plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, calculado por meio do Sistema VENTURO disponibilizado pelo site da PREVIC.

**IV - DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:**

Grupo de Custeio:  
Patrocinadores e Instituidores: CNPJ da CODEVASF: 00.399.857/0001-26  
CNPJ da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO: 01.635.671/0001-91  
Participantes Ativos: 339 (Benefícios Saldados).  
Folha de Salário de Participação \*1: 13 x R\$ - = R\$ -  
\*1: Não há Folha de Salário de Participação por se tratar de um Plano Saldado fechado a novas adesões de Participantes.  
Tempo de Contribuição à Entidade (médio) = 347,52 meses ou 28,96 anos  
Tempo remanescente para aposentadoria programada (médio) = 22,92 meses ou 1,91 anos

**a) Seção das hipóteses atuariais:****a.1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros**

Valor: 4,90% ao ano  
Quantidade esperada no exercício seguinte: 4,90%  
Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 7,24%  
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A meta atuarial de rentabilidade real de 4,90% ao ano foi alcançada no exercício encerrado, sendo relevante destacar as colocações apresentadas, a seguir, como Opinião do Atuário e como Justificativa da EFPC.

**Opinião do Atuário:** A taxa real de juros foi mantida em 4,90% ao ano, em conformidade com o apresentado no JM/2402/2018, de 11/12/2018, através do Relatório de nossa Consultoria Atuarial referente ao Estudo de Adequação e Convergência da Taxa Real Anual de Juros, para a Avaliação Atuarial do ano de 2018, que considerou a Taxa Interna de Retorno da Carteira apontada pelo Estudo realizado pelo Sr. Marcos André Prandi, em 11/12/2018, com base na carteira de investimento registrada na apuração das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2018, encaminhado pelo AETQ da entidade através do ATESTADO DE CONFORMIDADE E VALIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TÉCNICAS, por ele emitido, em 10 de dezembro de 2018, acompanhado da respectiva planilha, devidamente preenchida, para fins de atendimento a Instrução PREVIC nº 23 de 26/06/2015. O resultado encontrado dos ativos a vencimento foi de rentabilidade estimada em 4,96% a.a. pelo prazo da "duration" do passivo de 12,52 anos. Assim sendo, a Fundação São Francisco, em seu Plano BD, optou por manter a taxa real de juros de 4,90% a.a. para esta Avaliação Atuarial, uma vez que a mesma está compreendida entre o mínimo 4,19% a.a. e o máximo 6,39% a.a. (em conformidade com o estabelecido pela Portaria PREVIC nº 363 de 26/04/2018).

**Justificativa EFPC:** Considerando que o Relatório de Estudo de Adequação e Convergência da Taxa Real Anual de Juros, apresentado através do JM/2402/2018, de 11/12/2018, utilizou como subsídio o estudo de alocação do Plano de Benefícios III (Saldado) realizado pela FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, devidamente atestado pelo AETQ quanto aos dados utilizados, nos termos contidos no art. 3º parágrafo 2º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015, nos posicionamos de forma favorável, dentro do cenário esperado para os anos futuros, à perspectiva de obtenção de retornos reais compatíveis com a meta atuarial de INPC + juros reais de 4,90% ao ano, levando em consideração os fluxos de receitas e de despesas, as rentabilidades dos títulos já existentes em carteira e as aplicações/reaplicações de recursos a serem realizadas no futuro, estando o referido Estudo em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23 de 26/06/2015.



**a.2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)**

Valor: Não aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável.

Opinião do Atuário: Não aplicável.

Justificativa EFPC: Não aplicável.

**a.3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários**

Valor: Não aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável.

Opinião do Atuário: Não aplicável.

Justificativa EFPC: Não aplicável.

**a.4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade**

Valor: 97%

Quantidade esperada no exercício seguinte: 97 %.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 98,08%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: O indexador do Plano INPC do IBGE para o ano de 2018 ficou em 3,43%, ou seja, abaixo do centro da meta de inflação do Governo Federal, enquanto que a inflação esperada para o ano de 2017 foi projetada com base entre o referido limite superior e o centro da meta de inflação de 4,5% do Governo Federal, ou seja, na ordem de 5,5%, que é compatível com o Fator de Capacidade de 97%.

Opinião do Atuário: O fator de capacidade de 97% é compatível com uma inflação média anual da ordem de 5,5%, que está dentro do intervalo da meta de inflação no Brasil para 2019, ou seja, entre 2,75% ao ano e 5,75% ao ano. Em todo caso, deve-se ficar atento à tendência de evolução ao longo do tempo da referida inflação brasileira para, se necessário, ajustar a projeção de inflação média anual.

Justificativa EFPC: No momento, o Fator de 97% se mostra aceitável, mas estaremos acompanhando a tendência da inflação para os anos futuros para, quando se configurar necessário, ajustar tal Fator as novas expectativas de inflações anuais futuras. *fk*

**a.5) Hipótese: Rotatividade (Saída sem direito a benefício)**

Valor: Nula.

Quantidade esperada no exercício seguinte: Nenhuma saída (já que se está trabalhando com rotatividade nula).

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável por ter sido adotada a hipótese de rotatividade nula, conforme explicado na opinião do atuário.

Opinião do Atuário: Considerando que este Plano Saldado foi fechado em 01/12/2017, é de se esperar que os empregados participantes, que venham a perder o vínculo empregatício com a Patrocinadora, antes de preencherem as condições para entrar em gozo de benefício, optem pelos institutos a ele disponíveis, o que representa uma expectativa de que não deva ocorrer saída sem direito a benefício.

Justificativa EFPC: Em concordância com a justificativa do Atuário apresentada acima.

**a.6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral**

Valor: “ $q_x$  da SUSEP EMSsb 2010 (50,3% masculina + 49,7% feminina) agravada em 8%”

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não há registro, no exercício encerrado, de quantidade ocorrida ou esperada para esta Hipótese Atuarial.

Opinião do Atuário: Em virtude do recente processo de migração de participantes e assistidos do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios III, os mesmos ainda se encontram fortemente correlacionados (como se fosse um cordão umbilical) em relação a análise das hipóteses atuariais, e, portanto, para esta hipótese, estamos respectivamente indicando a mesma recomendada por nossa Consultoria Atuarial no Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, ou seja, a Tábua de Sobrevivência / Mortalidade Geral da SUSEP EMSsb 2010 (50,3% masculina + 49,7% feminina) agravada em 8%, resultado do estudo de aderência de Tábuas de Mortalidade Geral, apresentado pelo Anexo 1 ao JM/2315/2018 de 28/11/2018 para o Plano de Benefícios I, que possuirá validade máxima de 3 anos conforme a Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015.

Justificativa EFPC: Concordamos com os procedimentos elaborados pelo atuário, onde nos posicionamos favorável à sua indicação que considerou o estudo de aderência de Tábuas de Mortalidade Geral, apresentado pelo Anexo 1 ao JM/2315/2018 de 28/11/2018 para o Plano de Benefícios I, em razão dos Planos de Benefícios I e III ainda estarem fortemente correlacionados. *fk*



**a.7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos**

Valor: " $q_x^i = q_x$  da AT-2000 (masculina)".

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não há registro, no exercício encerrado, de quantidade ocorrida ou esperada para esta Hipótese Atuarial.

**Opinião do Atuário:** Em virtude do recente processo de migração de participantes e assistidos do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios III, os mesmos ainda se encontram fortemente correlacionados (como se fosse um cordão umbilical) em relação a análise das hipóteses atuariais, e, portanto, para esta hipótese, estamos respectivamente indicando a mesma recomendada por nossa Consultoria Atuarial no Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, ou seja, a Tábua de Sobrevivência / Mortalidade de Inválidos da AT-2000 (masculina), resultado do estudo de aderência de Tábuas de Mortalidade Geral, apresentado pelo Anexo 1 ao JM/2315/2018 de 28/11/2018 para o Plano de Benefícios I, que possuirá validade máxima de 3 anos conforme a Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015.

**Justificativa EFPC:** Concordamos com os procedimentos elaborados pelo atuário, onde nos posicionamos favorável à sua indicação que considerou o estudo de aderência de Tábuas de Mortalidade Geral, apresentado pelo Anexo 1 ao JM/2315/2018 de 28/11/2018 para o Plano de Benefícios I, em razão dos Planos de Benefícios I e III ainda estarem fortemente correlacionados.

**a.8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez**

Valor: LIGHT (FRACA)

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,36

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença no exercício encerrado entre a quantidade ocorrida (0) e a esperada (5,97), de 5,97, está consistente com o estudo apresentado pelo JM/2315/2018 de 28/11/2018 (ver Opinião do Atuário).

**Opinião do Atuário:** Em virtude do recente processo de migração de participantes e assistidos do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios III, os mesmos ainda se encontram fortemente correlacionados (como se fosse um cordão umbilical) em relação a análise das hipóteses atuariais, e, portanto, para esta hipótese, estamos respectivamente indicando a mesma recomendada por nossa Consultoria Atuarial no Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, ou seja, a Tábua Entrada em Invalidez da LIGHT FRACA, resultado do estudo de aderência de Tábuas de Mortalidade Geral, apresentado pelo Anexo 2 ao JM/2315/2018 de 28/11/2018 para o Plano de Benefícios I, que possuirá validade máxima de 3 anos conforme a Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015. *ks*



**Justificativa EFPC:** Concordamos com os procedimentos elaborados pelo atuário, onde nos posicionamos favorável à sua indicação que considerou o estudo de aderência de Tábuas de Entrada em Invalidez, apresentado pelo Anexo 1 ao JM/2315/2018 de 28/11/2018 para o Plano de Benefícios I, em razão dos Planos de Benefícios I e III ainda estarem fortemente correlacionados.

**a.9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas**

Valor: Experiência Regional, revista periodicamente, nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos e Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Aposentadorias e Pensões por Morte.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não há divergência entre a quantidade esperada e ocorrida no exercício encerrado (ver Opinião do Atuário).

**Opinião do Atuário:** Em virtude do recente processo de migração de participantes e assistidos do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios III, os mesmos ainda se encontram fortemente correlacionados (como se fosse um cordão umbilical) em relação a análise das hipóteses atuariais, e, portanto, para esta hipótese, estamos respectivamente indicando a mesma recomendada por nossa Consultoria Atuarial no Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, que se baseou no estudo realizado através do JM/2366/2017, de 12/12/2017, para o Plano de Benefícios I, que se encontra dentro da validade de 3 anos conforme o parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015.

**Justificativa EFPC:** Concordamos com os procedimentos elaborados pelo atuário, onde nos posicionamos favorável à sua indicação que considerou o estudo realizado através do JM/2366/2017, de 12/12/2017 para o Plano de Benefícios I, em razão dos Planos de Benefícios I e III ainda estarem fortemente correlacionados.

**a.10) Hipótese: Indexador do Plano**

Valor: INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,5%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 3,43

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Considerando o INPC o indexador do Plano, conforme estabelecido em Regulamento, para o ano de 2018, este índice acumulado resultou em 3,43%, ou seja, abaixo do centro da meta de inflação, sendo que a projeção de taxa de inflação esperada para o exercício de 2018 foi de 5,5% ao ano, que corresponde estar se trabalhando entre o limite superior e o centro da meta de inflação a longo prazo do Governo Federal.

**Opinião do Atuário:** O indexador em questão se baseia no fato de que o INPC do IBGE é o indexador regulamentar para os reajustes dos benefícios da prestação *ks*





continuada do Plano e corresponde ao índice de inflação que mede a variação de preços ao consumidor calculado pelo órgão governamental competente (IBGE).

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

**a.11) Hipótese: Entrada em Aposentadoria**

Valor: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 268

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença no exercício encerrado entre a quantidade ocorrida (0) e a esperada (262), é de 262 (ver Opinião do Atuário)

Opinião do Atuário: Em função da aprovação de um Programa de Demissão Incentivada (PDI), aberta aos participantes ativos até dezembro de 2018 e com efeitos durante o exercício de 2019, segundo informações da própria Entidade, foi considerada, para a Hipótese de Entrada em Aposentadoria, que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução ou exceção.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário. *fk*



**b) Seção dos Benefícios:**

	BENEFÍCIOS				
	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	IDADE	ESPECIAL	INVALIDEZ	PENSÃO
<b>ESTATÍSTICAS</b>					
Qtd de benefícios concedidos	0	0	0	0	2
Valor médio do benefício	-	-	-	-	R\$ 731,92
Idade média dos assistidos (em anos)	-	-	-	-	60
<b>Provisão Matemática Benefícios Concedidos</b>					
VABF Programados - Assistidos	R\$ -	R\$ -	R\$ -		R\$ -
VABF Não Programados - Assistidos				R\$ -	R\$ 286.647,11
<b>Provisão Matemática Benefícios a Conceder</b>					
<b>BD Capitalização Programado</b>					
VABF	R\$ 314.708.820,96				
VACF Patrocinadores	R\$ -				
VACF Participantes	R\$ -				
<b>BD Capitalização Não Programado</b>					
VABF				R\$ 2.200.197,92	R\$ 630.029,71
VACF Patrocinadores				R\$ -	R\$ -
VACF Participantes				R\$ -	R\$ -

**c) Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:**

**Déficit Equacionado**

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

**Serviço Passado**

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: - *fk*



**Outras Finalidades:**

Patrocinador: CODEVASF E FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO  
Valor: R\$ 43.719.909,98  
Prazo: 99 meses.

Participantes ativos:  
Valor: -  
Prazo: -

Assistidos:  
Valor: -  
Prazo: -

**d) Seção do Patrimônio de Cobertura do Plano:**

Patrimônio de Cobertura do Plano: R\$ 313.614.902,89 (\*1)  
Insuficiência de Cobertura do Plano: R\$ (4.210.792,81)  
(\*1) Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO.

**e) Seção dos fundos previdenciais atuariais:**

Finalidade:  
Fonte de Custeio:

Recursos Recebidos no Exercício:

Recursos Utilizados no Exercício:

Saldo:

**f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:**

Patrocinador: -  
Participantes Ativos: -  
Assistidos: -  
Déficit Técnico: R\$ (4.210.792,81)  
Reserva de Contingência: R\$ -  
Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$ -

**Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado**

Resultado Realizado: R\$ (4.210.792,81)  
Superávit Técnico Acumulado: R\$ -  
Déficit Técnico Acumulado: R\$ (4.210.792,81)  
Ajuste de Precificação: R\$ 3.053.685,03 (\*)  
Equilíbrio Técnico Ajustado: R\$ (1.157.107,78)

(\*) Resultado do cálculo do Ajuste de Precificação realizado pelo Sistema VENTURO da Previc na posição de 31/12/2018.

**V - PLANO DE CUSTEIO:**

- 1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador: -
- 2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador - Equacionamento de Déficit: -
- 3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador - Serviço Passado: -
- 4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador - Outras Finalidades: -
- 5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos: -
- 6) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Equacionamento de Déficit: -
- 7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Serviço Passado: -
- 8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Outras Finalidades: -
- 9) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Assistidos: -
- 10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Equacionamento do Déficit: -
- 11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Serviço Passado: -
- 12) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Outras Finalidades: -
- 13) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar: -
- 14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Patrocinador: -
- 15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Participantes: -
- 16) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Assistidos: -
- 17) Início de vigência do plano de custeio: 1º de abril de 2019. *h*





## VI - PARECER ATUARIAL:

### VI.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

- 1) No Plano de Benefícios III da Fundação São Francisco, objeto desta Demonstração Atuarial, não há registro de quaisquer custos ou custeio, devida a sua concepção.
- 2) Na Avaliação Atuarial de 31/12/2018, a idade média dos participantes ativos é de 61 anos.

### VI.2.- Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, de março de 2018 para dezembro de 2018, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	Valores em R\$		
	31/03/2018	31/12/2018	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos .....	197.855,71	286.647,11	44,88%
Provisão de Benefícios a Conceder .....	289.629.642,06	317.539.048,59	9,64%
Provisão Matemática a Constituir .....	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) .....	289.827.497,77	317.825.695,70	9,66%

### VI.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

- 1) Com relação à situação financeiro-actuarial do Plano de Benefícios III vigente na Fundação São Francisco, a mesma apresentou um Déficit Técnico Contábil de R\$ (4.210.792,81). Aplicando o ajuste de precificação de títulos públicos de R\$ 3.053.685,03, previsto nas Resoluções CNPC nº 30/2018, o Plano permanece deficitário, no valor de R\$ (1.157.107,78), sendo este registrado como Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano. Esse nível de situação atuarial deficitária demonstra, à luz da legislação vigente, não existir, ao final de 2018, necessidade de equacionamento, pois a relação entre o Equilíbrio Técnico Ajustado e o valor total das Provisões Matemáticas, R\$ (1.157.107,78) / R\$ (317.825.695,70), cujo resultado é 0,36%, não chega ao limite estabelecido pela Resolução CNPC nº 30/2018, sendo inferior a 8,52% [(“duration” de 12,52 – 4) x 1%], que é o limite estabelecido pela legislação, para que seja necessário equacionar o déficit existente no Plano. *fk*

- 2) Nesta Avaliação Atuarial foram alteradas as hipóteses atuariais de Tábua de Mortalidade Geral com a adoção do “qx da SUSEP EMSsb 2010 (50,3% masculina + 49,7% feminina) agravada em 8%”, de Tábua de Entrada em Invalidez com a adoção do “ix da Light (FRACA)” e de Entrada em Aposentadoria ao se passar a considerar que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno. Todas estas alterações representaram o impacto de mais R\$ 22.748.551,03 nas Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios III da Fundação São Francisco.

- 3) A rentabilidade nominal líquida, efetivamente obtida ao longo de 2018 pela FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, na aplicação do Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios III, foi de 11,06% contra uma meta atuarial de rentabilidade líquida estimada de 8,63%, ou seja, o efetivo superou a meta em 2,23%, o que, em termos reais, representou obter mais 7,24%, alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 4,90% ao ano. A variação do índice de inflação utilizado (INPC do IBGE) é aplicada com 1 (um) mês de defasagem. Na apuração das taxas de juros a metodologia empregada foi a Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais das adições e deduções previdenciárias registradas nas contas contábeis iniciadas em “3.”).

- 4) Foram utilizadas as seguintes hipóteses atuariais:

- i) Tábua de Mortalidade Geral: “qx da SUSEP EMSsb 2010 (50,3% masculina + 49,7% feminina) agravada em 8%”.
- ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: “ $q_x^i = q_x$  da AT-2000 (masculina)”.
- iii) Tábua de Entrada em Invalidez: “Light (Frac)”.
- iv) Rotatividade: Considerada Nula.
- v) Taxa real de juros/desconto: 4,90% ao ano.
- vi) Em relação à Composição Familiar, continuou sendo adotada a Experiência Regional com atualização periódica para os Benefícios a Conceder. E está sendo adotada a Família Efetiva para os Benefícios de Pensões por Morte e Benefícios Concedidos de Aposentadorias e seus respectivas reversões em Pensão por Morte.
- vii) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 97% (compatível com uma inflação anual média de 5,5% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).
- viii) Entrada em Aposentadoria: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução. *fk*





#### VI.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Resultado Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais apresentadas nesta DA e o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios de aposentadoria e de pensão por morte, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela Fundação São Francisco, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial de 31/12/2018, refletida nesta DA.

#### VI.5. - Variação do resultado superavitário ou deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Resultado Técnico (Déficit) Contábil observado considerando o valor Total das Provisões Matemáticas pelo método de recorrência em 31/12/2018 projetadas com base na Avaliação Atuarial de 31/03/2018	R\$ 15.094.419,20
Impacto da alteração da Hipótese de Entrada em Aposentadoria considerado a elegibilidade para aposentadoria programada do participante não assistido, quando do 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno.	R\$ (16.728.283,76)
Impacto da adoção da Tábua de Mortalidade Geral "q <sub>x</sub> da SUSEP EMSsb 2010 (50,3% masculina + 49,7% feminina) agravada em 8%"	R\$ (5.458.187,86)
Impacto da adoção da Tábua de Entrada em Invalidez Light (FRACA)	R\$ 437.920,59
Outros Resultados de Origens Diversas e Pulverizadas (*1)	R\$ 2.443.339,02
<b>Equilíbrio Técnico (déficit) registrado contabilmente em 31/12/2018</b>	<b>R\$ (4.210.792,81)</b>
Ajuste na Precificação dos Ativos realizado em conformidade com a Resolução CNPC 30/2018, na Situação Atuarial do Plano em 31/12/2018.	R\$ 3.053.685,03
<b>Equilíbrio Técnico Ajustado, registrado em 31/12/2018, após a aplicação do ajuste na precificação dos Ativos, realizado em conformidade com a Resolução CNPC 30/2018</b>	<b>R\$ (1.157.107,78)</b>

(\*1) Equivalente a (0,77)% do total das Provisões Matemáticas, registrado em 31/12/2018, no valor de R\$ 317.825.695,70. (Ver NOTA)

**NOTA:** Consiste nos desvios oriundos do cálculo das Provisões Matemáticas através da Avaliação Atuarial de um determinado mês, em relação às Provisões Matemáticas obtidas no mesmo mês, através de sua evolução pelo método da Recorrência, podendo resultar em um aumento ou redução das Provisões Matemáticas do Plano, em função da comparação com o comportamento previsto, no exercício, dos principais decrementos da massa (morte do ativo, morte do aposentado, entrada em invalidez, entrada em aposentadoria, rotatividade), com o que realmente ocorreu de decremento no mesmo exercício.

#### VI.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Independente da natureza do Resultado Acumulado, a cada final de exercício que for apurado Déficit Técnico Acumulado, se este for superior ao limite estabelecido pela Resolução CNPC nº 30/2018, deverá ser equacionado conforme a referida legislação. *ks*

Da mesma forma, a cada final de exercício que seja apurado Superávit Técnico Acumulado superior ao limite estabelecido pela mencionada legislação, tal Reserva Especial de Revisão de Plano poderá ser objeto de destinação e utilização.

#### VI.7. - Soluções para Equacionamento do Déficit:

Não há a necessidade de equacionar o déficit existente no Plano em 31/12/2018, uma vez que a relação entre o Equilíbrio Técnico Ajustado e o valor total das Provisões Matemáticas, R\$ (1.157.107,78) / R\$ (317.825.695,70), é de 0,36%, abaixo do limite estabelecido pela Resolução CNPC nº 30/2018, para que não seja necessário equacionar o déficit existente no Plano, ou seja, inferior ao limite de 8,52% [(“duration” de 12,52 – 4)x1%].

#### VI.8. - Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano Saldado estruturado na modalidade Benefício Definido, fechado a novas adesões de participantes a partir de 01/12/2017, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado continuou sendo adotado no financiamento dos Benefícios Saldados, Benefícios de Aposentadorias em Geral e Reversão de Pensão por Morte de Aposentadoria Normal, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2019

  
José Roberto Montello  
Atuário MIBA 426



# 9. Relatórios Auditores Independentes



**FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

**FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO****DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018****CONTEÚDO**

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanço patrimonial - Consolidado

QUADRO 2 – Demonstração das mutações do patrimônio social – Consolidado

QUADRO 3 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidado

QUADRO 4 – Demonstração do ativo líquido – Benefício Definido

QUADRO 5 – Demonstração das mutações do patrimônio social – Benefício Definido

QUADRO 6 – Demonstração das Provisões Técnicas – Benefício Definido

QUADRO 7 – Demonstração do ativo líquido – Codeprev

QUADRO 8 – Demonstração das mutações do patrimônio social - Codeprev

QUADRO 9 – Demonstração das Provisões Técnicas - Codeprev

QUADRO 10 – Demonstração do ativo líquido – Benefício Saldado

QUADRO 11 – Demonstração das mutações do patrimônio social – Benefício Saldado

QUADRO 12 – Demonstração das Provisões Técnicas – Benefício Saldado

Notas explicativas às demonstrações financeiras

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****RELATÓRIO DF – 2019/008****Aos Administradores e Conselheiros da**Fundação São Francisco de Seguridade Social – São Francisco  
Brasília - DF**Opinião com ressalvas**

Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO** ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018, as respectivas Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem as Demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada e por plano de benefício da **FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO** ("Fundação"), em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

**Base para opinião com ressalvas**

- I. A Fundação em 31 de dezembro de 2018 possui investimentos no Fundo Ático Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Imobiliários no montante de R\$ 5.428 mil, que representa 0,67% do Patrimônio Social da Fundação. As últimas demonstrações financeiras auditadas apresentadas desse Fundo foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório com abstenção de opinião, datado de 31 de janeiro de 2018, contendo limitações relacionadas aos seguintes assuntos: a) Avaliação do valor recuperável do imóvel: Conforme divulgado na nota explicativa 5, em 31 de outubro de 2016 o Fundo possuía investimentos em Cédula de Crédito Imobiliário ("CCI") emitida pela Abengoa Brasil Administração Predial Ltda. ("Abengoa") no montante de R\$ 68.523 mil, líquido da provisão para realização, que não vinham sendo pagas pelo emissor. Após acordo extrajudicial entre as partes realizado em 10 de fevereiro de 2017, a Abengoa cedeu ao Fundo o imóvel comercial que estava alienado fiduciariamente como garantia do CCI. O referido imóvel foi registrado à época na rubrica "Imóvel em processo de execução" pelo montante de R\$ 50.438 mil, gerando uma perda de R\$ 18.085 mil para o Fundo. Não nos foram fornecidas documentações suficientes para que pudéssemos concluir sobre a razoabilidade do valor de R\$ 50.438 mil, pelo qual o imóvel recebido por cessão foi avaliado em 31 de outubro de 2017, bem como o seu impacto no resultado do exercício findo nessa data, no montante de R\$ 18.438 mil; b) Transferência da propriedade do imóvel: A transferência definitiva da propriedade do imóvel executado ainda não foi registrada pelo cartório de registro de imóveis competente, pois o imóvel possui uma averbação de indisponibilidade, decorrente de processos judiciais trabalhistas movidos contra a Abengoa. A transferência definitiva do imóvel depende da conclusão desses processos; c)







Assessores jurídicos: Não obtivemos resposta à carta de confirmação enviada ao assessor jurídico do Fundo, solicitando informações sobre processos movidos contra o fundo e respectivos prognósticos de perda. Consequentemente, não foi possível concluir se existem eventuais ativos e passivos não registrados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras do Fundo. Além disso o relatório continha a seguinte Ênfase de desenquadramento: Por tratar-se de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, nos termos da Instrução CVM 356 e alterações posteriores, uma parcela preponderante do respectivo patrimônio líquido deve ser destinada para aplicação em direitos creditórios. Em 31 de outubro de 2017, em função do recebimento do imóvel comercial alienado fiduciariamente como garantia da CCI mencionada na Nota Explicativa 5, o Fundo possuía 98,75% de seu patrimônio líquido aplicado em imóveis. Neste contexto, o fundo encontrava-se desenquadrado em 31 de outubro de 2017. Dessa forma, não nos foi possível avaliar e quantificar os eventuais efeitos decorrentes dos assuntos mencionados no saldo do investimento registrado pela Fundação em 31 de dezembro de 2018.

- II. A Fundação em 31 de dezembro de 2018 possui investimentos no Fundo Ático Geração de Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia no montante de R\$ 11.117 mil, que representa 1,37% do Patrimônio Social da Fundação. As últimas demonstrações financeiras auditadas apresentadas desse Fundo foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório adverso, datado de 15 de janeiro de 2019, contendo a limitação sobre o seguinte assunto: Conforme descrito na nota explicativa n: 4, em 30 de junho de 2017 o Fundo possuía participação em ações de companhias de capital fechado no montante de R\$344.270 mil registrados pelo seu valor justo, determinado por empresa independente especializada considerando a data-base de 31 dezembro de 2014, que representava 101,87% do patrimônio líquido do Fundo. Conforme descrito na nota explicativa n: 18, subsequente a 30 de junho de 2017, o Fundo atualizou o preço das ações de companhias de capital fechado para o montante de R\$274.733 mil mediante laudo de avaliação elaborado com data-base de 30 de junho de 2017, realizado por outra empresa independente especializada. Com base na documentação suporte para a avaliação do investimento recebida durante os procedimentos de auditoria, bem como o laudo de avaliação subsequente elaborado por empresa independente, verificamos que existe grande volatilidade e subjetividade na definição das premissas para a avaliação deste investimento, no que tange, dentre outros fatores, a taxa de desconto e quanto às projeções de novos contratos e crescimentos do mercado de energia renovável. A divergência de tais premissas, em nossa análise, gera uma diferença a menor de R\$130.908 mil em relação ao valor de investimento contabilizado no Fundo em 30 de junho e 2017, indicando um registro superavaliado do mesmo. Além disso o relatório continha os seguintes parágrafos de Ênfases: (i) Antecipação da adoção da Instrução CVM no 579: Conforme descrito na nota explicativa no 2, o Fundo adotou de forma antecipada os dispositivos da Instrução CVM no 579, de 30 de agosto de 2016 referente a divulgação das demonstrações financeiras do Fundo em 30 de junho de 2017. A respectiva instrução entrou em vigor na data da sua publicação, aplicando-se aos períodos contábeis iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto; (ii) Evento subsequente: Conforme descrito na nota explicativa no 18, o prazo do Fundo se encerrou em 14 de setembro de 2017, e, através de Assembleia Geral de Cotistas de 14 de dezembro de 2017, os cotistas deliberaram sobre a prorrogação do Fundo até 29 de junho de 2018. Em nova Assembleia Geral de Cotistas de 25 de julho de 2018 foi deliberado que o prazo de duração do Fundo se prorrogue por mais 12 meses, ou seja, até 29 de junho de 2019. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto; e (iii) Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Também conforme mencionado na nota explicativa nº 2, o Fundo apresenta ausência de caixa e recursos para o pagamento de suas obrigações. Desta forma, a continuidade das operações do Fundo, bem como o pagamento de suas despesas operacionais, depende de novos aportes de recursos pelos seus cotistas. Nossa

opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Dessa forma, não nos foi possível avaliar e quantificar os eventuais efeitos decorrentes dos assuntos mencionados no saldo do investimento registrado pela Fundação em 31 de dezembro de 2018.

- III. A Fundação em 31 de dezembro de 2018 possui investimentos no Fundo Energia PCH Fundo de Investimento em Participações no montante de R\$ 33.830 mil, que representa 4,18% do Patrimônio Social da Fundação. As últimas demonstrações financeiras auditadas apresentadas desse Fundo foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório com ressalva, datado de 05 de maio de 2017, contendo o seguinte assunto: Em 31 de março de 2016, o Fundo detinha 161.820.000 ações da Juruena Participações e Investimentos S.A. ("Juruena") no montante de R\$ 464.361 mil, segundo o Regulamento do Fundo, as ações da Juruena são registradas com base no valor econômico determinado por laudo de avaliação elaborado por empresa especializada. No entanto, em 31 de março de 2016 as ações não foram ajustadas pelo seu valor econômico determinado por laudo de avaliação. Conforme descrito na nota explicativa nº 16, com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada em 5 de janeiro de 2017, o valor dos investimentos na Juruena em 31 de março de 2016 é de R\$ 189.240 mil. Consequentemente o valor do investimento, resultado e patrimônio líquido do fundo em 31 de março de 2016, está superavaliado em R\$ 275.121 mil. Além disso o relatório continha os seguintes parágrafos de Ênfases: (i) Ações de companhia fechada: Conforme descrito na nota explicativa nº 3b, as ações de companhias fechadas DESA Térmicas Desenvolvimento Energético S.A., DESA Rios das Garças Desenvolvimento Energético S.A e da Tetrahedron S.A., sem cotação em bolsa, são mantidas pelo seu valor de custo de aquisição, deduzidas quando for aplicável, de provisão pra recuperação ao valor de realização. Consequentemente, quando da efetiva realização dos investimentos, os valores poderão vir a ser substancialmente diferentes daqueles registrados. Nossa opinião não contém modificações em função deste assunto; e (ii) Investidas em fase de desenvolvimento: Em 31 de março de 2016 o Fundo possui investimentos em ações da DESA Térmicas Desenvolvimento Energético S.A., DESA Rios das Garças Desenvolvimento Energético S.A. e Tetrahedron S.A. nos montantes de R\$ 15.300 mil, R\$ 11.700 mil e R\$ 1.802 mil representando 1,83%, 1,40% e 0,21% do patrimônio líquido, respectivamente. Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, em 31 de março de 2016, as companhias encontram-se em fase de desenvolvimento, não havendo geração de receita operacional. A obtenção de receitas depende do sucesso das operações em desenvolvimento e futuras, portanto, até que as operações se tornem rentáveis, as companhias dependem do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros em montantes suficientes para suprir as despesas relacionadas ao cumprimento de seus objetivos sociais. Assim, a continuidade operacional da companhia depende do sucesso de seus planos de desenvolvimento. Nossa opinião não contém modificações em função deste assunto. Dessa forma, não nos foi possível avaliar e quantificar os eventuais efeitos decorrentes dos assuntos mencionados no saldo do investimento registrado pela Fundação em 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.







## Outros assuntos

### Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 19 de março de 2018, sem modificações.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 08 de março de 2019.

 **bakertilly**  
auditores independentes



**Cristina Braga de Oliveira**  
Contadora – CRCMG 079371/O-6  
baker tilly auditores independentes  
CRC MG - 005.455/O-1



# 10. Parecer do Conselho Fiscal



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em atendimento ao artigo 40 do Estatuto da Fundação São Francisco de Seguridade Social e do artigo 19 da Resolução CGPC nº 13/2004, este Conselho Fiscal, com base na documentação disponibilizada e existente na Entidade, manifesta-se favorável à aprovação, sem ressalvas, das contas do exercício de 2018, bem como, confirma as aderências da gestão dos recursos, à Política de Investimento, da aderência das premissas e hipóteses atuariais dos Planos de Benefícios I, II e III e da execução orçamentária.

Brasília-DF, 27 de março de 2019

  
José Ribamar Cantanhede  
Presidente

  
Heverton Perdigão Lucas da Costa Souza  
Conselheiro

  
Lindomar Leitão de Assis  
Conselheiro

  
José Carlos Diniz  
Conselheiro



# 11. Aprovação do Conselho Deliberativo



FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

CONSELHO DELIBERATIVO

DELIBERAÇÃO Nº 04/2019, de 28 de março de 2019.

O Conselho Deliberativo da Fundação São Francisco de Seguridade Social – SÃO FRANCISCO, em sua 71ª (Septuagésima Primeira) Reunião Ordinária, realizada em 28/03/2019, e no uso de suas atribuições:

**RESOLVE:**

**Aprovar o Relatório Anual de Prestação de Contas do Exercício de 2018**, composto de Relatório Anual da Diretoria-Executiva, do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis, do Relatório dos Auditores Independentes, da Manifestação do Conselho Fiscal e das Demonstrações Atuariais – DA.

  
**CARLOS HERMÍNIO DE AGUIAR OLIVEIRA**  
Presidente do Conselho Deliberativo

Fundação São Francisco de Seguridade Social – SÃO FRANCISCO





# RELATÓRIO ANUAL EXERCÍCIO DE 2018

